

HISTÓRIA

Questões
& Debates



Reitor

Zaki Akel Sobrinho

Vice-Reitor

Rogério Mulinari

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Deise Cristina de Lima Picanço

História: Questões & Debates, ano 33, n. 64, jan./jun. 2016
Publicação semestral da Associação Paranaense de História (APAH)
e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR

Editoras

Ana Paula Vosne Martins e Renata Senna Garraffoni.

Conselho Editorial

Renato Augusto Carneiro Jr. (Presidente da APAH-Associação Paranaense de História);
Ana Paula Vosne Martins, Departamento de História, UFPR; André Macedo Duarte, Departamento de
Filosofia, UFPR; Euclides Marchi, Departamento de História, UFPR; Luiz Geraldo Santos da Silva,
Departamento de História, UFPR; Márcio B. S. de Oliveira, Departamento de Ciências Sociais,
UFPR; Marilene Weinhardt, Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculos, UFPR;
Renan Frighetto, Departamento de História, UFPR; Renata Senna Garraffoni,
Departamento de História, UFPR; Sergio Odilon Nadalin, Departamento de História, UFPR

Conselho Consultivo

Angelo Piori (Universidade Estadual de Londrina), Celso Fonseca (Universidade de Brasília),
Claudine Haroche (Universidade Sorbonne, França), José Guilherme Cantor Magnani (Universidade
Estadual de São Paulo), Marcos Napolitano (Universidade Estadual de São Paulo), Pablo de la Cruz
Díaz Martínez (Universidade de Salamanca, Espanha), Pedro Paulo Funari (Universidade Estadual de
Campinas), Rodrigo Sá Mota (Universidade Federal de Minas Gerais), Ronald Raminelli (Universidade
Federal Fluminense), Sidney Munhoz (Universidade Estadual de Maringá), Stefan Rink (Universidade
Livre de Berlim), Wolfgang Heuer (Universidade Livre de Berlim, Alemanha)

Indexada por Historical Abstracts, America: History and Life e Ulrich's



Sistema Eletrônico de Revistas - SER
Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
www.prppg.ufpr.br

O Sistema Eletrônico de Revistas (SER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

HISTÓRIA

Questões & Debates

VOLUME 64 – N. 01 – JANEIRO A JUNHO DE 2016

Endereço para correspondência

História: Questões & Debates
Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar
80060-150, Curitiba/PR
Tel.: +55 (41) 3360 5105
E-mail: hqd.ufpr@gmail.com
<http://revistas.ufpr.br/historia>

Editoração eletrônica e Capa: Willian Funke

Imagem da Capa

Capa da Revista “L’Assiette au Beurre” n.º 431, 1909
Collection Marc Renneville.
Disponível em <https://criminocorpus.org/en/library/>

A revista *História: Questões & Debates* n. 64, jan./jun. 2016
poderá ser obtida, em permuta, junto à Biblioteca Central
Caixa Postal 19.051 – 81531-980 – Curitiba – Paraná – Brasil
inter@ufpr.br

Coordenação de Processos Técnicos de Bibliotecas, UFPR

HISTÓRIA: Questões & Debates. Curitiba, PR: Ed. UFPR, — ano 1, n. 1,

1980.

Volume 64, n.1, jan./jun. 2016

ISSN 0100-6932

e-ISSN 2447-8261

1. História – Periódicos

Samira Elias Simões CRB-9/755

PRINTED IN BRAZIL

Curitiba, 2016

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

APRESENTAÇÃO

A historiografia tem registrado, nos últimos anos, um interesse crescente pela história do crime, da criminalidade e dos criminosos. Um interesse, embora cada vez mais expressivo, relativamente recente. À exceção de alguns trabalhos hoje já praticamente clássicos, como é o caso do livro de Louis Chevalier ou, no caso brasileiro, do livro precursor de Maria Sylvia de Carvalho Franco, é a partir da década de 1970 que o assunto começa a chamar a atenção de historiadores e historiadoras, em especial nos países europeus, com pesquisas desenvolvidas, principalmente, a partir do impacto teórico da história social inglesa, com destaque para o trabalho de E. P. Thompson, e da publicação de “Vigiar e punir”, do filósofo francês Michel Foucault.

Não por acaso, foram na França e Inglaterra que floresceram, nos anos subsequentes, alguns dos principais textos e autores que procuraram expandir e aprofundar as possibilidades abertas pelas investigações seminais de Thompson e Foucault. E inclusive, em não poucos casos, articulando as referências da história social às de uma “genealogia do poder” de viés foucaultiano. Assim, buscou-se fazer uma história das prisões, mas também dos prisioneiros; da polícia, mas igualmente dos policiais e do policiamento; dos discursos e instituições penais, mas em suas múltiplas e contraditórias interações com a sociedade. Enfim, fazia-se uma história do crime, mas sem descuidar de escrever a história da criminalidade e dos criminosos.

Uma história cultural do crime, que se desenvolve especialmente a partir dos anos de 1990 não é exatamente inédita, se a tomarmos como um alargamento das possibilidades abertas nas décadas anteriores por uma historiografia do crime de corte mais social. Além disso, ao reivindicar a noção de cultura, ou seja, a de uma história das práticas e representações, os historiadores culturais do crime pretenderam, no dizer de Dominique Kalifa, usar o “cultural como instrumento, uma entrada para fazer história social”. O conceito de cultura é utilizado nas suas acepções antropológica e histórica: se as sociedades humanas são culturais, um entendimento da sua dinâmica não pode prescindir de pensá-la imersa em redes complexas de relações. Ainda que os fenômenos e construtos culturais muitas vezes pautem ou expressem escolhas e condutas individuais, eles só podem ser apreendidos e compreendidos se flagrados em seu caráter

social e histórico. Trata-se, portanto, de pensar a cultura como uma teia de significados, muitas vezes conflitantes, construída pelas sociedades humanas no tempo, que significam, organizam e autorizam a vida social por meio de regras, normas, práticas e valores.

No que diz respeito mais especificamente ao objeto desse dossiê, os processos culturais criaram o vocabulário que nomeou – ou tentou nomear – os personagens que adentravam à cena e forneceram os conceitos que atribuíram sentido aos novos e contraditórios sentimentos próprios à vida moderna e urbana, notadamente o medo – ou a angústia – e a sensação permanente de insegurança. Por outro lado, foram estes sentimentos que, objetivados em práticas sociais, forjaram igualmente parte do ambiente e das condições onde se ressignificaram as próprias noções de crime e de criminoso. Neste emaranhado de novas representações, o crime e o criminoso desempenham função privilegiada. Sua singularidade reside na capacidade de a um só tempo radicalizar uma diferença irredutível frente às normas e convenções sociais e de ameaçar desde dentro as já frágeis estruturas que sustentam uma sociedade em permanente mutação.

Não inteiramente inédita, portanto, por outro lado tampouco mera continuidade da história social. A essa, a história cultural do crime acrescenta a possibilidade de pensa-lo não apenas socialmente, mas também a partir das representações que dele são produzidas a partir de diferentes suportes e linguagens. Se fenômeno cultural, o crime e sua percepção podem ser apreendidos também naqueles discursos que escapam à esfera estritamente jurídica e penal. Trata-se, portanto, de pensá-lo como uma construção cultural, apreensível por discursos os mais diversos – tais como a literatura e a imprensa –, além daqueles de caráter mais oficial. A articulação destas diferentes fontes permite acompanhar, mesmo que precariamente, as maneiras como figuras, nomes, imagens, lugares foram mapeados, identificados e organizados, contribuindo para a construção de um imaginário do crime e, principalmente na experiência da modernidade, de um crescente sentimento de insegurança.

A partir desses novos aportes teóricos, a historiografia mais recente tem se mostrado sensível à necessária e profícua articulação entre os discursos, saberes, estratégias e instituições de poder (governos, prisões, polícia, criminologia, etc...), sem descuidar de apontar as descontinuidades entre as formulações discursivas e

institucionais e sua efetiva, e por vezes precária, penetração nas experiências e práticas cotidianas. Do mesmo modo, tem se pluralizado o olhar sobre o crime, a criminalidade e o criminoso, não apenas mostrando as mudanças ocorridas ao longo do tempo, mas também como, em uma mesma temporalidade, podem-se encontrar diferentes formas de percepção e representação daqueles fenômenos. Tal pluralidade só se tornou possível com a produção de novas fontes que permitem olhar o crime e suas representações em discursos e narrativas tão distintos como os *fait divers*, o romance policial e o cinema – parte da chamada “cultura de massa” –, mas também em relatórios e estatísticas policiais, processos criminais ou cartas e diários de prisioneiros, por exemplo.

Essa renovação na história do crime fez seus frutos na América Latina, nas últimas três décadas, especialmente. No Brasil, a partir de obras publicadas nos anos 1980 por Bóris Fausto, Sidney Chalhoub, Maria Helena Machado e outros autores, iniciou-se um encantamento com a riqueza das fontes criminais. Quase sempre buscava-se descobrir ali a vida dos trabalhadores pobres, onde o fenômeno criminal seria de importância secundária. O acontecimento criminoso só parecia mais significativo quando reafirmava a violência de gênero, contra as mulheres, tema ainda muito presente nos estudos sobre crime. Das condições de vida, as fontes criminais passaram a permitir também o acesso a visões do social, a representações, onde, junto às falas do processo parece cada vez mais ser importante analisar o noticiário produzido sobre crimes e criminosos. Alguns textos publicados aqui nos mostram que esse processo não é diferente do que aconteceu em outros países da América Latina, onde a partir de obras seminais de Lila Caimari (Argentina), Daniel Palma (Chile) ou Elisa Speckman (México), um campo importante de estudos vem se abrindo. Na Argentina, o grupo de pesquisa “Crimen y Sociedad” completa dez anos de atividades; no Chile já ganha regularidade com a publicação da revista “Historia y Justicia”. Esses quadros locais permitem, por um lado, uma interlocução cruzada, a discussão sobre processos sociais que aproximam ou afastam os diferentes países da América Latina, bem como sua comparação com outras regiões. Por outro lado, já é possível notar a consolidação do campo, agendas compartilhadas e revisões historiográficas que atravessam o território, destacam linhas e tendências.

Os artigos que compõem esse dossiê pretendem ser uma amostra da renovação historiográfica apontada nos parágrafos acima, e esperamos que ele permita também reflexões sobre a questão social do crime no Brasil e no mundo. O artigo que abre o volume, de Elisa Speckman Guerra, inicia com um crime: em 1936, Concetta di Leone assassinou seu marido, um príncipe russo, em uma das praças da Cidade do México. O homicídio tem ampla repercussão e merece, segundo a autora, um tratamento próprio de uma “novela romântica”. O advogado de Concetta procura justificar o crime alegando legítima defesa da honra e profunda perturbação mental, frutos do adultério cometido pelo marido assassinado e descoberto por ela pouco antes do crime. Para a historiadora, parte do interesse pelo crime adveio do ambiente reinante no pós-guerra, mas também das muitas mudanças vividas no México pós-revolução.

Mudanças que afetavam tanto as instituições jurídicas como os valores que norteavam a sociedade mexicana. No primeiro caso, Speckman Guerra procura mostrar o funcionamento do novo aparato penal após a revolução e a transição de uma “justiça mista” para uma “profissional”. No segundo, se interroga sobre como a revolução política pode também produzir, no começo do século XX, um conjunto de novos valores e percepções que dizem respeito, entre outras coisas, a concepção da mulher na cultura e na sociedade mexicanas. Além disso, o artigo tenta mostrar a vinculação da legislação com códigos de conduta e o peso da opinião pública em sentenças judiciais, a partir do cruzamento dos discursos proferidos pelos juízes nos tribunais e a repercussão do caso na imprensa periódica do período.

Em seguida, Osvaldo Barreneche nos apresenta alguns apontamentos sobre a história da “Sociedad de Socorros Mutuos de la Policía” da província de Buenos Aires. Uma das principais responsáveis, ao longo especialmente da primeira metade do século XX, pela construção de uma organização mutualista na polícia portenha, ela foi também fundamental na conformação de uma cultura institucional que teve papel importante nas relações entre a polícia da capital e outras agências estatais e com a sociedade civil. O desenho da Sociedad e seu funcionamento serviram também como modelo

para outras associações policiais semelhantes que surgiram no período.

Se a chegada do peronismo ao poder não alterou profundamente a “Sociedad de Socorros Mutuos de la Policía” logo de início, Barreneche demonstra que logo após a consolidação do novo governo teve início o declínio da entidade. Já no final dos anos de 1940, a crescente complexidade da organização policial, acompanhada de um processo de centralização e verticalização do controle institucional, contribuiu para o seu ostracismo. A partir da metade do século XX, com o decréscimo no número de associados, entre outras coisas, a Sociedad passa a exercer um papel cada vez menos significativo como entidade representativa dos policiais. Ao final do artigo, o autor levanta algumas hipóteses para esse declínio.

No terceiro texto, a historiadora chilena Vania Cárdenaz Muñoz nos apresenta o conceito de “criminicultura” para, a partir dele, mostrar as percepções sobre a delinquência e o delinquente nos discursos da imprensa, na polícia e nas correntes do pensamento criminológico em voga nas primeiras décadas do século XX. Em seu artigo, Vania Muñoz trabalha, entre outros, com arquivos policiais da Intendência de Policía, a imprensa periódica e artigos da “Revista de Policía” de Valparaíso com o intuito de demonstrar como, naquela cidade chilena, as funções preventivas e repressivas das polícias “representaram o refúgio último de segurança para as classes dominantes”.

Frente ao avanço do sujeito perigoso e as ameaças contra a propriedade, enquanto em outros lugares ganhava força o discurso de um corpo policial técnico e científico, em Valparaíso vigorava ainda um saber prático, que cultivava um certo receio em relação às modernas teorias sobre a criminalidade e o criminoso. Forjado nas ruas, no contato e no diálogo direto com os delinquentes, o conceito de “criminicultura” se constitui como uma espécie de contraponto à cientificização teorizante da atividade policial, ao apresentar-se como capaz de apreender e compreender a dinâmica de uma sociedade também em mutação.

Encerrando as contribuições estrangeiras, o breve e instigante artigo de Philippe Artières parte de um estudo de caso, o assassinato do jesuíta Paul Géný pelo soldado italiano Bambino Marchi, em 1925, para mostrar a reação às práticas e ao saber do perito criminal, que no começo do século XX atingiram ampla e sólida penetração nas

instituições jurídicas e policiais europeias. Cruzando um conjunto bastante heterogêneo de fontes, oriundas de arquivos privados e familiares, e documentos da Companhia de Jesus e da Universidade de Roma, Artières reconstitui o crime e o processo judicial que se seguiu a ele, incluindo os diagnósticos médicos sobre Bambino Marchi produzidos durante o julgamento. Seu argumento central, no entanto, ele o constrói a partir da leitura de uma longa carta escrita pelo próprio criminoso, “uma verdadeira tomada de palavra contra a autoridade do perito”.

A primeira das contribuições brasileiras é de Ana Gomes Porto. Pesquisadora reconhecida por seu trabalho com as narrativas de crime, em seu artigo Ana Porto nos apresenta o criminoso Pedro Hespanhol – que apesar do sobrenome, era português – cuja trajetória de crimes no começo do século XIX o tornou um dos mais célebres criminosos do período. Considerado inicialmente um “sanguinário”, as representações de Pedro Hespanhol, especialmente na imprensa do Rio de Janeiro, passam por transformações significativas entre os anos de 1830, década das primeiras narrativas sobre o bandido, até a publicação, em 1884, do romance Pedro Hespanhol, de José do Patrocínio.

Em sua narrativa, Ana Porto investiga as razões que levaram a essa resignificação de Hespanhol, que de criminoso perigoso e temido é alçado à condição de “famigerado herói”. Para a autora, uma das explicações possíveis está no contexto do Segundo Reinado, em que a “suspeição aos libertos, africanos livres e escravos esteve no centro das atenções das autoridades públicas brasileiras”. Igualmente, defende, as muitas revoltas do período forjaram representações de indivíduos na mira da justiça, notadamente os pertencentes às camadas mais pobres da população. É nos interstícios dessa conjuntura que surge a figura dos “malfeitores”, tais como Pedro Hespanhol.

O artigo de Cláudia Moraes Trindade nos introduz no universo prisional baiano do século XIX, mais especificamente na Casa de Prisão com Trabalho, primeira penitenciária do estado, inaugurada em Salvador no ano de 1861. Erigida à época por seus contêrrâneos como um dos símbolos da modernidade, a Casa de Prisão com Trabalho pretendeu inserir a Bahia no contexto das reformas prisionais em voga entre final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, tanto no Brasil como no exterior. E apesar

do continente europeu servir como referência privilegiada quando se tratava de reivindicar padrões de civilização, no caso das reformas penitenciárias foi, principalmente, o modelo norte-americano a vingar no território brasileiro, e a Bahia não é exceção.

A riqueza do texto de Cláudia Trindade está, principalmente, na multiplicidade de temas que aborda e fontes que mobiliza. Para apresentar o panorama do aprisionamento da província baiana, a autora analisa desde a organização administrativa da penitenciária, seus funcionários e atribuições, ao trabalho nas oficinas, a situação da enfermaria, a escola de primeiras letras, a segurança e o perfil dos presos, entre outros temas. E ainda que o foco principal do artigo seja a Casa de Prisão com Trabalho, o texto visita rapidamente outras instituições prisionais da Bahia, analisando algumas de suas peculiaridades e diferenças em relação à penitenciária da capital.

Do Nordeste para o Sul do país, o texto seguinte, de autoria de Cláudia Mauch, analisa o funcionamento da polícia de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, ao longo da Primeira República. A historiadora se detém, principalmente, no sistema de recrutamento dos policiais, onde se evidencia, entre outras coisas, a aplicação de critérios clientelistas de seleção e as dificuldades de disciplinarização e estabilização dos efetivos policiais. Manejando principalmente fontes seriadas, tais como registros de pessoal, e qualitativas, como inquéritos administrativos, o artigo procura mostrar algumas das práticas e regras que visavam organizar a corporação policial porto alegreense do período.

Em linhas gerais, a autora mostra que tais práticas não se diferenciavam substancialmente das tentativas de modernização do aparato policial vigentes em outras capitais brasileiras do período. Por outro lado, ao analisar, entre outras coisas, o perfil social dos policiais da capital gaúcha, Cláudia Mauch identifica um descompasso entre a intenção modernizadora e o cotidiano policial efetivamente vivido. De acordo com ela, as fontes permitem outros olhares sobre o funcionamento da polícia local, permitindo superar as idealizações expressas nos regulamentos e analisar a inter-relação entre o que o Estado esperava da polícia e como a instituição se modelava nas suas relações internas.

Encerra o dossiê o artigo de André Rosemberg sobre a greve da Força Pública da cidade São Paulo. Nos primeiros dias de 1961, mais de mil policiais de diferentes patentes – de capitães a cabos –

além de soldados, paralisaram suas atividades durante os dias 13 e 14 de janeiro. O movimento paredista iniciou com os bombeiros, rapidamente mobilizando outras unidades da Força Pública da capital paulista e algumas unidades do interior. Ao fim da greve, 513 policiais foram indiciados em inquérito conduzido por um delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

O texto de André Rosenberg busca, de um lado, investigar as razões mais imediatas da greve, fundamentalmente a recusa da Assembleia Legislativa em conceder a paridade salarial dos milicianos com seus homólogos da Polícia Civil e o restante do funcionalismo público. Mas o autor procura outras motivações que não apenas as corporativas – além do aumento de salário, melhores condições de trabalho –, principalmente ideológicas. Em um contexto de breve experiência democrática, os anos posteriores ao Estado Novo e imediatamente anteriores ao golpe civil militar de 1964, mas também de acirramento de projetos antagônicos, de acordo com Rosenberg a greve de 61 mostra, em diferentes graus, a politização da Força Pública paulista, desafiando os estatutos da Lei de Segurança Nacional e o Regulamento Disciplinar e subvertendo as noções de hierarquia.

Fora do dossiê, outros três artigos integram esse volume da Revista História: Questões & Debates. Em seu texto, Norberto Tiago Gonçalves Ferraz analisa a irmandade de Santa Cruz, fundada no século XVI, e uma das mais importantes da cidade de Braga, em Portugal. No século XVIII, recorte temporal analisado pelo autor, a irmandade estava direcionada principalmente ao cuidado dos confrades defuntos, prestando assistência aos seus membros por ocasião da sua agonia e morte, acompanhando-os à sepultura e celebrando missas por suas almas. Na sequência, o trabalho de Eduardo Roberto Jordão Knack objetiva analisar as relações entre industrialização e urbanização em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, durante as comemorações do centenário do município, em 1957. Entre outras coisas, o texto procura discutir e elucidar as relações entre o desenvolvimento econômico e o campo do imaginário, para investigar a historicidade das visões e projetos para o futuro da cidade que marcaram seu centenário, além de buscar entender as

consequências desse processo para economia não apenas de Passo Fundo, mas da região norte do estado. Encerra esse número o artigo de Washington Santos Nascimento, que procura analisar as representações dos assimilados, mulheres e homens do mato nas obras produzidas pelo escritor angolano Luandino Vieira, entre os anos de 1950 e 1970. O objetivo é entender, a partir da leitura de alguns contos e romances, escritos em sua maioria nos anos de 1960, de que forma o autor delinea uma identidade nacional para o angolano.

Boa leitura!

Marcos Luiz Bretas
Clóvis Gruner
(Organizadores)

SUMÁRIO

DOSSIÊ – História cultural do crime

- 19** “La bella criminal que mató por amor”. Justicia, Honor femenino y Adulterio (Ciudad de México, década de 1930)
“La bella criminal que mató por amor”. Justice, Feminine honor and Adultery (Mexico City, 1930’s)
Elisa Speckman Guerra
- 49** Trazas de una cultura institucional policial a través de la historia de la Sociedad de Socorros Mutuos de la Policía de la Provincia de Buenos Aires en el siglo XX
Traces of a police institutional culture through the history of the Sociedad de Socorros Mutuos of the Buenos Aires Province Police during the XX century
Osvaldo Barreneche
- 69** “Criminicultura”: Policía y delito en Valparaíso durante las primeras décadas del siglo XX
“Criminicultura”: Police and crime in Valparaiso (Chile) during the first decades of the XX century
Vania Cárdenaz Muñoz
- 91** Elementos para uma história das resistências à perícia criminal: o caso Bambino Marchi, Roma, 1925
Elements to a history of resistances to criminal forensic: the Bambino Marchi case, Rome, 1925
Philippe Artières
- 103** Pedro Hespanhol: um bandido célebre no Império Brasileiro
Pedro Hespanhol: a famous bandit in the Brazil Empire
Ana Gomes Porto

- 135** Notas sobre o aprisionamento na Bahia no século XIX
Notes on imprisonment in Bahia in the 19th century
Cláudia Moraes Trindade
- 179** Por uma polícia moderna e respeitável: polícia e policiais em Porto Alegre (1886-1928)
For a modern and decent police: police and policeman in Porto Alegre (1886-1928)
Cláudia Mauch
- 207** Uma leitura da greve da Força Pública de São Paulo (13 e 14 de janeiro de 1961) – entre o corporativismo e a política
The Force Public strike in São Paulo (13 and 14 january 1961) – between corporatism and politics
André Rosemberg

Artigos

- 229** A assistência aos confrades defuntos na Irmandade de Santa Cruz de Braga no século XVIII
The support to the deceased confreres in the Brotherhood of Santa Cruz of Braga in the XVIII century
Norberto Tiago Gonçalves Ferraz
- 251** Industrialização e urbanização no centenário de Passo Fundo/RS – 1957
Industrialization and urbanization in the centenary of Passo Fundo/RS – 1957
Eduardo Roberto Jordão Knack
- 277** Entre assimilados, mulheres e homens do mato: a busca pelo sujeito nacional em Luandino Vieira.
Among assimilated and women and men of the bush: the search for the national subject in Luandino Vieira.
Washington Santos Nascimento

Entrevista

- 301** Entrevista com o Professor Paulo Pinheiro Machado
Luiz Felipe Florentino

Dossiê

História cultural do crime

Organizadores: Marcos Luiz Bretas e Clóvis Gruner

“LA BELLA CRIMINAL QUE MATÓ POR AMOR”.
JUSTICIA, HONOR FEMENINO Y ADULTERIO
(CIUDAD DE MÉXICO, DÉCADA DE 1930)

“La bella criminal que mató por amor”.
Justice, feminine honor and adultery
(Mexico City, 1930’s)

*Elisa Speckman Guerra**

RESUMEN

En este capítulo analizo el caso de Concetta di Leone, quien en 1936 asesinó a su marido. El crimen atrajo la atención de la prensa y dio lugar a un relato propio de una novela romántica. Su abogado defensor justificó el homicidio en razón del adulterio cometido por el cónyuge, sea argumentando que ella había actuado en defensa legítima del honor o considerando que había matado en un estado de profunda perturbación psicológica generado por el descubrimiento del engaño. El análisis de ambas figuras normativas y de las sentencias emitidas por los jueces resulta interesante. El asunto permite estudiar temas como la vinculación de la ley con ideas y con valores, o el margen de decisión de los jueces y los factores que influían en sus decisiones. En general, permite adentrarse en el debate sobre cómo debía funcionar la justicia y quienes debían impartirla, debate importante en la época, pues recientemente se había suprimido el juicio por jurado y se había optado por una justicia impartida exclusivamente por jueces formados en el derecho. Aún más, los argumentos de los actores que intervinieron en el juicio, de los juristas y de los periodistas, abren la posibilidad de asomarse a temas como la concepción del honor, de la mujer y del amor.

Palabras-clave: justicia; honor femenino; derecho penal

* Instituto de Investigaciones Históricas UNAM – Instituto Nacional de Ciencias Penales. E-mail de contato: speckman@unam.mx

ABSTRACT

In this chapter, I discuss the case of Concetta di Leone, who in 1936 murdered her husband. The crime drew the attention of the press and led to a narrative of a novel. Her defense attorney justifies the murder for adultery committed by the spouse, arguing that she either acted in self defense of honor or considering she had killed him in a state of profound psychological disturbance caused for finding out about the betrayal. The analyses of both normative figures and the statements issued by the judges have an interesting result. The subject allows studying topics such as linking law with ideas and values, or the margin of decision of the judges and the factors influencing their decisions. In general, it allows to enter the debate on how justice should work and who it should confer – important debate at that time, because trial by jury had recently been abolished and justice determined exclusively by judges graduated in Law was the actual option. Moreover, the arguments of the actors who participated in the trial, lawyers and journalists, open the possibility of an approach to issues such as the concept of honor, women and love.

Keywords: justice; feminine honor; criminal law

En 1936 Concetta di Leone asesinó a su marido, un príncipe ruso, en una plaza de la Ciudad de México.¹ El crimen no sólo podría haber servido como inspiración para una novela, del crimen se construyó una novela. La prensa, la princesa y su abogado hilaron un relato romántico, propio del ambiente imperante en la época de la postguerra mundial y de la postrevolución mexicana.

¿Cómo influyó este relato en las decisiones de los jueces de Concetta di Leone y qué pieza agregaron los juzgadores a esta novela colectiva? Hablo de pieza, no de desenlace, pues las consideraciones emitidas por los jueces, y que fueron comentadas por periodistas y por el defensor de la procesada, contribuyeron en la construcción de la imagen de la criminal y de su crimen. Así, el dibujo de la homicida trazado de forma previa al juicio posiblemente influyó en la decisión

¹ Un breve acercamiento a este caso, comparado con el de otra homicida, Nydia Camargo, puede verse en el capítulo "Dos autovívidas (1925 y 1936)", en SPECKMAN GUERRA, Elisa, *Del Tigre de Santa Julia, la princesa italiana y otras historias. Sistema judicial, criminalidad y justicia en la Ciudad de México (siglos XIX y XX)*, México, Instituto Nacional de Ciencias Penales-Instituto de Investigaciones Históricas UNAM, 2014, pp. 201-215.

de sus juzgadores quienes, con sus consideraciones, reafirmaron o modificaron los trazos.

La pregunta planteada al inicio del párrafo anterior constituye una de las inquietudes presentes en el trabajo. No es la única, pues el caso abre interrogantes relativas a varios temas: la concepción de la mujer, del honor en general y del honor femenino en particular, y de la pareja; la legislación y su vinculación con códigos de conducta y de valores; el sistema de justicia y su impartición; y el peso de la opinión pública en sentencias judiciales.

¿Se consideraba que el adulterio empañaba el honor del cónyuge engañado y, por ende, el asesinato del adúltero y/o de su amante podía ser interpretado como una acción en defensa del honor? Adentrándonos en el honor femenino, ¿se creía que la esposa engañada también veía afectada su imagen pública y se justificaba que matara en nombre del honor mancillado? Si se desvinculaban adulterio y deshonor, ¿el asesinato del cónyuge adúltero se justificaba con otros argumentos? Las respuestas a las preguntas anteriores dependen de la concepción de la mujer, de la pareja y del amor, y por ende, cambian según la época y el lugar, el sector social y cultural al que pertenece el individuo que las responde o incluso el individuo que les da respuesta. En general, creo importante preguntarse: ¿el cambio en la situación y la concepción de la mujer que, según diversos historiadores, se registró tras la Revolución, conlleva una variación en la visión sobre la esposa víctima del adulterio y sobre las reacciones que se justificaban en reacción a dicha ofensa?

También resultan interesantes las preguntas que el proceso permite plantear en torno a las normas que regulaban al uxoricidio por adulterio y su vinculación con ideas y valores.

Por último, el caso permite plantear preguntas relevantes en torno a las consecuencias que un reciente cambio en el sistema de justicia pudo tener en la nota roja y, sobre todo, en la resolución de los casos. En 1929 se suprimió el juicio por jurado y se produjo el tránsito de una justicia mixta (en que participaban jurados o ciudadanos legos) a una justicia impartida por jueces profesionales. Diversos argumentos sustentaron la supresión, entre otras cosas, se dijo que los miembros del jurado no emitían su veredicto basándose exclusivamente en las pruebas presentadas sino influidos por simpatías, antipatías, prejuicios, expectativas, temores, fantasías,

imaginarios, etcétera. Las absoluciones de varias mujeres que en la década de 1920 mataron a sus esposos o amantes permitieron a los detractores del tribunal sustentar esta idea.² Se decía, en suma, que los jueces profesionales se apegarían a las pruebas y a las leyes. Considerando lo anterior, cabe preguntarse: ¿la opinión pública, favorable a la princesa, hubiera tenido más peso en los jueces legos que en los profesionales? ¿La suerte de Concetta di Leone habría sido diferente si hubiera matado siete años antes y hubiera sido juzgada por nueve ciudadanos?

Así, el caso no sólo permite plantear preguntas sobre varios temas sino que se vincula con interesantes procesos, como el cambio de valores registrado a principios del siglo XX, el paso de una prensa de nota roja centrada en el juicio a una centrada en el crimen, o el tránsito de una justicia mixta a una profesional.

Para estudiarlo utilicé archivos judiciales y periódicos. Revisé el proceso de primera y de segunda instancia, así como el expediente carcelario de Concetta di Leone. Asimismo, revisé tres periódicos de amplia difusión: *Excelsior* y dos más inclinados a la nota roja, *El Universal Gráfico* (edición vespertina de *El Universal*) y *La Prensa*.

Lo anterior me permite relatar, primero, la historia de la criminal y de su crimen. Tras el relato, presentaré el escenario del juicio, considerando el sistema de justicia y los actores que intervenían en su impartición, la legislación aplicable al homicidio cometido por adulterio y experiencias de homicidas que en la etapa del juicio por jurado argumentaron haber matado en defensa de su honor. Finalmente, daré noticia del desenlace, considerando decisiones de los jueces y la visión que de su futuro presentó Concetta di Leone, viuda del príncipe Nigeradze.

2 Para el juicio por jurado y los argumentos esgrimidos en favor y en contra de la institución, ver "El jurado popular para delitos comunes: leyes, ideas y prácticas (1869-1929)", en SPECKMAN GUERRA, Elisa, *Del Tigre de Santa Julia, la princesa italiana y otras historias. Sistema judicial, criminalidad y justicia en la Ciudad de México (siglos XIX y XX)*, Op. Cit, pp. 93-128.

I. El drama

"Recibí la visita de un príncipe, me dijo que tú y él están enamorados, que quieres el divorcio".³ Esas fueron las palabras que Juan de Velasco le dirigió a su esposa el día en que fue visitado en su oficina, la jefatura de compras de los ferrocarriles mexicanos, por Vladimir Nigeraдзе. Ella lo confirmó y poco después se separó de su marido, con quien tenía 13 años de casada y dos hijos. Inmediatamente contrajo matrimonio con el ruso.

Vladimir Nigeraдзе (Nizharadz) se ostentaba como descendiente de una familia georgiana que se contaba entre las principales ramas nobles de Rusia a mediados del siglo XIX. Muchos de sus miembros, entre ellos Vladimir, sirvieron en los ejércitos del zar. Sin embargo, al triunfo de la revolución soviética debieron salir del país, dejando atrás su fortuna y sus privilegios.

Concepción, proveniente de una familia de origen italiano, era culta y muy bella. No tuvo problemas para adaptarse al grupo social que frecuentaba su marido ni a las obligaciones sociales derivadas de su título: la princesa Nigeraдзе. Tras casarse viajaban frecuentemente a Europa y, estando en México, ella tomaba clases de equitación y de tiro.

La costosa forma de vida minaba el patrimonio que Concetta di Leone había recibido de su marido y su familia. Ello sin contar el dinero invertido en los negocios de Vladimir Nigeraдзе, entre ellos, una fábrica de jabón. Con el tiempo la flamante princesa perdió su dinero, a sus hijos y a su marido, quien se mudó a un hotel pero comía diariamente en la casa del cónsul de Finlandia, Leo Granroos. Al parecer se hizo amante de su cónyuge, Xenia Prochorova. "Esa mujer tiene la culpa de todo; ella fue la que me arrebató el cariño y la consideración de mi esposo", relataría posteriormente Concetta di Leone a periodistas y agentes investigadores.⁴

3 Tomado de GARMABELLA, José Ramón, *¡Reportero de policía! El Güero Téllez*, México, Editorial DeBolsillo, 1982, p. 185.

4 "Un príncipe asesinado por su esposa en el Hipódromo", *La Prensa*, 29 de noviembre de 1936, p. 30.

Sola y sin dinero, pasaba horas persiguiendo al hombre que la había dejado. Las escenas en que imploraba su amor y le manifestaba sus celos fueron presenciadas y posteriormente relatadas por varios testigos. Por ejemplo, una noche, cuando Vladimir Nigeradze salía del cine acompañado por los Granroos, Concetta di Leone le golpeó la cara con su bolso, él le detuvo la mano con tal violencia que le luxó un dedo. Cada vez más trastornada, ella se apostó permanentemente fuera del edificio que habitaba el marido: “Me conformaba con verlo salir. Una criada compadecida me hacía compañía y a ella le confiaba mis pesares”.

No sólo esperaba verlo salir, también esperaba la oportunidad de delatarlo con el diplomático, pues confiaba en que si éste constataba la infidelidad de su esposa le pediría a Vladimir que abandonara su casa. Una tarde, vio al ruso introducirse furtivamente a la casa de Xenia Prochorova. Le avisó al esposo de ella, quien poco después llegó a la vivienda. Esperó un largo rato y nada sucedía. Entonces se dirigió a la caseta telefónica más cercana para marcar al domicilio de los Gronroos y, de nueva cuenta, hablar con Leo. Le suplicó que intercediera por ella. “No puedo hacer nada, por lo que veo lo que usted pretende es seguir ostentando el título de princesa”. Después le comunicaron a Vladimir. “Mira, lindo, es preciso que vuelvas a mi lado, pues la vida es imposible para mi si no estás conmigo”. Éste le respondió: “Es mejor que me olvides pues tengo el firme propósito de no volver a tu lado jamás” y sugirió que “siguiera la línea” de muchas señoras, cuyos maridos tenían amantes sin que ellas se molestaran.⁵

⁵ Para el relato del matrimonio de Concetta di Leone y los sucesos registrados antes del homicidio pueden verse el auto de formal prisión dictado por el juez en su expediente carcelario (Archivo Histórico del Distrito Federal, Fondo Cárceles, Penitenciaria, Expedientes de reos 1920-1949, Caja 331, Partida 6408) y el proceso de primera instancia, publicado en *Anales de Jurisprudencia*, Año 1937, Tomo XIX, pp. 693-698. El mismo relato puede verse en las notas periodísticas publicadas en los tres periódicos revisados: *Excelsior* (“Príncipe asesinado. Honda tragedia en la glorieta de Citlaltepétl”, 29 de noviembre de 1936, Segunda Sección, p. 7; “Bella princesa en el escuadrón de la muerte. Nadie ha pedido el cadáver del noble Nigeradse”, 30 de noviembre de 1936, Segunda sección, p. 8; “Concetta di Leone fue informada ya sobre la muerte del príncipe”, 1 de diciembre de 1936, Segunda Sección, p. 6 y “Concetta di Leone quiere morir”, 1 de diciembre de 1936, Segunda Sección, p. 8); *El Universal Gráfico* (“La princesa ignora o finge ignorar que es una homicida. Su relato en la reja del juzgado”, 1 de diciembre de 1936, pp. 3 y 18); y *La Prensa* (“Dolorosa historia de Concetta, la bella criminal que mató por amor”, 1 de diciembre de

Conceta di Leone se dirigió a su casa y tomó una pistola calibre 32 que el ruso le había regalado. Regresó a la puerta del edificio esperando que éste saliera a caminar, como lo hacía todas las tardes acompañado por el cónsul. En la plaza de Citlaltépetl, en la colonia Hipódromo – Condesa, le disparó cuatro tiros. “Chula, volveré a ti, volveré a ti”, dijo Vladimir Nigeradze antes de perder la consciencia. “Lindo, óyeme, te he querido con delirio, te amo con toda la vida, ¿verdad que aún me quieres?”, fueron las últimas que ella le dirigió. Los testigos la desarmaron antes de que pudiera suicidarse.⁶

Vladimir Nigeradze murió camino al hospital, Concetta di Leone sufrió una crisis nerviosa en su tránsito a la Delegación de Policía. La inculpada permaneció en ese estado por muchas horas, ignoraba que su marido había muerto y soñaba con que la visitaba llevando un gran ramo de rosas.⁷ Tres días después, cuando ya había sido trasladada a la penitenciaría de Lecumberri, donde estaría presa de forma preventiva mientras transcurría su juicio, la jefa de celadoras le dio la noticia. “Lo que se esperaba ocurrió, llantos, gritos y estallidos de nervios”, relató el reportero de *Excélsior*.⁸

Los periódicos y el público simpatizaron con la homicida. Los primeros, reprodujeron los detalles de la historia anteriormente relatada. Para ese entonces la nota roja había dejado de centrarse en el juicio como lo hacía en la etapa en que funcionaba el jurado, en los años en que la sala de audiencias se abarrotaba de un público ansioso de presenciar la actuación de los testigos y de los peritos, de conocer a los procesadas y de escuchar las larguísimas intervenciones del fiscal y del defensor. Ahora se centraba en el crimen. Los reporteros – como Alberto Téllez Vázquez “El “Güero Téllez”, quien cubrió el caso – eran avisados por la policía y se presentaban aún antes que los

1936, p. 15 y “La princesa Concetta se debate en una intriga que será un escándalo social”, 2 de diciembre de 1936, pp. 2 y 17).

6 Para el relato del crimen ver “Príncipe asesinado. Honda tragedia en la glorieta de Citaltepetl”, *Excélsior*, 29 de noviembre de 1936, Segunda Sección, p. 1; y “Un príncipe asesinado por su esposa en el Hipódromo”, *La Prensa*, 29 de noviembre de 1936, pp. 3 y 30.

7 “La bella princesa que nada quiere y nada espera”, *La Prensa*, 30 de noviembre de 1936, p. 17.

8 “Concetta di Leone fue informada ya sobre la muerte del príncipe”, *Excélsior*, 1 de diciembre de 1936, Segunda Sección, p. 1; y “La princesa Concetta se debate en una intriga que será un escándalo social”, *La Prensa*, 2 de diciembre de 1936, pp. 2 y 17.

detectives en la escena del crimen, participaban en la investigación y daban detallada cuenta de sus progresos. Una vez iniciado el proceso las noticias escaseaban, pues ni las diligencias breves ante las rejas ni las conclusiones que por escrito presentaban los litigantes resultaban atractivas.

Interesados por los detalles del crimen y los móviles de la protagonista, los periodistas publicaron y adornaron la declaración rendida por Concetta di Leone ante la policía y ante su juez, además de publicar una carta que ella supuestamente había escrito a Vladimir días antes de matarlo.

“Por este hombre abandoné a aquél otro, que fue muy bueno para mí y me quiso mucho”. Con el divorcio inició una historia que Concetta di Leone narraría con mayor detalle, la de su segundo matrimonio. “Como conviene a una buena esposa, fui buena y sufrida para él, jamás le fui infiel, ni con el pensamiento”. Sostuvo que había vendido su casa y sus joyas para ayudar a Vladimir Nigeradze en sus proyectos y que le había entregado todo su dinero, incluyendo catorce mil pesos para su fábrica. Lamentó que, a pesar de ello, él la hubiera dejado sola cuando estaban en la miseria.⁹

Lo responsabilizó de sus padecimientos económicos: “Tú pagas 60 pesos mensuales, por alimentos, en cambio no tuviste dinero para darme y yo, desesperada, tuve que buscar dinero prestado para poder comer”. Y lo culpó de su soledad: “Por él he sido abandonada de mis dos hijos, que se me han desamorado y ya no me quieren”. Le escribió:

lo que más me desespera en mi vida contigo, es que te acuerdes de que hace tres años, estando con mis hijos jugando en nuestra casa y teniendo el niño trece años de edad, tu bajaste a la sala al oír que hacían ruido los dos hermanitos y lejos de hacerles algunas observaciones como todo hombre correcto, le diste un bofetón al niño en la cara, hinchándosela y poniéndosela morada, claro, el niño al ver eso y sin poderse defender, porque era my

9 “Príncipe asesinado. Honda tragedia en la glorieta de Citaltepetl”, *Excélsior*, 29 de noviembre de 1936, Segunda Sección, p. 7.

chiquito, tomó a su hermanita y se fue para casa de su abuelita, sin jamás volver a entrar a mi casa.

Para, finalmente, preguntarse: "¿Cómo voy a quedar conforme en estar así, sola, abandonada, sin dinero, sin el amor de mis hijos, con un hogar perdido, en fin, en la miseria, desgraciada y en la calle".¹⁰

Por lo general, el seguimiento que los periódicos realizaban del crimen estaba acompañado con por fotografías y fotomontajes, en los cuales la imagen del inculpado se colocaba junto a la del cadáver de la víctima o la escena del crimen. Como afirma la historiadora Rebeca Monroy, en esa época mejoró la técnica fotográfica y se redujo el tamaño de las cámaras, lo cual permitió a los reporteros cubrir mayor gama de sucesos, además se introdujo el fotograbado con lo que se facilitó la reproducción de imágenes en los periódicos.¹¹ En palabras de otro historiador, Pablo Piccato, "surgió un lenguaje gráfico que llenaba las planas de los diarios con imágenes de cadáveres desnudos o en estado de composición, junto a retratos policíacos de los sospechosos, así como de los instrumentos y evidencias de la muerte". Las imágenes conferían un matiz dramático a los reportajes escritos y el color de la sangre daba su nombre a la "nota roja".¹²

Sin embargo, en este caso prácticamente no hubo imágenes. Los protagonistas prefirieron no ser fotografiados y al parecer contaron con las influencias que les permitieron evitarlo. Tampoco Concetta quería ser fotografiada. "¡Ahora no me podrán sacar la cara, pues no me quitaré el chal", les dijo a los reporteros que la esperaban en las rejas del juzgado y se cubrió con un grueso chal de punto y un

10 "Una carta de Concetta, la bella matadora del príncipe destila amor, odios, penas y venganzas", *La Prensa*, 10 de abril de 1937, pp. 2 y 19.

11 MONROY NASR, Rebeca, *Historias para ver. Enrique Díaz, fotorreportero*, México, Instituto de Investigaciones Estéticas, Universidad Nacional Autónoma de México – Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2003.

12 PICCATO, "Todo homicidio es político. El asesinato en la esfera pública en el México del siglo XX", en Víctor GAYOL, *Formas de gobierno en México. Poder político y actores sociales a través del tiempo. Volumen II: Poder político en el México moderno y contemporáneo*, Zamora, El Colegio de Michoacán, 2012 (Colección Debates), pp. 627-654. La cita en pp. 635-636.

abrigo.¹³ La princesa había tenido mejores tiempos y había sido fotografiada en mejores condiciones. No debía aprovechar la oportunidad de ser captada por las cámaras, como debieron hacerlo criminales que sólo tras matar alcanzaron la fama, como María Elena Blanco.

La renuencia a acceder a las pretensiones de los fotógrafos no minó la simpatía que le profesaban los redactores. *Excelsior* se refirió a ella como “la hermosa matadora que obró en un momento de loca ofuscación” o como “la princesa de los tristes destinos”, *La Prensa* habló de “la bella criminal que mató por amor”.¹⁴

También los lectores mostraron inclinación hacia la inculpada. Le surgieron enamorados. Uno de ellos, Kid Guerrero, boxeador y empresario boxístico, le ofreció su apoyo y su apellido:

Muy estimada y linda princesa, tengo el gusto de saludarla muy cariñosamente y ponerme a sus pies en cuerpo y alma para lo que desee y tengo el placer de decirle que muy pronto puedo servirla y dar mi vida y hasta mi trabajo por usted. Perdone mi franqueza y mi discreción, pero es que la quiero a usted con toda mi alma desde el primer día en que la vi ... Ya puede usted olvidar sus penas pues hay un corazón que la adora.¹⁵

Así, Concetta di Leone quedaba convertida en un personaje de novela romántica, como correspondía a la época en que Eduardo VIII de Inglaterra abdicaba al trono por su amor a una divorciada estadounidense, Wallis Simpson. A ella le gustaba la similitud, se trataba de dos plebeyas casadas con dos príncipes.

¹³ “La princesa ignora o finge ignorar que es una homicida. Su relato en la reja del juzgado”, *El Universal Gráfico*, 1 de diciembre de 1936, p. 3.

¹⁴ *Excelsior*, “Príncipe asesinado. Honda tragedia en la glorieta de Citaltepetl”, 29 de noviembre de 1936, Segunda Sección, p. 9; y “Concetta di Leone quiere morir”, 1 de diciembre de 1936, Segunda Sección, p. 1; y *La Prensa*, “Dolorosa historia de Concetta, la bella criminal que mató por amor”, 1 de diciembre de 1936, pp. 2, 7, 15 y 19.

¹⁵ La carta fue publicada en los diarios: “Un boxeador se ha enamorado locamente de la bella princesa”, *La Prensa*, 11 de diciembre de 1936, pp. 2 y 17.

II. El escenario

En la década de 1930 los homicidios eran juzgados por Cortes Penales.¹⁶ Dichos tribunales fueron creados en 1929 para sustituir al jurado popular y estaban integrados por tres jueces, quienes al ocupar el cargo debían estar formados en el derecho y contar con experiencia previa. Por tanto, se ofrecía una justicia colegiada y profesional.

El proceso se dividía en dos fases: instrucción y audiencia. En la primera, dirigida por uno de los jueces que integraban la Corte Penal, el agente del Ministerio Público y el defensor presentaban pruebas tendientes a determinar la forma en que había ocurrido el hecho juzgado. Los tres jueces asistían a la vista de la causa. Una vez que presentaban sus posturas, la acusación y la defensa cuestionaban al procesado, testigos y peritos, buscando que los jueces tuvieron contacto con las pruebas. La audiencia concluía con los alegatos.¹⁷ De acuerdo al sistema de justicia – mixto, pero con ingredientes importantes del acusatorio – el fiscal y el defensor debían estar en igualdad de condiciones.

El juez que se había encargado de la instrucción elaboraba un proyecto de sentencia, que sometía al voto de sus compañeros. Con base en las pruebas, los jueces determinaban la responsabilidad del procesado y las circunstancias del delito, para finalmente determinar el tipo penal correspondiente y gradar la pena. Según ordenaba la Constitución, ningún individuo podía ser juzgado con leyes retroactivas que lo perjudicaran y sólo se le podía imponer una pena decretada por una ley exactamente aplicable al delito cometido.¹⁸ En el código penal se enlistaban las acciones que podían ser consideradas como delito y se contemplaba la pena que cada una merecía. En el caso de la prisión se fijaba un límite temporal. Con el fin de gradar la

16 Las Cortes Penales conocían de los delitos que merecían una pena media mayor a seis meses de prisión. Código de procedimientos penales para el Distrito y Territorios Federales promulgado el 2 de enero de 1931 (en adelante Código de procedimientos penales de 1931), art. 10.

17 Código de procedimientos penales de 1931, arts. 287-304 y 313-331.

18 Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos promulgada en 1917 (en adelante Constitución de 1971), art. 14.

sanción dentro del máximo y el mínimo, los jueces podían considerar libremente tanto las circunstancias en que se había cometido el delito como las características del criminal.¹⁹

Una vez notificada la decisión, si la acusación o la defensa consideraban que en el procedimiento se habían violado leyes procesales o en la sentencia leyes de fondo, podían apelar. El recurso era revisado por el Tribunal Superior de Justicia del Distrito Federal (en adelante TSJ), cuyas salas también funcionaban de forma colegiada. Los Magistrados podían confirmar, revocar o modificar la resolución de primera instancia. Su decisión era definitiva.²⁰ No obstante, el sentenciado podía interponer una demanda de amparo si consideraba que las autoridades judiciales habían violado sus derechos consagrados en la Constitución (no sólo derechos procesales, también el artículo que ordenaba la exacta aplicación de la ley).²¹ El juicio de amparo estaba a cargo de tribunales federales.

En suma, los jueces debían respetar los principios constitucionales y ceñirse a las leyes penales. No estaban obligados a observar los criterios de los Ministros (a menos que hubieran generado jurisprudencia) ni de los Magistrados. Sin embargo, según juristas de la época, sus tesis sí eran tomadas en cuenta.²² Ahora bien, como señalé arriba, el supuesto desapego de los miembros del jurado popular respecto a las pruebas presentadas al momento de determinar la responsabilidad del procesado y la forma en que había ocurrido el hecho juzgado, fue uno de los argumentos principales que se esgrimieron con objeto de suprimir al tribunal. Según los detractores del juicio por jurado, el veredicto de los ciudadanos obligaba al juez de derecho a aplicar una ley que no se ajustaba al hecho probado y, con ello, se violaba el principio de legalidad. Lo anterior, presumiblemente, dejaría de ocurrir si la justicia quedaba a cargo de

19 Código penal para el Distrito y Territorios Federales en materia de fuero común y para toda la República en materia de fuero federal, expedido el de enero de 1931 (en adelante código penal de 1931), arts.51-59.

20 Código de procedimientos penales de 1931, arts. 414-434.

21 Los derechos del inculcado y del procesado estaban contemplados en los artículos 16 – 20 de la Constitución de 1917.

22 Por ejemplo, Ricardo Abarca (*El derecho penal en México*, México, Jus, 1941, pp. 31 y 33).

jueces formados en el derecho y avezados en la valoración de las pruebas.

En los treintas, para el homicidio calificado (cometido con alevosía, premeditación, ventaja o traición), el código penal contemplaba una sanción que podía oscilar entre los 13 y los 20 años de prisión, para el cometido sin dichas calificativas, una sanción de entre 8 y 13 años.²³ Sin embargo, tanto para el homicidio como para otros delitos, los miembros de la comisión redactora del código incluyeron figuras atenuadas y excluyentes de responsabilidad (como actuar en estado de enajenación mental permanente o transitoria, o delinquir en defensa legítima de la vida). Específicamente, al homicidio cometido en reacción al adulterio se vincularon dos figuras: el uxoricidio cometido en caso de adulterio flagrante (que merecía entre 3 días y 3 años de prisión) y la defensa legítima del honor (excluyente de responsabilidad, que derivaba en la absolución del procesado).

El análisis de estas dos figuras y de su posterior aplicación exige reflexionar sobre tres temas: el significado que en aquella época se le otorgaba al honor masculino y al femenino, la vinculación que se establecía entre el adulterio y el honor de ambos cónyuges, y por último, las acciones que se justificaban en reacción al adulterio, tanto por parte del marido como de la esposa.

En 1941, en una sentencia de amparo, sostuvieron los Ministros de la Primera Sala Penal de la Suprema Corte de Justicia de la Nación (en adelante SCJN): “Por honor debe entenderse persona sin mancha, consideración absoluta, limpieza de vida, cumplimiento absoluto del deber respecto al semejante, pundonor en no ser disminuido”.²⁴ Poco después el jurista Demetrio Sodi afirmó: “pertenece al honor lo que es decente, decoroso, razonable y justo, y vive con el honor el que no hace cosa alguna que repugne a las buenas costumbres y al decoro público o privado”.²⁵

23 Código penal de 1931, arts. 302-309 y 315-320.

24 Amparo penal directo 3549/31, fecha 21 de abril de 1933. *Semanario Judicial de la Federación*, Quinta época, Primera Sala, XXXVII, p. 2127. La afirmación fue retomada por los editorialistas de editorialistas de *Los Tribunales*, “Legítima defensa del honor”, febrero de 1941, Tomo XVIII, Núm. 4, pp. 110 – 115. La cita en p. 110.

25 SODI, Demetrio, “Defensa legítima del honor”, en *Criminalia*, 1943, Vol IX, Num. 11, pp. 681 – 694. La cita en p. 682.

Autores de la época creyeron que no se trataba meramente de la apreciación personal del individuo sobre su propia conducta, pues también contaba la opinión de la comunidad. En 1933, Clotario Margalli González, juez penal que antes había sido agente del Ministerio Público, definió al honor como "la estima y respeto de la propia dignidad y de la buena reputación personal".²⁶ Por su parte, Demetrio Sodi lo catalogó como "la gloria o la buena reputación que sigue a la virtud, al mérito, a las acciones buenas o heroicas, las cuales trascienden a las familias, personas y acciones mismas del que se la granjea".²⁷ Siguiendo esta idea, el penalista Mariano Ruíz Funes habló de honor subjetivo (sentimiento que poseía cada hombre de su dignidad) y objetivo (la opinión de los demás y la estima recibida en consecuencia). Consideró que ambos debían ser tutelados por las autoridades, pues formaban parte importante del patrimonio moral de una persona.²⁸ En el mismo sentido, en 1932, Magistrados del TSJ, José Ortiz Tirado y Alfonso Teja Zabre, hablaron de un yo personal y de un yo social, y sostuvieron que los dos merecían protección jurídica, siendo la reputación un aspecto fundamental del social.²⁹

El honor se consideraba, entonces, como un patrimonio moral que los legisladores debían proteger, sancionando a los individuos que atentaban contra la reputación de otro. Faltaba determinar si el adulterio manchaba el honor del cónyuge engañado. En relación a lo anterior se notan dos posturas: algunos consideraban que el adulterio femenino empañaba el honor del marido pero que no sucedía lo mismo con el adulterio masculino, mientras que otros creían que ni uno ni otro afectaban el honor del cónyuge engañado.

La primera corriente tenía una larga tradición. Por ejemplo, los redactores del primer código penal para el Distrito Federal, promulgado en 1871, sostuvieron: el marido queda infamado, con

26 MARGALLI GONZÁLEZ, Clotario, *La excluyente de defensa del honor*, México, Ediciones del Sindicato de Abogados del Distrito Federal, 1933, p. 11.

27 SODI, "Defensa legítima", *Op. Cit.*, p. 682.

28 RUÍZ FUNES, "El Derecho al honor", pp. 721 - 726.

29 Tomado de RUÍZ FUNES, Mariano, "El derecho al honor", *Criminalia*, 1944, Año X, pp. 718 - 733. La cita en p. 720.

razón o sin ella, por la infidelidad de su consorte.³⁰ Para la década de 1930 esta idea seguía vigente. En una tesis emitida en 1933 y que fue retomada por los editorialistas de una revista de litigantes que llevaba por título *Los Tribunales*, los Ministros de la Primera Sala de la SCJN, atendiendo a la “realidad ambiente, la constitución de la familia mexicana y la idea predominante en la sociedad”, sostuvieron: “la esposa es la guardiana del honor conyugal y cualquier infidelidad suya, refluye directamente en el marido, lesiona su honra, mancha su vida y lo disminuye en el concepto social”.³¹ Diez años más tarde, los Ministros de la misma Sala consideraron: “El esposo que sufre la infidelidad de su cónyuge, es objeto de las murmuraciones, de las burlas y en algunas ocasiones de las diatribas de sus vecinos, de sus conocidos y aún de extraños”. Lo anterior, concluyeron, disminuía “su valor social” y dañaba su “honor externo”.³²

Partiendo de lo anterior, se justificaba que el marido diera muerte a los adúlteros sorprendidos in fraganti. De lo contrario, afirmó Clotario Margalli González, “será víctima al día siguiente y después, de las burlas, las críticas y las murmuraciones del público enterado de su deshonor”. En su opinión, que el ofendido solicitara a los tribunales castigo para los adúlteros o tramitara el divorcio no bastaba para que la sociedad lo considerara “limpio de deshonor”. Y afirmó que según el “sentir de la sociedad mexicana”, en estos casos, “se hace necesaria la sangre”.³³ Con esta idea coincidieron los editorialistas de *Los Tribunales*, quienes sostuvieron que durante el tiempo que duraba el juicio subsistía una ofensa que debía haber sido atacada de forma inmediata.³⁴

Sobra decir que esta postura también era vieja. Por ejemplo, en 1884, en defensa de un militar que había matado a su esposa adúltera, el abogado Manuel Lombardo sostuvo que un marido que se

30 “Exposición de motivos” del *Código penal para el Distrito Federal y territorio de la Baja California, sobre delitos del fuero común, y para toda la República sobre delitos contra la federación*, expedido en diciembre de 1871 (en adelante código penal de 1871).

31 Amparo penal directo 3549/31, fecha 21 de abril de 1933. *Semanario Judicial de la Federación*, Quinta época, Primera Sala, XXXVII, p. 2127.

32 Sentencia en el proceso de Ersiteo Martínez Loza, *Anales de Jurisprudencia*, Año 1943, Tomo XLVIII, pp. 474-476.

33 MARGALLI GONZÁLEZ, *La excluyente de defensa del honor*, *Op. Cit.*, pp. 15 – 16.

34 “Legítima defensa del honor”, *Op. Cit.*, p. 112.

encontraba en estos casos sólo podía seguir un camino digno: matar a sus ofensores. En su opinión, otros caminos no lo eran. El "desgraciado rufián que carece del valor necesario para matar" podía ignorar el asunto y convertirse en cómplice de lenocinio, o denunciarlo ante los jueces y atraerse la antipatía de la comunidad al externar "acciones que merecen sepultarse en los dolores del alma".³⁵ En ese juicio, al igual que en otros similares, los miembros del jurado consideraron que el enjuiciado había actuado en defensa legítima del honor y determinaron su absolución.

Efectivamente, considerar que el adulterio cometido por la esposa generaba un grave daño al honor del marido, podía llevar a pensar que, al matar a los adúlteros, éste actuaba en defensa legítima de su honor. Según el código penal, actuaba en defensa de su persona, de su honor o de sus bienes, o de la persona, honor o bienes de otro, quien repelía una agresión actual, violenta, sin derecho y de la cual resultaba un peligro inminente. Ello lo eximía de responsabilidad penal y, por tanto, de sanción. La defensa legítima del honor era, entonces, equiparable a la de la vida. Pero era necesario que se presentaran varias circunstancias: que el procesado actuara en respuesta a una agresión sin derecho y que no había podido prevenir; que el peligro a su honor fuera inminente y que el daño causado no pudiera repararse posteriormente por medios legales; y que el acto defensivo fuera proporcional al daño que podía haber causado el agresor.³⁶

Según expusieron en 1933 los Ministros de la Primera Sala en la tesis a la que aludí arriba, el homicidio de los adúlteros cometido por el marido engañado cumplía con estas condiciones. Consideraron al adulterio como una agresión actual e inminente (pues consideraban que el adulterio ofendía a los sentimientos del marido, a su honor, su fama, su estimación social, y lo entendían como un delito permanente, que no se integra por un acto carnal único), violenta

35 LOMBARDO, Manuel, *Defensa pronunciada por... en la causa instruida al teniente coronel Joaquín Morales ...*, México, Imprenta de Francisco Díaz de León, 1884.

36 Código penal de 1931, art. 15, fracción III. Lo mismo en los códigos previos, el de 1871 y el de 1929. Para las consideraciones de los legisladores hacia los individuos que actuaban para defender su honor u ocultar su deshonra ver SPECKMAN GUERRA, Elisa, "De méritos y reputaciones. El honor en la ley y la justicia (Distrito Federal, 1871-1931)", *Anuario Mexicano de Historia del Derecho*, XVIII, 2006, pp. 331 – 361.

(pues en esta categoría no sólo debían contarse las agresiones físicas, sino también las morales) y sin derecho (pues del contrato matrimonial derivaban deberes de fidelidad y el adulterio constituía una falta a esas obligaciones, que no autorizaban la ley o las conveniencias sociales).³⁷

En lo anterior, resulta importante un punto: consideraban que el adulterio no se integraba por un acto carnal único. Su postura se ilustra con un caso que data de la etapa en que todavía funcionaba el juicio por jurado, pero cercano a los años que nos ocupan. En 1927 el abogado Federico Sodi defendió a un militar que había asesinado a su esposa y a su amante. Desde mucho antes tenía sospechas de que ella lo engañaba, es más, como demostró el fiscal, tenía elementos para saberlo. Para sorpresa de todos, fue el propio defensor quien orilló al procesado a que confesara que lo sabía: "tenía que matarlo, para remediar no las cosas del pasado, sino para que no se repitieran en el futuro". Lo hizo pues deseaba obtener esa respuesta y mostrar al jurado que el honor no sólo se perdía una vez sino muchas veces, todas aquellas en que el marido era víctima del escarnio público.³⁸

Los Ministros y el abogado respondieron así a una de las principales objeciones que se levantaban ante la posibilidad de considerar al uxoricidio por adulterio como un acto cometido en defensa legítima del honor. La defensa legítima se entendía como una acción preventiva. En 1933 José Ángel Ceniceros y Luis Garrido, miembros de la comisión que dos años antes había redactado el código penal y fundadores de la revista *Criminalia*, consideraron que la muerte de la adúltera no prevenía un daño al honor del marido, pues ya había sido mancillado.³⁹ En palabras de otro fundador de la revista, Francisco González de la Vega, "la acción sangrienta del ultrajado se realiza cuando el acto sexual ya está consumado", por ende, la agresión no se prevenía, se vengaba.⁴⁰ Casi al mismo tiempo,

37 Amparo penal directo 3549/31, fecha 21 de abril de 1933. *Semanario Judicial de la Federación*, Quinta época, Primera Sala, XXXVII, p. 2127.

38 SODI, Federico, *El jurado resuelve*, 5ª ed., México, Porrúa, 2001. (Primera edición 1961). El caso mencionado en pp. 79 - 111.

39 CENICEROS, José Ángel y Luis GARRIDO, "La defensa del honor y el uxoricidio en caso de adulterio", *Criminalia*, 1933, Año I, pp. 69 - 73. La cita en pp. 69-70.

40 GONZÁLEZ DE LA VEGA, Francisco, *Derecho penal mexicano*, 34ava edición, México, Porrúa, 2003 (Primera edición 1935), p. 53.

Ministros de la SCJN negaron la posibilidad de considerar que el marido ultrajado actuara en defensa del honor, "porque la defensa indica evitación, conservación, y ya en este caso el derecho que se defiende no existe, por haber sido violado".⁴¹

Por tanto, en los primeros años de la década de 1930, aún entre los Ministros de la SCJN, existían posturas encontradas sobre la posibilidad de considerar al homicidio cometido en reacción al adulterio como un acto cometido en prevención a un daño en el honor del cónyuge ofendido. La misma oscilación se nota en decisiones de jueces y Magistrados locales.⁴²

La aplicación de la figura de la defensa legítima del honor en casos de uxoricidio cometidos por adulterio se enfrentó a otra objeción. Como mencioné, algunos juristas sostenían que ni siquiera el adulterio femenino constituía un daño al honor del cónyuge. Así lo hizo Carlos Franco Sodi, en 1933, al comentar la obra de Clotario Margalli. Según el comentarista, el cónyuge adúltero podía lastimar el concepto que sobre él mismo se tenía, pero no la visión sobre su cónyuge, pues el honor no podía ser lesionado por actos ajenos.⁴³ Lo mismo afirmó, por los mismos años, Francisco González de la Vega.⁴⁴

Si el homicidio por adulterio no podía considerarse como resultado de la defensa legítima del honor, podía recurrirse a la atenuación del acto. Para el individuo que mataba a su cónyuge y/o a su amante sorprendiéndolos en el acto carnal o en uno próximo a él, los redactores del código penal contemplaron una pena menor que para otros homicidas.⁴⁵ Esta reducción ya no estaba justificada en

41 Amparo penal directo 3035/35, fecha 10 de septiembre de 1936. *Semanario Judicial de la Federación*, Quinta época, Primera Sala, XLIX, p. 1620.

42 Ver SPECKMAN GUERRA, Elisa, "De méritos y reputaciones. El honor en la ley y la justicia (Distrito Federal, 1871-1931)", *Op. Cit.*, y "Los jueces el honor y la muerte. Un análisis de la justicia (Ciudad de México 1871-1931)", *Historia Mexicana*, LV (220), abril – junio de 2006, pp. 1411 – 1466.

43 FRANCO SODI, Carlos, "Libros. La excluyente de defensa legítima del honor, por Clotario Margalli González", *Criminalia*, septiembre – agosto de 1933, Año I, Nums. 1 – 12, pp. 43-46.

44 GONZÁLEZ DE LA VEGA, *Derecho penal mexicano*, *Op. Cit.*, p. 52.

45 Código penal de 1931, art. 310. La misma figura estaba contemplada en el código penal de 1871, no en el de 1929, pues los redactores consideraron que cabía en la excluyente de defensa legítima del honor.

razón del honor, sino a la alteración emocional que podía sufrir el cónyuge cuando se descubría víctima de adulterio.⁴⁶

Por ello, necesitaba tratarse de una sorpresa. Como explicaron en 1935 Ministros de la Primera Sala de la SCJN, la única explicación para la atenuación de la pena aplicable a un “acto tan bárbaro”, era la “sorpresa súbita, recibida involuntariamente” y que en ese “ese momento trágico y tremendo” hiriera los sentidos del ofendido con tanta violencia que lo colocara en un estado de “perturbación mental” que le impidiera discernir entre el bien y el mal. Sin embargo, ellos mismos aceptaron una posible ampliación, al considerar que también debía aplicarse cuando el cónyuge descubriera “hechos ejecutados por los responsables de la infidelidad” que demostraran “evidentemente, su relación inmediata anterior o posterior a la copulación.”⁴⁷ Un año más tarde la tesis se repitió. Los Ministros sostuvieron que al hablar de sorpresa el legislador no solamente había querido que se tomara en cuenta el elemento objetivo, también el subjetivo. Escribieron: “la actitud de sorpresa implica, por parte del cónyuge inocente, la revelación repentina de un acto de su cónyuge”, pudiendo tratarse del descubrimiento de un adulterio existente.⁴⁸

Hasta ahora me he referido al adulterio cometido por la mujer, a su posible daño al honor del marido y a la reacción de éste. Es preciso analizar ahora las posturas existentes frente al adulterio cometido por el esposo.

Enfatizaron los redactores del código penal de 1871: la reputación de la mujer no se empaña por las faltas de su marido.⁴⁹ Existía una “doble moral” o un criterio diferente para el comportamiento de hombres y mujeres. Como apunta la historiadora Francois Carner, a ellas se les exigía preservar su virginidad hasta el matrimonio, guardar fidelidad al marido y permanecer castas durante la viudez; pero a ellos se les permitía sostener relaciones

46 Así lo explicaron dos miembros de la comisión redactora, Ceniceros y Garrido, “La defensa del honor y el uxoricidio en caso de adulterio”, *Op. Cit.*, p. 73.

47 Amparo penal directo 4818/34, fecha 26 de febrero de 1935. *Semanario Judicial de la Federación*, Quinta época, Primera Sala, XLXIII, p. 159.

48 Amparo penal directo 2602/35, fecha 18 de febrero de 1936. *Semanario Judicial de la Federación*, Quinta época, Primera Sala, XLVII, p. 2684.

49 “Exposición de motivos” del código penal de 1871.

extramaritales. Escribe la autora: "el honor de la mujer está en sí misma y en el reconocimiento social de su adhesión a las normas, el honor masculino está en sí pero también y sobre todo en el honor de las mujeres de su familia". De ahí que los hombres se vieran lastimados en su honor por el adulterio de su esposa y que, en general, debieran controlar la sexualidad y la conducta de las mujeres de su familia.⁵⁰

Pero además, a las mujeres se le asignaban atributos diferentes que a los hombres, como "sensibilidad, dulzura, intuición, pasividad y abnegación".⁵¹ No se esperaba de ellas una conducta violenta. Por lo mismo, se pensaba que debían confiar la defensa de su honra a los varones de su familia, legitimándose exclusivamente las acciones que realizaban con el fin de ocultar su deshonra.⁵²

Estas ideas se reflejan en los tribunales. Como ejemplo, el juicio de una prostituta, María Villa (a) "La Chiquita" en 1897. La procesada argumentó que había matado a Esperanza Gutiérrez (a) "La Malagueña" en defensa de su honor, pues ella le había arrebatado a dos amantes y se mofaba públicamente del hecho. Argumentó en vano, pues fue condenada como responsable de haber cometido un homicidio calificado. En una entrevista, admitió que no esperaba ser juzgada con el mismo criterio que años antes se había empleado para juzgar al concubino que la había herido al sorprenderla con un amante. Lo explicó considerando que a ella se le había negado la posibilidad de haber actuado cegada por los celos: "a las mujeres como yo, nos juzgan sin corazón, incapaces de sentir un verdadero cariño".⁵³ Sería preciso agregar se les juzgaba carentes de honor e incapaces por tanto de defenderlo. En ello coincido con Robert Buffington y Pablo Piccato, quienes afirman que en la mentalidad del

50 CARNER, Françoise. "Estereotipos femeninos en el siglo XIX", en *Presencia y transparencia: la mujer en la historia de México*, Carmen Ramos Escandón (coord.), México, El Colegio de México, 2006, pp. 99-111.

51 NASH, Mary, "La mayoría marginada: las mujeres en el siglo XIX y primer tercio del XX" en Miguel Izard (compilador), *Marginados, fronterizos, rebeldes y oprimidos*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1985, pp. 158-174.

52 SPECKMAN GUERRA, "De méritos y reputaciones. El honor en la ley y la justicia (Distrito Federal, 1871-1931)", *Op. Cit.*, pp. 354-356.

53 Para el proceso, las notas publicadas en el periódico *El Imparcial* entre el 10 y el 12 de marzo de 1897. Para la entrevista a María Villa, ROUMAGNAC, Carlos, *Los criminales en México: ensayo de psicología criminal*, México, Imprenta Fénix, 1904, p. 112.

juez no cabía una mujer defendiendo su honor, pues debía esperar a que lo defendiera un hombre.⁵⁴

En la década de 1930, esta idea conservaba vigencia. Así lo expresaron los editorialistas de *Los Tribunales*: el honor familiar descansa en la esposa, no en el marido.⁵⁵ Asimismo, muchos de los juzgadores y de los juristas que consideraban que el adulterio manchaba el honor seguían refiriéndose concretamente al cometido por la mujer.⁵⁶ Sin embargo, en estos años la premisa anterior empezó a ser cuestionada. Mencioné que Carlos Franco Sodi argumentaba que el adulterio no dañaba el honor del cónyuge ofendido. En el mismo texto, sostuvo que era necesario dejar de pensar que "una mujer es honrada únicamente cuando ha sabido conservarse virgen".⁵⁷

Lo anterior refleja un cambio en la concepción de la mujer y de su honor. Diversas historiadoras se han referido a una transformación en la situación de las mujeres y, a partir de ello, en la concepción de género, tras el movimiento armado. Las mujeres obtuvieron logros jurídicos, se incorporaron a la vida laboral en espacios antes estaban reservados a los hombres y aumentó su presencia en el ámbito educativo y cultural.⁵⁸ Resulta pertinente la afirmación de Mary Kay Vaughan, quien considera que la Revolución "llevó a las mujeres al espacio público de forma nunca antes vista" y trajo consigo "una embestida contra la moral victoriana y las reglas de represión sexual".⁵⁹

Varios procesos judiciales permitirían pensar que este cambio en la concepción de la mujer y del honor femenino pudo tener eco en los tribunales. El más famoso fue el de María Teresa Landa, en 1929.

54 BUFFINGTON, Robert y Pablo PICCATO, "Tales of Two Women: the Narrative Construal of Porfirian Reality", *The Americas*, vol. LV, n. 3, January, 1999, pp. 391 - 424.

55 "Legítima defensa del honor", *Op. Cit.*, p. 110.

56 Por ejemplo, las ya citada tesis de los Ministros de la Primera Sala de la SCJN emitida en 1933 (Amparo penal directo 3549/31) y de los Magistrados del TSJ en 1943 (Sentencia en el proceso de Ersiteo Martínez Loza).

57 FRANCO SODI, "Libros. La excluyente de defensa del honor", *Op. Cit.*, p. 44.

58 Ver, como ejemplo, los trabajos contenidos en la obras coordinada por Gabriela Cano, Mary Kay Vaughan y Jocelyn Olcott, *Género, poder y política en el México posrevolucionario*, México, FCE, 2010; y en la coordinada por María Teresa Fernández Aceves, Carmen Ramos Escandón y Susie Porter (coordinadoras), *Orden social e identidad de género. México, siglos XIX y XX*, México, CIESAS – Universidad de Guadalajara, 2007.

59 Mary Kay Vaughan, "Introducción", en *Género, poder y política en el México posrevolucionario*, *Op. Cit.*, pp. 39 – 57. La cita en p. 45.

La procesada había obtenido el título de "Señorita México" y representado al país en Estados Unidos. Regresó a la Ciudad de México para casarse con un general, mayor que ella. Él era sumamente celoso, le tenía prohibido recibir visitas e incluso leer periódicos. Una mañana rompió la prohibición y vio su imagen en los encabezados, pues la esposa legítima de su marido los acusaba de bigamia. Tomó la pistola del militar para suicidarse, él se lo impidió y entonces le disparó. Su abogado defensor sostuvo que había matado al ver su honor mancillado. El jurado popular así lo admitió.⁶⁰ No fue la única "autoviuda" que en la década de 1920 fue absuelta. De hecho, estas absoluciones sirvieron a los detractores del jurado para ejemplificar sus críticas a la institución que fue suprimida a los pocos días de concluir el juicio de la "Señorita México".

Concetta di Leone fue procesada sólo siete años después que María Teresa Landa. Para entonces, probablemente en respuesta al cambio en la situación de las mujeres y de la concepción de género producida tras la Revolución, existían antecedentes de homicidas que en tribunales habían exitosamente argumentado haber matado en defensa de su honor mancillado por el marido. Sin embargo, el jurado popular había sido suprimido y la princesa ya no sería juzgada por ciudadanos sin formación jurídica, sino por tres jueces con título de abogados quienes, en teoría, serían menos sensibles a sus sufrimientos y a sus encantos, para apegarse a las pruebas y a las leyes.

III. Los desenlaces

El juicio estuvo a cargo de los jueces que integraban la Tercera Corte Penal.⁶¹ El fiscal sostuvo que Concetta di Leone había

⁶⁰ Ver la obra de Luis de la Barreda, *El jurado hechizado. La pasión de María Teresa Landa*, México, Porrúa, 2014.

⁶¹ Los procesos de primera y de segunda instancia fueron publicados en la revista *Anales de Jurisprudencia*, Año 1937, Tomo XIX, pp. 693-698. Incluyen los pedimentos y los alegatos de los abogados, las declaraciones de la procesada y de los testigos, los peritajes médicos y

matado a su esposo por odio y pidió una condena por homicidio simple. No la consideró responsable de un homicidio calificado, a pesar de que podría haber pensado que actuó con premeditación (fue por la pistola a su casa y esperó a que su víctima saliera a caminar), ventaja (estaba armada y él inerme) y alevosía (le disparó por sorpresa, sin darle oportunidad de defenderse ni de evitar el daño causado).⁶²

La princesa se hizo representar por un experimentado litigante, José María Gutiérrez. El defensor sostuvo que había actuado en estado de trastorno mental y en defensa de su honor. Es decir, recurrió a dos causas excluyentes de responsabilidad.

Los redactores del código penal no consideraron como responsable penalmente al sujeto que delinquía en un estado de trastorno mental involuntario, de carácter patológico y transitorio.⁶³ Para probar que Concetta di Leone así había matado, Gutiérrez ofreció testimonios de amigas y vecinas, quienes sostuvieron que días antes del crimen la habían visto extremadamente alterada y lo atribuyeron al abandono y la miseria. Asimismo, un testigo que había presenciado el asesinato, relató cómo ella le dirigía "palabras amorosas" al cuerpo de Vladimir y aseguró que "parecía haber perdido la razón". Y dos reporteros, Juan J. Barona y "El Güero Téllez", sostuvieron que cuando llegó a la delegación de policía se encontraba en un estado de suma excitación nerviosa y contestaba a sus preguntas con frases sin sentido.⁶⁴

Por otra parte, el abogado defensor solicitó que su cliente fuera examinada por médicos alienistas. Se enfrentó con la oposición de la propia Concetta di Leone, quien le comunicó al juez instructor que jamás dejaría que la llevaran a la Castañeda pues, en esa "casa de

la motivación y fundamentación de las sentencias a los cuales me referiré a lo largo de esta última sección de mi trabajo.

62 La descripción de las calificativas en código penal de 1931, arts. 315-319.

63 Código penal de 1931, art. 15, fracción II.

64 Las declaraciones de los testigos fueron reproducidas en los periódicos *Excelsior* ("Declaraciones en un proceso", 15 de diciembre de 1936, Segunda sección, pp. 1 y 3; "Ahora resultan con que la princesa está loca", 15 de diciembre de 1936, Segunda Sección, pp. 3 y 18; y "Concetta fue careada ayer", 16 de diciembre de 1936, Segunda Sección, p. 1) y *La Prensa* ("La princesa Concetta en voz baja habló de la tragedia de su vida", 15 de diciembre, pp. 2 y 9; y "La bella Concetta di Leone fue careada ayer con su íntima amiga", 16 de diciembre, p. 2).

orates”, posiblemente perdería sus facultades mentales.⁶⁵ Además, los médicos nombrados por el fiscal la calificaron como una mujer de constitución mental psicopática de tipo hiperemotiva y negaron que se tratara de una psicópata, y sostuvieron que al matar se encontraba en un estado de excitabilidad exagerada y no en un estado patológico de inconsciencia.⁶⁶ La defensa por enajenación mental no prosperó.

Tuvo mayor peso el argumento relativo a la defensa del honor. Sostuvo José María Gutiérrez que su defendida, al ser abandonada, había tratado de “atraer al esposo por cuantos medios tuvo a su alcance”. Sus intentos sólo le sirvieron para descubrir que su marido tenía una relación amorosa con Xenia Prochorova, con lo cual, “su honor en el sentido social, o sea entendido como la suma de respetos, estimaciones y consideraciones que la propia señora había sabido conquistarse, sufrió una aguda agresión de carácter actual, violenta y sin derecho”. Habló de un honor social, en el mismo sentido que penalistas como Mariano Ruíz Funes, José Ortiz Tirado y Alfonso Teja Zabre, se habían referido al “honor objetivo” o al “yo social”.

José María Gutiérrez finalizó su “kilométrico alegato” con otra estrategia: sostuvo que la justicia debía atender a la costumbre y escuchar a la sociedad. De hacerlo así, los jueces de la Corte Penal deberían absolver a la procesada. Al respecto escribió:

Casos como el presente, jamás han sido castigados con una de las más altas penalidades del homicidio. El sentimiento público, reflejado por medio de sus órganos, como son el jurado popular, la prensa, el comentario libre, etc., siempre ha sentido piedad y ha sabido

⁶⁵ Ver en *La Prensa*, “¿Concetta está loca? Esto lo definirán los facultativos”, 23 de enero de 1937, p. 2; y “Concetta no quiere que la juzguen loca”, 4 de febrero de 1937, pp. 2 y 21.

⁶⁶ Las conclusiones de los peritos pueden verse también en “Concetta di Leone no está loca”, *La Prensa*, 11 de mayo de 1937, p. 12.

perdonar a quienes matan en las condiciones en que lo hiciera Concetta.⁶⁷

No sólo hizo referencia a veredictos del jurado popular, también a sentencias posteriores. Sostuvo que, sobre todo a partir de 1931, los tribunales habían aplicado en esos casos “las penas más atenuadas de las lesiones y del homicidio, con una forma tan benigna, que nos permite afirmar que en vez de castigar a sus autores, les hace admoniciones que les permiten salir desde luego en libertad y enmendarse en lo venidero”.

Solicitó que el crimen pasional de Concetta di Leone fuera considerado como un homicidio cometido en estado de trastorno mental o en defensa legítima del honor (y que la acusada fuera absuelta) o que en su defecto se le considerara un uxoricidio cometido en razón al adulterio (mereciendo una pena que podía ir entre 3 días y 3 años de prisión).⁶⁸

A escasos ocho meses de haber iniciado el juicio, los jueces de la Tercera Corte Penal llegaron a un acuerdo. En su opinión y, conforme al peritaje presentado por el fiscal, no podía considerarse que Concetta di Leone hubiera actuado en estado de enajenación mental. Tampoco en defensa de su honor, pues al igual que otros juzgadores (se refirieron a la tesis de los Ministros de la SCJN emitida en 1933) y juristas (Francisco González de la Vega o Carlos Franco Sodi), pensaban que el adulterio no afectaba el honor del cónyuge ofendido. Por último, rechazaron la posibilidad de aplicar la figura de uxoricidio atenuado, pues adujeron que, según establecía el código penal, sólo podía aplicarse al cometido en el momento en que el homicida sorprendía a su cónyuge sosteniendo relaciones sexuales con su amante. Con ello se separaban de la opinión de Ministros de la Primera Sala Penal de la SCJN, que emitieron en tesis publicadas en 1935 y 1936 (y mencionadas arriba).

67 “Clemencia para Concetta cuyo crimen se juzga solo como un drama de intensa demencia” y “Delitos semejantes no han tenido sentencia contra sus autores”, *La Prensa*, 24 de junio de 1937, pp. 8 y 19

68 Código penal de 1931, arts. 16 y 60.

Consideraron que se había tratado de un homicidio simple pero, en atención a las características de la procesada y a las circunstancias en que había cometido el delito, aplicaron el mínimo de la pena: ocho años de prisión.⁶⁹ "No puedo, no puedo, déjenme. Ocho años. No los resisto. Es toda una vida", exclamó la princesa al ser notificada.⁷⁰

En una entrevista concedida a los reporteros, José María Gutiérrez volvió a referirse a la necesaria contemplación de la costumbre y del sentir social en la justicia. Lamentó que, por primera vez en la ciudad de México, un homicida que había reaccionado a la infidelidad de su cónyuge hubiera sido condenado. Supuso que los jueces habían tomado esa determinación con el fin de deslindarse de los "vicios y debilidades que se le atribuían" al juicio por jurado. Creía que con ello, en lugar de hacerle un favor al nuevo sistema de justicia, estaban cultivando la añoranza por la participación ciudadana en la impartición de justicia. Seguro de que la sociedad no estaría de acuerdo con su decisión, afirmó que surgiría "un clamor unánime a favor del jurado popular".⁷¹

Introdujo el recurso de apelación. En la sentencia emitida dos meses más tarde, los Magistrados del TSJ argumentaron que no era factible considerar que Concetta di Leone había asesinado en estado de enajenación mental ni en defensa legítima de su honor. Para lo segundo, aportaron tres argumentos. Sostuvieron que el adulterio no constituía una agresión al honor y se apoyaron en José Ortiz Tirado y Alfonso Teja Zabre. La idea estaba ganando peso entre juzgadores y juristas. En segundo lugar, adujeron que el daño que pretendía evitarse podía haber sido posteriormente solucionado por otros medios legales: la denuncia penal del adulterio y el divorcio. Por último, creyeron que al contemplar la figura de uxoricidio atenuado por adulterio, los redactores del código penal habían puesto en claro

⁶⁹ La sentencia fue publicada en los diarios, por ejemplo, "Concetta di Leone fue condenada a ocho años", *La Prensa*, 23 de julio de 1937, p. 12.

⁷⁰ "Concetta di Leone pretende a toda costa arrancarse la existencia", *Excelsior*, 24 de julio de 1937, Segunda Sección, p. 1.

⁷¹ "Concetta di Leone pretende a toda costa arrancarse la existencia", *Excelsior*, 24 de julio de 1937, Segunda Sección, p. 6.

que no podía considerarse dentro del excluyente por defensa del honor.

Sin embargo, a diferencia de los jueces de la Tercera Corte Penal, creyeron posible aplicar la figura del homicidio atenuado por adulterio. Para ello se apoyaron en una tesis de la SCJN, en la cual los Ministros sostenían que la sorpresa no podía referirse exclusivamente al descubrimiento de la mujer y de su amante al momento del acto carnal o en uno próximo a él, sino que podía ampliarse al descubrimiento de la existencia misma del adulterio. Lo interesante es que, en este punto, se refirieron a la tarea de los juzgadores, aún más, reivindicaron la tarea de los juzgadores, considerando que éstos no debían limitarse a aplicar mecánicamente el precepto legal, sino que debían interpretarlo para buscar el sentido que había deseado darle el legislador. Para ellos, quedaba claro que los redactores del código penal deseaban atenuar el homicidio cometido por el cónyuge en un estado de ofuscación generado por la constatación de un adulterio, y que la tarde del homicidio, tras ver a su esposo entrar furtivamente en la vivienda y constatar que tenía amoríos con la propietaria, Concetta di Leone se encontraba en dicho estado. Al gradar la sanción tomaron en cuenta características de la procesada: su "condición femenina, educación, ilustración y temperamento romántico", y por otra parte, su peligrosidad mínima y sus altas posibilidades de rehabilitación. Impusieron dos años de prisión. La condena le permitió obtener la libertad condicional.⁷²

Excélsior y de *La Prensa* publicaron y comentaron la sentencia. Sus redactores sostuvieron que los Magistrados habían seguido "la línea trazada de antemano en casos análogos, o sea, de homicidios netamente pasionales", y optado por imitar al jurado popular y mostrarse compasivos "con ese tipo de delincuentes".⁷³ Por ende, no atendieron a la posibilidad de interpretar la ley de diversas

72 Expediente carcelario de Concetta di Leone, en AHDF, Fondo Cárceles, Penitenciaría, Expedientes de reos 1920-1949, Caja 331, Partida 6408, Ingresó el 2 de diciembre de 1936.

73 "Concetta Leone es perdonada y deja la cárcel", *Excélsior*, 7 de octubre de 1937. Segunda Sección, pp. 1 y 8; y "Concetta saldrá hoy en libertad", *La Prensa*, 7 de octubre de 1937, p. 2. "Condicionadamente libre, la princesa Nigera se salió ayer de su celda", *Excélsior*, 8 de octubre de 1937, Segunda sección, pp. 1 y 8; y "De Wally Simpson ya nadie se acuerda y mi caso es igual", *La Prensa*, 8 de octubre de 1937, pp. 8 y 17.

maneras, sino que supusieron que, al igual que los jueces legos, los profesionales habían atendido a factores que, como la costumbre, en cierta forma eran ajenos al hecho juzgado.

La sentenciada lo interpretó de otra forma: “Fue necesario que mi proceso llegara a manos de jueces de edad, estudiosos, para que comprendieran mi tragedia”. En la misma declaración, manifestó su renuencia a mirar al pasado. A Xenia Prochorova, “le deseaba felicidad, ya que ella había tronchado la suya”. En cuanto al futuro, declaró que permanecería en México, que no volvería a casarse, que seguiría siendo princesa: al igual que de la señora Simpson nadie se acordaba pues todos la señalaban como la duquesa de Windsor, a ella nadie la conocía ya como la señora di Leone.⁷⁴

Reflexiones finales

Concetta di Leone seguía presentándose a sí misma como protagonista de una novela romántica. El cambio en la situación y la concepción de la mujer, permitieron que las relaciones adúlteras que sostuvo con el príncipe mientras estaba casada con Juan de Velasco, su divorcio, e incluso el hecho de permanecer al lado de su nuevo marido antes que defender a sus hijos y seguirlos cuando abandonaron su casa, no determinaron ni mermaron su imagen. Tuvieron más peso otros aspectos. Poseía los atributos que se esperaban en una mujer y no cuestionaba el papel que en la pareja y la sociedad se le asignaban. Ello impidió que, a pesar de su crimen, se convirtiera en blanco del temor, presente en la sociedad, por la transgresión femenina y, en general, por las consecuencias que podían traer al matrimonio y a la familia la creciente incorporación de la mujer al ámbito público y las demandas de los grupos feministas. Había matado por amor y en defensa de su matrimonio. Todo se le perdonó por su desesperación, su fragilidad, su pasión y su encanto.

⁷⁴ “De Wally Simpson ya nadie se acuerda y mi caso es igual”, *La Prensa*, 8 de octubre de 1937, pp. 8 y 17.

La princesa cumplía con las exigencias tradicionales, pero gozó de licencias modernas. El cambio en la situación de la mujer y en su concepción, también concedió flexibilidad a las leyes que regulaban al homicidio por adulterio y, sobre todo, a su interpretación. Figuras que antes se reservaban a los hombres, como matar en defensa del honor o caer en un estado síquico de profunda alteración ante el descubrimiento del adulterio, ahora podían extenderse a las mujeres.

Los juzgadores estaban, entonces, ante nuevas ideas y valores, y ante novedosas interpretaciones de las leyes. Sus resoluciones fueron variables y la diferencia no puede explicarse de forma simplificada y atendiendo, tan sólo, al cambio en el sistema de justicia. El abogado José María Gutiérrez marcó una línea tajante entre jurados que atendían a las pasiones humanas, la costumbre y la opinión de la sociedad, y jueces profesionales que se alejaban de ellas. Presumiblemente, se limitarían a vincular hechos probados con leyes correspondientes. El análisis del caso de Concetta di Leone no permite apoyar esta radical diferenciación. Cabe recordar lo que señalaron los propios Magistrados del TSJ, quienes afirmaron que la tarea de juzgar iba más allá de la aplicación mecánica de normas en su sentido literal y que exigía la interpretación. En general, los juzgadores involucrados en el caso dieron valor a la costumbre y cabida a sentencias previas, aludieron a opiniones y a códigos éticos, y prestaron atención al aspecto emocional (no sólo porque el estado síquico del cónyuge justificaba la reducción de la pena contemplada para el homicidio por adulterio, también lo hicieron al determinar la sanción y como atenuante secundario consideraron el temperamento romántico de la procesada). No resulta posible saber si en su decisión pesó la opinión expresada en la prensa. El hecho de que la nota roja ya estuviera centrada en la fase anterior al juicio no exige pensar que ya no influía en el juicio, pues lo importante era la previa construcción de la imagen del procesado.

Resulta posible adelantar otras conclusiones. A los jueces de Concetta di Leone, el fiscal y el defensor les ofrecieron la posibilidad de considerar homicidio simple, causas excluyentes y atenuación del homicidio por adulterio, y en consecuencia, de imponer entre tres días y trece años de prisión. Así, el proceso muestra la posibilidad de aplicar a un hecho diversas normas que pueden ser interpretadas de

varias maneras, y la imposibilidad de considerar que la justicia está exenta de, al menos, cierta dosis de discrecionalidad. También resulta claro que el caso se ubica entre concepciones encontradas del honor y la mujer, o de la justicia y los elementos a considerar por parte de los jueces, así como entre diversas tendencias judiciales. Las resoluciones de primera y segunda instancia se identifican con una tendencia que permanecería, a saber, la imposibilidad de considerar al adulterio como una mancha al honor del cónyuge ofendido y al homicidio por adulterio como un acto cometido en su defensa. Sin embargo, la sentencia final no representa a la corriente que se impondría con el tiempo, pues al paso de los años se negó la posibilidad de extender la sorpresa al descubrimiento del adulterio y se limitó al hallazgo del cónyuge en el momento mismo en que sostenía relaciones sexuales con su amante.

RECEBIDO EM: 15/05/2016
APROVADO EM: 20/06/2016

TRAZAS DE UNA CULTURA INSTITUCIONAL POLICIAL A TRAVÉS DE LA HISTORIA DE LA SOCIEDAD DE SOCORROS MUTUOS DE LA POLICÍA DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES EN EL SIGLO XX¹

*Traces of a Police Institutional Culture through the
History of the Sociedad de Socorros Mutuos of the
Buenos Aires Province Police during the XX Century*

Oswaldo Barreneche *

RESUMEN

Este artículo se centra en la historia de la Sociedad de Socorros Mutuos de la Policía de la provincia de Buenos Aires, en especial, durante la primera mitad del siglo XX, señalando que fue en el temprano marco de dicha organización mutualista, siempre vinculada a las jefaturas de policía, donde se gestaron algunos de los fundamentos y prácticas que ayudaron a cimentar un obrar institucional de larga perdurabilidad en el tiempo. El vínculo de semi-autonomía generado entre la Sociedad, la conducción policial y el estado bonaerense, sirvió también de modelo de otras asociaciones integradas por policías y que tendrían su nacimiento y creciente influencia durante la segunda mitad del siglo XX. Precisamente a partir de mediados de dicho siglo comenzó el declinar de la Sociedad, como entidad representativa de los policías, por lo que al final del trabajo se formulan algunas hipótesis de las razones por las cuales esto puede haber ocurrido y el legado de la Sociedad en términos de la consolidación de una cultura institucional policial.

¹Una versión preliminar de este trabajo fue presentada en el *IV Simposio internacional: Delitos, Policías y Justicias en América Latina*. Instituto de Historia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (IH/UFRJ) Rio de Janeiro, 2-4 março 2016.

* CONICET – IdHICS-UNLP. E-mail para contato: osvaldobarreneche@gmail.com

Palabras-clave: Policia; socorros mútuos; Provincia de Buenos Aires; mutualismo.

ABSTRACT

This article deals with the history of the Mutual Aid, Friendly Society of the Buenos Aires Province Police, especially during the first half of the XX Century. The piece argues that it was in the early context of this mutual aid association, always tied to the mentioned Police Agency, where some ideas of how to conduct police business took place. The bond among the Society, the Police Agency, and the Provincial State Government served as influential model for other police associations which were born later on during the second part of the same Century. Precisely from the middle of the Century on the Society began to slowly fade away as a highly representative police association. However, the Society's symbolic influence never disappeared and in this paper we would formulate some hypothesis about that endurance as well as its connections with the consolidation of a police institutional culture.

Keywords: Police; mutual aid friendly societies; Buenos Aires province; mutuality.

En los análisis contemporáneos de las ciencias sociales acerca de las policías latinoamericanas, se suele indicar que, desde comienzos del siglo XX y a lo largo del mismo, se fue conformando una cultura institucional que ha tenido un impacto importante en su historia y en sus relaciones con otras agencias estatales y con la sociedad civil.² La policía de la provincia de Buenos Aires, en

² Sobre este tema, ver, por ejemplo: BAILEY, John and DAMMERT, Lucía, editors (2006). *Public Security and Police Reform in the Americas*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press; DAMMERT, Lucía (2007). *Perspectivas y dilemas de la seguridad ciudadana en América Latina*. Quito, Ecuador: FLACSO Publicaciones; FRÜHLING, Hugo and TULCHIN, Joseph S. with GOLDING, Heather A., editors (2003). *Crime and Violence in Latin America. Citizen Security, Democracy, and the State*. Baltimore: Johns Hopkins University Press; GALVANI, Mariana and others (2011). *A la inseguridad la hacemos entre todos. Prácticas académicas, mediáticas y policiales*. Buenos Aires: Hekht Books; KAMINSKY, Gregorio and GALEANO, Diego, editors (2011). *Mirada (de) Uniforme. Historia y crítica de la razón policial*. Buenos Aires, Teseo editores; SABET, Daniel M. (2012). *Police Reform in Mexico: Informal Politics and the Challenge of Institutional Change*. Stanford: Stanford University Press; SAPORI, Luís Flávio (2007). *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; SIRIMARCO, Mariana, comp. (2010). *Estudiar la policía. La mirada de las ciencias sociales sobre la institución policial*. Buenos Aires, Teseo editores; SOZZO, Máximo (2008). *Inseguridad, prevención y policía*. Quito: FLACSO Ecuador; TULCHIN, Joseph and RUTHENBURG, Meg,

Argentina, no escapa a tal afirmación. Así, por ejemplo, luego de la reforma policial bonaerense ocurrida a finales de la década de 1990 se identificaron algunas de las causas por las cuales dicho proceso de transformación no pudo cumplir con todos los objetivos que se había trazado. Uno de los principales motivos señalados entonces fue la existencia y supervivencia de dicha cultura institucional, refractaria a los cambios propuestos.³ La *cultura institucional* policial es, entonces, frecuentemente mencionada, pero no se conocen verdaderamente sus características y su recorrido histórico. Justamente desde la historia cabe preguntarse, en principio, si dicha cultura verdaderamente existió y, de ser así, cuál fue su origen y desarrollo.

Sin duda los documentos históricos producidos por la misma policía, especialmente en los niveles superiores, remarcan una serie de ideas y de notas prácticas que permiten trazar un recorrido que puede haber dado lugar a una particular manera de gestionar y llevar a cabo las tareas policiales a lo largo del tiempo. Aun así, queda por ver, en el terreno operativo concreto, si tales pautas, como indicadoras de la cultura institucional, verdaderamente eran encarnadas y aplicadas por todos los integrantes de la agencia de seguridad bajo estudio. Por otro lado, la emergencia de tal cultura institucional no puede haberse moldeado, exclusivamente, en el marco de la propia institución. La influencia e interacción con otras agencias estatales y con diversos grupos y actores de la sociedad han sido tan influyentes como las propias ideas y prácticas policiales. Con esta importante observación a la vista, es posible aproximarse a dichos documentos policiales para explorar históricamente este tema.

Este artículo se centra en la historia de la Sociedad de Socorros Mutuos de la Policía de la provincia de Buenos Aires, en especial durante la primera mitad del siglo XX, señalando que fue en el temprano marco de dicha organización mutualista, siempre

editors (2006). *Toward a Society under Law: Citizens and Their Police in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press; UILDRIKS, Niels A. (2009). *Policing Insecurity: Police Reform, Security, and Human Rights in Latin America*. Lanham: Lexington Books; UNGAR, Mark (2011). *Policing Democracy: Overcoming Obstacles to Citizen Security in Latin America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

3 Cf. SAIN, Marcelo. *El Leviatán azul. Policía y política en la Argentina*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2008.

vinculada a las jefaturas de policía, donde se gestaron algunos de los fundamentos y representaciones simbólicas que ayudaron a cimentar un obrar institucional de larga perdurabilidad en el tiempo. El vínculo de semi-autonomía generado entre la Sociedad, la conducción policial y el estado bonaerense, sirvió también de modelo de otras asociaciones integradas por policías y que tendrían su nacimiento y creciente influencia durante la segunda mitad del siglo XX. Precisamente a partir de mediados de dicho siglo comenzó el declinar de la Sociedad, como entidad representativa de los policías, por lo que al final del trabajo se formulan algunas hipótesis de las razones por las cuales esto puede haber ocurrido y el legado de la Sociedad en términos de la consolidación de una cultura institucional policial.

Comienzos difíciles

La Sociedad de Socorros Mutuos de Policía nació en un contexto muy preciso durante los últimos años del siglo XIX. En una reconstrucción histórica realizada con motivo del cincuenta aniversario de su creación se mencionan algunas circunstancias que llevaron a la fundación de la misma. En primer lugar, el impulso del jefe de policía Narciso P. Lozano, quien en 1894 apoyó una iniciativa de Juan Vucetich para crear una “biblioteca de propiedad de la Policía” que habría de funcionar en la Oficina de Estadística que este último dirigía.⁴ La biblioteca fue un paso intermedio en la aparición de la Sociedad, pues eso “dio margen a que naciera la idea de unirse el personal de Policía y formar una entidad de Ayuda mutua, para estar en condiciones de hacer frente a los gastos que pudieran presentarse por motivo de enfermedades y fallecimientos.” De hecho, en el mismo despacho del jefe Lozano se llevó a cabo, el 29 de septiembre de 1894, “una reunión de funcionarios de la Repartición,

⁴ Policía de la provincia de Buenos Aires. *Orden del Día* número 1662. 5 de agosto de 1894.

quienes después de un agitado debate dejan constituida [...] la Sociedad de Socorros Mutuos y Biblioteca de Policía.”⁵

Si bien no contamos con registros del aludido “agitado debate”, seguramente estas palabras reflejaron la preocupación de los jefes policiales de entonces por encontrar soluciones a las exiguas cualidades profesionales del personal subordinado, agravadas por la precariedad de sus condiciones materiales de vida. El mismo documento refiere al contexto de la crisis y revoluciones de 1890 y 1893, “épocas turbulentas [que] trajeron aparejadas una serie de consecuencias graves [...] creando problemas que estaban muy lejos de solucionarse con los exiguos sueldos que por ese entonces devengaban los empleados de la Administración, y en forma especial el personal de Policía”.⁶

Los estatutos de la nueva entidad sufrieron varias modificaciones y ajustes durante las décadas iniciales de existencia. Visto desde épocas posteriores, cuando se consideraba que era el estado el encargado de proveer los servicios sociales básicos a sus empleados, el ideario mutualista basado en el “principio de compañerismo”, plasmado en aquellas primeras obligaciones estatutarias, habría provocado “ingentes pérdidas a la Sociedad, originando sus primeros desastres financieros”. En realidad, los registros existentes ponen en evidencia que la masa societaria era exigua respecto a las necesidades a cubrir. Durante sus primeros años de vida la Sociedad no superaba los 100 afiliados. Luego ese número fue en aumento, pero con una gran disparidad, en cuanto que resultaba muy difícil mantener el cobro de las cuotas de manera regular y al día.⁷

5 *Reseña Histórica de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía de la provincia de Buenos Aires escrita por su presidente Don Rómulo Méndez Caldeira en ocasión del 50 aniversario de su fundación. 1894 – 29 de septiembre – 1944*, publicado en el *Libro de Oro* de la entidad en 2014, p. 40.

6 *Ibidem* p. 35. Sobre la inestabilidad laboral del personal y las dificultades que representaba para los jefes el mantenimiento de un plantel estable de policías puede verse GAYOL, Sandra, “Entre lo deseable y lo posible. Perfil de la Policía de Buenos Aires en la segunda mitad del siglo XIX”, En: *Estudios Sociales*, Año VI, número 10, Santa Fe, primer semestre de 1996, pp. 123-138.

7 *Reseña Histórica*, página 46 a 53. Sobre algunas formas asociativas de ayuda mutua y otras de asistencia social anteriores a la emergencia del Estado de Bienestar, puede verse el libro de MORENO, José Luis (comp.). *La política social antes de la política social (Caridad, beneficencia y*

Algunas propuestas de la Sociedad, incluidas en sus estatutos, no alcanzaron a concretarse, o bien tuvieron corta vida, o no siempre pudieron sostenerse sobre la base de la cuota societaria. Por ejemplo, el *Banco Policial* ideado en 1915, nunca se creó. La *Caja de Ahorros y Préstamos* o la *Caja de Descuentos* siguieron el derrotero de las finanzas societarias, originando diversas reacciones de expansión y reducción en las sucesivas Asambleas. El proyecto de apertura de una *Farmacia Social* y de *Consultorios Médicos* no pasó de la instancia de estudio de factibilidad que se la había encomendado a una comisión especial. Y la *Revista de Policía* creada por la Sociedad en 1910, de aparición mensual, tuvo solo dos años de duración en esta primera etapa, pues “sus entradas no compensan las salidas”.⁸

Transcurridas las primeras tres décadas de su existencia, la Sociedad de Socorros Mutuos no había logrado consolidarse institucionalmente. El propósito de asistir a los policías de entonces aun no podía cumplirse y las Asambleas realizadas daban cuenta del déficit crónico de la entidad. Frente a dicho panorama, los policías no se veían particularmente atraídos a asociarse y participar. Los beneficios obtenidos eran escasos y constantemente suspendidos por falta de fondos, como en la Asamblea del 11 de junio de 1920, cuando se resolvió cortar “la entrega de medicamentos y asistencia a los enfermos venéreo-sifilíticos”. Y no faltaban tampoco los problemas por desviación o apropiación indebida de dineros de la Sociedad, lo cual minaba su reputación. Así, en la Asamblea del 3 de diciembre de 1932 se informó del suicidio del tesorero de la Junta Ejecutiva al tiempo que se descubría un faltante de ocho mil pesos del fondo social de la entidad.⁹

Tal panorama hizo a la Sociedad muy dependiente, en términos económicos, de la jefatura de policía y del gobierno provincial. La suscripción de socios, rifas, kermeses y otras

política social en Buenos Aires, siglos XVII a XX). Buenos Aires, Editoriales Trama y Prometeo Libros, 2000.

⁸ Según informes de la Sociedad, se editaron 36 números de la primera serie de la Revista, entre julio de 1900 y diciembre de 1902. La propuesta original era de frecuencia quincenal, pero esto no pudo sostenerse durante esos dos años.

⁹ *Sociedad de Socorros Mutuos de Policía*. Documentos de archivo. Asambleas, 1920 y 1932.

actividades no alcanzaban para cubrir los objetivos estatutarios de la entidad. Al mismo tiempo, muchos requerimientos y necesidades no podían ser satisfechos, lo cual hacía apoyar más las finanzas en las donaciones y subsidios permanentes para la asistencia social de los afiliados. Las sucesivas conducciones policiales, comenzando por aquella que propició el nacimiento de la Sociedad, eran conscientes del rol que cumplía una entidad “hermana” que podía dar respuestas rápidas a problemas concretos de los policías, sin tener que recurrir a la burocracia. Sin embargo, no todos los jefes de policía se comprometían de igual manera. Por ello la Sociedad iba a recordar y reconocer especialmente a Luis María Doyhenard, quien fuera jefe de policía y dos veces presidente de la Sociedad (1902-1906 y 1916), como uno de los que supo sostener el mutualismo policial en momentos difíciles.¹⁰

Encontramos además un gran contraste entre la permanencia en el cargo de los presidentes de la Sociedad hasta los años treinta, y de allí en adelante. Dieciséis fueron los presidentes desde 1894 hasta 1933, un promedio de poco más de dos años cada uno. Observando las fechas de cada presidencia, se nota que la sucesión de estos 16 presidentes no fue siempre producto de las finalizaciones de sus mandatos sino más bien respondieron a los cambios políticos y de conducción de la jefatura de policía. Allí también puede verse el vínculo fuerte que existía entre las autoridades de la Sociedad y la conducción policial de turno.¹¹

En búsqueda de la estabilidad

A comienzos de los años treinta cambió la frecuencia de recambio de las autoridades de la Sociedad. A partir de 1933 hasta la

10 Además de ayudas concretas, Doyhenard también impulsó la iniciativa del panteón social, por lo que, a poco de inaugurarse el mismo, sus restos fueron trasladados a la nueva bóveda. *Sociedad de Socorros Mutuos de Policía*. Lista de presidentes de la entidad desde su fundación en 1894 hasta la actualidad.

11 Los continuos cambios de Estatuto iban adecuando la duración de los mandatos, inicialmente previstos con una duración de dos años, con renovaciones.

actualidad, solamente 7 personas han ejercido la presidencia, dos de las cuales lo hicieron “a cargo” por menos de un año, debido al fallecimiento del presidente. De los cinco restantes, sobresalen las sucesivas reelecciones de Rómulo Méndez Caldeira (presidente entre 1933 y 1948) y Carlos M. Spinosa (presidente entre 1948 y 1997).¹² La gestión de Méndez Caldeira y sus vínculos con la dirigencia política conservadora le permitieron dar continuidad a su mandato más allá de los sucesivos cambios políticos de la década. Una de las primeras medidas del nuevo presidente fue gestionar y obtener una subvención mensual de parte del gobierno, la cual fue incluida en el presupuesto anual de la provincia. Esta y otras ayudas y donaciones fueron estabilizando las finanzas de la Sociedad. Además, la cantidad de socios fue en aumento, pasando de 2012 en 1934 a 3300 en 1938.¹³ Si tomamos en cuenta que la cantidad total de policías en 1933 era de 10.221, ascendiendo a 14.066 para 1943, podemos pensar que la cobertura de la Sociedad solo alcanzaba a, aproximadamente, un 20% del personal policial.¹⁴

Los gobiernos conservadores aun no otorgaban beneficios sociales generales al personal de la institución. La paga local, por comisaría, y la posibilidad de administrar las altas y bajas de cada dependencia, hacía que su personal fuera más dependiente de las autoridades policiales y políticas locales y municipales, de las cuales también obtenían ayuda para paliar sus necesidades personales y familiares. Si bien no contamos con la distribución regional de los asociados, los informes y documentos de la Sociedad indican que su mayor radio de acción era La Plata y alrededores, con alguna presencia en otras ciudades bonaerenses. Eso hacía que los beneficios otorgados no llegasen a todos los policías bonaerenses como bien señalan las cifras ya marcadas. Por su parte, los sucesivos

12 *Sociedad de Socorros Mutuos de Policía*. Nómina de sus Presidentes desde la fundación (1894) hasta la actualidad (2014).

13 Con altibajos, la cantidad de socios fue incrementándose desde principios de siglo XX. Para la segunda mitad de la década de 1920 el promedio de socios era de 1500, por lo que los mismos se duplicaron en la década siguiente. *Reseña Histórica de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía de la provincia de Buenos Aires*, Op.Cit. p. 62-63.

14 Evolución histórica de la fuerza efectiva de la Policía de la Provincia de Buenos Aires, 1933-2005”. En: *Departamento Estadística. Dirección Provincial de Personal de la Provincia de Buenos Aires*.

gobernadores, y especialmente Manuel Antonio Fresco (1936-1940), intentaron modificar esta situación, procurando una mayor subordinación de la policía a la conducción provincial.¹⁵ Pero mientras esto no ocurría, tampoco quisieron ampliar beneficios aunque sí dieron un fuerte respaldo a los planes y objetivos de la Sociedad.

Por entonces, la creación de dos espacios físicos administrados por la entidad, vinculados a la vida y la muerte, iban a servir de pilares para afianzar su influencia.

Un vínculo más fuerte que la muerte

La adquisición de una sede social permanente en la ciudad de La Plata y la construcción del “panteón social” en el cementerio de dicha ciudad resultaban ser dos metas buscadas prácticamente desde los orígenes de la Sociedad. Los asientos de la entidad funcionaron en diversas locaciones de la ciudad hasta que, por fin, a finales de 1943 pudo adquirirse el inmueble de la calle 59 entre 6 y 7 que ha servido de sede desde entonces. Una donación de títulos de la provincia de Buenos Aires por quinientos mil pesos dejados en el testamento de Luis A. Repetto, fallecido en septiembre de 1940, dotó a la Sociedad con una inesperada suma de cuyos intereses se valió para reunir parte de los fondos necesarios en la compra de la nueva sede.¹⁶ Otra parte del dinero fue cubierta por un préstamo solicitado al Banco de la

15 Sobre este tema puede verse mi trabajo sobre la reforma policial iniciada durante la gobernación de Fresco: “*De brava a dura*. La policía de la provincia de Buenos Aires durante la primera mitad del siglo XX”. En: *Cuadernos de Antropología Social. Sección de Antropología Social, Instituto de Ciencias Antropológicas*. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Número 32, Diciembre 2010, pp. 31-56.

16 En la síntesis histórica de la Sociedad se transcribe el testamento del Sr. Repetto, quien además de dejar algunos inmuebles a favor de sus hermanas y sobrinas políticas, detalla numerosas propiedades, sumas de dinero y títulos públicos que dejase a hospitales, instituciones públicas y privadas, particulares, y sociedades como la de Socorros Mutuos de Policía, sin que pudiese conocerse, en este último caso, los motivos que llevaron a tal donación. Cf. Pag. 69-70. La Sociedad reconoció el aporte de Luis A. Repetto dando su nombre a la Biblioteca de la entidad.

Provincia de Buenos Aires, con el aval del gobierno provincial. De este modo, se estableció un punto fijo de referencia, en la ciudad de La Plata, donde funcionaría permanentemente la Sociedad y a donde se trasladaron los consultorios médicos, la biblioteca y otros servicios que prestaba. Desde entonces, el sitio fue frecuentado por los asociados y sus familiares, tornándose en un lugar reconocible para los policías, especialmente aquellos residentes en la capital provincial y zonas de influencia.

Mayor impacto simbólico tuvo la construcción e inauguración del panteón policial bonaerense en el cementerio municipal de La Plata en 1940.¹⁷ En las resoluciones de las juntas ejecutivas de la Sociedad encontramos, desde 1902, antecedentes sobre la búsqueda de fondos para dicho emprendimiento. Existen, también, planos y bocetos de los proyectos presentados. En los dos más desarrollados, de 1904 y 1923 respectivamente, notamos un estilo muy ornamentado y cargado que remataba en cúpula. El diseño era similar al panteón militar, de principios de siglo XX, y al de la entonces Policía de la Capital, inaugurado en 1922, ambos situados en el cementerio de la Chacarita. En su estudio sobre estos últimos, Diego Galeano señala que esta coincidencia no era casual, pues “los policías reclamaban un lugar en el culto necrológico a los héroes de la patria.”¹⁸

En base a esos proyectos, en 1913 se alcanzó a colocar la piedra fundamental del “Panteón Guardianes del Orden Público” en un sitio del cementerio de La Plata cedido por el Concejo Deliberante. Sin embargo, este nunca se construyó y la cesión municipal terminó caducando. El motivo principal de este fallido tuvo que ver con la ya señalada situación financiera de la Sociedad en aquellas décadas. Por un tiempo se lograba acumular una suma de dinero, por donaciones, rifas, etc. destinada especialmente a la construcción del panteón. Sin

17 Sobre los diversos significados de la muerte y su culto, en el contexto latinoamericano, puede verse el libro editado por JOHNSON, Lyman L. *Death, Dismemberment, and Memory. Body Politics in Latin America*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 2004.

18 Cf. GALEANO, Diego, “Caídos en el cumplimiento del deber”. Notas sobre la construcción del heroísmo policial”, En: GALEANO, Diego y KAMINSKY, Gregorio (coordinadores), *Mirada (de) Uniforme. Historia y crítica a la razón policial*. Buenos Aires, Editorial Teseo y UNLa, 2011, p. 207.

embargo, tarde o temprano, la junta ejecutiva de turno debía echar mano a ese dinero para cubrir el déficit crónico de la entidad.

El culto a los muertos, los entierros, las tumbas y monumentos dentro y fuera de los cementerios, atravesaban entonces un proceso de transformación que señalaba claramente el uso político de todo ello, al tiempo que revelaba nuevas estéticas y sensibilidades sociales en la Argentina de principios del siglo XX. Así, los diseños aludidos respondían a un nuevo ritual celebratorio que era acompañado por la monumentalidad de las tumbas. Sandra Gayol, Gabriel Kessler y otros han estudiado este tema, señalando que el estado no ha sido ajeno a la “función unificadora de los ritos mortuorios.”¹⁹ Ellos también muestran los cambios producidos a lo largo del siglo XX hasta la actualidad. En ese sentido, el caso del panteón policial bonaerense sigue los parámetros descriptos por estos autores. En efecto, cuando recobró fuerza este proyecto, hacia finales de los años treinta, el estado provincial y los personajes destacados de la política bonaerense dieron un fuerte impulso para su concreción. Si bien la Sociedad había vuelto a reunir dinero para este propósito, fueron las donaciones del Gobernador Manuel Fresco y del Intendente de Avellaneda, Alberto Barceló, las que en 1938 permitieron finalmente el inicio de las obras. La Municipalidad de La Plata volvió a ceder un terreno en la necrópolis local, colocándose la nueva piedra fundamental en mayo de 1939 e inaugurándose en octubre de 1940.²⁰

El panteón policial bonaerense resulta estéticamente muy diferente a aquellos de las otras fuerzas militares y policiales inaugurados en las décadas previas. Es de un estilo simple, sin ornamentos, con un techo originalmente plano, donde solo sobresale la representación de una llama votiva. Con la ampliación proyectada desde la década de 1960 y finalmente culminada en 1985, se le construyó un segundo piso coronado por un tinglado de chapa como techo, por lo que la llama quedó alojada dentro de la pared frontal. Las formas sobrias del panteón policial están acordes a la época de su construcción, en la cual la política de masas y los “funerales

19 GAYOL, Sandra y KESSLER, Gabriel (Editores), *Muerte, política y sociedad en la Argentina*. Buenos Aires, Editorial Edhasa, 2015; Introducción, p. 10.

20 *Reseña Histórica de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía de la provincia de Buenos Aires*, Op.Cit. p. 117.

republicanos” marcaron distancia respecto a la exaltación individual del muerto ilustre o heroico y su visibilidad en el sitio elegido para su eterno reposo, que había sido la característica saliente a comienzos del siglo.²¹

Inmediatamente de inaugurado, el panteón policial tuvo su reglamento (aun vigente) por el cual cada nicho conservaría un ataúd por 20 años, para luego reducir los restos y conservarlos en el sector del panteón destinado a tal fin. Tal como indicase el presidente de la Sociedad, Rómulo Méndez Caldeira, en su discurso inaugural, rodeado de autoridades políticas y policiales, “ni el tiempo ni cualquier circunstancia, hará que un empleado de policía de la Provincia que forme parte de la Entidad o caído en medio de la lucha diaria contra el delito, o cualquier allegado a los mismos y que perteneciera a nuestra Institución, será olvidado; sus restos serán conservados eternamente dentro del Panteón”.²² En efecto, el acceso al sitio policial del descanso póstumo se destinó a los asociados y familiares pero también incluyó a los “caídos en el cumplimiento del deber.” Sin embargo, el reglamento estableció que todos los nichos fuesen iguales, indicándose solamente el nombre del difunto y la fecha de fallecimiento, no las causas o circunstancias de la muerte.

En el panteón policial puede verse la uniformidad de los nichos situados las paredes laterales de la capilla localizada en la planta baja central.²³ Hacia el fondo, en una ubicación ordinaria, se encuentran depositados los restos de Juan Vucetich, fallecido y sepultado en Dolores en 1925, y trasladado al panteón policial en 1941. El ilustre policía es el único cuyo cadáver no fue reducido luego de los 20 años. Esta es la excepción establecida por la Sociedad para el más famoso de sus miembros y quien fuera, además, su primer presidente. Sin embargo, su féretro está allí como uno más, rodeado de policías solo conocidos por sus allegados más cercanos. Como señalaba en su discurso el presidente Mendez Caldeira, “se buscó

21 Al respecto, véase GAYOL, Sandra, “Ritual fúnebre y movilización política en la Argentina de los años treinta”, En: *PolHis*, Año 6, Número 12, Segundo semestre de 2013, pp. 225-243.

22 Rómulo MENDEZ CALDEIRA, discurso pronunciado con motivo de la inauguración del Panteón Policial. 18 de octubre de 1940. *Sociedad de Socorros Mutuos de Policía*.

23 En los otros pisos del panteón existe una disposición igualmente uniforme, solamente que en el lugar que ocupa la capilla de planta baja, hay otra hilera de nichos.

uniformidad en todo,” infiriéndose de sus palabras que las diferencias jerárquicas y de otro tipo que tanto distinguían (y aun distinguen) a la policía bonaerense, caducaban en la puerta del panteón. Allí los policías muertos, naturalmente o “en cumplimiento del deber”, eran todos iguales.

El panteón tuvo un impacto importante como lugar simbólico, y a la vez concreto, para la policía bonaerense de entonces, aun cuando este impacto menguaría en el tiempo. Fue un lugar de encuentro “igualador” para todos sus miembros. Un sitio de homenaje, de memoria y también de culto, pues hasta hoy se celebran allí periódicas ceremonias religiosas del rito católico. En esa morada colectiva, los cuerpos de un jefe policial y del más raso de los agentes yacen uno al lado del otro, o tal vez contiguos a los restos de un familiar de otro policía. Tal vez es por esto mismo que la estética de igualdad mutualista iba a contrastar con una crecientemente jerarquizada institución, lo cual comenzó a evidenciarse, por ejemplo, en un ceremonial funerario diverso de acuerdo a los rangos policiales.

Un medio para varios fines

En el contexto de creciente estabilidad institucional y metas alcanzadas de comienzos de la década de 1940, especialmente con la ayuda del estado provincial, la Junta Ejecutiva presidida por Méndez Caldeira pudo reeditar la Revista que, como se indicó, había tenido una corta existencia en los inicios de Sociedad, entre 1910 y 1912. La nueva era de la publicación nació gracias a un fuerte respaldo de la Jefatura de Policía. Así lo agradeció la dirección en su primer editorial, reconociendo el apoyo recibido por el entonces jefe de policía, Coronel (r) Enrique Rottjer.²⁴ De hecho, la publicación

24 El jefe de policía Rottjer concretó varias de las propuestas que se venían considerando desde antes en el marco de la profesionalización de la policía. Así, fue el creador de la Escuela de Oficiales de Policía, inaugurada en agosto de 1941. Ver “Escuela de Policía; su inauguración”. *Orden del Día Número 15.369*. Agosto 12 de 1941. Partidario de las ideas políticas

apareció como *Revista de Policía de la Provincia de Buenos Aires*, “publicación oficial mensual auspiciada por la Jefatura de Policía de la provincia”. Solo el sello de la Sociedad, incorporado en la portada, daba a entender su origen institucional. Por lo demás, la Revista parecía editada por la policía misma. De hecho, casi lo era pues la dirección contaba con un representante de la Sociedad y otro puesto por la jefatura de policía. Entre sus objetivos se proponía incluir artículos de especialistas en criminología, estadística criminal, identificación personal, técnica jurídica procesal, la psiquiatría, la sociología y la ética profesional. Sin embargo, mucho de su contenido refería más a destacar los “logros” de la policía, las acciones y discursos del jefe Rottjer, los aportes de la Sociedad de Socorros Mutuos al bienestar policial y las efemérides institucionales y patrias.²⁵

El “apoyo” de la jefatura policial a la Revista puede verse también en su creciente publicidad. Además de los avisos del Banco de la Nación Argentina y del de la Provincia de Buenos Aires, la publicación contó ya desde su número 2 con auspicios de entidades del interior bonaerense, aun cuando la circulación todavía no había alcanzado una gran amplitud territorial. Esta pauta venía de la mano de una campaña de suscripciones realizada por las autoridades policiales. Así, para el número 4, ya existía una gran diversidad publicitaria de empresas, comercios, fábricas, compañías de servicios, hoteles, todos ellos de varias ciudades bonaerenses.²⁶ Desde su segunda aparición la Revista conservó su nombre pero con la aclaración, en la portada, de que era editada por la Sociedad. En los números siguientes se agregó la aclaración de que se trataba de una

del General Uriburu, a quien acompañó en el golpe militar que derrocó a Hipólito Irigoyen el 6 de Septiembre de 1930, el Coronel (R) Enrique Rottjer fue dos veces interventor del gobierno nacional de la Concordancia en la provincia de Buenos Aires y dos veces jefes de policía, todo ello durante el año 1941 en que se creó la escuela de policía. Del 15 de Febrero al 2 de septiembre de 1941 fue jefe de policía; del 2 al 13 de septiembre fue interventor federal en la gobernación; del 13 de septiembre al 21 de octubre fue nuevamente jefe de policía; y del 21 de octubre hasta el 7 de enero de 1942 fue nuevamente interventor federal hasta la asunción del nuevo gobernador Rodolfo Moreno. Ver BEJAR, María Dolores, *El régimen fraudulento. La política en la provincia de Buenos Aires, 1930-1943*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, pp. 178-186.

²⁵ *Revista de Policía de la Provincia de Buenos Aires*. Año I, número 1, Mayo de 1941.

²⁶ En el número 2 de la Revista, por ejemplo, hay una página entera de avisos correspondientes a la ciudad de Pergamino.

“publicación no oficial” aunque en la página 1, junto a los créditos y el índice, se indicaba que estaba “auspiciada por la Jefatura de Policía”. Finalmente, en su número 42 del año 1944, pasó a llamarse directamente “Revista de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía”. En el editorial de ese número se aclaró que el cambio de nombre era para adecuarse al Decreto 24.381 del gobierno nacional militar, que prohibía el uso de “policía” o “policial” a revistas o publicaciones particulares.²⁷

Aun cuando se procuraron estas distinciones, el vínculo bonaerense entre Sociedad de Socorros Mutuos y Jefatura de Policía siguió siendo cercano. En el número 44 de 1944 se informa, por ejemplo, del cambio del director de la publicación. Para ello, se reproduce la nota enviada por la Sociedad al jefe de policía solicitando designe un reemplazante, y la respuesta del jefe policial nombrando al Comisario de la División Judicial Luis María Althabe para esa función.²⁸ De todos modos, la diferencia entre la institución policial y la Sociedad resultaba también apropiada para el tratamiento de ciertos temas. Un editorial de 1945, por ejemplo, reclamaba una compensación por gastos de traslado para todo el personal policial que debía cambiar de destino, opinando sobre la creación de una oficina en el Ministerio de Hacienda provincial destinada a tal fin. Una opinión abierta sobre el tema solo podía permitirse en ese ámbito, dado que los policías no estaban autorizados a peticionar beneficios y compensaciones.²⁹

La llegada del peronismo al poder no alteró inicialmente el funcionamiento de la Sociedad y de su revista. Como tantos, el presidente de la Junta Ejecutiva, Mendez Caldeira, apoyó el ascenso

27 Cf. *Revista de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía*, año 1944, número 42, página 1. La sanción de este decreto del gobierno nacional no estaba destinada particularmente a la publicación de la Sociedad, sino a evitar lo que había ocurrido hasta entonces, especialmente en la ciudad de Buenos Aires, con revistas de policía que, bajo ese título, pero como iniciativas particulares, eran vendidas por suscripción dentro de la policía y la justicia. Reservando el nombre “Policía” para las publicaciones oficiales, el gobierno se proponía editar sus propias publicaciones institucionales, tal como ocurrió, de manera intermitente, durante los años subsiguientes hasta comienzos de la década de 1960. Cf. Decreto PEN 24.381 del 1 de septiembre de 1944.

28 Cf. *Revista de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía*, año 1944, número 44, página 16.

29 Cf. *Revista de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía*, año 1945, número 47, página 1. Esta compensación por gastos de traslado fue luego otorgada por el peronismo.

de Perón durante los años del gobierno militar. Especialmente desde 1944 publicaron noticias sobre las actividades de Perón a favor de diversos sectores sociales.³⁰ Poco después, en 1948, el fallecimiento de Mendez Caldeira dio paso al ascenso de Carlos M. Spinosa, quien sería el nuevo presidente de la Sociedad por los próximos 49 años, hasta su muerte acaecida en 1997. Si bien aun se conoce poco sobre la vida de Spinosa, algunas noticias marcan el favor del gobierno peronista hacia su persona, lo cual precedió su encumbramiento como presidente de la Junta Ejecutiva de la Sociedad. En febrero de 1948, pocos meses antes de la muerte de Mendez Caldeira, y ocupando ya el cargo de secretario de la Junta Ejecutiva, la Revista informó del ascenso de Spinosa, quien pasó de ser auxiliar mayor a desempeñarse como Subcomisario, segundo jefe de Suministro y Contralor de Policía.³¹

Fue durante esos mismos años del primer peronismo en lo que comenzó el estancamiento y eventual declinación de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía. El proceso de institucionalización madurado a partir de la década del treinta fue profundizado por el gobierno militar y consolidado por la reforma policial llevada a cabo durante la gobernación de Domingo Mercante desde 1946. Más allá de las diferencias y especificidades de cada etapa, la creciente complejidad de la organización policial bonaerense acompañó un proceso de centralización y verticalidad en el control institucional. La asignación de beneficios sociales a todos los policías, iniciada por el gobierno militar desde 1944 y completada durante el peronismo, hizo que muchos de los servicios ofrecidos por la Sociedad pasasen a ser complementarios y secundarios. Si el nivel de asociados nunca representó más de una cuarta parte de toda la fuerza policial aun en su momento de mayor crecimiento durante los años treinta, la Sociedad iba a ver declinar ese porcentaje desde entonces por todo el resto de su historia hasta la actualidad.

30 Por ejemplo, en *Revista de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía*, año 1944, número 39.

31 *Revista de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía*, año 1948, número 78. Mendez Caldeira falleció el 25 de junio de 1948 según informa el número 80 de la Revista (p. 6). Poco después, Spinosa fue elegido presidente.

En aquel momento de mediados de siglo también se verificó el nacimiento de diversas asociaciones destinadas a e integradas por policías que pueden haber sido vistas como una competencia para la Sociedad (Círculo de Oficiales, de Suboficiales, de Retirados). Las mismas, como se indicó, respondieron a la creciente jerarquización de la fuerza. A diferencia de la Sociedad, que englobaba a todos los policías por igual, estas nuevas agrupaciones tenían un derecho de admisión más acotado. La más destacada y perdurable fue el “Círculo Policial”, fundado en 1945. La invitación a hacerse socio mencionaba fundamentos tales como “promover el conocimiento mutuo, estrechar vínculos amistosos, fomentando además las reuniones sociales y culturales de sus familias.” Y si bien se abría la propuesta invitando al “Señor empleado o jubilado de policía: contribuya a esta obra de acercamiento espiritual. Hágase socio,” lo cierto es que este espacio quedaría solamente reservado para el nuevo escalafón de Oficiales.³²

La Sociedad de Socorros Mutuos de Policía no tenía entre sus objetivos de entonces el promover encuentros recreativos y espacios de sociabilidad. Su propuesta seguía marcada por la asistencia social de sus afiliados, que cubrían tanto la vida como la muerte de los mismos según se indicó. Es por ello que desde las páginas de la Revista se promovió el naciente Círculo Policial, sin que se interpretase entonces como una competencia. En tal caso, la declinación de la Sociedad estuvo acompañada por el retiro del apoyo institucional y financiero que el estado provincial y la jefatura de policía le habían brindado hasta entonces. Esto fue acompañado por una merma de afiliados cuya asistencia social, en caso de necesidad, provenía directamente de la institución policial.³³ Claro está que este proceso no tomó a la Sociedad aisladamente, sino que se inscribió en el contexto de la lenta retracción del cooperativismo durante la segunda mitad del siglo XX.³⁴

32 *Revista de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía*, año 1945, número 47, página

12. Al nacimiento del Círculo Policial le seguirían el Círculo de Suboficiales, el de Retirados, etc.

33 La creación de los “Servicios Sociales” de Policía, hacia finales de los años cincuenta completó ese proceso.

34 Sobre este tema, su contexto y su bibliografía, aun cuando luego se focaliza en el ámbito rural, puede verse el capítulo de MATEO, Graciela, “La experiencia cooperativa en el agro bonaerense”, en: BARRENECHE, Osvaldo (director del tomo). *Historia de la provincia de Buenos*

Sin embargo, la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía se mantuvo a pesar de estas dificultades. En el editorial de la Revista de 1994, año del centenario de la Sociedad, al destacar los momentos trascendentes del siglo transcurrido, su vicepresidente Lapalma mencionó varios hitos cruciales. Entre ellos, el de finales del primer peronismo, cuando “la Jefatura de Policía absorbió, no obstante que fue decisión de sus socios por asamblea, a dos instituciones integradas por personal de la Policía de la provincia, cuales fueron el Circulo Policial y la Cooperativa del Personal Policial – COPOBA -; pero la Sociedad de Socorros Mutuos resistió toda presión que se ejerció para que siguiera ese camino y mantuvo su individualidad. Por ese hecho sufrió cierta persecución que no afectó su desenvolvimiento”.³⁵

Si repasamos rápidamente todo lo ocurrido en la historia argentina y bonaerense entre los años 1948 y 1997, durante los cuales la Sociedad tuvo como presidente de su Junta Ejecutiva a Carlos M. Spinoza, podemos conjeturar sobre la habilidad política del citado para sortear todos los cambios, marchas y contramarchas que acontecieron durante esos cinco lustros. El momento histórico referido por la editorial de la edición centenaria bien puede haber sido uno de ellos. Sin embargo, también puede especularse con la pérdida de peso político e institucional que la Sociedad experimentó desde mediados del siglo pasado.

Consideraciones finales

Hemos visto que la apelación al mutualismo y la cooperación nunca habían despertado un gran entusiasmo entre los policías de las primeras décadas del siglo XX. Aun así, estos acompañaron los esfuerzos de la Sociedad por brindar un único espacio de asistencia a

Aires. Volumen 5: *del primer peronismo a la crisis de 2001*. Buenos Aires, Edhasa y Unipe, 2014, pp. 359-382.

³⁵ Revista de la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía, año XXXI, 4ta época, número 99, enero a diciembre de 1994, página 3.

los vivos y de descanso póstumo a los muertos. Pero la jerarquización y verticalidad que siguió el proceso de profesionalización desde, al menos, los años treinta en adelante, maduró a mediados de la centuria en una oficialidad que más bien buscaba una clara distinción entre ellos y la “tropa” policial. Estas nuevas camadas, surgidas de la Escuela de Policía, no iban a aceptar tan fácilmente tales espacios en común. Es por eso que el Circulo Policial y otras agrupaciones concitaron una mayor adhesión desde entonces y resultaron mejores cajas de resonancia sobre lo que los oficiales y jefes policiales tenían para decir. Tal vez, por eso mismo, el interés de las sucesivas jefaturas de policía y de los gobiernos bonaerenses estuvo centrado en los nuevos espacios de socialibilidad y no en la más tradicional Sociedad de Socorros Mutuos que los había precedido.

Pero al mismo tiempo, la supervivencia y persistencia de la Sociedad le permitió retener para sí el patrimonio de algunas ideas y prácticas, especialmente en términos de representaciones simbólicas, que constituyeron aspectos comunes a toda la policía. De este modo, la versatilidad de la cultura institucional construida históricamente, le debe a la Sociedad mucho de su impronta inicial que pudo darle, al mismo tiempo, la rigidez y flexibilidad en la cual habría de forjarse y consolidarse durante el resto del siglo. Así, no como tribuna pero sí como lugar emblemático, abonado por varios hechos de alto impacto como que su fundador fue el mismísimo Vucetich, la Sociedad de Socorros Mutuos de Policía representa aun hoy ese espacio a la vez universal y específicamente policial al cual siempre puede apelarse para buscar darle sentido a lo que cada quien, que cree representar a “la policía”, entiende que y cómo debe ser la misma.

RECEBIDO EM: 15/05/2016
APROVADO EM: 20/06/2016

“CRIMINICULTURA”: POLICÍA Y DELITO EN VALPARAÍSO DURANTE LAS PRIMERAS DÉCADAS DEL SIGLO XX

“Criminicultura”: police and crime in Valparaiso (Chile) during the first decades of the XX century

Vania Cárdenaz Muñoz*

RESUMEN

Las presiones ejercidas sobre las justicias y policías frente al avance delictual es parte de las continuidades históricas en toda sociedad¹. El peligro puede transmutarse de acuerdo a lo que cada sociedad considere atentatorio de determinados bienes, de esta forma se construye un trazo del sujeto peligroso de acuerdo al discurso predominante. En el Chile liberal, las funciones preventivas y represivas de las policías representaron el refugio último de la seguridad para las clases dominantes, la “sociedad ilustrada, el público que solo pide a la policía que cumpla con sus deberes afianzándoles de esta manera sus vidas y sus propiedades”. Este trabajo hará referencia a la influencia de corrientes de pensamiento, discursos de “sentido común” vertidos por la prensa y la propia visión que poseía la policía sobre la delincuencia y el delincuente en Valparaíso durante las primeras décadas del siglo XX. Se postula la preeminencia de posturas sustentadas en la práctica, que no obstante articulan parte de las ideas criminológicas predominantes en la época y la influencia que ejercen los discursos de la elite sobre la prensa frente al avance del *sujeto peligroso*. Para ello, se trabajará con archivos policiales de la Intendencia de Valparaíso, la *Revista de Policía* de Valparaíso, prensa del periodo, entre otros.

Palabras-clave: Delincuencia; policía; criminología.

* Doctorado en Historia, Universidad de La Plata. E-mail para contato: cardvania@gmail.com

¹ Al respecto, ver Wacquant Loïc, *Las cárceles de la miseria*, Buenos Aires, Manantial, 2015.

ABSTRACT

Society's pressures over both Judiciary and Law Enforcement Agencies regarding issues of increasing crime rates are part of historical continuities¹. Claims and perceptions of danger can change according to what any society considers as threats to certain values and behaviors. The profile of "dangerous" people is then shaped by a given dominant discourse. In liberal Chile, preventive and repressive functions performed by police officers represented the last shelter or sanctuary for the dominant classes who considered themselves as "learned society, demanding police protection and action to defend its life and properties." This article studies the influence of schools of thoughts, "common sense" discourses in the press, as well as the police own views, regarding crime and criminals in Valparaíso, Chile, during the first decades of the XX Century. The piece argues that most of these perspectives were based on practices and routines. However, these same views took into account criminological ideas of that period as well as elite opinions through the press to deal with "dangerous individuals". The sources to study this topic are police documents from Valparaíso Police Department, Valparaíso's Police Magazine, and the early XX century press.

Keywords: Crime; Police; Criminology.

Introducción

De acuerdo a las fuentes censales disponibles para inicios del siglo XX en Chile², la provincia de Valparaíso concentraba un importante crecimiento urbano que venía desarrollándose desde fines del siglo pasado. En 1907 esta densidad se expresaba en la ciudad de Valparaíso, concentrando el 58% de la población residente en todos los departamentos de la Provincia³.

El principal puerto de la república, era considerado la segunda ciudad del país en población y riqueza. Una importante fuente de ingresos se concentraba en la actividad comercial del

² La información existente corresponde al censo de 1907.

³ La población total de los departamentos de Valparaíso, Quillota, Limache y Casablanca era de 281.385 habs., mientras que la ciudad de Valparaíso - capital provincial y departamental- contaba con 162.447 habs.

“emporio de la República” con sus depósitos de productos y mercaderías ingresadas desde el exterior. Este escenario de desarrollo e intercambio mercantil, forma parte de las características propias de un puerto, caracterizado por la permanente movilidad de poblaciones que llevan a cabo movimientos migratorios internos y externos: comerciantes nacionales y extranjeros que llegaban a instalar sus negocios, población rural que arribaba desde los departamentos vecinos atraída por el desarrollo de las obras y la industria o grupos de hombres y mujeres que llegaban atraídos por el desarrollo mercantil y terminaban desempeñando labores al día (gañanes) o practicando la mendicidad en las calles, aumentando los cinturones de pobreza ante la mirada horrorizada de la elite⁴.

En este contexto, los primeros años del siglo XX en Valparaíso se presentan como un espacio privilegiado para observar el accionar policial frente a las tensiones de un ordenamiento que desde el siglo anterior había fortalecido su marco legal para resguardar la propiedad privada en el país. El incremento de la densidad poblacional y la insuficiencia de los cuerpos policiales para cubrir territorios vastos e irregulares, se convertía en el escenario propicio para que cundiera la voz de alarma por el aumento de la criminalidad. En este periodo se visualiza la transformación del proyecto policial, que anteriormente había centrado su quehacer en el cumplimiento de funciones asociadas a la baja policía -salubridad, aseo y ornato de las calles- hacia aquellas tendientes a la mantención del ordenamiento liberal, llegando a ocupar un lugar central en su producción la vigilancia, control y represión de aquellos sectores que representaban algún peligro para la mantención de este⁵.

Esto se conjugaba con la existencia de miradas desconfiadas y prejuiciosas sobre las conductas de los pobres, que desde el siglo XIX había permeado a vastos sectores de la elite, expresados mediante discursos de políticos e intelectuales de la época que explicaban las conductas de los pobres -la enfermedad, el vicio, la mendicidad, entre otras- desde un doble prisma, regenerativo y

4 Romero, Luis Alberto, *Qué Hacer con los Pobres, Elites y sectores populares en Santiago de Chile 1895*, Buenos Aires, Ed. Sudamericana, 1997.

5 Cárdenas Muñoz Vania. *El orden gañán: historia social de la policía de Valparaíso*, Concepción, Editorial Escapate, 2013, 307 p

represor. Este conjunto de discursos y prácticas que estuvieron a la base del ordenamiento republicano, representaban las visiones del sector dominante sobre la figura de los pobres, antecediendo el desarrollo de las ideas positivistas sobre el estudio de la conducta criminal. La diferencia con la irrupción del nuevo paradigma, que en Chile se acogió hacia fines del siglo XIX y especialmente en las primeras décadas del siglo siguiente, es que estos prejuicios alcanzaron un soporte *científico* que corroboraban las pasadas impresiones⁶, los que fueron aprehendidos en los discursos y prácticas de médicos, jueces y policías e incorporados tanto en los discursos legos, como en la prensa e incluso en medios oficiales de la época. Una caricatura de 1910, exhibía una imagen de un delincuente, que al estilo *Frankenstein* había sido reconstruido en base a los principales rasgos de políticos de Valparaíso, bajo esta el texto: "según las teorías de Lombroso y de Ferri, éste sería el tipo de delincuente que debía ser "eliminado"⁷.

El peso de los numeros

"La historia de la delincuencia se encuentra en los prontuarios", exponía el director de un semanario policía, haciendo referencia a la escasez de recursos con que había iniciado su funcionamiento el gabinete de identificación de la policía de Santiago a fines del siglo XIX y su posterior estado de abandono⁸. Lo cierto es que más allá de las limitaciones existentes, hubo un importante despliegue de energías para calcular, catalogar y archivar datos sobre el delito durante los primeros años del siglo XX, considerando la escasez de personal y las distracciones que esta labor burocrática

6 León León, Marco Antonio. *Construyendo un sujeto criminal. Criminología, criminalidad y sociedad en Chile, siglos XIX y XX*. Santiago de Chile, Centro de Investigaciones Barros Arana, 2015.

7 Revista *Sucesos*, IX, 422, 6 octubre 1910.

8 Valladares, Aurelio, *Instrucción Policial Amena*, Santiago de Chile, Imprenta Antigua Inglesa, 1915, pp. 94-101.

representaba para los servicios de prevención y represión del crimen. Esta impronta estadística se advierte en el incremento de los datos existentes en los archivos: se presentaba la delincuencia por edades, nivel de instrucción, sexo, estado civil e instrucción de los detenidos; elaborando comparaciones por años que servían de base para la elaboración de consolidados bajo categorías tales como "estadística de ebriedad", "criminalidad infantil" o "delitos", lo que en ocasiones servía de base para establecer comparaciones con la estadística europea.

Hacia finales del siglo XIX, estos ejercicios entregaban sus resultados: según el recuento que realizaba la sección de seguridad, la mayor parte de los delitos aprendidos y puestos a disposición del juez correspondía a hurtos (80% del total), seguido de lesiones y asalto, mostrando un pequeño porcentaje de personas detenidas por homicidio. Al igual que en el resto del país, en Valparaíso hacia el 1900, la detención por hurtos "es de todas las edades y parece ser de todas las condiciones y estados". Los delitos asociados a la propiedad privada cobraban relevancia en el marco de las investigaciones practicadas por los pesquisas, seguidas por un discreto porcentaje de delitos contra las personas⁹. En cambio, el trabajo de la sección de orden -de carácter preventivo- daba cuenta del incremento de otro tipo de infracciones en las cuales las detenciones por desorden y ebriedad ocupaban gran parte del trabajo de los guardianes. El incremento de la ebriedad era una fuente de preocupación constante de las policías, quienes realizaban un particular análisis a propósito del incremento de las detenciones de ebrios practicadas entre los años 1901 y 1912¹⁰, señalando que: "la ley en nada vino a extirpar este vicio, sino que, por el contrario, siguió su curso en forma alarmante, pues los reos aprehendidos aumentaron"¹¹.

En cuanto a los oficios de los detenidos, la estadística policial- concordante con la información censal- se concentra en labores habituales del puerto, concentrándose mayormente en hombres (cuadro N° 1) cuyo mayor porcentaje estaba representado

9 Revista de Policía de Valparaíso, año 7, núm. 90, julio de 1913.

10 La Ley de Alcoholes que estableció la penalidad sobre la embriaguez, fue promulgada 18 de enero del 1902 y entro en vigencia el 18 de abril del mismo año.

11 Revista de la Policía de Valparaíso, año 7, núm. 90, Julio de 1913, pp. 59.

por el oficio de gañán, seguidos por empleados particulares, jornaleros, gente de mar y sin oficio, todos ellos responsables de cometer delitos de ebriedad y desorden. Las mujeres en tanto, eran detenidas mayoritariamente por ejercer la prostitución y hurtos, y los principales oficios eran de prostitutas, lavanderas, cocineras y costureras. Las edades de hombres y mujeres detenidos se concentraban en el tramo de 16 a 30 años, especialmente entre los 21 a 25, el estado civil predominante era el de soltero (con un mínimo porcentaje de viudas), la mayor parte de ellos alfabetizados¹².

Cuadro N° 1: Número de personas aprehendidas por la policía 1908-1912

Sexo	1908	1909	1910	1911	1912	Total
Hombres	25.529	21.503	17.217	19.084	18.649	101.782
Mujeres	2.579	1.968	1.887	2.011	1.566	10.011

Fuente: *Revista de la Policía* de Valparaíso.

La estadística criminal del periodo estuvo sujeta a importantes críticas sobre su falta de rigurosidad y representatividad; en el afán policial por clasificar y calcular, se incluía a reos, condenados y detenidos indiscriminadamente incorporando estos datos como base para la confección de los resúmenes. Junto a estos sesgos, mirada desde el presente, esta información genera serias interrogantes que sugieren tomar distancia sobre los análisis posteriores, los que no incorporaban aspectos que actualmente se toman en consideración dado el avance de la criminología; tales como el peso que tienen los delitos que en determinada época son objeto de mayor o menor carga punitiva o la mayor vulnerabilidad de ciertos grupos frente a la acción judicial o policial¹³. Un ejemplo de lo anterior lo reflejaba la reflexión realizada por funcionario anteriormente mencionado, frente al aumento de las detenciones por ebriedad. Este incremento -que en 1903 correspondía al 60% de las detenciones anuales de Valparaíso- obedecía a promulgación de una ley que otorgaba mayor acción coercitiva a policías y jueces frente a estas prácticas, de forma que el ebrio que antes de 1902 cada mañana

¹² Consolidado de la estadística policial de los años 1908, 1911 y 1916.

¹³ Larrauri, Elena. *La herencia de la criminología crítica*, México, Ed. Siglo XXI, 1992.

se confundía con el personal del cuartel realizando el aseo como un tipo de sanción, posteriormente pasó a ser detenido¹⁴.

Así también, estudios recientes han demostrado que durante fines del siglo XIX e inicios del XX, el delito contra la propiedad en las principales ciudades de Chile se extendió a todas las clases sociales. Sin embargo, los delitos practicados por *bandidos de levita y corbata* no causaron el sensacionalismo alcanzado por el robo efectuado por el "ladrón conocido", permaneciendo ausente de los registros policiales y mayormente silenciado por la prensa, no obstante el gran daño que estas rapacerías -en forma de estafas, falsificaciones y apropiación dolosa de propiedades fiscales- realizaron a los intereses individuales y fiscales¹⁵. En base a la investigación realizada de Daniel Palma, estas evidentes omisiones se relacionaban con la mayor vulnerabilidad -a nivel de influencias, económicas y personales- del delincuente reflejado en la estadística, a diferencia del delincuente de cuello y corbata, quien contó con medios que le permitieron evadir la acción policial y judicial; pasando a ocupar el lugar de las ausencias en las fichas policíacas y la prensa del periodo.

Con todo, estas cifras nos entregan luces sobre el énfasis represivo de determinados tipos de delitos, así como de los sujetos a los que se consideró "peligrosos", construyendo con estos elementos una trama de recursividades plasmadas en la estadística. En este sentido, un papel importante estuvo representado por la difusión de ideas predominantes sobre el delito y el delincuente, desde fines del siglo XIX, conformado desde el discurso positivista y denominado como la "criminología del otro", para identificar al delincuente desde una matriz que naturalizaban la diferencia con el *alienado*, personaje que se caracterizaba por tener poco en común con el *nosotros*¹⁶.

En Chile, desde los aportes de la antropología positivista y su influencia -especialmente desde el campo de la medicina- se concedió la categoría de "discurso científico" a los prejuicios que no eran nuevos en la sociedad, tales como los postulados que asociaban

14 El Mercurio de Valparaíso, jueves 2 de abril de 1903.

15 Palma Alvarado, Daniel. *Ladrones. Historia social y cultural del robo en Chile, 1870-1920*, Santiago, Lom Ediciones, 2011.

16 Sozzo, Máximo. *Inseguridad, prevención y policía*, Quito, Flacso, 2008, p. 6.

criminalidad-raza y el argumento sobre la existencia de una predisposición hereditaria. No obstante el modelo positivista se basó en la aplicación de métodos y procedimientos que se sustentaban en la estadística para dotar de *objetividad* a estas ideas¹⁷. Estas miradas estereotipadas sobre el *sujeto peligroso* fueron replicadas desde distintos sectores desde fines del siglo XIX, quienes alarmados frente a la emergencia de la llamada "cuestión social", las migraciones campo-ciudad y su potencial de criminalidad entre la multitud desconocida que circulaba en las ciudades, demandaba un mayor control por parte de los servicios de orden para controlar estas verdaderas plagas que generaban la alarma de las clases acomodadas.

En este contexto, a fines del siglo XIX, las policías chilenas habían incorporado tecnologías de identificación mediante el uso rudimentario de las técnicas de bertillonage y antropometría, que posteriormente se depuraron mediante experiencias de intercambio con las policías argentinas y otras a través de instancias de instrucción y correspondencia¹⁸. Estas tecnologías aplicadas para el control de la reincidencia se combinaban con medidas de control y vigilancia preventiva. Durante los primeros años del siglo XX, en Valparaíso se practicaba el empadronamiento poblacional, lo que suponía que el guardián debería poseer un conocimiento detallado de los movimientos de los habitantes bajo su vigilancia, se estableció un sistema de fichaje entre los vagabundos que se desplazaban en sectores de industria y comercio, para extenderse a otros grupos sociales considerados como sospechosos: vendedores ambulantes, conductores, suplementeros, gente de mar entre otros debían fotografiarse e inscribirse en los registros laborales y obtener permisos para traficar en aquellos sectores en los cuales laboraban.

El positivismo y las ideas lombrosianas, tuvieron una amplia recepción desde fines del siglo XIX, y los esfuerzos formativos en estas materias se dirigieron a la investigación o al conocimiento práctico, en este caso se orientaban a funcionarios de prisiones y policías. El influjo del positivismo criminológico favoreció el

17 León, León, Ob.Cit., p. 45.

18 Palacios Laval, Cristian. "Entre Bertillón y Vucetich: las tecnologías de identificación policial. Santiago de Chile, 1893-1924". En: *Revista Historia y Justicia* N°1, Santiago de Chile, 2013, 1-28. ISSN 0719-4153, revista.historiayjusticia.org.

intercambio de conocimientos, a través de publicaciones o participación de los principales difusores en encuentros de divulgación; este movimiento fue especialmente fructífero en las primeras décadas del siglo XX, facilitando la circulación de estas doctrinas entre grupos de trabajo de distintos países. En este caso, la figura de José Ingenieros concentró parte importante de estos intercambios, la amplia obra del ítalo-argentino incluía sus publicaciones (*Criminología*, 1907), ensayos y trabajos publicados en *Archivos de Psiquiatría y Criminología* (1902-1913) de la que fue su fundador, junto con los trabajos efectuados en su papel de director de instancias de observación e investigación, dependientes de la policía y Penitenciaría Nacional. Su extenso trabajo en este campo -sin desconocer sus aportes a otros ámbitos del conocimiento- contribuyó fuertemente al fortalecimiento de redes de trabajo y comunicación en y desde otros continentes.

La influencia de estos postulados en los circuitos policiales de Valparaíso, incluyeron la difusión de trabajos clásicos de Bertillón, Vucetic, Lombroso y especialmente los trabajos del Dr. Luis Gámbara, Delegado General de la Escuela Positivista Penal en las Repúblicas Hispano-Americanas¹⁹. En sus conferencias realizadas en Santiago y Valparaíso -esta última en julio de 1905- Gámbara exponía sus ideas sobre delincuencia infantil, la influencia del ambiente social en la creación del delincuente y la prevención social, así como el rol preventivo de las instituciones de beneficencia²⁰. También dictó un curso de Derecho Penal a la Sociedad Médica de Santiago, cuyo contenido -publicado en 1906- exponía ampliamente sus planteamientos sobre prevención social. Desde una mirada higienista, proponía el estudio de cada una de las causas del delito: la miseria, el alcoholismo, el juego, el ocio y la indigencia representan factores de la criminalidad que serían susceptibles de modificar a través de la educación y la beneficencia. La centralidad del componente moralizador expuesto por este autor se haría presente en

19 Autor del libro "La policía científica" (1920) y colaborador de la Revista Policial de la provincia de Buenos Aires (1931).

20 *Zig Zag*, I, n 23, 23 de julio de 1905. Publicación posterior sobre el tema: *Conferencia dada en el Ateneo de Santiago por el Dr. Luis Gámbara, delegado General de la Escuela Positiva Penal*. Santiago de Chile, Imprenta del Comercio, 1906.

el discurso policial, especialmente si con ello se lograba también evitar la propagación de la "tempestad socialista y anarquista" que golpeaba al viejo continente; el autor era partidario del reforzamiento de la labor policial para controlar la libertad de emigración, verdadera "válvula de escape a la criminalidad"²¹. Gámbara alcanzó una importante presencia en la publicación porteña, que desde el año 1921, divulgaba in extenso sus "Estudios sobre policía", en los cuales describía las causas del retraso policial en la prevención del crimen, dada su falta de preparación técnica y la prevalencia de prácticas que descansan sobre el empirismo de sus agentes. En este periodo mantenía la crítica frente a su eficacia policial en la prevención del crimen, no obstante estas ideas eran matizadas con un mayor peso dado a la policía en la prevención del delito, en relación al periodo anterior en que estas acciones eran delegadas en la prevención social.

A diferencia de la difusión de los trabajos de Gámbara, las publicaciones policiales de Valparaíso omiten figuras importantes en el ámbito de la criminología, como es el caso de Ingenieros o Enrico Ferri, especialmente este último conocido difusor de las ideas lombrosianas, quien visitó Valparaíso en octubre de 1910 para dictar una conferencia sobre el tema. Ambos intelectuales eran portadores de las ideas socialistas que en la época abarcaban un amplio margen ideológico. La visita de Ferri fue profusamente difundida por la prensa porteña²², se presentaba como un orador polémico, que habría "levantado roncha" entre algunos círculos que se habían sentido ofendidos con sus atrevidas declaraciones²³. En la oportunidad, recibió los ataques de la prensa conservadora que lo presentaba como "agitador", generando réplicas inmediatas como las difundidas en el mismo mes, bajo el título de "Charla contra Ferri" que ofrecía un periodista italiano -el Conde Serralunga Langhi- en el recinto de la Universidad Católica de Santiago²⁴.

21 *Curso de Derecho Penal Positivo en 10 lecciones dado en la Sociedad Médica de Santiago* por el Dr. Luis Gámbara. Delegado General de la Escuela Positivista Penal en las Repúblicas Hispano-Americanas, Santiago de Chile, Imp. de los Hnos. Ponce, 1906.

22 Una caricatura muestra a un elegante Ferri, acompañada del texto: "Enrico, que predica contra los ricos y siempre se queda En rico" *Sucesos*, Valparaíso, IX, 422, 6 octubre 1910.

23 *Sucesos* IX, núm. 423, 13 octubre 1910.

24 *Sucesos* IX, núm. 424, 20 octubre 1910.

En las fuentes policiales consultadas, la difusión de estas ideas se articulaban desde un terreno eminentemente práctico, mediante un quehacer transmitido desde la medicina legal, con visiones deterministas que asociaban enfermedad-pobreza y vicio. Las influencias del positivismo y la criminología positiva se expresaban en el discurso policial con distintos énfasis, desde la incorporación de conceptos vagos e imprecisos sobre los postulados lombrosianos, hasta la transferencia de sus principales exponentes. Se publicaban extractos de textos de Lombroso sobre perfiles criminales o notas extranjeras que exponían los postulados de Garofalo y otros. Esto era matizado con enérgicas críticas efectuadas por corresponsales locales frente al “manoseo científico [que] está sacando un código de reglas que nos distrae de lo principal”, refutando los postulados clásicos, a partir de las destrezas adquiridas por el funcionario de la calle. El origen de la criminalidad se fundaba según este análisis en el medio ambiente y la “atmósfera corruptora” que influiría sobre el desarrollo de los instintos criminales. Con ello, la teoría lombrosiana resultaba por completo inaplicable en Chile, por no considerar la enseñanza moral y la educación, elementos que influirían más que todas las anormalidades físicas en el desarrollo de la conducta delincuencia. En estas críticas se dejaba entrever la primacía del componente regenerativo sobre el determinismo lombrosiano.

Lombroso es un sabio del que nos hemos permitido sospechar que le debe mucho a la moda (la criminalidad también la tiene), pero de su sabiduría nos hemos permitido siempre extraer un apéndice: el de las conformaciones indefectiblemente criminales²⁵.

No obstante, las explicaciones deterministas continuaban representando un marco explicativo frente a los llamados problemas de trascendencia social. Hasta las primeras décadas del siglo XX,

25 Santibáñez, Antonio, “La niñez abandonada y la vagancia”, *Revista de Policía de Valparaíso*, año IV, N° 51, 31 de diciembre de 1910.

estas miradas fusionaban racismo y determinismo social; la "degeneración de las razas" que afectaba a Europa debilitando a las nuevas generaciones, se hacían presente en Valparaíso a través de la decadencia de las costumbres: el alcoholismo, el juego y la vagancia eran el camino directo a la decadencia de la raza nacional y el paso a la criminalidad en los sectores populares, aunque estas costumbres -se decía- ya estaban en camino de expandirse a otras clase sociales²⁶.

Las siluetas del peligro

A inicios del siglo XX, el escritor Víctor Domingo Silva - radicado hacía un año en Valparaíso- a través de las páginas de *Pluma y Lápiz* llamaba la atención sobre los delitos de sangre ocurridos en Valparaíso, "espectáculos reales" de tal magnitud que se sobreponían a las mejores representaciones europeas, crispando los cabellos de los lectores de noticias policiacas. Para el autor identificar el origen de estos crímenes no era tarea difícil: "en los barrios bajos de Valparaíso -o altos, puesto que están en los cerros -hai insignes maestros en el arte de las cuchilladas curvilíneas i de los destripamientos instantáneos²⁷". En este periodo de expansión de la crónica roja, otras revistas de circulación regional como *Sucesos* y *El Mercurio de Valparaíso* se sumaban a las voces de advertencia por el avance del delito y la necesidad de fortalecer la vigilancia policial. Estos llamados, aun cuando no representaban novedad alguna en las páginas de la prensa, llegaban a convertirse en caja de resonancia de discursos emanados desde las clases propietarias sobre el temor al avance de la combinación pobreza-criminalidad.

En efecto, la pobreza se ubicaba en las partes altas del puerto y el discurso dominante identificaba el foco del crimen en estos lugares, espacios a los cuales no llegaban los avances de la

²⁶ Revista de Policía de Valparaíso, año II, N° 14, 30 de noviembre de 1907.

²⁷ John Pencil (seudónimo de Víctor Domingo Silva) "Cosas del puerto", *Pluma y Lápiz*, n°75, 4 de mayo de 1902.

modernidad implementados en el plan, dificultando la acción policial, ya sea por la irregularidad de los terrenos, falta de alumbrado público o porque los escasos funcionarios concentraban la vigilancia en áreas de mayor movimiento comercial. La prensa de la época deslizaba permanentes llamados a la autoridad para fortalecer el servicio policial en los cerros que rodeaban la ciudad, los que habían incrementado su población y requerían mayor vigilancia para continuar su adelanto, pues “nadie se atreverá a sobrevivir en la altiplanicie si no está seguro de que su vida y sus intereses están suficientemente resguardados”²⁸. La mirada policial operaba desde una matriz explicativa que coincidía con los postulados de la escuela positivista, según los cuales su estudio debería considerar el territorio donde habitaba el individuo, por representar este uno de los factores de influencia social que determinaba el desarrollo criminal. Con ello, la acción de la policía se concentraba en los lugares altos mayormente poblados, como el popular cerro Cordillera -habitado por marineros y trabajadores portuarios – en donde “sería hacer prodigios de vigilancia evitar las raterías y latrocinios en una población tan extensa, compuesta en algunos barrios de gente de dudosas costumbres y antecedentes”²⁹. El año 1902, el 60% de los reos ingresados a la Sección eran habitantes de los cerros, especialmente del famoso, inmenso y poblado cerro Barón

...tradicional recinto de las fechorías, con los centenares de cuartos que son verdaderas sentinas donde se aloja la escoria de la prostitución y los abundantes laberintos llamados conventillos, donde escapan a la mirada de la policía los rateros y los encubridores, los ladrones y los asesinos, son los depósitos que arrojan el inmenso contingente de reos que ofrece la Sección y que retratan con exacto colorido la fisonomía moral de sus habitantes³⁰.

28 “La reorganización de las policías”. *El Mercurio de Valparaíso*, 17 de junio de 1900.

29 Nota de Prefectura de Valparaíso, 15 diciembre 1904. Intendencia de Valparaíso,

vol.1107.

30 *El Mercurio de Valparaíso*, jueves 2 de abril de 1903.

Este reportaje, publicado en 1903, incluía un extenso capítulo con estadísticas policiales, ornamentadas con las reflexiones del corresponsal, para quien después de haber observado la "idiosincrasia de las colectividades", resultaba lógico comprender la superioridad numérica de los delincuentes en los sectores populares de la ciudad. De esta misma forma, se construían un marco explicativo que incorporaba a toda una categoría de seres peligrosos y ajenos que despertaban la mirada desconfiada de la elite, incluyendo a vagos, mendigos, borrachos, trabajadores desocupados y mujeres de poca decencia. Sobre ellos primó la "mirada preventiva" de la policía, atenta a las advertencias de la clase propietaria.

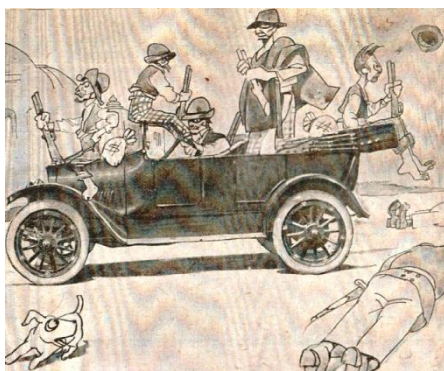


Ilustración 1 "Continúan los salteos en la capital"
Revista *Sucesos*, Año XVIII, N 903, 15 de enero de 1920

Como se indicó anteriormente, los perpetradores de delitos eran en su mayoría hombres, con una presencia comparativamente menor de mujeres, entre las cuales la mayor cantidad de detenciones se producía entre prostitutas y ladronas de tiendas o "tenderas". Los archivos policiales concentran cantidad importante de acciones referidas a ataques violentos, extorsión y explotación de todo tipo en las cuales las mujeres figuraban en el rol de víctimas, cuyos perpetradores eran mayoritariamente hombres, entre los cuales se encontraban los propios policiales. Lo interesante en este punto, es la imagen que se construye sobre la *mujer criminal* y el acopio de información sobre el tema, que no se condice con la información que

entregan las fuentes, incluyendo la estadística. El delito femenino ocupaba las páginas de las publicaciones oficiales, incorporando exponentes extranjeros y criollos que disertaban sobre la *naturaleza criminal* de la mujer. El año 1911, el aclamado César Lombroso era publicado por el semanario policial, en el artículo confirmaba sus conclusiones sobre la naturaleza histérica -“inevitable en el criminal nato, sobre todo en la mujer”- y la similitud entre la mujer libertina y la criminal, en cuanto a sus características innatas: la falsedad y la debilidad, disfrazada esta última en una gran astucia para desarrollar sus engaños³¹. Por su parte, los *repórteres* criollos trataban de explicar la baja presencia estadística de las mujeres, asignándoles un rol accesorio en el mundo delictual, desde una mirada en común con la lógica lombrosiana: su naturaleza impostora. Las mujeres eran consideradas un *auxiliar* del delincuente hombre, pasando desapercibida para la acción policial. La llamada “mujer centinela” dispondría de recursos asociados a su condición femenina:

mucho más perfectos que los de los hombres en el arte del engaño...tiene la ventaja que despierta menos sospecha, excita la compasión... dispone del inmenso arsenal de la coquetería femenina para excitar en el hombre la pasiones sensuales³².

Hasta la segunda década del siglo XX, la delincuencia infantil representaba un tema de actualidad en las principales ciudades del país. Una carta dirigida a José Ingenieros por un abogado de Concepción, sugería la preocupación por el tema, consultándole por su artículo “Los niños vendedores de diarios y la delincuencia precoz”, citado en *Criminología*, que no había encontrado en Chile³³. Estos temas concentraban la agenda policial en los centros urbanos,

31 Revista de Policía de Valparaíso, núm. 54, 1 de marzo de 1911.

32 Nemo. “La Mujer auxiliar del ladrón”. *Policiaca*, Año 1, Núm. 1, Santiago de Chile, enero 1918.

33 Carta manuscrita de A. Spottke a J. Ingenieros, Concepción, 27 de febrero de 1920. Fondo José Ingenieros, Biblioteca CEDINCI, Buenos Aires.

estrechando la vigilancia sobre los niños vagos. Se planteaba que estos preferían dormir en el rincón de una puerta, antes de “doblegarse a la autoridad paterna”, frente a la burla de la figura paternal, las prácticas correctivas sobre estos “señores de su albedrío” eran aplicadas a manos del representante de la máxima autoridad que los detenía, “acarreándolos” a las comisarias o escuelas.

Un peligro inmediato lo representaban los muchachos que deambulaban por el malecón, socializando con los trabajadores que se encontraban en los sitios de descarga de mercaderías. Este escenario era observado con recelo por la policía, por considerar que estos encuentros se convertían en verdaderas “escuelas del crimen”, pues a través de la charla con los trabajadores los pequeños se educaban en las fórmulas delictivas entregadas por los adultos. La fusión entre *presuntos* y *potenciales* delincuentes requería del acoso policial, a partir de una mirada en la que confluían componentes de regeneración y determinismo social, puesto que “todo niño abandonado se convertirá en criminal”, era necesario apartar al *pequeño delincuente* - haciendo alusión a su calidad de vago- de esa “atmosfera corruptora”. Nuevamente, entraban en escena las categorías lombrosianas, esta vez para graficar su inaplicabilidad en chicos que a simple vista “engañaban” a cualquiera que buscara algún signo que delatara su vida criminal, pues “en ningún caso se veían mandíbulas poderosas, ni pómulos sobresalientes”, de forma que Lombroso “los habría indultado a simple vista” dada su fisiología, de una *dulzura incomparable*³⁴.

De esta forma, se conformaban los trazos del potencial peligro, que incluía a un grupo variopinto que obstaculizaba el paso de la elite a la anhelada modernidad, no obstante se mantendría como “plaga de miserables” hasta a lo menos la segunda década del siglo XX:

la ciudad está cubierta de una plaga de mendigos, asquerosos y harapientos, niños, mujeres y ancianos,

34 Santibáñez, Antonio, “La niñez abandonada y la vagancia”, *Revista de Policía de Valparaíso*, año IV, N° 51, 31 de diciembre de 1910.

seres todos, sin excepción aptos para el trabajo, que detienen a medio mundo en las calles más centrales en demanda de una limosna³⁵.

Lo anterior se agudizaba con los movimientos migratorios que habían representado desde el siglo anterior un desequilibrio para el ordenamiento liberal. Inicialmente lo fueron las migraciones campo-ciudad, con un flujo y reflujo de los trabajadores de los campos a los pueblos, que según la prensa no hacía "más que aumentar la desmoralización y los crímenes". El itinerario de los pobres estaba predefinido: terminado el tiempo de cosechas, regresaban a las ciudades buscando otra ocupación y al no encontrarla ingresaban instintivamente al circuito del delito³⁶. En el contexto de la crisis salitrera que afectaba al norte del país, el año 1914 desembarcaban en Valparaíso grupos de trabajadores desocupados, la prensa exponía el pavor que suscitaban los "varios miles de individuos sin trabajo, [quienes] no pueden menos que constituir una amenaza para el orden público". Según la publicación, el desarrollo industrial iba a contrapelo de estos movimientos migratorios que desafiaban el frágil ordenamiento liberal. Con la llegada de los hombres el peligro se expandía desde distintas esferas, una de ellas era el aumento de negocios de licores, juego y prostíbulos; por otra parte, la figura del obrero desocupado representaba un peligro por su propia condición, pues "tarde o temprano se convertiría en amenaza" según la deducción ocio y "pillaje", a esto se agregaba la llegada de individuos peligrosos que se filtraban entre los trabajadores: "maleantes que no desaprovecharían un minuto para cometer desórdenes"³⁷.

Con esto último se hacía referencia a los agitadores, socialistas o anarquistas "incorporados, como lepra funesta en la masa trabajadora de nuestra población". La policía responsabilizaba de este estado de cosas a los gobiernos y sus políticas de colonización, cuyo único resultado habría sido atraer a esta *hez* social: hombres que por

35 *El Diario Ilustrado*, núm. 435, Santiago 23 de noviembre de 1921, p.3.

36 *El Mercurio de Valparaíso*, 03 de enero 1865.

37 "El aumento de la policía" *El Mercurio de Valparaíso*, enero 1914.

su falta de competencia laboral y sus ideas revolucionarias habían sido expulsados de Europa y llegaban al país que los recibía "bajo el pretexto de falta de brazos"³⁸. De la misma forma, los desplazamientos desde países vecinos, como Argentina -tras la promulgación de la Ley de Residencia- atraía a elementos políticos que se confundían con peligrosos rufianes que llegaban a establecer el negocio de trata de blancas, luego de haber sido expulsados de su país³⁹. La cruzada contra este peligro exhortaba a los agentes a vigilar escrupulosamente el funcionamiento de las sociedades obreras en que "tan funestas ideas se arrojan sobre el trabajador ignorante"⁴⁰.

Desde la mirada policial, el obrero era visto como una presa fácil no solo de los "charlatanes utopistas", sino también de toda clase de corrupciones que degeneraban sus energías y deprimían su capacidad de trabajo. El lupanar, el garito y la taberna, representaban el foco de la desmoralización, pues engendraban delincuentes entre los hombres del bajo pueblo, de forma que hasta el dócil peón bajo su influencia se transformaría fácilmente en ladrón, tahúr o vago. Estos espacios, que tampoco habían sido considerados bajo el análisis lombrosiano, serían la bandera de batalla de la policía frente al avance de la criminalidad.

Mientras los obreros sobrios y mejor orientados de la vida tratan de guiar o conducir a sus compañeros al terreno de la dignidad, yo, me dije, me colocaré en condiciones de poder atacar los antros de perdición de estos desheredados: el lupanar, el garito, la taberna. ¿Cómo?, incorporándome al cuerpo que tiene esta misión: la Policía⁴¹.

38 Luis A Santibáñez, "La misión de las sociedades obreras", *Revista de Policía de Valparaíso*, año V, N° 56, 1 de abril de 1911.

39 Oficio 134, del Jefe de la Sección de Seguridad al Prefecto de Policía de Valparaíso, Octubre de 1913.

40 Antonio Santibáñez, "La represión del anarquismo", *Revista de Policía de Valparaíso*, año III, N° 39, 31 de diciembre de 1909.

41 Devia, Enrique, "¿Por qué soy paco?", *Revista de Policía de Valparaíso*, año I Número 1, 1° de marzo de 1921.

Emilio Dubois o la policía burlada

Este título forma parte de un cuadro de una obra de teatro escrita el año 1907, sobre un importante suceso que remeció la escena criminológica a inicios del siglo XX en Valparaíso. Su personaje principal, Emilio Dubois, fue señalado como uno de los primeros asesinos en serie y hasta los actuales tiempos forma parte importante de la cultura popular porteña. Las publicaciones de prensa y literarias hablaban de “la mano maestra de un bandido de alta escuela”, exponiendo una aguda crítica a la falta de rigurosidad policial para investigar el crimen, así como el uso de apremios ilegítimos por parte de los funcionarios para extraer la confesión de tres sospechosos, quienes al final la investigación habían resultado ser inocentes. La repetición de crímenes y la impunidad de los mismos generaron alarma en la sociedad y el comercio, sintetizada en el informe remitido por el Juzgado del Crimen a la Corte de Apelaciones el 15 de diciembre de 1905, en el cual se informaba que los habitantes habían concurrido en masa solicitando permisos para cargar armas prohibidas⁴². En este escenario, mediante un Decreto Supremo se disolvió la policía de seguridad, por no contar con los elementos que garantizaran la seguridad de la ciudadanía.

La lectura del proceso que derivó en la sentencia de muerte para Dubois, deja en claro a lo menos dos situaciones: se trataba de un delincuente profesional, con facilidad para desplazarse y mimetizarse en distintos espacios, además se apartaba del perfil criminal, no coincidiendo su imagen con la del sujeto peligroso que reposaba en el ideario de la época.

En efecto, la presencia de Emilio Dubois -o Luis Amadeo Brihier según un acta de nacimiento encontrada- pasó desapercibida ante los ojos de policías y víctimas. Su figura representaba a un hombre moderado, de vestir cuidadoso, con signos de refinamiento -como el uso de sombrero y gemelos- que dominaba varios idiomas, desplazándose con soltura entre las clases acomodadas. Declaraciones

42 “La sentencia a muerte de Emilio Dubois”, *Boletín de la Policía de Santiago*. Año VIII, Santiago de Chile, núm. 55-58, marzo de 1907.

de testigos lo definieron como un "hombre decente", la prensa opinaba que no era un ser vulgar y hasta un guardián que cruzó palabras con el bandido cuando huía de la escena del crimen de Tillmans, declaró que por un momento pensó que se trataba de "un malhechor disfrazado de caballero". La actitud de Dubois hacia el guardián, era una muestra de la intimidación que suscitaba entre el personal subalterno el trato con las clases acomodadas: "no temas guardián, soy el dueño" fue suficiente argumento para alejar al funcionario del lugar.

Otro elemento distintivo fue la facilidad con que este hombre se desplazaba: en el transcurso de una década desde su llegada de Europa, residió al menos en 18 ciudades de 7 países latinoamericanos, desempeñando todo tipo de oficios. Durante su presencia en Bolivia, había sido acusado del asesinato de un hombre en Oruro, burlando la acción de las policías bolivianas que solo se enteraron de su presencia en Chile cuando el juez chileno les solicitó los antecedentes. Este itinerario, le dotó de una serie de habilidades y una personalidad que ostentaba seguridad: uno de los testigos informaba que al comentar la impunidad de estos crímenes, Dubois le había respondido que estos eran cometidos "a la alta escuela, como en Europa [por lo cual] serían muy difíciles de pesquisar por la justicia de Chile".

En su estadía en Chile, no habría desempeñado oficio alguno, viviendo habitualmente de la mendicidad en versión refinada: tenía cartas en diferentes idiomas para sus llamados "suscriptores". Estos eran mayoritariamente comerciantes que entregaban sus aportes para auxiliar a alguna familia extranjera, firmando una lista que Dubois utilizaba como introductoria para llegar a otras personas y de esta forma acumulaba información que posteriormente era corroborada mediante la observación de los movimientos de sus futuras víctimas. Durante este tiempo elude la acción policial, siendo detenido en una sola ocasión, durante 14 días a raíz de escándalos.

Este perfil no encajaba con el sujeto peligroso que suscitaba la desconfianza policial. Por lo mismo, su detención acaparó la atención de policías, jueces y de la sociedad porteña en general. Las caricaturas hacían mofa del cambio de apariencia en los hombres (bigote, sombrero, vestimenta) que no deseaban tener parecido alguno con un criminal con el que habían socializado, sin llegar a percibir diferencia alguna entre este y el "nosotros". En este periodo, hasta el

célebre Dr. Gámbara viajó a Valparaíso para entrevistarse con el "primer asesino en serie" del que se tenía conocimiento y estudiar su vida. Por otra parte, la serie de descuidos y omisiones de la policía de Valparaíso y Santiago -incluyendo pericias solicitadas al tristemente célebre Eugenio Castro, por ese entonces jefe de seguridad en la capital- daban cuenta de una marcha rezagada en materia de investigación criminal, que continuaba funcionando en base a una visión arcaica y prejuiciosa sobre el delincuente y la delincuencia. El mismo semanario policial lo reconocía a propósito de los casos Dubois y Beckert, indicando que sus "métodos son muy anticuados, impropios para ponerlos al frente del arte moderno de Matar"⁴³.

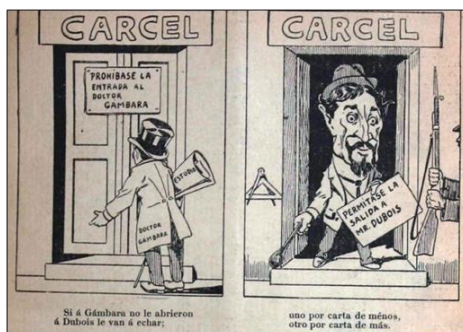


Ilustración 2 Revista *Zin Zal*, año 1, n° 6, 7 marzo 1907.

Conclusion

Durante las primeras décadas del siglo XX, Valparaíso representaban un escenario propicio para el desarrollo de culturas desconocidas para el accionar policial, dado el importante desarrollo de la industria, el comercio y el atractivo que esto generaba para la industria del delito. En este periodo de transición del quehacer

⁴³ Revista de Policía de Valparaíso, año III, N° 32, 30 de junio de 1909.

policial, cada vez más centrado en los delitos contra la propiedad, al interior de las policías continuaba primando un saber práctico que miraba con recelo el desarrollo de modernas teorías sobre la criminalidad y el sujeto criminal; se decía que el policía de calle era el mejor conocedor de las culturas de bajo fondo, la observación, el diálogo que se producía naturalmente entre delincuentes y funcionarios dotaban a estos últimos de un conocimiento especializado, un *olfato policial* que se sobreponía a las explicaciones teorizantes sobre la conducta criminal, cuestión que llamaba a la elaboración de postulados propios para explicar la génesis de la criminalidad. Este es el caso del concepto de *criminicultura*, con el que la policía definía la forma de vida característica de las clases bajas en tiempos en que la cuestión social dejaba al descubierto la miseria cotidiana del proletariado. Las migraciones, la cesantía o la explotación infantil eran vistas desde un marco explicativo que resaltaba la influencia del medio social en el comportamiento, lo que se matizaba con una mirada determinista, de forma que el tránsito hacia la conducta criminal estaba precedido por una ecuación precisa que combinaba vagancia y alcoholismo. El potencial criminal se encontraba en las calles y en los negocios que atentaban contra las malas costumbres, frente a lo cual emergía la misión policial regeneradora.

De esta forma, se establecía un propio marco de análisis para entender el origen del delito y con ello la acción preventiva a cargo de las policías. Este marco explicativo contenía un componente de eclecticismo en el que confluían postulados del determinismo, las miradas de las elites y su influencia en la prensa y la propia confianza policial depositada en el conocimiento práctico. Con ello, se ratificaban los discursos y prácticas segregadoras del modo de vida de las clases bajas, elaborados en base a estereotipos y prejuicios sobre los portadores de una cultura diferenciada del "nosotros". El caso de Dubois, es quizás representativo de las consecuencias de este cautiverio teórico-práctico, que dejaba al descubierto las serias deficiencias de los cuerpos policiales urbanos para detener un tipo de delito que escapaba a su marco explicativo en los albores del siglo XX.

RECEBIDO EM: 15/05/2016
APROVADO EM: 20/06/2016

ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS RESISTÊNCIAS À PERÍCIA CRIMINAL: O CASO BAMBINO MARCHI, ROMA, 1925

*Elements to a history of resistances to criminal forensic:
The Bambino Marchi Case, Rome, 1925*

*Philippe Artières**

RESUMO

A partir do estudo de um caso, o assassinato do jesuíta Paul Gény pelo soldado italiano Bambino Marchi, em 1925, o artigo pretende mostrar como uma escrita de cunho autobiográfico, o breve relato do crime escrito pelo próprio assassino, pode ser lida como uma forma de insurgência contra os discursos policiais e, principalmente, médico. Mais que mero exercício memorialístico, tal narrativa é uma verdadeira tomada de palavra contra a autoridade do perito.

Palavras-chave: perícia criminal; autobiografia; epilepsia psíquica

ABSTRACT

From a study of a case, the murder of Jesuit Paul Gény, by italian soldier Bambino Marchi, in 1925, the article aims to show how a writing work with an autobiographical nature - the short crime story written by the killer himself - can be read as a form of insurgency against the police, and mainly medical speeches. More than a simple memorialist exercise, such narrative is a real word then against the forensic authority.

Keywords: criminal forensics; autobiography; psychic epilepsy

* CNRS-EHESS. E-mail para contato: ph.artieres@wanadoo.fr

No dia 12 de outubro de 1925, o padre jesuíta Paul Gény, membro da Companhia de Jesus, é assassinado numa rua do centro de Roma por alguém chamado Bambino Marchi, um simples soldado italiano. Um conjunto de fontes estão disponíveis para tentar compreender esse evento.¹ Dentre elas, há arquivos privados, que são familiares, mas também os de duas instituições: o da Companhia de Jesus (em Vanves, na França, e em Roma) e o da Universidade de Roma, onde Gény era titular da cadeira de filosofia². Dispomos, assim, de um duplo corpus de artigos da imprensa contemporânea: um italiano e o outro francês. Por fim, nos arquivos da cidade de Roma existe um dossiê muito importante que conserva todas as peças do processo judicial.³

Cruzando tais fontes, podemos estabelecer o que aconteceu na manhã do dia 12 de outubro de 1925. Os sobrinho e sobrinha franceses de Paul Gény, residentes na França, estavam em Roma para lhe fazer uma visita. Tomado por seus diversos afazeres, ele não havia podido vê-los desde sua chegada. Um encontro foi marcado para o dia 12, às 9h25, para que passassem um dia juntos; estava previsto que tomassem um bonde e se encontrassem no lago de Nemi, na periferia da cidade santa. Mas os protagonistas não se encontraram, tendo os jovens esperado na estação de trem em vez da estação de bonde, que ficava próxima. Quando o bonde partiu, padre Gény foi à estação Termini onde os procurou; então ele foi ao colégio Massimo, onde foi diretor espiritual, para saber se seu sobrinho e sua sobrinha não o esperavam por ali. Não os tendo encontrado, parece que ele decidiu ir aonde eles se hospedavam, numa casa religiosa destinada aos peregrinos na via San Basilio. Foi então que ele cruzou com um soldado italiano que se pôs a segui-lo involuntariamente. Tendo chegado na rua San Basilio, deserta a essa hora, o militar se precipitou sobre ele e o assassinou com sua baioneta, por trás, pelo lado esquerdo da lombar, em seu coração. Cometendo seu crime, o

1 Sobre o crime como evento discursivo ver Dominique Kalifa, *L'Encre et le sang. Récits de crimes et société à la Belle Époque*. Paris: Fayard, 1995.

2 Entre suas obras, podemos ler: Paul Gény, *Questions d'enseignement de Philosophie Scolastique*. Paris: Beauchesne, 1913; ou ainda Paul Gény, *Impressions de guerre, Etudes*, 53e année, janvier-février-mars 1916.

3 O conjunto desses arquivos e das reproduções que fiz estão conservados hoje nos Arquivos da Academia francesa, em Roma.

soldado, segundo algumas testemunhas, teria gritado as seguintes palavras: “Brutto pretaccio!”, isto é, “Padre imundo!”. O filósofo caiu na calçada, sem nenhum grito. Enquanto ele tentava se recompor, ele teria dito, em italiano, aos passantes que se aproximavam: “Rápido, chamem um frei capuchinho, mas imediatamente, pois vou morrer”. Ele estava a quinze metros do nº8 da Via San Basilio, para onde estava indo e que era muito próximo do convento dos Capuchinhos. Nesse momento, ele ainda tinha a baioneta enfiada no peito. Um policial apareceu, parou um carro, e este o transportou de pronto ao hospital San Giacomo. Ele perdera a consciência, mas ainda respirava. Na sala de operações, os dois médicos julgaram qualquer intervenção inútil. A ele foi dada a extrema unção e os óleos santos. Às 10h20, estava morto.

Esse caso da morte de Paul Géný me levou a Roma em 2011-2012. Esse filósofo era meu tio-avô. Eu havia descoberto arquivos familiares relativos a sua obra e a seu assassinato; pus-me a investigar; escolhi o modo da narração pessoal para tratar desse evento. Escrevi um livro que se chamava *Vie et mort de Paul Geny*, publicado em 2013 pelas edições Seul, de Paris, na coleção “Fictions & cie”, dirigida pelo escritor e editor Bernard Comment. Historiador, decidi optar pela narração, por certo muito fragmentária, para analisar um crime na capital da cristandade no momento em que Mussolini ascendia ao poder. Inscrevia essa morte na história italiana contemporânea, mas também em minha própria existência. Eu encarnava a vítima e seu assassino, sucessivamente. Mobilizava arquivos e, com eles, tentava produzir uma história frágil na primeira pessoa.

Mais de cinco anos depois, nestas páginas que seguem, gostaria de voltar a esse caso propondo uma outra perspectiva de leitura que, à época, descartei. Proponho, portanto, uma nova visita ao caso Bambino Marchi. Trata-se de sugerir, rapidamente, a partir desse

caso, alguns elementos para uma história das resistências à perícia criminal. Em meio a um trabalho já antigo – sobre um conjunto de autobiografias de criminosos de Lyon – eu havia tentando compreender como a perícia se comportava em face da injunção de verdade feita pelo médico⁴.

O diagnóstico dos especialistas

O ato do jovem soldado apareceu em um dos principais jornais italianos bem como no jornal católico francês *La Croix*, muito próximo dos meios católicos; mas o caso desapareceu rapidamente dos jornais, dado que era particularmente específico, levando-se em conta a vítima, alguém do meio universitário estrangeiro e pertencente a uma das ordens religiosas mais poderosas de Roma, a Companhia de Jesus. O contexto não era menos anódino: 1925 era um ano santo e a violência política dos jovens fascistas estava em plena expansão – nesses mesmos dias aconteceu em Florença uma noite de violências sem precedentes⁵. A ameaça anarquista e o arrastar-se da xenofobia constituíam dois riscos para as autoridades.

Não obstante essa atualidade, Bambino Marchi, no entanto, caiu rapidamente no esquecimento depois de sua prisão. O caso foi tratado pela justiça militar e pela promotoria de Roma ao mesmo tempo. No final da investigação, não houve processo e a imprensa, a respeito do caso, não falava mais do que de maneira breve.

A versão historicamente admitida, a que os redatores do volume “Jesuítas”, do *Dictionnaire du monde religieux* (1985), dirigido por Jean-Marie Mayeur e Yves-Marie Hilaire, especifica, na notícia, que o assassino de Paul Geny havia confundido sua vítima com o emissário dos futuros acordos de Latrão entre o papa e Mussolini, o jesuíta Pietro Tacchi Venturi. Na verdade, se este último foi objeto de uma tentativa de atentado, isso ocorreu mais tarde e não

4 Philippe Artières, *Le Livre des vies coupables*, Paris, Albin-Michel, 2000.

5 Serge Berstein et Pierre Milza. *Le Fascisme italien. 1919-1945*. Paris: Seuil, 1980.

pelas mãos de Bambino Marchi. Além disso, à época tal razão jamais foi sustentada. O assassino não foi considerado como um anarquista, tampouco como um nacionalista; também não foi julgado pelo direito comum; foi declarado “demente no momento dos fatos” e, como consequência, irresponsável por seus atos aos olhos da lei. Não menos que três médicos peritos debruçaram-se sobre seu caso e também o examinaram. Eles redigiram relatórios imponentes conservados nos arquivos romanos e, por unanimidade, concluíram tratar-se de um caso de epilepsia delirante⁶.

São os trabalhos do doutor Paul Ardin-Delteil (1870-1929)⁷ que propõem a síntese mais precisa sobre a epilepsia em suas relações com o ato criminoso. Citaremos em profusão Ardin-Delteil a fim de compreender bem o que entendemos por epilepsia psíquica.

Esse médico explica notadamente que os dois caracteres inseparáveis de todo ato epilético são o automatismo e o impulso. Um movimento é chamado de automático etimologicamente quando aparece de maneira espontânea e, ao mesmo tempo é, segundo P. Janet, submetido “a um determinismo rigoroso, sem variações e sem caprichos.” (p. 154-155). 1º) Ele não é o resultado e a transformação imediata de um impulso exterior atual, mas nasce, ou parece nascer, dele próprio; 2º) ele é um ato “sem vontade livre”, o sujeito não pode modificá-lo a seu talante, o sujeito não é responsável por ele. E, segundo ele, sem dúvidas é a supressão da vontade – brusca, repentina, instantânea – que faz aparecer o caráter do impulso epilético.

O autor prossegue (p. 156) dizendo que se trata de uma “destruição radical da vontade livre, brutalmente suprimida, demolida pela explosão epilética; tal supressão brutal traduz-se pela brutalidade de uma invasão do automatismo”. Todos os atos epiléticos com frequência têm a aparência de atos coordenados. No entanto, eles são impulsivos, o que dá ensejo a “uma série de caracteres novos: a) instantaneidade e energia na determinação dos atos, b) ausência de motivos (ou futilidade deles), c) ausência de

6 Laurence Guignard. *Juger la folie. La folie criminelle devant les Assises au XIX^e siècle*. PUF. Coll. “Droit et Justice”, 2010.

7 Paul Ardin-Delteil. *L'épilepsie psychique: ses rapports dans l'aliénation mentale et la criminalité: épilepsie larvée et équivalents épileptiques*. Paris: J.B. Baillière et fils, 1898.

premeditação, d) ausência de dissimulação (nenhum cuidado com esconder-se depois do atentado, que acontece à luz do dia), e) ausência de cumplicidade.”; tais atos se fazem notar, por fim, pelo desenvolvimento de uma violência e de uma energia insólitas.

Além disso, eles são acompanhados por uma amnésia com, em certos casos, reminiscências parciais (p. 158 e seguintes). Outro traço característico aos olhos dos alienistas é a tendência quase constante a continuar andando, a fugir, a viajar. Dessa descrição também marcamos que “se o acesso psíquico estoura sem causa aparente, sem que nada o faça ser previsto, algumas vezes acontece de ele ser precedido de presságios que permitem prevê-lo e em parte dele retiram o caráter repentino.” Mas o início do paroxismo não é menos brusco; “em meio a este céu escuro, escreve Ardin-Delteil, ignoramos quando irromperá o primeiro trovão.”

A atitude de Bambino, notadamente a longa caminhada por Roma que o leva de seu quartel à via San Basilio, mas também o caráter repentino de seu ato, sua ausência de tentativa de fuga, fazem dele um criminoso epilético quase modelo. Uma das provas que teve um papel importante foi a fotografia que se encontrou na casa da família do acusado. Essa imagem, não datada, mostra um homem jovem, provavelmente nos arredores de sua pequena cidade, próximo de um poço, cigarro e sorriso na boca e, nas mãos, segura uma corda ligada a um corpo (é difícil saber se se trata de um corpo real ou de um manequim) que está suspenso. O outro elemento decisivo no diagnóstico dos médicos foi a doença mental da mãe e seu suicídio alguns anos antes dos fatos.

Bambino Marchi só deu justificativas muito incoerentes para seu ato, contradizendo-se aos olhos dos especialistas. Por todos esses elementos, classificou-se o dossiê considerando que o assassino era irresponsável e que ele deveria ser de imediato internado numa instituição psiquiátrica – o asilo de Reggio Emilia e seu célebre pavilhão de loucos criminosos estudados pelo historiador Mauro Bertani.⁸

⁸ Cf. Francesco Barale, Mauro Bertani, Vittorio Gallese, Stefano Mistura, Adriano Zamperini (org), *Psiche. Dizionario storico di psicologia, psichiatria, psicoanalisi, neuroscienze*, 2 vol. Torino: Einaudi, 2006/07.

Escrever para continuar a ser um sujeito histórico

Alguns meses depois dessa decisão, que nasce da natureza de seu ato e, notadamente, de seu caráter anticlerical, Bambino Marchi procurou por diferentes meios se opor a ela. De fato, logo após sua prisão, o assassino declarou ter matado o religioso em razão da raiva que tinha de padres desde um episódio trágico da Primeira Guerra Mundial. Bambino tinha um irmão soldado no fronte; segundo ele, um dia o cura de um vilarejo veio anunciar a sua mãe que seu filho havia sido morto. A mãe, desesperada, suicidou-se. Mas a notícia era falsa e o irmão estava vivo e, algum tempo depois, retornaria. Bambino criou um fortíssimo rancor.

Não tendo sido compreendido, ele decidiu tomar sua caneta e escrever uma breve autobiografia; esta não foi suscitada pelos médicos como era por vezes o caso. O texto, que reproduzimos abaixo, é notável como uma verdadeira tomada de palavra contra a autoridade do perito. Não entraremos aqui na maneira como o autor argumenta, mas nos contentaremos em sublinhar que ele propõe uma outra leitura das circunstâncias do crime e, sobretudo, coloca em discussão o diagnóstico por meio de um discurso muito bem articulado.

Caro senhor professor Rodolfo Bonfiglio.

Segundo o desejo do tenente-coronel Consilio, eu gostaria de lhe informar sobre o que segue: no ano de 1927, escrevi uma longa carta ao professor Bertolani, vice-diretor do asilo para alienados de San Lazzaro, na província de Reggio Emilia, para refutar a perícia, de 1926, dos professores Saporito e Lapegna, realizada em Aversa.⁹ O motivo de minha refutação era o fato de não me crer um epilético psíquico, como fui declarado por tal perícia.

Na minha carta eu reunia numa única mistura (*intruglio*) mentiras e verdade, fofocas e fatos, pelo simples motivo de que não

⁹ Bambino Marchi faz alusão ao exame psiquiátrico ao qual ele foi submetido no hospital judiciário de Aversa (província de Caserte), criado em 1876 e dirigido pelo professor Saporito a partir de 1907.

gostaria de ter deixado uma pessoa, cuja grande retidão conhecia e que tem a obrigação de informar ao comissariado a respeito do conteúdo da supracitada carta, com o medo de provocar uma revisão e uma reabertura de minha instrução, como fatalmente, por diferentes motivos, teria acontecido.

Agora, eu renovarei a narrativa sincera do que aconteceu naquele fatal dia, e dos que o seguiram, suprimindo todas as floreios e mentiras que poderiam colocar sob falsa luz o que me proponho a escrever.

Eu descreverei da maneira mais breve minha vida passada.

Até os meus dez anos, isto é, quando morreu meu pobre pai, minha vida se passou mais ou menos como a das outras crianças. Inscrito na escola técnica, em pouco tempo me tornei um grande malandrinho (*birichino*) para não dizer um verdadeiro canalha (*lazzarone*).

Em 1918, minha boa e querida mãe teve um ataque da chamada “gripe espanhola” que a deixou louca e a condenou ao suicídio. Então, o tempo passou, continuei minha vida de antes e, se eu não fazia maldades, tampouco fazia o bem e, em particular, não queria nem saber dos estudos. Para não estar de todo equivocado, eu brigava (*provocavo un qualche attrito*) com a família para então poder partir para longe com tristeza, mas sem ter sido maltratado por meus irmãos.

E assim vaguei por diversas cidades da Itália, dentre elas principalmente Veneza, de onde embarquei em um navio búlgaro, o “S.S. Costantin”, e parti para a Inglaterra, chegando ao porto de Algeri (sic) sem no entanto desembarcar, indo descarregar carvão em Suderland, na Inglaterra, e, na sequência, me encontrava em Marselha, onde parei para em seguida voltar à Itália. Decidi me dedicar a algo no fim daquele mesmo ano me inscrevendo na Escola de agricultura Antonio Zanelli¹⁰, em Reggio Emilia, onde consegui o segundo lugar. No ano seguinte, retornei à escola, mas depois das festas de Natal parti porque compreendi que não conseguiria terminar o curso, pois devia me apresentar no dia 30 de maio, em Roma, para o serviço militar.

Como o senhor sabe, em Roma eu fui colocado na Companhia ligada ao distrito e, depois de ter escrito ao distrito, fui enviado

10 Antonio Zanelli (1825-1894), agrônomo que em 1879 assumiu a direção da escola de agricultura especializada no estudo da produção de leite que, depois de sua morte, assumiu seu nome.

para servir na segunda divisão territorial de Roma, situada na rua da Pilotta¹¹.

Em 9/0/10 (abaixo da linha está escrito: outubro) tive um conflito com o sargento-mor Ruscani ou Russani, não me lembro bem.

Eu pensava ter razão e, esquecendo que estava diante de meu superior, levantei a voz e respondi como não poderia ter feito. Passado esse momento, esqueci o que aconteceu pensando que meu superior havia me perdoado. O que não aconteceu e, no dia 11, fiquei sabendo que havia sido punido com 5 dias de prisão estrita. O senhor não pode imaginar minha dor diante dessa notícia. Devia voltar à Companhia na mesma noite, mas consegui ser colocado em serviço e escapei da ordem durante todo o dia e a noite. No meio tempo, minha cabeça pensava na infelicidade que me chegava e não conseguia compreender que a falta havia sido inteiramente minha. Mas pensava apenas que era o sargento que me punia por simples gosto de se vingar de minhas respostas. Procurei esquecer e me pus a ler um livro que encontrei, as *Aventuras de Rocambole*, mas sem conseguir fazê-lo. Não saberia dizer se dormi pouco ou muito, me lembro apenas que o único pensamento que me surgia (no alto da linha está anotado: me acordava) no espírito foi a punição e fazer mal a quem a tinha me dado. Por medo de que ficando lá encontraria o sargento que me mandaria de volta à Companhia, saí dizendo que iria comprar cigarros para o general Barco. Mas, de fato, errei sem rumo por Roma para voltar mais tarde e retornar à divisão e pedir para que o capitão Caravaggi, oficial de ordenança do general Barco, suspendesse a punição que eu acreditava injusta. Meu espírito continuava a pensar e a maldizer quem para mim era a causa de tudo aquilo. Pensava que se fosse sargento como ele, e ele soldado como eu, levaríamos a questão a termo de outro modo. Por um duelo, aliás, isso me parecia a única solução possível.

E esses pensamentos que remoía provocaram os apropriados estados de alma e me conduziram, creio, a quase me ver mais uma vez diante de meu adversário e a pensar que se ele estivesse de fato ali, em carne e osso, teria sabido puni-lo como ele merecia. A ação seguiu as palavras e então adveio a catástrofe. Minha mão inconscientemente armada com o ponteiro da baioneta atingiu de modo fatal uma pessoa que caminhava diante

11 A Via della Pilotta (Rua da Pilotta) começa no cruzamento com a Via del Quattro Novembre, segue pelo Palácio Madama e desemboca na praça onde se situa a universidade Gregoriana

de mim. O choque me fez retomar meus ânimos e vi diante de mim o terrível espetáculo de um padre que se contorcia e de uma mulher que gritava para mim: “assassino”.

Permaneci como que tomado de estupidez e vendo dois policiais, corri em direção a eles dizendo: “eu matei”.

Fui colocado numa viatura que me conduziu ao comissariado onde fui interrogado e onde dei a versão de meu delito que o senhor conhece melhor do que eu, pois o senhor pôde ter em mãos a declaração verbal, e, assim, dele tenho uma lembrança mais imprecisa. De lá fui conduzido à prisão de Regina Coeli¹² onde fui interrogado para o julgamento de instrução cuja primeira declaração rejeitei.

Com as horas, como se meu [ato?] não fosse senão um pesadelo, esqueci.

– Ele me diz: “por que você não disse isso de pronto?”

Questão inútil.

Eu dei a primeira versão [*aquela da vingança do suicídio de sua mãe e da raiva dos padres que a ele se seguiu*] simplesmente porque, com as questões que me eram feitas, talvez as lembranças voltariam, admitindo que estas não estivessem já presentes, desde os eventos datando do suicídio de minha pobre mãe. Se minhas propostas se revelaram na sequência falsas, talvez tudo isso contribua para dar um tom de sinceridade àquilo que digo agora.

– Ele repetia para mim: “Mas você fala como uma pessoa que não sonha, mas que sabe que o que ela diz é verdade. Então você estava em plenas faculdades mentais.”

– Por que não me deu a enfermidade total, então? Perguntei.

– Mas você declarou na sequência não se lembrar mais de nada!

– Isso é a verdade e está bem, mas se todo aquele que comete um delito e para ele dá um motivo, uma boa fé, e na sequência comparece dizendo não se lembrar de mais nada, é preciso enviá-lo para o sanatório. Mas isso é porque o senhor não acredita neles!

E porque o senhor acreditou na declaração.

Eu não sou presunçoso para querer dar lição, mas apenas digo: “Os professores Saporito e Lapegna não são dois charlatães e o senhor também não pode dizer que eu os comprei, porque, como para esta nova perícia, aceitei sem abrir a boca esses dois senhores colocados juntos pelo tribunal de Roma, porque sei

12 A prisão de segurança de Roma.

perfeitamente que eles não dirão nada mais do que suas consciências e meu estado de sanidade mental os obriga a dizer. Eu sustento que o diagnóstico de meus peritos de Aversa é falso. Isto é, sustento que fazendo a soma dos prós e dos contras, eles se enganaram. Dar um nome à doença da qual sofria então, e talvez ainda hoje, somente este novo exame poderá dizer. Repito que não era um epilético psíquico. O que sustento não diminui em nada seus prestígios, porque errar é humano.

Para terminar esta rápida revisita, é preciso enunciar o que tal empreitada, se desejamos desenvolvê-la não para um caso mas para um corpus mais amplo, exigiria. Parece-nos, de fato, muito importante, agora que conhecemos já há tempos e muito bem as teorias e as práticas na perícia criminal (notadamente graças aos trabalhos, em particular para a França, de Frédéric Chauvaud¹³), trabalhar sobre as formas de resistência à perícia, sobretudo sobre o que o sujeito periciado produz para opor uma outra versão de sua personalidade. Há um formidável campo de *saber*, construído na sombra da perícia psiquiátrica, que é preciso estudar; digo um saber e não aquilo que com muita frequência se considerou como argumentações individuais.

Tradução: Vinícius Nicastro Honesko

RECEBIDO EM: 15/05/2016
APROVADO EM: 20/06/2016

¹³ Cf. Frédéric Chauvaud, *Experts et expertise judiciaire. France, XIXe et XXe siècles*. Rennes: PUR, Coll. Histoire, 2003; *Les experts du crime. La médecine légale en France au XIXe siècle*. Paris: Aubier, Coll. Historique, 2000, 301p.

PEDRO HESPANHOL: UM BANDIDO CÉLEBRE NO IMPÉRIO BRASILEIRO¹

Pedro Hespanhol: a famous bandit in the Brazil Empire

Ana Gomes Porto*

RESUMO

Análise das representações de Pedro Hespanhol, que começaram a circular na imprensa brasileira em meados da década de 1830, estendendo-se até o século XX. O artigo indagará os motivos que fizeram com que Pedro Hespanhol, considerado um criminoso “sanguinário”, se transformasse em uma espécie de herói, sendo, inclusive, personagem de duas narrativas ficcionais.

Palavras-chave: criminosos na imprensa; Pedro Hespanhol; imprensa e romance

ABSTRACT

Analysis of the representations about Pedro Hespanhol, which began circulating in the Brazilian press in the 1830s, extending until the twentieth century. It will be considering the reasons of Pedro Hespanhol was represented like a “cruel” criminal and, at the same time, turned into a hero and being mainly character in two fictional narratives.

Key-words: criminal in the press; Pedro Hespanhol; press and novel

1 Este artigo parte de reflexões feitas a partir de um capítulo da minha tese de doutorado *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Departamento de História, IFCH, Unicamp, 2009. Pesquisa desenvolvida com financiamento da CAPES e FAPESP.

* Pesquisadora de pós-doutorado (FAPESP) no Departamento de Teoria Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. E-mail para contato: angomesporto@gmail.com

Pedro Espanhol
Era ladrão,
Viveu matando
Por perdição.

Viveu matando
Por agonia,
Roubando o povo
De noite e dia.

De noite e dia
Por seu pecado
Sempre viveu
Desesperado.

De clavinote,
E de punhal,
Viveu fazendo
Somente o mal.

Pedro Espanhol,
Faca na mão,
Foi amarrado
Para a prisão.

Alvíssaras ao povo
Desta Cidade;
Morreu no Aljube
Este malvado.

Morreu no Aljube
Sem ter perdão.
Ficamos livres
Deste ladrão.

Morreu no Aljube
Por seu destino;
Ficamos livres
Deste assassino.²

² “Cantiga de Pedro Espanhol”. Em CASCUDO, Luis da Câmara. *Flor de Romances Trágicos*. Natal: EDFRN, 1999, (3ª edição), pp. 161-2.

De início, uma explicação: Pedro Hespanhol era português. De acordo com *A Verdade*: “Este Pedro, conhecido por Hespanhol, era natural de Portugal”.³ Certamente, o sobrenome “Hespanhol” confundiu os contemporâneos ou mesmo os levou deliberadamente a relacionar “Pedro Hespanhol” a “Pedro, o *hespanhol*”. Ao percorrer as páginas da imprensa ao longo do século XIX, são várias as menções a indivíduos com o sobrenome Hespanhol. Entre os passageiros de paquetes, os “Hespanhol” estiveram no Brasil antes e após a morte de Pedro.

Não pretendo, com isso, investigar se Hespanhol era um sobrenome ou uma alcunha. Contudo, torna-se relevante que, nas diversas narrativas sobre o bandido ao longo do século XIX, Pedro Hespanhol tenha se transformado em Pedro *hespanhol*, natural da *Hespanha*. Mesmo nos anúncios da obra de Moreira de Azevedo, *Criminosos célebres. Episódios históricos* (em que uma das narrativas é a história de Pedro) havia variações entre *Hespanhol* e *hespanhol*.⁴ Torna-se particularmente relevante chamar a atenção para este caso, pois Moreira de Azevedo aponta que, para se ater à “verdade histórica”, não iria “certificar o solo pátrio do nosso famigerado herói”, mesmo tendo o mesmo Pedro “confessado haver nascido em Portugal, quando interrogado”.⁵

O que se pretende neste texto será analisar as representações de Pedro Hespanhol na imprensa, dando atenção especial aos jornais do Rio de Janeiro desde a década de 1830, quando começaram a aparecer notícias sobre o criminoso, até o ano de 1884, em que José do Patrocínio escreveu o romance *Pedro Hespanhol* no espaço de folhetim da *Gazeta da Tarde* sendo, logo em seguida, publicado sob a forma de livro pela tipografia do mesmo jornal.⁶

A imagem criada em torno deste “bandido célebre” foi construída em meio a um determinado contexto social em que a suspeição aos libertos, africanos livres e escravos esteve no centro das

3 *A Verdade*, 3 de maio de 1834.

4 *Correio do Brazil*, 3 de setembro de 1872 e *Conservador*, 5 de agosto de 1876.

5 AZEVEDO, Moreira de. *Criminosos célebres. Episódios históricos*. Rio de Janeiro, Garnier, 1872, pp. 5 e 6.

6 A 1ª edição deste romance se encontra na biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa.

atenções das autoridades públicas brasileiras. Da mesma maneira, as revoltas do período criaram representações diversas acerca dos indivíduos que estavam sob a mira da justiça, especialmente aqueles que pertenciam às camadas mais pobres da população. Por outro lado, nota-se o aparecimento, nas páginas da imprensa, de um grupo específico de sujeitos, os “malfeitores”. Pedro Hespanhol fazia parte deste grupo.

Além de me concentrar na análise das imagens em torno de Pedro Hespanhol, pretendo, portanto, compreendê-las em meio à formação do Estado imperial brasileiro, particularmente no que concerne às representações de outros sujeitos considerados criminosos. O foco estará no bandido que se tornou legendário. Porém, cabe a indagação: por que Pedro Hespanhol foi citado tantas vezes, transformou-se em personagem de uma narrativa sobre criminosos célebres de Moreira de Azevedo na década de 1870 e herói do romance de José do Patrocínio em 1884? Quais as características deste criminoso que o levaram a ocupar este espaço? Pode-se cogitar a hipótese de que um bandido reconhecidamente “sanguinário” tenha se transformado em um “herói”? Em que medida isso é possível? Afinal, que herói é esse? Estas são questões importantes para pensar os motivos que fizeram com que Pedro Hespanhol permanecesse tanto tempo nas páginas da imprensa.

Finalmente, o bandido está morto.

As notícias sobre Pedro Hespanhol começaram a aparecer na imprensa brasileira na década de 1830, apesar da hipótese de que ele tenha chegado ao Brasil próximo da vinda da Corte.⁷ “Homem

⁷ De acordo com AZEVEDO, Moreira de. *op.cit.* e LIMA, Hermeto. A história dos crimes célebres. Pedro Hespanhol (Recordações históricas coligidas pelo Dr. Hermeto Lima, do Gabinete de Identificação do Rio de Janeiro). Em *A Noite*, 1 de novembro de 1929. A história de Pedro Hespanhol foi a primeira de uma série de histórias sobre “criminosos célebres” publicada pelo jornal *A Noite*.

perverso”, “famoso chefe de bandidos”, “famigerado assassino”, “temível ladrão” são alguns dos termos utilizados para designar Pedro Hespanhol na década de 1830 nos jornais brasileiros. Naquela época, não existia uma imprensa de entretenimento.⁸ As páginas das inúmeras folhas da Corte estavam recheadas de comentários que indicavam de maneira clara qual a posição defendida pelo jornal na disputa política. Caramurus, moderados e exaltados eram termos que apareciam com frequência. Mas também desordeiros e anarquistas. Estes dois últimos termos diziam respeito às relações negativas que os redatores das folhas mantinham com os participantes das inúmeras revoltas que assolaram o país a partir da década de 1830. O termo “anarquista” era muitas vezes, também, utilizado ao lado do termo “caramurus” pelos moderados. Neste último sentido, a ideia era mostrar que nenhum dos dois grupos era benquisto.⁹

O período que se estende entre as décadas de 1820 a 1840 caracteriza, no Brasil, a formação de uma imprensa artesanal,¹⁰ diferente daquela que surge após o início da publicação de folhetins. Os periódicos demarcavam um campo político em que se digladiavam os diferentes grupos. Opinativa por excelência, foi responsável pela formação de uma esfera pública, na medida em que possibilitou a

8 O primeiro folhetim publicado no Brasil foi em 1839 no *Jornal do Commercio*. A partir de então, tornou-se uma prática a tradução de autores estrangeiros e mesmo a publicação de folhetins brasileiros. Marlyse Meyer. *Folhetim. Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 e HENEBERG, Ilana. *La suite au prochain numéro: Formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio Mercantil (1839-1870)* – Orientadora: Mme Jacqueline Penjon – Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III, 2004.

9 Ver, por exemplo, *O Sete de Abril*, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1933. Morel, analisando as cartas da diplomacia francesa no Brasil, considera a existência de três “partidos”: restaurador (Caramurus), liberais brasileiros (Moderados) e anarquista (Exaltados) (p. 73). Ainda de acordo com o mesmo autor, as alianças entre os grupos políticos mudava com rapidez. (p. 76). Por outro lado, cada diplomata tinha uma visão particular sobre os grupos, apontando para uma variação de sentidos em decorrência das peculiaridades do jogo político brasileiro, em que as coligações se alternavam rapidamente. Assim, um diplomata caracterizou o “Partido Anarquista” como um grupo republicano e descentralizador, com a seguinte composição social: “um amálgama entre camadas pobres urbanas, grupos oprimidos do ponto de vista étnico e social com possibilidade de se expressar na cena pública e críticos em relação aos portugueses como representantes da permanência de estruturas herdadas da antiga metrópole ibérica.” MOREL, Marco. *As transformações do espaço público. Atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial*. São Paulo, Editora Hucitec, 2005, pp. 73, 76 e 77.

10 *ibidem*, p. 203.

discussão política a partir de pontos de vista divergentes do grupo que estava no poder.¹¹

A partir da abdicação de D. Pedro I em 1831, houve uma “verdadeira explosão da palavra pública”.¹² Certamente, este fato tem relação com a sensação transmitida pelos contemporâneos de que se vivia um momento revolucionário. De acordo com o programa do jornal *O Sete de Abril*, criado em janeiro de 1833: “O dia Sete de Abril de 1831, em que a Providência concedeu à este Império, mais um favor, dando ao mundo o espetáculo de uma revolução, de que o seu maior sucesso, a *abdicação* - não custou à Nação, *uma vítima, uma só gota de sangue, um só tiro* (...)”.¹³ Defendendo um “credo político”¹⁴ e descrevendo-o no primeiro dia de publicação, o redator deixava bem claro que o jornal discutiria a política brasileira.

Não há dúvida de que a imprensa da época estava voltada ao debate político e à formação da opinião pública.¹⁵ Considerando isso, torna-se particularmente relevante uma notícia sobre a morte de Pedro Hespanhol, em um jornal que reproduz um texto do *Jornal do Commercio*. O jornal *A Verdade, Jornal Miscellanico* foi criado em 1832 e defende, em seu programa, que é partidário da “ordem” em oposição aos “vícios e à licença que se tem apoderado dos prelos”.¹⁶ “Ordem”, neste contexto, significa uma posição contrária aos jornalistas que escrevem para os “jornais anárquicos”. A referência diz respeito aos partidários de um republicanismo exaltado, ao qual o jornal faz oposição. Pelo programa, pode-se ainda perceber que a folha se insere entre tantas outras da época: produzida artesanalmente (um grupo de 40 acionistas, dentre os quais aqueles que a redigem) e política (apesar de dizer, em seu primeiro número, que “tanto quanto possível [misturará] o útil ao agradável”).

O fato é que, em abril de 1834, *A Verdade* publica um longo artigo - que ocupa quase uma página inteira do jornal de quatro páginas - atendo-se à captura e morte de Pedro Hespanhol. A

11 *ibidem*, pp. 206-7. Sobre a formação de uma esfera pública na corte ver o trabalho de Morel, Marco. *op.cit.*.

12 *ibidem*, p. 209.

13 *O Sete de Abril*, Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1831. Itálicos no original.

14 *ibidem*.

15 Sobre o tema ver Morel, Marco. *op.cit.*.

16 *A Verdade*, Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1832.

narrativa se assemelha àquelas que passaram a ser comuns a partir das décadas finais do século XIX nos mais variados jornais. Havia uma história a ser contada em todos os seus pormenores: descrição dos personagens, momento em que se passa a ação, sequência de quadros narrativos.

Assim, o leitor sabe que Pedro Hespanhol foi preso e morto por causa de uma “cilada” que os habitantes e um destacamento de Permanentes fizeram nas imediações de Inhaúma: “Havia alguns dias que Pedro rondava as imediações de Inhaúma, e com a maior destreza imaginável desaparecia de um lugar, e tornava a aparecer n’outro, e desta maneira, fazia insuficientes as medidas tomadas pelo Sr. Chefe de Polícia.”

Sabe-se, também, que a prisão do bandido não foi nada fácil. Como inúmeras notícias de crime, o leitor tem a impressão de que o redator estava presente no decorrer da ação:¹⁷ Pedro vestia “à mineira”, com um “poncho” e estava “à cavalo”. Assim que lhe deram voz de prisão, “tirou as suas pistolas”. Em resposta ao ato, “uma descarga bem dirigida não lhe deu tempo de fazer uso de suas armas, e ele, coberto de mais de 50 feridas, caiu e ficou no poder da justiça”.

A notícia continua dando detalhes da operação: foi “amarrado” sobre um carro e conduzido à prisão da cidade por volta da meia-noite, “acompanhado de um povo imenso”. Depois disso, o narrador detalha o vestuário de Pedro: “poncho guarnecido de veludo carmesim, e com galões de ouro, e botões de diamantes; trazia consigo uma corrente e relógio de ouro o mais rico possível, o qual se fez em pedaços com duas balas que lhe acertou”.

Finalmente, o desfecho: morreu na prisão “pelas 11 horas da manhã, depois de ter recusado os socorros da religião”. E mais detalhes: “O seu corpo e os seus braços são quase cobertos de várias caveiras, e outras figuras as mais obscenas ali se veem representadas. Algumas horas antes de morrer, pedia que lhe dessem uma faca para acabar mais depressa a sua existência, e dizia que se queria matar,

¹⁷ Ver, particularmente, o capítulo 2 do meu mestrado. PORTO, Ana Gomes. *Sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano*. Mestrado em História Social. Campinas, S.P., Depto. de História, IFCH, Unicamp, 2003.

envergonhado de ter sucumbido diante de paisanos”. Após os pormenores da morte e do corpo, o redator ainda ressalta o “grande efeito produzido por este acontecimento”, que levou “um sem número de povo [que] correu à Cadeia, para ver o corpo de Pedro logo que se soube que este famoso ladrão ali se achava encerrado.”¹⁸

As notícias de crime na imprensa apareciam, em muitos casos, sob a rubrica “Notícias diversas” ou “Fatos diversos”. Os jornais também noticiavam crimes de grande repercussão ocorridos no exterior. Da mesma forma, escreviam em detalhes - normalmente todos os dias e ocupando um espaço razoável - eventos em torno de um “grande crime”¹⁹ que acabara de ocorrer. Esse processo começou, grosso modo, a partir da década de 1870 e se intensificou brutalmente a partir das primeiras décadas do século XX. “Crimes sensacionais”, “notícias sensacionais”, “caso sensacional” eram termos comuns e corriqueiros nos jornais. Movimento semelhante ocorria em relação aos livros centrados em histórias de crime, que tinham o subtítulo “romance sensacional” ou indicavam na capa a característica de uma “história de sensação”. Tais livros poderiam ser completamente ficcionais, mas também poderiam se basear em crimes verídicos, sendo o limite entre realidade e ficção bastante estreito.²⁰

Para o interesse deste artigo, cabe apontar que havia uma determinada maneira de suscitar o interesse do leitor a partir de um *efeito* que poderia ser mais ou menos sensacional.²¹ Este efeito estava na maneira de construir a narrativa, enfatizando alguns elementos em detrimento de outros. Ao mesmo tempo, os folhetins e os fascículos de romances se baseavam numa intriga que gerava suspense, havia efeitos dramáticos derivados do melodrama e a ação funcionava como

18 *A Verdade*. 3 de maio de 1834. As citações anteriores são do mesmo dia.

19 Sobre o tema ver PORTO Ana Gomes. *op.cit.* e PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Doutorado em História Social. Campinas, S.P., Depto. História, IFCH, Unicamp, 2009.

20 Ver KALIFA, Dominique. *L'Encre et le sang. Récits de crime et société a la Belle Époque*. Paris, Éditions Fayard, 1995 e a minha tese de doutorado PORTO, Ana Gomes. *op.cit.*

21 Nos dias de hoje, o termo seria “sensacionalista” e, de fato, foi a partir das “notícias sensacionais” que se construiu aquilo que passou a ser conhecido como sensacionalista. Utilizarei o termo “sensacional” para não cometer anacronismo.

um catalisador para instigar a curiosidade em torno de crimes indecifráveis e criminosos definidos como espertos e sagazes.²²

Esta literatura de crime publicada no Brasil caminhou em paralelo à publicação de folhetins. Havia semelhanças em torno da forma narrativa, porém com o diferencial de que os romances de crime tinham como elemento central a história de um crime ou criminoso. Mesmo não sendo tão comum como nas décadas finais do século XIX, pode-se encontrar alguns títulos, como *O célebre salteador Vidocq* no ano de 1852 no *Correio Mercantil* ou *El Salteador, roman de cape et d'épée*, romance de 2 volumes à venda na Livraria Garnier e anunciado no *Correio Mercantil* em 1854.²³ Assim, após o início da publicação de folhetins no Brasil em 1839, é possível considerar que os leitores passaram a ter contato com uma determinada maneira de escrita mais palatável, a qual se concentrava no espaço dedicado ao entretenimento, mas que, com o tempo, ampliou-se para as outras colunas do jornal. Este fenômeno foi observado na França e também ocorreu no Brasil.²⁴

Em relação às notícias de crime, foi substancial a inclusão de elementos próprios das narrativas ficcionais, gerando colunas em que o leitor ficava em dúvida se o crime era real ou imaginário.²⁵ Contudo, neste ano de 1834, nenhum destes recursos era comum. Apesar disso, na notícia sobre a morte de Pedro Hespanhol é perceptível a utilização de uma determinada forma própria de uma narrativa ficcional. De fato, não era comum nem ao menos o tipo de notícia: sobre um criminoso. Antes de imaginar que esta notícia está “fora de lugar”, devemos fazer o processo inverso e entender os motivos que levaram os jornais a comentarem de maneira detalhada e com recursos próprios das narrativas de crime a captura e consequente morte de Pedro Hespanhol.

22 Desenvolvo uma análise em torno das características de romances de crime na parte 2 - “Narrativas” da minha tese de doutorado.

23 Anúncio do *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 17 e 19 de novembro de 1852.

24 Sobre o tema na França ver, especialmente, THÉRENTY, Marie-Ève. *La littérature au quotidien. Poétiques journalistes au XIXème siècle*. Paris, Seuil, 2007.

25 Ver PORTO, Ana Gomes. “Um esqueleto no Paço imperial. Literatura e política em alguns folhetins no início da República”. Em *Cadernos AEL. Volume 9, 16/17*, Campinas, S.P., 2002.

Uma diferença substancial desta notícia para as notícias de crime que começaram a aparecer a partir das décadas finais do século XIX está no fato de que não houve detalhamento dos crimes de Pedro e sua quadrilha. Pela notícia da sua morte, sabemos que ele cometeu, ao menos, 26 assassinatos. Contudo, não há descrição dos crimes. A partir de uma pesquisa nos periódicos do Rio de Janeiro, encontra-se referência apenas a notícias ao longo do ano de 1834.²⁶ Um jornal do final do século exploraria todos esses crimes no momento em que eles ocorreram, detalhando-os, apontando suspeitos e chamando a atenção para a possibilidade de que pudesse ser um crime de Pedro Hespanhol. Mas, neste caso, isso não ocorre e há apenas notícias muito próximas à sua morte, em que já sabemos que ele cometeu roubos e assassinatos. Além disso, parece existir um consenso em relação à impunibilidade de seus crimes: Pedro Hespanhol deveria ser capturado e, principalmente, punido.

A notícia de *A Verdade* mostra que a população estava indignada com a presença do “famoso ladrão”²⁷ na vizinhança. Este sentimento também foi apontado em outro jornal, *O Sete de Abril*, no mesmo ano de 1834:

Passeia por esta Corte o desumano *Pedro Hespanhol* (...). Assassinando e roubando, como lhe apraz, conserva muitas e *boas* amizades, e a prisão não tem sido para ele outra coisa mais que um golpe de bolsa! Aparece pelas ruas da cidade com trajes mudados 6 a 7 vezes ao dia; mora em todos os bairros, e tem a seu soldo quem o avise apenas, para ser capturado, se dá algumas dessas ordens mancas, sem habilidade, nem sigilo; entretanto as famílias se assustam só ao ouvirem dizer - *passou por aqui o Pedro Hespanhol* - e nos subúrbios da cidade muitos chefes de família, temem a todas as horas da noite verem-se acometidos por alguma das companhias de

²⁶ Pesquisa realizada na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Apesar da pesquisa na Hemeroteca não ser totalmente confiável em relação aos resultados quando se faz a busca por “palavra-chave”, o fato de que não foi encontrada notícias de crime como nos jornais de final do século é um grande indicativo de que não houve notícias sobre os crimes de Pedro Hespanhol na época em que foram cometidos.

²⁷ *A Verdade*. 3 de maio de 1834.

ladrões, que estão debaixo do comando desse formidável e (permita-se-me dizê-lo) inviolável salteador.²⁸

Nesta notícia, fica evidente que o “famoso ladrão” permanece impune em decorrência de relações com pessoas importantes - “conserva muitas e boas amizades”. Em paralelo, outra imagem: Pedro é inteligente e audaz. Como consequência, “as famílias se assustam”. Finalmente, a conclusão: Pedro é um “formidável e inviolável salteador”, sendo que a característica de “inviolável” é escrita quase em tom de desculpas pelo redator, como se fosse dizer algo proibido: “permita-se-mo dizê-lo”.

Definitivamente, não se tratava de um bandido qualquer. Pedro conseguia viver naquela sociedade quase como um cidadão, equivalente àqueles que escreviam e liam as notícias políticas dos periódicos. “Passeava pelo Corte” e ainda travava relações com pessoas importantes. Situação praticamente inadmissível, tanto que aparece nas páginas da imprensa apenas em um momento em que se tornava impossível suportar a sua presença na sociedade, ou seja, quando houve um movimento para prendê-lo, vivo ou morto.

Mas, para além da vontade de acabar com a lenda viva, permanecem algumas imagens não necessariamente negativas. Assim, apesar de um bandido reconhecidamente sanguinário, foi considerado “formidável”. A notícia da captura e morte de Pedro acentua a sua valentia, já que não se rendeu à prisão, apesar da grande quantidade de homens que o cercaram. Além disso, o redator não deixa de notar a riqueza do seu vestuário. Certamente, a sua intenção foi mostrar que Pedro roubou demais, mas, para além disso, indica um homem que detinha um certo poder. Não deixa de ser impressionante que, para capturá-lo, tenha sido necessário, além do corpo de Permanentes, a ajuda da população.

De fato, era um homem excepcional e, por isso, transformou-se em notícia na imprensa. Mas, apesar de algumas similitudes em relação à forma das notícias de crime corriqueiras anos à frente, esta se fixa apenas no momento da captura e morte do bandido. Mas não

28 *Sete de Abril*, 12 de abril de 1834. Itálicos no original.

deixa de ser relevante que houve um movimento bastante semelhante em relação ao bandido. Como outros criminosos que ficaram famosos anos mais tarde, Pedro ganhava uma notoriedade dúbia, em que o medo decorrente da sua característica de “homem perverso” e “famigerado assassino” igualava-se a uma certa admiração pela sua sagacidade e valentia.

Parodiando o redator do jornal *O Sete de Abril*, esta imagem permanecerá “inviolável”, apesar de ser apresentada de diversas maneiras. Os itens seguintes mostrarão os caminhos de Pedro após a sua morte. A representação do “famoso ladrão” se modificou ao longo do tempo, mas permaneceu no imaginário daqueles que viveram os anos e as décadas seguintes. Pedro Hespanhol fez, em certa medida, parte da história da construção do Império brasileiro.

Pedro Hespanhol, malfeitores e desordeiros.

Em 1840, o jornal *O Brasil* apresenta, na primeira página e em destaque, uma grande reportagem, cujo título é “Os movimentos populares”.²⁹ A preocupação central do artigo (sem assinatura) está em mostrar o grande perigo de instigar um determinado grupo de homens (denominado de “plebe”) à ação revolucionária. Para o redator, “a veemência das paixões desses homens, a falta absoluta ou o acanhamento de suas faculdades intelectuais, a pobreza em que vivem, fazem deles a matéria sempre disposta para todas as revoluções, os desgraçados instrumentos de todas as violências”.

O Brasil defendia os interesses conservadores. De acordo com Sodré,³⁰ Paulino José Soares queria um jornal que compactuasse da opinião ministerial e convida Justiniano José da Rocha para escrevê-lo. Acompanhando as diversas notícias da folha, nota-se que há uma crítica às ações dos liberais e uma opinião favorável às ações

²⁹ *O Brasil*, Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1840.

³⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad Editora, 1998, p. 289.

dos conservadores, não importando se os mesmos estivessem ou não ocupando cargos ministeriais, ou seja, de acordo com a política da época, governando o país.

Para os nossos interesses o que importa são as relações feitas entre uma determinada *classe* de homens - chamada, neste artigo d' *O Brasil*, de classes perigosas - e os políticos liberais. Como será possível perceber, várias imagens são acionadas para delimitar um grupo indesejável não apenas por esta folha: as chamadas "classes perigosas". Em alguns momentos, a relação com Pedro Hespanhol é direta. Assim, será possível estabelecer um determinado imaginário criado em torno dos "bandidos".

A imagem de Pedro Hespanhol esteve associada aos indivíduos que se desejava extirpar da sociedade. Permanece a impressão de um medo generalizado em relação àqueles que se assemelham ao famoso bandido. Esta característica aparecerá na imprensa a partir de alguns elementos que, de certa forma, são complementares. Um deles se refere aos que eram comparados a Pedro Hespanhol porque possuíam "boas amizades", ou seja, tinham relações com pessoas que detinham poder. O outro diz respeito à sagacidade e inteligência de alguns indivíduos. Vejamos como isso ocorreu a partir de algumas notícias.

As "classes perigosas" ainda eram uma novidade em 1840. Frégier acabara de ganhar o prêmio da *Academia das Ciências Modernas* em que delimitava e propunha formas de "melhorar" aqueles que faziam parte desta classe.³¹ De acordo com notícia do *Journal des Débats* publicada n' *O Despertador*,³² era uma classe de homens que vivia "ao lado da população rica, das classes laboriosas e das classes pobres". Homens e mulheres "ociosos", com "costumes seus, paixões suas" e que "deviam ser vigiados pela polícia".

O redator de "Os movimentos populares" sabia da publicação do livro de Frégier e fazia referência ao prêmio da *Academia*. Preocupava-se, especialmente, com o seguinte: "Mas entre nós o que é que se faz para esses homens?". "Esses homens" (a classe perigosa

31 FRÉGIER, H.A. *Des classes dangereuses de la population dans les grandes villes, et des moyens de les rendre meilleures*. Paris: J. B. Baillière, Libraire de L'Académie Royale de Médecine, 1840.

32 "Classes perigosas de Paris". *O Despertador*, Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1840.

no Brasil) eram “a plebe”, ou seja, aqueles que viviam “no meio do povo”. O “povo” representava a nação, pois estava composto de homens com direito ao voto, já que “detinham a renda líquida de cem mil réis pelo menos para poder intervir no exercício do direito de eleger.” Portanto, “a plebe” ou “a classe perigosa” vivia “no meio do povo”, não ficando muito claro se eram indivíduos pobres ou não. Mas qual o motivo de se tornarem “perigosos”?

De acordo com o redator, “individualmente, e nos momentos de calma, grandes virtudes lhes achareis”. O problema estava em “agitar esta classe” como ocorreu “para produzir o dia 7 de abril de 1831, como para produzir todas as revoluções”. Finalmente, a grande preocupação: “a sociedade brasileira correu então grave perigo; todavia não era ele tão iminente como agora”. Como se sabe, logo após a abdicação de D. Pedro I, ocorreram inúmeros “motins” na Corte, além das revoltas espalhadas pelas províncias. Certamente, são a esses eventos que o artigo faz referência. Muitos ainda estavam em processo neste ano de 1840 e, no calor da hora, o medo exibido pelas palavras do redator d’*O Brasil*: “E se algum demagogo mais ambicioso do que vós quiser contra vós concitá-los, como vos salvareis?” Ainda: “Ah! a escritura santa, a escritura santa é o mais precioso dos livros. Ela vos diz - quem semeia ventos colhe tempestades. - Ouvistes?!..”

Claramente, as palavras se dirigiam a um grupo específico de pessoas: aqueles que, de acordo com este artigo, “incitavam” as “classes perigosas”. Membros, portanto, do “povo”, mas que, em momentos de disputas pelo poder, como foram os anos que se seguiram à abdicação de D. Pedro I, momentaneamente uniam-se à “plebe”.

As comparações com Pedro Hespanhol apareciam neste contexto de instabilidade política. Assim, em “Júbilos ministeriais”, pequena notícia apontando uma possível fraude eleitoral: “Os ministeriais não achem em si de júbilo - vencemos a eleição na Corte, bradam - Ah! camaradinhas, para lutar convosco nessa porfia era preciso ser Pedro Hespanhol, tendo às suas ordens a sua quadrilha...mas esse herói, se fosse vivo, estaria ao vosso lado, seria

o substituto do vosso capataz (...).³³ Associava-se os liberais a uma ação ilegal e, apesar da diferença temporal de quatro anos da notícia sobre as “classes perigosas”, o discurso permanecia o mesmo, ou seja, de que um determinado grupo de políticos (os liberais) tinha ao seu lado membros das classes perigosas, no caso, de Pedro Hespanhol e sua quadrilha.

Ainda no mesmo ano de 1844, dois artigos do mês de novembro completavam o quadro de relações entre liberais e conservadores (aqui denominados de ordeiros e desordeiros). Há uma análise da situação das eleições para a Câmara dos Deputados em 14 de novembro. A partir de termos como “violências”, “marombeiros”, “marombas”, “ordeiros decididos”, “facção” conclui-se que “a maromba é de ordinário ministerial, forma ela o bojo da Câmara”. A certeza de que “marombeiro” é sinônimo de “santa-luzia” (ou liberais) aparecia apenas no artigo de 28 de novembro.³⁴ No dia 14 de novembro, contudo, fica patente uma preocupação: a de que o país está “em luta” e muitos pontos do Império “erguerão bem alto o seu grito de república e de separação”, a não ser que “os amigos da ordem” consigam fazer alguma coisa contra estes movimentos separatistas.

No final do artigo, a lembrança de Pedro hespanhol (com h minúsculo): “a justiça assassinada, a moralidade pública completamente extinta, capaz de dar glórias a Pedro hespanhol, se Pedro hespanhol ressuscitasse!”. Mais abaixo, a conclusão de que o país vivia um “drama horroroso”:

No meio da luta das duas fracções (sic) parlamentares, todos os germens de miséria pública e de dissolução desenvolvendo-se, dando os seus frutos, eis o triste aspecto com que se nos apresenta o futuro do país!

³³ *O Brasil*, 21 de outubro de 1844.

³⁴ “Nós, os ordeiros, queremos que com todos os meios da lei, com toda a firmeza de uma sã política se obste que os santas-luzias subvertam a sociedade, e nela exerçam devastadora influência; eles querem, por outro lado, com todos os recursos da turbulência e da ditadura que nem nós, os ordeiros, nem as nossas ideias exerçam a menor influência no país (...).” (“Ui! O que quer dizer isto?” – *O Brasil*, 28 de novembro de 1844)

E note-se que é tudo isso a terrível peripécia de um drama horroroso que se representa no país desde 1826; ora, nos dramas das nações, como nos dramas teatrais, quanto mais se aproxima o desfecho, tanto mais precipitam os acontecimentos... Os germens da ruína tem rápido e prematuro desenvolvimento, já dão fruto, quando nem ainda os reputaríeis em flor!...³⁵

A linha editorial do jornal *O Brasil* cumpria aquilo que prometera em 1840 e mantinha uma postura crítica em relação à política, apesar da posição favorável aos conservadores (ou ordeiros). A referência a Pedro Hespanhol/hespanhol se desenvolve como parte de um “drama horroroso”. Seria o país subjugado pelas “classes perigosas”? Neste caso, as glórias seriam de Pedro Hespanhol, que permanecia como representação daquilo que se temia: caos, desordem, domínio dos marombeiros ou desordeiros na política.

Se o medo rondava os lugares da política, surgia especialmente em relação aos indivíduos considerados das “classes perigosas”. Neste caso, a comparação com Pedro era direta. Assim, o artigo do dia 9 de fevereiro de 1848 considera um absurdo que um “presidente de província vá ter com um chefe de salteadores em uma mata” para estabelecer um “tratado de paz”. Para o redator do artigo, Vicente de Paula, era “conhecido como o salteador das matas de Jacuípe que desde 1844 foi o aliado do partido hoje dominante em Alagoas”. Vicente de Paula é considerado um “incendiário, um assassino, um ladrão de profissão, como o foi Pedro hespanhol”.³⁶

Pedro Ivo e Caetano Alves também foram comparados a Pedro. No dia 5 de janeiro de 1850, um artigo d’*O Brasil* tem como argumento principal mostrar a influência de Pedro Ivo e Caetano Alves sobre a oposição, que publica o manifesto elaborado por ambos, considerados como “chefes dos bandos anárquicos que devastam as matas de Pernambuco”. Ao comentar sobre a exigência de Pedro Ivo de ninguém “passear” por determinada estrada sem prévia autorização dada apenas por ele, o redator o relaciona a outros

35 “O resultado de tudo isto”. Em *O Brasil*, 14 de novembro de 1844.

36 “Infâmia”. Em *O Brasil*, 9 de fevereiro de 1848.

“heróis em luta aberta contra a sociedade”, como Pedro Hespanhol no Rio de Janeiro.³⁷

Após alguns artigos em que Pedro é designado como “hespanhol” com minúscula, “Hespanhol”, neste exemplo, está escrito com maiúscula. Erro de tipógrafo? Pode ser. Mas é relevante que a designação com maiúscula ou minúscula varia ao longo de todo o século, não necessariamente no sentido de transformar Pedro Hespanhol em *Pedro*, *o espanhol*, mas de uma maneira mais fluida, em que a variação cria uma aura mítica para o personagem. Talvez diluir a origem portuguesa de Pedro tivesse relação com as inúmeras revoltas em que os portugueses se tornaram foco da ira dos revoltosos.

Não houve intencionalidade nisso. Houve uma apropriação, decorrência de uma alteração de sentidos:³⁸ Pedro passava a ser quase um herói de romance. “Formidável e inviolável salteador” como aponta o *Sete de Abril* em 1834. Vicente de Paula, Pedro Ivo e Caetano Alves, ao serem comparados com Pedro possuíam as mesmas qualidades. E, se no artigo d’*O Brasil* era um absurdo a negociação entre líderes políticos e estes “salteadores” e membros das “classes perigosas”, talvez esta relação *não* fosse tão absurda para outros indivíduos: aqueles que *não eram* os leitores ou os redatores desta folha e talvez também fizessem parte do grupo que foi considerado como “classe perigosa”. Daí, o medo evidente exibido nas colunas do jornal *O Brasil*.

A imprensa tentava delimitar um certo grupo de indivíduos e termos como “classes perigosas”, “malfeitores”, “facínoras”, “ladrões e vadios”, “desordeiros”, “bárbaros” eram utilizados para designar pessoas como Pedro Hespanhol, líderes de revoltas com características políticas (como as que seguiram o período da abdicação) e membros das classes mais baixas da população quando se envolviam em qualquer atividade considerada ilegal ou inadequada. Tratava-se de colocá-los em um lugar comum do imaginário e

³⁷ *ibidem*.

³⁸ “A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem.” Em CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, 11(5), 1991, p. 180.

delimitá-los como “perigosos”. Esse tipo de relação perdurou ao longo de várias décadas do século XIX.

Pedro Hespanhol, lembrado como “bandido sanguinário” e “célebre salteador” passou a fazer parte deste mesmo imaginário e se tornou referência para mais de uma citação nas páginas da imprensa. Tornara-se um personagem.

Pedro Hespanhol: de bandido à personagem.

Ao menos duas narrativas foram feitas em torno da história de Pedro Hespanhol. Uma delas foi escrita pelo “dr.” Moreira de Azevedo. Não era incomum que a história de criminosos fosse contada a partir de narrativas em que o autor escolhia alguns criminosos famosos do passado. Este foi o caso de *Criminosos célebres. Episódios históricos*, publicado em 1873, em que o escritor conta três histórias: “Pedro Espanhol”, “Vasco de Moraes” e “Os salteadores da Caqueirada”. Apesar da existência de algumas notas de rodapé, que indicam notícias de jornais da época dos criminosos, de forma geral a narrativa é bastante diferente daquelas que o mesmo autor publicava na *Revista do Instituto Histórico, Etnográfico e Geográfico Brasileiro*.³⁹

De forma geral, os artigos da *Revista do Instituto* faziam uma análise criteriosa e repleta de referências e notas de rodapé. Já os “episódios históricos” de *Criminosos célebres* eram narrativas detalhadas e longas, semelhantes a pequenas novelas. Apesar da intenção de “não alterar a verdade histórica”,⁴⁰ Moreira de Azevedo

39 O *Instituto* pretendia “construir uma história da nação” e, para isso, tinha uma “produção de cunho oficial”: “Criado logo após a independência política do país, o estabelecimento [IHGB] carioca cumpria o papel que lhe fora reservado, assim como aos demais institutos históricos: construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos.” SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 99 e 101.

40 AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Criminosos célebres. Episódios históricos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [1873], p. 5.

dava-lhes um formato de história ficcional. Assim, existe aventura, ação, drama e há determinados efeitos que convidam o leitor à continuidade da leitura.

O enredo segue um caminho parecido ao de outras narrativas de crime que começavam a aparecer na década de 1870. O início conta a história do criminoso desde a sua infância, ressaltando a má criação do menino. Em seguida, o primeiro crime que, no caso de Pedro, foi assassinar o homem que o criara. Poderia ser uma cena chocante se o leitor não soubesse que o padrinho e a sua “megera esposa” tratavam a criança “às palmatoadas e empurrões”.⁴¹

Em diversas partes o autor fornece à narrativa um caráter dramático e descreve em detalhes as cenas de crime. Ao menos quatro momentos são relevantes para a história: o assassinato do padrinho que o coloca no “caminho do crime”, o assassinato de sua amante, o encontro com Elisa e a morte de Pedro. O objetivo da história é mostrar o caráter do bandido: ele é homem mal. Apesar disso, em alguns trechos Moreira de Azevedo apresenta o personagem de maneira positiva. Assim, ressalta que Pedro possuía uma “fisionomia bela e expressiva, seu olhar, e a vastidão da sua testa manifestavam inteligência”.⁴² O encontro com Elisa, moça que “encanta Pedro”, é singular para a percepção de um homem com boas ações:

Nessa residência da praia da Gamboa encontraram os amigos de Pedro uma moça que, vendo-se rodeada de ladrões, ajoelhou-se ante eles, e rogou-lhes piedosamente a não assassinassem, assim como à sua mãe que se achava gravemente enferma; prometeu-lhes entregar tudo que era seu, se, compassivos, poupassem-lhe a vida e à de sua mãe enfermiça, mas mostravam-se desapiedados os assassinos, e estavam prestes a desfechar o golpe certo sobre a vítima humilhada, quando seu chefe, penetrando no recinto da habitação, impressionado da formosura da moça, ou tocado por seu pranto aflitivo, ordenou-lhes se afastassem, e não ofendessem aquela mulher, nem à que jazia no leito.

41 *Idem, ibidem*, p. 8.

42 *Idem, ibidem*, p. 14.

Foi imediatamente obedecido, recolheram os sicários os punhais, e [se] retiraram silenciosos e apressados.⁴³

Além de mostrar que Pedro foi “piedoso”, indica a capacidade de domínio sobre a quadrilha. Seguindo a imagem que já vinha sendo construída em torno de Pedro Hespanhol desde 1834, a narrativa de Moreira de Azevedo salienta a sua inteligência, sagacidade e audácia, às quais se refletem em liderança.

Há três momentos que merecem reflexão na história de Moreira de Azevedo. Além do assalto à casa de Elisa, o momento da morte de sua amante, apelidada de “Batatinha” e a morte de Pedro na cadeia. Seguindo uma característica presente em diversas narrativas de crime - de notícias a histórias ficcionalizadas (baseadas ou não em um caso real) - percebe-se a presença de um determinado efeito que gera sensação.

O termo sofreu alterações ao longo do século XIX. No francês, a palavra “sensacional” é definida no dicionário como uma variável de sensação: “que faz ou é destinada a fazer sensação”. “Sensacional” surgiu na língua francesa em 1875 com o seguinte sentido: “Que faz sensação, produz uma viva impressão sobre o público. Um romance sensacional”.⁴⁴ Em português, houve uma modificação de sentidos ao longo do século XIX e início do XX: enquanto na edição de 1813 do dicionário de Antonio Moraes Silva a palavra “sensação” designava apenas um “sentimento, que a alma tem dos objetos por meio da impressão que eles fazem nos órgãos sensórios externos, ou no interno”,⁴⁵ em 1939 o sentido era ampliado para: “surpresa ou grande impressão devida a sucesso extraordinário” e, na forma figurada, “comoção moral, sensibilidade”. Como na

43 *Idem, ibidem*, p. 41-2.

44 *Le nouveau Petit Robert. Dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française*. Montreal: Dictionnaire Robert, 1996, p. 2072.

45 SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813, p. 687.

língua francesa, houve o acréscimo da palavra “sensacional”, que seria aquilo “que produz grande sensação.”⁴⁶

Houve, ainda, um gênero literário inglês de amplo sucesso na década de 1860 denominado “romances de sensação”. A aproximação entre este gênero e o romance policial foi estabelecida em diversos momentos, como se pode perceber pelas críticas dos jornais ingleses em torno da obra de Emile Gaboriau, escritor de romances policiais franceses que, não por acaso, teria a tradução de seus romances na Inglaterra sob o título de *Sensational Novels*.

De maneira geral, uma narrativa com efeito sensacional apresentava cenas chocantes, como a descrição detalhada de crimes brutais. Mas também possuía uma relação direta com a forma de narrar. Um enredo carregado de suspense definia uma maneira de ler, a qual “apelava aos nervos” e aos estímulos sensoriais, excitando os sentidos, gerando uma “hiper-estimulação”:⁴⁷ “os nervos dos leitores são afetados como os do herói”.⁴⁸

A narrativa de Moreira de Azevedo não criava um efeito tão “sensacional” quanto o romance de José do Patrocínio, que veremos em seguida. Apesar disso, a morte de Pedro na prisão é particularmente importante para o enredo e este efeito. A finalização da narrativa com a sua morte revela o caráter ficcional da obra. Esta descrição foi feita pelo narrador de forma subjetiva e a partir de “experiências puramente internas”, as quais só poderiam tomar parte em uma “biografia fictícia”.⁴⁹ A ação é exatamente a mesma apresentada naquela notícia da captura do criminoso em 1834. Pedro

46 LIMA, Hildebrando Lima e BARROSO, Gustavo (org.). *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. 2ª edição. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro-São Paulo, 1939, p. 935.

47 DALY, Nicholas. Railway novels: sensation fiction and the modernization of the senses. In *English Literary History*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1999, p. 466. Disponível em <<http://links.jstor.org>>, acesso em 10.12.2007. Sobre comentários de contemporâneos em relação aos romances de sensação ver entre as pp. 462-466.

48 Mrs. Oliphant. Sensation novels. In *Blackwoods* 91, 1862. *Apud* por DALY, Nicholas. *Op.cit.*, p. 462 e LOESBERG, Jonathan. The ideology of narrative form in sensation fiction. In *Representations*, n°13 (Winter, 1986), p. 125. Disponível em <<http://links.jstor.org>>, acesso em 19.12.2007.

49 COHN, Dorrit. *The distinction of fiction*. Baltimore, Londres: The Johns Hopkins University, 1999, pp. 20-1. Segundo a autora: “Nenhum instante da vida (se esse pode ser chamado assim) ilumina mais dramaticamente a diferença entre ficção e biografia que morte e morrendo, entre a circunspecção do biógrafo e a liberdade do romancista.” *Idem, ibidem*, p. 22.

e José Algarve foram presos na freguesia de Inhaúma, em uma emboscada realizada pelo inspetor local. Ambos foram feridos, presos e conduzidos à cadeia do Aljube:

Na mesma noite em que o réu entrou na prisão começaram as suas agonias; as dores trucidavam-no, estorcegavam-lhe os membros as convulsões, partiam-lhe do peito gemidos agudos e penetrantes, e afogavam-no golfadas de sangue. O rosto confrangido, os olhos esbugalhados, os cabelos contraídos pintavam as agruras da dor, as angústias de aflição que roíam-lhe a alma. Ora procurava erguer-se, mas vacilava e caía envolto em sangue e em suor; ora ficava como entanguido (sic) e entregue a repentino letargo.

Como se espectros horrendos cercassem-no e quisessem arrebatá-lo, envolvia-se nos lençóis do leito, transido de medo; outras vezes enclavinava os dedos, os olhos fuzilavam-lhe cheios de rancor, avançava e parecia querer despedaçar quem dele se aproximava. As dores traziam-lhe em alguns instantes lágrimas aos olhos, e o sangue espadanava-lhe de cinquenta feridas.⁵⁰

A agonia de Pedro ainda é descrita por mais algumas páginas. Após a sua morte, o cadáver foi motivo de visitação na cadeia do Aljube. Os curiosos viam um corpo “esculpido de figuras”: nomes de mulheres, caveiras, figuras obscenas, uma imagem de Cristo e da Virgem da Conceição, o bandido galopando em seu cavalo.⁵¹ A ficcionalidade impregna esta passagem. Moreira de Azevedo tenta transmitir não apenas que Pedro estava morrendo, mas que um criminoso cruel e terrível sofria barbaramente na hora da morte. Para isso, utiliza-se de uma determinada forma narrativa que tenta aproximar o leitor do personagem através da descrição detalhada de

50 AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *Criminosos...*, pp. 72-3. A morte de Pedro foi narrada subjetivamente, a partir de “experiências puramente internas”. COHN, Dorrit. *Op.cit.*, pp. 21.

51 *Idem, ibidem*, p. 74.

Pedro nos momentos que antecederam a sua morte. A intenção é fazer com que o leitor sinta “na própria pele” o que o personagem estava sentindo como se os “nervos” dos leitores fossem equivalentes aos do herói.

Ainda houve outro Pedro Hespanhol. De autoria de José do Patrocínio, circulou sob a forma de folhetim na *Gazeta da Tarde* no ano de 1884, jornal comprado pelo mesmo escritor, em 1881. Em seguida foi publicado sob a forma de livro pela tipografia do mesmo jornal. A folha fazia, em 1884, concorrência à *Gazeta de Notícias* e ao *Jornal do Commercio*, jornais de grande tiragem na corte Imperial.

A referência ao fato de José do Patrocínio ocupar o lugar de um “folhetinista brilhante”, valia tanto para os libelos contra a escravidão publicados no espaço do rodapé desde a época em que redigia para a *Gazeta de Notícias*,⁵² como para a produção de romances no espaço do rodapé, entre eles *Motta Coqueiro* e *Os retirantes*. Por isso, não é de se estranhar que *Pedro Hespanhol* divida o espaço do rodapé com um já afamado escritor do gênero, Ponson du Terrail, ao menos nos meses iniciais. Do mesmo modo, nos meses finais – e depois de ocupar sozinho o espaço do rodapé – dividia-o com *A Magnetizadora* de Jules Mary.

Pedro Hespanhol circulou diariamente entre 6 de abril e 14 de outubro de 1884, na maior parte das vezes, na segunda página do jornal e dividido em duas partes: “A escola do crime” e “Os ladrões de estrada”. De acordo com a indicação do jornal, era um “romance original”.⁵³ Este fato já é bastante esclarecedor de que se tratava de uma história de ficção, traço não tão claro em *Pedro Hespanhol* de Moreira de Azevedo que, apesar de apresentar elementos que vinculem a história a uma narrativa ficcional, tem a intenção de escrever “episódios históricos”.

José do Patrocínio não se preocupa com a referência a fatos reais e, para um leitor desavisado, *Pedro Hespanhol* era um personagem entre muitos daqueles que circulavam nos rodapés das folhas. Apesar disso, o romance se referia a fatos verídicos – o

52 Ver a tese de SILVA, Ana Carolina Feracin da. *Op.cit.*

53 Anúncio do folhetim: “Pedro Espanhol. Romance original de José do Patrocínio. Por estes dias.” *Gazeta da Tarde*. 08.01.1884.

terremoto de Portugal em 1755 – e personagens verídicos – Marquês de Pombal, por exemplo. As ações da primeira parte possuíam esse cenário como pano de fundo.

O enredo apresenta algumas semelhanças com o *Pedro Hespanhol* de Moreira de Azevedo, mas, de forma geral, as diferenças relacionadas à construção narrativa e aos personagens são significativas. Tais características transformam o romance em uma sequência de sensações, elemento intrínseco aos romances de crime, mostrando que o autor tinha um conhecimento pleno da técnica folhetinesca do corte diário e da construção de efeitos sensacionais.

A primeira parte do romance adia o aparecimento de Pedro Hespanhol. Até o dia 11 de julho, que encerrava metade da narrativa, o personagem principal mal tinha tomado parte em alguns dias de folhetim. Em Moreira de Azevedo a história começava com a indicação do ano de nascimento de Pedro – 1776 – e o relato da intenção do autor:

O herói desta narrativa confessou haver nascido em Portugal, quando interrogado pela polícia na primeira vez que foi preso, mas um comensal asseverou ser ele filho de Cadiz; e como não queremos alterar a verdade histórica, e desejamos proceder como cronista sisudo e grave, não certificamos qual o solo pátrio do nosso famigerado personagem.⁵⁴

Pedro Hespanhol de José do Patrocínio possui delineação distinta ao adiar o aparecimento de Pedro. Apesar disso, o leitor poderia conhecer o personagem. Pode-se concluir isso não apenas pela narrativa anterior de 1872, como pelas notícias da imprensa que falavam de Pedro desde o ano de 1834. O público *sabia* da existência do bandido e talvez ansiasse por saber detalhes da história do célebre salteador.

54 AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de. *Op.cit.*, pp. 5-6.

O último capítulo da primeira parte do romance - “O primeiro crime” - era acerca do assassinato do padrinho por Pedro. A diferença de narrativa entre o *Pedro Hespanhol* de Moreira de Azevedo e o *Pedro Hespanhol* de José do Patrocínio é evidente. O momento do crime é adiado e são descritas características relativas ao estado emocional dos personagens. No dia do crime, Pedro acordara feliz: “De manhã a fisionomia de Pedro repassava-lhe de uma alegria estranha. A sua lividez habitual dera lugar a uns tons vermelhos, que chamaram a atenção da própria Catarina”.⁵⁵ O autor criava um estado de suspeição que invoca desconfianças entre os personagens. Ao mesmo tempo, era uma forma de fornecer certo mistério que paira ao longo de toda a narrativa.

Para cada ação, gastavam-se muitas páginas de sensação. Por outro lado, os eventos se desenrolam em uma velocidade frenética. Havia dois tempos narrativos com uma diferença de 30 anos, embora as principais ações se concentrem em poucos dias, assim como havia uma preferência em descrever as ações minuciosamente. Ao contrário de Moreira de Azevedo, que constrói uma narrativa segura, quase automática, próxima do relato, José do Patrocínio consegue produzir um frenesi que torna a leitura mais emocionante. “A escola do crime” era uma verdadeira catástrofe, em que os personagens principais foram levados quase inconscientemente ao caminho do crime. As descrições são chocantes. Mas esta era a intenção do autor: causar sensação a partir de uma determinada *forma* de narrar.

A segunda parte do romance - “Os ladrões de estrada” - incide para as ações de Pedro no Brasil. “Incoerências do amor”, título do primeiro capítulo, imprime logo a diferença. Com certa dose de ironia e clara referência aos romances judiciais franceses que tinham como centro da ação um investigador eficiente e excêntrico,⁵⁶ José do Patrocínio descreverá da seguinte maneira o interrogatório de

⁵⁵ *Idem, ibidem*, 09.06.1884.

⁵⁶ Penso nos romances de Émile Gaboriau, escritos entre 1865 e 1873 e que circularam em versões portuguesas e brasileiras no Brasil. Desenvolvo uma pesquisa sobre o escritor em âmbito de pós-doutorado com financiamento da Fapesp.

Elisa após a súbita intervenção de um “herói” ao violento assalto que sofrera em sua casa:⁵⁷

– Achei-me diante de um grupo de seis homens armados de punhais e que me ordenavam que lhes dissesse onde estava, ou que lhes entregasse tudo que minha mãe possui. Dois desses homens agarraram-me e outros dois apoderaram-se de minha mãe, contra quem levantaram os punhais. Pareceu-me que ia assistir a uma cena fatal; senti no coração uma dor tão aguda, como se já fosse a do cravar dos punhais no peito daquela que me deu o ser. Por um movimento de doida consegui tirar-me das mãos dos miseráveis, fui cair de joelhos ante os dois que ameaçavam minha mãe, e supliquei-lhes que não a maltratassem... Ela não lhe pode fazer mal, não fala, está parálitica... Eu lhes darei tudo, contanto que não torturem esta pobre velha. – Despacha-se, então, disse-me um deles; não temos tempo a perder. Fui rebuscar escaninhos de caixas e gavetas e armários para entregar fielmente tudo. Mas os nossos pequenos teres não contentavam; exigiram que eu dissesse onde estava o dinheiro, que, eles sabiam, nós possuíamos. Ou entrega o dinheiro, ou diz onde ele está ou, então, morrer. Escolha. Não procure mentir porque nem Deus a salva. Calei-me. Vamos: fala ou morre. Neste momento um homem acudiu providencialmente. Trazia duas pistolas engatilhadas, e, com uma coragem, que impunha admiração, ordenou aos bandidos, sob pena de morte, que me deixassem em paz. Os miseráveis, tomados de terror, fugiram.⁵⁸

Ainda no mesmo dia do folhetim, Elisa não consegue descrever o homem que a salvou e afirma que nunca o vira antes. Apresentando o desconhecido como um “ente providencial”, o narrador não poupa palavras ao introduzir o salvador de Elisa. O

57 Assalto da quadrilha de Pedro. Ver descrição de Moreira de Azevedo, p. 15 deste artigo.

58 *Idem, ibidem*, 14.07.1884.

intendente sugere, então, que poderia ter sido algum “passeador noturno” ou, como dizia o escrivão, “o chefe da quadrilha”:

– Permita que vá em auxílio da memória. É de estatura meia (sic); reforçado de corpo, olhos grandes, negros, muito vivos e insinuantes, rosto amorenado, barba inteira, muito preta, cabelos também pretos, um tanto compridos, penteados para trás, e caindo um pouco sobre a face, ao menor movimento da cabeça...

– Ele! pensou Elisa, que fingia estar prestando grande atenção aos sinais, quando, em verdade, fazia esforço para não atraí-lo.

– Vestia roupa de pano azul e tinha com certeza um rebenquezinho, com corrente de prata na mão.

E sem dar tempo a que Elisa pudesse dominar a sua comoção, continuou:

– Vê o Sr. intendente; fui direto ao ponto. A aparição oportuna, a fuga dos assaltantes, sem alteração, sem luta, tudo isso que pode parecer natural; um transeunte que ouvisse o grito de socorro, e que sendo corajoso entrasse, o terror dos bandidos diante de um homem armado, que eles não sabiam se vinha só ou se era seguido de outros companheiros; tudo isso é o aparato habitual dos assaltos dessa quadrilha infernal, que em vão procuramos capturar, que se esconde não se sabe onde, aparece não se sabe como. Não é verdade que são esses os sinais do homem que a salvou?⁵⁹

A moça não responde, mas reconhece no seu íntimo que era essa a exata descrição do seu herói-salvador. O primeiro dia da segunda parte do folhetim apresentava ao leitor as características de Pedro Hespanhol, que aparecia como uma figura quase mitológica. Porém, ainda não se sabia quem era o homem descrito pelo escrivão. O leitor o saberá ao mesmo tempo em que Elisa, no final do número, ainda com o acréscimo de uma característica mais fantasiosa que real:

59 *Idem, ibidem.*

- E antes nunca o vira, nem de relance.
- Nunca...
- Talvez não prestasse atenção. Em noite de luar num cavalo ajaezado de prata, sempre a galope...”⁶⁰

Na última frase, o esclarecimento em relação ao homem que o intendente e o escrivão já sabiam quem era:

“Se foi ameaçada, não se arreceie; a sua casa ficará guardada; e apesar da superstição de que não há quem possa prender Pedro, o hespanhol...
- Pedro Hespanhol? exclamou Elisa, que se levantou de um salto e para logo se deixou cair na cadeira. É Pedro Hespanhol...Meu Deus, meu Deus, estou perdida!
(continua).⁶¹

A segunda parte de *Pedro Hespanhol* se refere aos mesmos episódios narrados em *Criminosos célebres*, porém, apresentados ao leitor em outra ordem e marcando substancialmente a diferença entre essa obra e aquela escrita por Moreira de Azevedo. O gênero romance e a publicação seriada possibilitavam abordagens narrativas que não são tão visíveis em *Criminosos célebres*. José do Patrocínio escrevia um romance seriado que possuía características bastante claras da irrelevância de comprovação dos fatos narrados, apesar de se referir a personagens verídicos. Ora, para uma obra de rodapé de jornal, não havia a necessidade de provar a verdade dos eventos – o *lugar* em que fora publicada já dizia, por si só, que se tratava de uma obra ficcional, fato que continua tendo o mesmo efeito com a transformação em volume. Nesse caso, o título já diria o necessário: *Pedro Hespanhol. Romance original*.

Por outro lado, *Criminosos célebres. Episódios históricos*, poderia gerar dúvidas em relação ao caráter da obra. Desde o início, o

⁶⁰ *Idem, ibidem.*

⁶¹ *Idem, ibidem.*

autor diz que “deseja proceder como cronista” e que não pretende “alterar a verdade histórica”. Porém, como já foi mostrado, era uma biografia ficcional, pois havia um caráter subjetivo que retirava a suposta biografia da condição de um estudo biográfico histórico.⁶² Não ao acaso, o momento de maior sensação era aquele em que havia subjetividade: a morte de Pedro.

A sensação era derivação não apenas das cenas de sangue, mas também da excitação causada por uma narrativa feita aos sobressaltos, com momentos de muita tensão e acontecimentos que se atropelavam uns aos outros e forneciam uma narração dinâmica dos eventos que ocorriam em um período muito curto de tempo. Portanto, ainda seguindo no capítulo 1 da segunda parte, escrivão e intendente acabam o interrogatório e comentam o ocorrido:

– É singular, exclamou o intendente; sabe o que se diz de Pedro Espanhol, e se ele é o terror da própria polícia, o que não será para uma pobre menina que vive num ermo como este.

– Pode bem ser, mas é exagerado o que vemos.

Estas observações foram trocadas à porta da rua. Os dois representantes da autoridade haviam entregado ao cuidado da velha Luíza, Elisa, que conseguira recuperar os sentidos.

– Não lhe parece que devemos fazer vigiar a casa por alguns dias?

– Creio que é um dever, mesmo, para sossegar essa pobre rapariga que é capaz de morrer de medo.

– Bem, officie neste sentido... Quanto a mim, Sr. escrivão, há um mistério no assalto desta casa. O tal indivíduo que chega a tempo de salvar Elisa das garras de assassinos parece-me personagem de romance.

62 Para esta conclusão sigo a diferenciação feita por COHN, Dorrit. *Op.cit.*, especialmente o capítulo 2 – “Fictional versus Historical Lives: Borderlines and Borderlines Cases”.

– Romance parecerá tudo quanto se contar no futuro, com relação ao famigerado bandido, que nos ilude a todos e zomba desta sociedade inteira.⁶³

Com a observação jocosa sobre o caráter lendário de Pedro Hespanhol, José do Patrocínio mostrava que não tinha nenhuma intenção em relacionar a sua narrativa a fatos reais. Ao contrário, enfatizava a característica romanesca criada a partir da memória do famoso bandido até aquele momento, 1884. Assim, brincava com a própria condição de bandido célebre que Pedro Hespanhol havia conquistado, elencando as suas proezas como equivalentes às proezas dos heróis de romance. Fato, aliás, verdadeiro, pois ele era mesmo um “personagem de romance”. Por outro lado, isso não impede a existência de um bandido que viveu aquelas aventuras não somente nas páginas de um folhetim, mas durante a sua vida, em um determinado momento histórico – início do século XIX – e nas ruas do Rio de Janeiro.

Com certeza, os leitores da *Gazeta da Tarde* sabiam da existência de Pedro Hespanhol, o bandido que “zombara de toda a sociedade” (e, acima de tudo, da justiça brasileira). A relação do bandido a um verdadeiro “personagem de romance”, feita na narrativa a partir do diálogo entre o intendente e o escrivão, não é irrelevante. Afinal, eles eram os responsáveis pelos interrogatórios, fazendo isso da maneira mais condizente com o fato ocorrido, registrando tudo na minuciosa correção das páginas do processo policial. O desfecho do assalto à casa de Elisa era extraordinário e apenas poderia ser imaginado por essas personagens como uma ação fora da rotina das delegacias.

O romance de José do Patrocínio termina no momento da prisão de Pedro e José com a ajuda dos moradores do local, seguindo a notícia do ano de 1834, assim como havia feito Moreira de Azevedo. A descrição da sua morte na prisão, contudo, não era foco da narrativa. Apesar de diferenças substanciais, os dois Pedros se encontram em algumas passagens comuns aos dois autores. Estas são

63 PATROCÍNIO, José do. *Op. cit.*, 15.07.1884.

as mesmas que ajudaram a criar uma determinada representação no imaginário da sociedade da época sobre Pedro Hespanhol ou Pedro, o espanhol. Com toda a certeza, Pedro fez parte da história do Império brasileiro.

Agora é possível responder às questões colocadas no início deste artigo. Por que Pedro Hespanhol obteve espaço nos jornais e romances ao longo do século XIX? Respostas definitivas para essas perguntas talvez sejam impossíveis. Contudo, é possível arriscar algumas conclusões. Pedro viveu uma época de intensos debates em torno ao que seria a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que se tentava criar uma identidade própria e distinta dos portugueses, havia a questão subjacente da escravidão, que permeava todas as relações sociais.

A partir desta perspectiva, um bandido *espanhol* e *branco* não era necessariamente um personagem negativo. Assim, criava-se o herói. Notadamente, na mesma década em que a revolta dos Malês assustou a elite brasileira: entre escravos sanguinários e um português-espanhol salteador, o último certamente ocupava o lugar de herói. E, de história em história, construiu-se a lenda.

RECEBIDO EM: 15/05/2016
APROVADO EM: 20/06/2016

NOTAS SOBRE O APRISIONAMENTO NA BAHIA NO SÉCULO XIX¹

Notes on imprisonment in Bahia in the 19th century

*Cláudia Moraes Trindade**

RESUMO

O artigo aborda a situação prisional da Bahia no XIX tendo como foco principal a Casa de Prisão com Trabalho, primeira penitenciária baiana. Nele contextualizo o surgimento da penitenciária e da pena privativa da liberdade no Brasil, especificamente na Bahia. Apresento o panorama do aprisionamento da província no contexto da reforma prisional baiana. Discuto a organização administrativa da penitenciária baiana, seus funcionários e atribuições. Analiso o trabalho nas oficinas, a situação da enfermaria, a escola de primeiras letras, o esquema de segurança, os presos, entre outros temas da instituição.

Palavras-Chave: Penitenciária; Casa de Prisão com Trabalho; Presos, Bahia-séc.XIX

ABSTRACT

The article discusses the 19th century prison situation in Bahia, having as main focus the Labor Prison House, the first prison of Bahia. In the article I contextualize the emergence of the penitentiary and the prison sentence in Brazil, specifically in Bahia. I present the panorama of the manner of imprisonment in the province in the context of the Bahian prison reform. I discuss

¹ Este artigo é um desdobramento do primeiro capítulo da minha tese de doutorado intitulada “Ser Preso na Bahia no século XIX”, concluída em 2012 no PPGH/UFBA, sob a orientação do Professor Dr. João José Reis e coorientação da Professora Dra. Maria Cecília Velasco e Cruz. A pesquisa contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

* Pesquisadora de Pós-Doutorado do Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia. E-mail para contato: claudiat@ufba.br

the administrative organization of the Bahian penitentiary, its employees and assignments. I analyze the work in the workshops, the situation of the infirmary, the literacy training school, the security system, the prisoners, among other topics related to the institution.

Keywords: Prison; Labor Prison House; Prisoners, Bahia in the 19th century

A prisão é muito antiga, mas não como lugar onde se cumpre uma sentença ou se busca reabilitar o criminoso para reinseri-lo na sociedade. Essa função, ela começou a ter, no Ocidente, com a reforma prisional a partir do final do século XVIII, nos contextos revolucionários da Europa e dos Estados Unidos. Para o historiador porto-riquenho Fernando Picó, o antes e o depois da reforma prisional diferencia o “estar preso e o ser preso”. Segundo o autor, “até a segunda metade do século XVIII o preso não era parte constituinte da nossa sociedade”.² Antes disso, a pessoa ficava encarcerada até que fosse punida exemplarmente, executada ou açoitada, que quitasse sua “dívida” com a sociedade, o Estado, a religião ou outros indivíduos membros da comunidade. Somente após a reforma prisional, a prisão passou a existir da maneira como nós a concebemos atualmente. Começaria a era da penitenciária. Com a construção das penitenciárias, os presos foram afastados do olhar do público, antes acostumado a assistir aos castigos em praça pública como se fosse um espetáculo. Agora, o imaginário popular tornar-se-ia cada vez mais fértil para imaginar o que se passava por trás dos muros da prisão. O temor da punição não desapareceu exatamente, mas então a punição invisível é que era temida.³ Do outro lado do muro, o sentenciado passou a cumprir pena com a promessa de ser recuperado e, posteriormente, devolvido à sociedade como um novo homem, apto, sobretudo, a se enquadrar no mundo do trabalho. Não é por acaso que

2 Fernando Picó, *El día menos pensado: Historia de los presidiarios em Puerto Rico (1793-1993)*, Local, Ediciones Huracán, 1994, p. 31.

3 Sobre o imaginário popular e o interesse pelas histórias de presos e prisões no início do século XX no Rio de Janeiro, ver Marcos Luiz Bretas, “What the Eyes Can’t See”, pp. 101-122. Ver também Picó, *El día menos pensado*, p. 32.

a reforma prisional coincide com a expansão vertiginosa do capitalismo.

Segundo Michel Foucault, a prisão teria nascido na França para atender exatamente aos interesses de uma sociedade capitalista industrial, que florescia após a queda do Antigo Regime que se seguiu à Revolução Francesa. Execuções, esquartejamentos, castigos físicos e demais humilhações que eram cometidas na praça pública contra os criminosos já vinham sendo combatidas pelos filósofos iluministas, que lançaram os fundamentos intelectuais de uma sensibilidade e de uma ideologia que fizeram aquelas formas de punição incompatíveis com os ideais liberais do Estado moderno. Foucault, no entanto, questiona se a classe burguesa em ascensão não teria reformado as leis penais visando tão somente proteger seus interesses, como por exemplo, promover corpos dóceis para o trabalho disciplinado requerido pela fábrica. Ele coloca em dúvida a justificativa humanitária utilizada frequentemente para explicar a substituição do suplício do corpo pela privação da liberdade.⁴

A discussão sobre as más condições dos cárceres nos Estados Unidos teve início ainda no período colonial, quando surgiram as primeiras associações protetoras com o objetivo de melhorar as cadeias. Em 1787, quatro anos após a guerra da independência, foi construída a Eastern State Penitentiary, primeira prisão com celas individuais, modelo que ficou conhecido como sistema da Pensilvânia.⁵ Nesse modelo penitenciário, o preso permanecia todo o tempo na cela, saindo apenas para um rápido banho de sol. O trabalho executado na própria cela era, por isso, artesanal. Era um modelo de alto custo devido às instalações individuais.

O sistema rival foi desenvolvido por volta de 1825, na penitenciária de Auburn, no estado de Nova York, e ficou conhecido como sistema de Auburn. Nele, todas as atividades diurnas dos presos eram coletivas e feitas no mais absoluto silêncio, e à noite eram isolados em celas individuais. No início, a quebra do silêncio era

4 Michel Foucault, *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*, 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

5 Fernando Cadalso, *Instituciones penitenciarias en los Estados Unidos*, Madrid, Biblioteca Hispania, 1913, p. 102. Sobre a reforma prisional nos Estados Unidos, ver também Rothman, "Perfecting the Prison, pp. 100-116.

punida com severos castigos corporais, que, logo depois, foram substituídos por períodos na solitária com regime alimentar controlado.⁶

Esses sistemas atraíram a atenção dos países que aderiram à reforma prisional e muitos deles trataram de enviar representantes para observar as experiências norte-americanas. Entre esses observadores estavam os franceses Alexis de Tocqueville e Gustave de Beaumont, o espanhol Fernando Cadalso, e latino-americanos como o peruano Mariano Felipe Paz Soldán, o chileno Francisco Solano Astaburuaga, o mexicano Mucio Valdovinos e o brasileiro Antonio José Miranda Falcão, primeiro diretor da Casa de Correção do Rio de Janeiro, entre outros.⁷ Muitos deles deixaram escritos que se tornaram valiosas fontes documentais sobre as impressões que tiveram dessas instituições.⁸

Do final do século XVIII até o início do século XX, países de todo mundo aderiram à reforma prisional e, gradativamente, as penitenciárias foram sendo implantadas de acordo com o contexto sócio histórico de cada um. Além da América Latina, a historiografia das prisões tem explorado a influência da Europa e dos Estados Unidos no nascimento da prisão em países da África e Ásia. Esses estudos têm também demonstrado a relação entre punição e raça, além de cronologias e tipos de encarceramento diferenciados dos países ocidentais.⁹

6 Uma análise sobre esses sistemas pode ser vista em Foucault, *Vigiar e punir*, Parte iv, cap. 1. Outro estudo interessante e detalhado sobre o assunto é do espanhol Fernando Cadalso, *Instituciones penitenciarias en los Estados Unidos, Madri, Espanha*, Biblioteca Hispania, 1913, terceira parte, cap. 1. Dentre os estudos mais recentes, ver Rothman, "Perfecting the Prison: Unites States, 1789-1865". In: Norval Morris e David J. Rothman (orgs.). *The Oxford History of the Prison* (Nova York, Oxford University Press, 1995), pp. 100-116.

7 Carlos Aguirre, "Prison and Prisoners in Modernising Latin America (1800-1940)", in Frank Dikotter e Ian Brown (orgs.), *Cultures of Confinement: A History of the Prison in Africa, Asia and Latin America* (Ithaca, Nova York, Cornell University Press, 2007), p. 20; Sobre a visita de Miranda Falcão aos Estados Unidos, em 1854, ver Marilene Antunes Sant'Anna, "A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro" (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010), p. 56.

8 Dentre os mais conhecidos estão os escritos de Gustave de Beaumont e Alexis de Tocqueville, *Du système pénitentiaire aux États-Unis et de son application en France, suivi d'un appendice sur les colonies pénales et de notes statistiques*, Paris, Impr. de H. Fournier, 1833, 2e éd., Paris, C. Gosselin, 1836.

9 O termo "nascimento da prisão" é creditado a Michel Foucault, que primeiro o utilizou na década de 1970 em sua obra clássica *Vigiar e punir*. Sobre o Vietnã, ver Peter

Os países da América Latina sofreram grande influência da reforma prisional na Europa e nos Estados Unidos. De um modo geral, o fato de a região ter inaugurado suas primeiras penitenciárias quase um século depois dos precursores pode ser atribuído a suas próprias particularidades sócio históricas. Sobre esse assunto, Mary Gibson sinaliza que “cada continente, cada ex-colônia ou cada nação moderna tem sua própria cronologia e o seu próprio modelo de punição”. Por isso, ela sugere que não tenha emergido um modelo global definitivo de reforma prisional.¹⁰ Em quase todos os países da América Latina a reforma prisional esteve relacionada à construção de estados nacionais. Mesmo com um histórico comum de ex-colônias, os países latino-americanos tiveram particularidades políticas e sociais que influenciaram na periodização das suas reformas prisionais, bem como no funcionamento das prisões. A Casa de Correção da Corte, inaugurada em 1850 na província do Rio de Janeiro, foi a primeira penitenciária da América Latina.¹¹ Em 1856,

Zinoman, *The Colonial Bastille: A History of Imprisonment in Vietnam, 1862-1940*, Berkeley, Los Angeles, University of California Press, 2001; Para o Japão, Daniel Botsman, *Punishment and Power in the Making of Modern Japan*, Princeton, N. J., 2005. Sobre as prisões da África colonial, ver Florence Bernault (org.), *A History of Prison and Confinement in Africa*, Portsmouth, N. H., 2003; Para a África subsaariana, ver David Williams, “The Role of Prisons in Tanzania: An Historical Perspective”, *Crime and Social Justice*, n° 13 (1980), pp. 27-37, entre outros. Sobre a Índia, ver Frank Dikotter, “The Promise of Repentance: The Prison in Modern China”, in Dikotter e Brown (orgs.), *Cultures of Confinement*, pp. 269-303.

10 Mary Gibson, “Global Perspectives on the Birth of the Prison”, *The American Historical Review*, vol. 116, n° 4 (2011), p. 1057.

11 São Paulo inaugurou sua Casa de Correção em 1852, seguida de Pernambuco, em 1855, e da Bahia, em 1861. E assim, as penitenciárias foram sendo implantadas nas demais províncias brasileiras, umas construídas outras adaptadas nas antigas cadeias públicas, como foi o caso de Porto Alegre. Sobre a Casa de Correção da Corte, ver Carlos Eduardo Moreira de Araújo, “Cárceres imperiais: a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Seus detentos e o sistema prisional do Império, 1830-1861” (Tese de Doutorado em História, Unicamp, 2009); e Sant’Anna, “A imaginação do castigo: discursos e práticas sobre a Casa de Correção do Rio de Janeiro”; sobre Pernambuco, ver Flávio de Sá Cavalcanti de Albuquerque Neto, “A reforma prisional no Recife oitocentista: da Cadeia à Casa de Detenção (1830-1874) (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008); sobre São Paulo, Salla, *As prisões de São Paulo: 1822-1940*, São Paulo, Anablume, 1999; e Flávia Maira de Araújo Gonçalves, “Cadeia e Correção: sistema prisional e população carcerária na cidade de São Paulo, 1830-1890” (Dissertação de Mestrado em História, Universidade de São Paulo, 2010); sobre Porto Alegre, Helena Marisa Vianna Paiva, “A Casa de Correção de Porto Alegre, 1889-1898” (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002); e Sandra Pesavento, *Visões do cárcere, Porto Alegre*, Editora Zouik, 2009. Sobre o Chile e Peru, ver Aguirre, “Prison and Prisoners in Modernising Latin America”; sobre Colômbia e Cuba, ver Ricardo D. Salvatore e Carlos Aguirre, “The Birth of the Penitentiary in Latin America: Toward an Interpretive Social History of Prisons”,

foi a vez do Chile e do Peru. A penitenciária do Equador data de 1874, a da Argentina de 1877. A Colômbia, em 1934, e Cuba, em 1939, foram os últimos países a aderir à reforma prisional.¹² Assim, foram bem diferentes os contextos dos países que implementaram a reforma prisional.¹³

No caso do Brasil, até mesmo nas províncias, houve especificidades quanto ao projeto, cronologia e funcionamento das penitenciárias. No período pós-Independência, a província da Bahia deu início a sua reforma prisional, que se estendeu ao longo do século XIX. O governo local, muitas vezes amparado por verbas e leis imperiais, adotou medidas gradativas que envolveram a criação de decretos provinciais, deslocamento das cadeias em direção às regiões periféricas da cidade, implantação de regulamentos que colocavam em prática a separação de presos segundo a natureza do crime, do gênero e da condição jurídica.¹⁴ Em meio a essas medidas, a Câmara Municipal de Salvador, em 1832, iniciou a construção da primeira penitenciária da Bahia, inaugurada em 1861, que recebeu o nome de Casa de Prisão com Trabalho.¹⁵

in Ricardo Salvatore e Carlos Aguirre (orgs.), *The Birth of the Penitentiary in Latin America: Essays on Criminology, Prison Reform, and Social Control, 1830-1940* (Austin, University of Texas Press, 1996), p. 9.

12 Aguirre, "Prison and Prisoners in Modernising Latin America". Sobre Colombia e Cuba, ver "The Birth of the Penitentiary in Latin America: Toward an Interpretive Social History of Prisons", in Ricardo Salvatore e Carlos Aguirre (orgs.), p. 9.

13 Nos países da África, por exemplo, as novas prisões foram construídas entre o final do século XIX e início do XX, no contexto do colonialismo europeu. Gibson, "Global Perspectives on the Birth of the Prison", p. 1041.

14 As medidas citadas estavam sempre ligadas ao processo político imperial e local. Por exemplo, as primeiras medidas para melhorar as cadeias e iniciar a construção da Casa de Prisão com Trabalho partiram da Câmara Municipal de Salvador por conta da Lei Municipal de 1828. A partir de 1834, o Ato Adicional determinou que a responsabilidade sobre as cadeias passasse a ser do governo provincial que, então, deu continuidade ao projeto iniciado pela municipalidade. A implantação dos regulamentos estava articulada com a reforma do Código de Processo Criminal, em 1841, que centralizou no Ministério da Justiça os assuntos da polícia, do judiciário e da Guarda Nacional. Tudo que dizia respeito a cadeias e penitenciárias ou Casas de Correção estava subordinado à esfera policial, inclusive a elaboração dos regulamentos. Sobre a reforma do Código do Processo, ver Marcos Luiz Bretas, *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*, Rio de Janeiro, Rocco, 1997, pp. 41-43; ver também José Murilo de Carvalho, "A vida política", in José Murilo de Carvalho (org.), *A construção nacional, 1830-1889*, vol. 2 (Rio de Janeiro, Objetiva, 2012), pp. 83-129, entre outros.

15 Doravante CPCT.

A nova instituição prisional baiana foi um símbolo de modernidade, um orgulho arquitetônico para os políticos e autoridades da época. Certa feita, poucos meses após a inauguração, os presos da CPCT escreveram numa petição coletiva que a instituição recém-inaugurada servia “como uma figa” – objeto de sorte – para os presidentes que governaram a província da Bahia durante os trinta anos de sua construção. Com isso os presos significavam o orgulho que os governantes tinham da penitenciária.¹⁶ A reforma prisional na Bahia, e no Brasil de um modo geral, deve ser pensada à luz de um contexto ideológico e mental em que modernidade e civilização significavam seguir os padrões europeus, mas, no caso específico da prisão, o modelo seria aquele dos sistemas penitenciários norte-americanos. A sociedade vivia a decadência do trabalho escravo, e suas elites planejavam estratégias para controlar e instrumentalizar para o trabalho a bem mais numerosa população livre. A reforma prisional no Brasil, além disso, fazia parte de um pacote civilizatório que incluía novas regras para o estabelecimento de cemitérios, asilos para alienados e mendigos, colégios, além de projetos de urbanização mais amplos.¹⁷

O Código Criminal do Império, de 1830, elaborado à luz das ideias liberais, inovou ao instaurar a pena de prisão com trabalho e prisão simples para a maioria dos delitos.¹⁸ No entanto, ao manter penas como desterro, degredo, morte, galés e optou pela permanência

16 João Byspo das Neves para o presidente da província, março de 1862, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 3082. Durante o processo de construção da CPCT, é possível observar nos relatórios e nas correspondências a expectativa que os presidentes de província aparentavam ter da futura prisão modelo da Bahia.

17 Para o caso baiano, ver João José Reis, *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991; Vera Nathália dos Santos Silva, “Equilíbrio distante: a mulher, a medicina mental e o asilo. Bahia 1874-1912” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2005); Venêtia Durando Braga Rios, “O Asylo de São João de Deus: as faces da loucura” (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006); Walter Fraga Filho, *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*, Salvador, Edufba/ São Paulo, Hucitec, 1999; Maria das Graças Andrade Leal, “A arte de ter um ofício. O Liceu das Artes e Ofícios da Bahia - 1872/1977” (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1996); Consuelo Novais Sampaio, *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*, Rio de Janeiro, Versal, 2005.

18 Sobre o liberalismo na França e sua difusão para outros países, ver René Rémond, *O século XIX (1815-1914)*, São Paulo, Cultrix, 1981, pp. 25-48. Uma discussão sobre o processo de elaboração do Código Criminal do Império voltada para a temática da reforma prisional poder ser vista no trabalho de Albuquerque Neto, “A reforma prisional no Recife oitocentista”, pp. 27-51.

de práticas de punição vigentes na legislação portuguesa e aplicada no Brasil desde o início da colonização, no que, aliás, não diferia muito das penas vigentes na Europa na época.¹⁹ O Código Criminal previa a pena de açoites somente para os escravos, a de galés era aplicada só para homens livres ou escravos, mulheres não. A pena de morte poderia ser aplicada em homens e mulheres de condição livre ou escrava. No caso da mulher grávida, “não se executará a pena de morte, nem mesmo ela será julgada, em caso de o merecer, senão quarenta dias depois do parto”.²⁰ Os crimes de homicídio, latrocínio ou liderança de insurreição podiam levar o réu à pena de morte caso ele fosse enquadrado no grau máximo do respectivo artigo. O que definia o grau mínimo, médio ou máximo eram as circunstâncias agravantes ou não do crime.²¹

Para os escravos, o Código Criminal praticamente resumia, no seu Artigo 60, “Si o réu for escravo, e incorrer em pena que não seja a capital ou de galés, será condenado na de açoites, e, depois de sofrê-los, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo e maneira que o juiz designar”.²² Durante o século XIX, a pena de açoite foi combatida por muitos juristas brasileiros, mas só foi extinta no ano de 1886.²³ Essas penas coexistiram no Brasil com o aprisionamento moderno que se tentava

19 Originalmente, o Livro V das Ordenações Filipinas determinava que o condenado a galés fosse remetido às embarcações para remar. Com o tempo essa pena foi comutada para trabalhos forçados em obras públicas.

20 Araujo Filgueiras Junior, Código Criminal do Império do Brasil Anotado, Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1876, p.31.

21 Eis algumas dessas circunstâncias constantes no Artigo 16 do Código Criminal do Império: §1. Ter o delinquente cometido o crime de noite ou em lugar ermo; §2. Ter o delinquente cometido o crime com veneno, incêndio ou inundação; §3. Ter o delinquente reincidido em delito da mesma natureza; §4. Ter sido o delinquente impelido por um motivo reprovado ou frívolo; §5. Ter o delinquente faltado ao respeito devido à idade do ofendido, quando este for mais velho, tanto que possa ser seu pai, entre outros até completar o 17º parágrafo, continuando no Artigo 17 com mais oito parágrafos. Filgueiras Junior, Código Criminal do Império do Brasil Anotado, pp.17-21.

22 Idem, p.48.

23 A Lei 3.310, de 15 de outubro de 1886, no seu Artigo 1º revoga o Artigo 60 do Código Criminal e a Lei n. 4, de 10 de junho de 1835, na parte em que impõem a pena de açoites. Sobre os debates dos juristas em torno da extinção dos açoites, ver Lenine Nequete, O escravo na jurisprudência brasileira: magistratura e ideologia no segundo reinado, Porto Alegre, Editora da Revista de Jurisprudência e outros impressos do Tribunal de Justiça, 1988, capítulo 2.

implantar nas penitenciárias e com os discursos reformadores, tanto aos livres como aos escravos.²⁴

Edmundo Coelho questiona a ideia de que um espírito reformista tenha tomado conta do Brasil independente em oposição ao sistema legal português. Observa o autor que o nosso Código Criminal “mantinha procedimentos bárbaros como, por exemplo, o ritual da pena de morte detalhado no artigo 40 e que não diferia muito daquele a que foi submetido Tiradentes pela legislação portuguesa”.²⁵ Mas Tiradentes e outros condenados à pena capital, como os rebeldes de 1798 na Bahia, foram também esquadrejados, não esqueçamos. Isso desapareceu no Brasil independente. Com relação às penas estabelecidas pelo Código Criminal do Império, o estudo de Flávio Albuquerque aponta que, das 366 ocorrências, a pena de prisão com trabalho abarcou 32,5%, seguida da de multa com 28,6%, prisão simples com 21,04%, ou seja, as penas com trabalho e simples perfazem um total de 53%, confirmando o destaque da pena de privação de liberdade, que representava a nova concepção de punição defendida pelas novas ideias penitenciárias. O restante das penas se apresenta da seguinte forma: suspensão do emprego, 7,1%; perda do emprego, 4,6%; galés, 3 %; desterro, 1,3%; morte, 0,82%; degredo 0,5%; açoite 0,2%. A pena de banimento, embora prevista no Artigo 50, não foi aplicada a nenhum crime.²⁶

O Código também estabeleceu que a prisão com trabalho fosse cumprida em prisões específicas, ou seja, nas casas de correção, esperando que estas contassem com as oficinas de trabalho. Como nessa época essas instituições ainda não existiam no Brasil, o Código orientou, no seu Artigo 49, que a prisão com trabalho fosse comutada para a de prisão simples.²⁷ Vimos acima, que as penas de prisão simples e com trabalho representavam 53,5% das ocorrências do

24 Sobre a reforma prisional na Bahia e a legislação brasileira, ver Trindade, “A reforma prisional na Bahia oitocentista”. Ver também, Albuquerque Neto, “A reforma prisional no Recife oitocentista”, pp. 27-51.

25 Edmundo Campos Coelho, *As profissões imperiais*, p.156.

26 Flávio de Sá Albuquerque Neto, “A reforma prisional no Recife oitocentista”, p. 44.

27 “Artigo 49. Enquanto se não estabelecerem as prisões com as comodidades e arranjos necessários para o trabalho dos réus, as penas de prisão com trabalho serão substituídas pela de prisão simples, acrescentando em tal caso a esta mais a sexta parte do tempo por que aquelas deveriam impor-se”. Figueiras Junior, *Código Criminal do Império*, pp. 36 -37.

Código Criminal o que demandou um crescimento do número de cadeias. Isso se deu na Bahia, e deve ser visto como causa da ampliação do sistema prisional de Salvador na primeira metade do século XIX, até que a penitenciária fosse construída.

Nem mesmo no berço da reforma prisional a construção das penitenciárias rompeu com as práticas punitivas do Antigo Regime, uma vez que a pena de morte e a deportação continuaram a ser aplicadas.²⁸ Até mesmo Foucault, que defende a ruptura das práticas da punição entre o Antigo Regime e o Estado liberal moderno, identificou “as raízes da moderna disciplina da prisão nos regulamentos do século XVI e XVII para hospitais, exército, escolas e casas de correção”.²⁹ Daí sua observação de que a prisão “é menos recente do que se diz quando se faz datar seu nascimento dos novos códigos”.³⁰ Mas o autor também reconhece que “no fim do século XVIII e princípio do século XIX se dá a passagem a uma penalidade de detenção [...]; e era coisa nova”.³¹

As cadeias da cidade de Salvador

No subsolo da Câmara Municipal de Salvador funcionava a cadeia da Relação, a primeira da cidade e a mais antiga da província. Em 1641, já se tem notícia de sua existência quando, em 10 de maio, foram presos na Relação negros trazidos de um mocambo para “se entregarem aos seus donos pagando dez mil [reis] por cada um”. Duas

28 Ver, por exemplo, a “Mesa redonda de 20 de maio de 1978” em que participaram Michel Foucault, Catherine Duprat, Jacques Leonard, Michelle Perrot, Jacques Revel, Carlo Ginzburg, entre outros. Uma das questões debatidas e apresentadas a Foucault, contrapondo sua ideia de ruptura das práticas de punição, foi a subsistência na França, no decorrer do século XIX, da pena de morte, deportação etc. Michelle Perrot (org.), *L’Impossible Prison*, p. 40. A permanência de penas inerente ao regime monárquico absolutista também ocorreu em outros países. Para os Estados Unidos, ver David J. Rothman, “Perfecting the Prison”, p. 103; ver também Edward L. Ayers, *Vengeance & Justice: Crime and Punishment in the 19th-Century American South*, Nova York, Oxford, 1984, pp. 34-72.

29 Gibson, “Global Perspectives on the Birth of the Prison”, p. 1042, nota 7.

30 Foucault, *Vigiar e punir*, p. 207.

31 Idem, p. 207.

décadas mais tarde, em 1665, os oficiais da Câmara da Bahia solicitaram ao Conselho Ultramarino verbas para obras na cidade e incluíram a construção da cadeia e do pelourinho, o que leva a supor que, até então, a cadeia funcionava em instalações ainda improvisadas. Somente em 1845 ela mudou de endereço ao ser transferida para a fortaleza do Barbalho, que passou a chamar-se Cadeia do Barbalho até ser, definitivamente, desativada em 1864.³²

Outra cadeia era a do Aljube, localizada na antiga Ladeira do Aljube, nas imediações onde hoje está o viaduto da Sé, esquina com a ladeira da Praça. Esteve em atividade no período de 1833 a 1861. Nesse mesmo prédio funcionou a cadeia eclesiástica, também de nome Aljube, construída no século XVIII e desativada em 1832, ocasião em que o edifício foi alugado ao governo da província.³³ Por último, a Casa de Correção, inaugurada em 1832 no forte de Santo Antônio Além do Carmo, localizado na Freguesia que levava o mesmo nome da fortaleza. Nas primeiras décadas do século XX passou a chamar-se Casa de Detenção e ali funcionou até a década de 1970. Vale destacar que as inúmeras fortalezas da cidade também serviam de prisão militar, geralmente destinadas a militares e presos políticos. Nas primeiras décadas do século XIX, existiam também os navios prisões, incluindo a Presiganga.³⁴

As cadeias foram deslocadas da área urbana para a periferia da cidade como parte de medidas modernizadoras típicas da época. Com a inauguração da CPCT algumas cadeias foram desativadas e, a partir de 1865, o complexo prisional de Salvador ficou reduzido a duas instituições carcerárias, a CPCT e a Casa de Correção. A

32 AHU, Lisboa. Cx. 12. Doc. 1871. Fl. 12. [21.07.1621]. Agradeço a Pablo Antônio Iglesias Magalhães que, gentilmente, enviou-me essa documentação. Sobre a transferência da Cadeia da Relação para o Forte do Barbalho e sua desativação em 1864, ver Carcereiro João Caetano Martins para o chefe de polícia, 20 de julho de 1863, APEBa, Polícia, Relação de Presos, maço 6272; Fala que recitou o presidente da província da Bahia, o conselheiro Antonio Ignacio Azevedo, na abertura da Assembleia Legislativa da mesma província em 2 de fevereiro de 1847. Bahia, Typ. do Guaycurú de D. Guedes Cabral, 1847, p. 41.

33 Cândido da Costa e Silva, Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia. Salvador, SCT, EDUFBA, 2000, p. 125, 180, *passim*.

34 Na minha dissertação de mestrado, faço um estudo detalhado das cadeias de Salvador na primeira metade do século XIX, inclusive as militares e os navios prisões, posteriormente publicada em Trindade, “A reforma prisional na Bahia oitocentista”, e “A Casa de Prisão com Trabalho da Bahia, 1832-1865”, cap. I.

primeira servindo, principalmente, para não sentenciados; e a outra para os sentenciados. Esse quadro continuou assim até o final do século XIX.

A Casa de Prisão com Trabalho: a primeira penitenciária da Bahia

A CPCT começou a ser construída em 1832 e foi inaugurada em outubro de 1861, numa área pantanosa na freguesia da Nossa Senhora da Penha de França de Itapagipe, então periferia da cidade de Salvador. Em 1870, essa freguesia foi desmembrada e a instituição passou a pertencer à Freguesia de Nossa Senhora dos Mares.³⁵ O terreno correspondia a “100 braças quadradas” localizado “na marinha fronteira ao Engenho da Conceição, pelos fundos da Capela dos Mares”.³⁶ A planta original, projetada pelo arquiteto Pedro Weyll, foi inspirada na penitenciária de Ghent, na Bélgica, e previa um edifício panóptico octogonal (com oito raios) e uma casa central. No entanto, foram construídos apenas dois raios.³⁷

No dia 31 de outubro de 1861, a CPCT começou a receber sentenciados transferidos da cadeia do Aljube, que estava sendo

35 Atualmente, a região é conhecida com Baixa do Fiscal, e no edifício da antiga prisão funciona o Hospital de Custódia e Tratamento do Estado da Bahia. Sobre as Freguesias do Arcebispado de São Salvador da Bahia no período de 1549 a 1889, ver Cândido da Costa e Silva, Os segadores e a messe, pp. 67-73; ver também Ana Amélia Vieira Nascimento, Dez freguesias da Cidade de Salvador, Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

36 Sistema penitenciário. Relatório feito em nome da comissão encarregada, pelo Exigentíssimo senhor Presidente da Província, de examinar as questões relativas à Casa de Prisão com Trabalho, Bahia, Typographia de Galdino Joze Bizerra e Companhia, 1847, p. 5. Biblioteca do Mosteiro de São Bento, setor de obras raras. Agradeço a João Reis pela localização deste documento.

37 Não localizei a planta original da instituição, mas ela foi constantemente discutida com detalhes nos relatórios de presidentes da província e correspondências oficiais. Entretanto, a descrição mais detalhada está na tese de doutoramento de João Barbosa de Oliveira As prisões do país: o sistema penitencial, ou higiene penal, Tese apresentada, e sustentada perante a Faculdade de Medicina da Bahia, em 11 de dezembro de 1843, Bahia, Typ. de L. A. Portella e Companhia, 1843, p. 41.

extinta na mesma data, da Cadeia do Barbalho e da Cadeia de Correção. Nessa época, apenas um raio estava finalizado. Nem mesmo o pátio estava aterrado, o que impedia os presos de saírem das celas para se exercitar ou tomar sol. Somente em 1863, ambos os raios foram “finalmente concluídos e preparados de melhor modo”, sob a administração do presidente da província Sá e Albuquerque.³⁸ Algumas autoridades contemporâneas, como o chefe de polícia Franklin Americo de Menezes Doria, consideram o ano de 1863 como a data oficial da inauguração da CPCT, mas desde 1861 a instituição já recebia presos, sendo a maioria sentenciada a prisão com trabalho.³⁹

O regulamento

De outubro de 1861 até 1863 as normas da CPCT foram regidas pelo Decreto de 6 de julho de 1850, “na parte relativa do regime interno das prisões e segurança dos presos”, e complementadas pelas disposições do Regulamento 120.⁴⁰ Esse mesmo decreto foi adotado como regulamento da Casa de Correção do Rio de Janeiro, que também foi seguido, com algumas alterações, pela Casa de Correção de São Paulo. Em 14 de outubro de 1863, a Bahia inovou ao implantar um regulamento próprio para a CPCT, com significativas diferenças em relação ao modelo da Corte, que era bem mais rígido. Tomemos como exemplo as regras de visitação. Na

38 “Relatório do chefe de polícia Franklin Americo de Menezes Doria”, p.15, in Documentos anexos ao Relatório com que abriu a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia o Excelentíssimo senhor doutor José Bonifácio Nascentes da Azambuja no dia 1º de março de 1868, Bahia, Typographia de Tourinho & Cia, 1868.

39 Idem.

40 Chefe de Polícia para o carcereiro da Cadeia da Conceição, 14 de julho de 1862, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 5925. O decreto nº 678 de 6 de julho de 1850 foi adotado como regulamento da Casa de Correção do Rio de Janeiro, que também foi seguido, com algumas alterações, pela Casa de Correção de São Paulo. A Bahia tratou logo de fazer um regulamento próprio, que passou a vigorar em outubro de 1863. O Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842 regulou a execução da parte policial e criminal da Lei nº 261 de 3 de Dezembro de 1841 que reformou o Código do Processo Criminal.

penitenciária da Corte os presos de primeira classe poderiam receber visita de pais e filhos de dois em dois meses, os de segunda e terceira uma vez ao mês.⁴¹ Entendamos o sistema de classes, que estava relacionado ao comportamento do preso. Na primeira ficavam os presos considerados de pior comportamento, a segunda era intermediária, e os tidos como bem comportados pertenciam à terceira classe.⁴² Esse tipo de classificação funcionou na penitenciária baiana até a implantação de regulamento próprio. Era um sistema que rotulava ao mesmo tempo em que punia e concedia privilégios. Estar na terceira classe, por exemplo, podia significar a possibilidade de transitar livremente dentro da instituição, e ser contratado para serviços internos remunerados, tão disputados entre os presos.⁴³

O regulamento da CPCT de 1863 trouxe regras mais brandas para a visitação dos presos:

Art. 18. Também poderão os presos receber visitas ou falar nas grades com seus parentes e amigos, das 10 horas da manhã ao meio dia, e das 3 às 5 da tarde, precedendo licença do administrador.

Art. 19. Aos presos condenados não será permitida a licença, de que trata o artigo antecedente, mais de uma vez na semana: aos outros, porém, poderá ser dada todos os dias.⁴⁴

Enquanto na Corte se concedia ao preso de bom comportamento o direito de receber visita uma vez ao mês, e somente de pais e filhos, a penitenciária baiana liberava o sentenciado, independente do seu comportamento, para receber amigos e parentes

41 Decreto nº 678 de 6 de julho de 1850, Artigos 12, 22 e 27.

42 Idem, capítulo II, da disciplina das classes, pp. 33-35.

43 Sobre a divisão por classes na penitenciária da Corte, ver Aquino Pessoa, “Trabalho e resistência na penitenciária da Corte”, p.85.

44 Regulamento da Casa de Prisão com Trabalho da Bahia aprovado pelo presidente da província o conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 14 de outubro de 1863, Bahia, Typ. Poggetti – de Tourinho, Dias & C, 1863, Capítulo II, “Da policia nas prisões”, p. 6. Exceto quando indicado, atualizei a grafia das palavras nos documentos manuscritos e impressos transcritos no texto, mas mantive-a original nos nomes próprios.

uma vez na semana. Uma diferença significativa. Antes da implantação do regulamento próprio, os presos da CPCT foram proibidos de receber visitas de familiares e amigos. Eles reagiram protestando com petições coletivas endereçadas às autoridades. É possível que o afrouxamento de algumas normas do regulamento tenha sido fruto de negociação. Em uma das petições os presos argumentaram que, “ali o Pai não pode ver ao filho porque não lhe é permitido este direito nem o marido a mulher nem esta aquele nem a mãe o seu filho! Excelentíssimo Senhor morrer seria melhor”.⁴⁵ Essas linhas foram extraídas de uma extensa correspondência, escrita, em 1862, pelo preso João Byspo da Neves, que assinou “por mim e meus companheiros”.⁴⁶ Neves era pardo, na época com 47 anos, roceiro, natural da Vila do Conde, cumpria pena por crime de morte, e faleceu de pneumonia alguns meses depois, em 5 de outubro, no Hospital de Caridade.⁴⁷ Essa petição coletiva, com seis páginas, inaugura na CPCT a prática da escrita como a principal forma de protesto. A escrita já era utilizada pelos presos das cadeias, mas não com a especificidade do discurso que veio a ser produzido pelos presos da penitenciária.

A proibição da visita era algo novo para os presos transferidos à CPCT na época da inauguração. Todos vieram transferidos da cadeia do Aljube, da cadeia do Barbalho e da Correção, onde não havia o rigor que o sistema penitenciário tentava implantar na nova instituição. Já nos tempos coloniais, quando a prisão não tinha um projeto reformador, era comum o cotidiano contato com amigos e parentes. Affonso de Taunay registrou, na Capitania de São Paulo, a construção de uma calçada de pedra que rodeava a cadeia pública, proporcionando maior conforto aos “visitantes dos prisioneiros que viviam, como de praxe, dependurados às grades das suas enxovias a conversar com parentes e amigos.”⁴⁸ Na

45 João Byspo das Neves para o presidente da província, março de 1862, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 3082.

46 Idem.

47 “Presos de Justiça”, Livro 1136, ASCMB, p. 119.

48 Affonso de E. Taunay, *História Social da Cidade de São Paulo no século XIX*, 1801-1822, vol. 3, São Paulo, Depto. de Cultura, 1956, p.237, citado em Fernando A. Salla, “O encarceramento em São Paulo: das enxovias à penitenciária do Estado” (Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, 1997), p.24.

Bahia, contato dessa natureza foi registrado na cadeia da Relação, quando o boticário João Ladislau de Figueiredo Mello “conversava da rua com o amigo encarcerado [Cipriano Barata], separados pelas grades e sob a vista do carcereiro que olhava da janela”.⁴⁹ As cadeias faziam parte do cenário citadino, o que facilitava ainda mais a interação do preso com o espaço extramuros. Lembrando que essa não foi uma exclusividade do Brasil, pois era um costume também das prisões europeias desde o período pré-moderno.

O controle rigoroso da visitação estava de acordo com as normas penitenciárias, que previa visitas, porém, de pessoas que pudessem contribuir com o processo de regeneração dos condenados – pessoas religiosas que trouxessem “boas influências”. Isso excluía as relações pessoais anteriores ao ingresso na prisão. Pelo visto, o regulamento de 1863 veio amenizar parte do desejado isolamento dos presos e contrariar o rigor estipulado pelos reformadores. E. P. Thompson discute como os costumes podem levar as pessoas a entrar em conflito com a lei que, para servir de mediadora nas relações de classes, precisa ter sua lógica própria.⁵⁰ Guardadas as devidas proporções, entre a Inglaterra do século XVIII, contexto da discussão de Thompson, e a Bahia oitocentista, o regulamento da prisão precisava ser legitimado, caso contrário não funcionaria. As brechas que constam no regulamento da CPCT nada têm a ver com atitudes humanitárias, eram, sim, resultado de negociação que visava garantir um mínimo de tranquilidade no seio da comunidade prisional. Não interessava a nenhuma das partes o rompimento da ordem.

Administração

Funcionários e guardas faziam parte da vida diária dos presos, atuando como parceiros ou algozes, a depender do tipo de

49 Marco Morel, Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade, Salvador, Academia de Letras da Bahia; Assembleia legislativa do Estado da Bahia, 2001, p.78.

50 E. P. Thompson, Senhores e caçadores, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 352-353.

relação construída entre membros de ambos os grupos.⁵¹ A CPCT contava com um administrador e seu ajudante, um escrivão, um capelão, um médico, dois enfermeiros, um barbeiro e doze guardas. Havia também os soldados do destacamento e os mestres das oficinas, sendo que estes não eram funcionários públicos mas trabalhavam regularmente na instituição.

No topo da administração estava o chefe de polícia, que não era um funcionário da Casa, naturalmente, mas era quem dirigia a prisão e dava sempre a última palavra sobre assuntos prisionais, como autoridade máxima nos assuntos policiais da província. Nomeado pelo presidente da província entre desembargadores e juízes de direito, a chefia de polícia era um cargo de muito prestígio e poder no Império.⁵² O administrador mantinha o chefe de polícia informado de toda a rotina da penitenciária e a maioria dos procedimentos dependia de sua autorização. A documentação revelou sua influência direta na administração diária da instituição, o que nos leva a refletir sobre o longo processo de implantação das ideias penitenciárias. Na Bahia, como em outros locais, foi preciso reunir estudiosos de áreas específicas na tentativa de implantar o aprisionamento moderno.⁵³ Ao dar início a suas atividades, a direção do regime penitenciário terminou concentrada nas mãos do chefe de polícia que detinha a última palavra nas três áreas de conhecimento envolvidas com o debate da reforma prisional: na seara médica, podia divergir da prescrição dada ao preso em qualquer tempo; na engenharia, decidia sobre as construções e reparos e se estes deveriam ser feitos ou não; no campo das leis, muitas vezes mandava soltar, castigar, prender sem

51 Uma interessante discussão sobre a parceria entre presos e guardas, ou funcionários da prisão, está em Pawel Moczydlowski, *The Hidden Life of Polish Prisons*, Bloomington e Indianapolis, Indiana University Press, 1992, capítulo 7.

52 Sobre as atribuições do chefe de polícia, ver Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842; Lei nº 361 de 3 de dezembro de 1841; Thomas H. Holloway, *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 158. Sobre a estrutura do aparato policial da Bahia na segunda metade do século XIX, ver resumo em João José Reis, Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 22.

53 Por exemplo, o principal documento que discute a implantação da penitenciária na Bahia foi elaborado por uma comissão composta de profissionais de medicina, engenharia e direito, Sistema penitenciário. Relatório feito em nome da comissão encarregada, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Província, de examinar as questões relativas a Casa de Prisão com Trabalho da Bahia.

provas etc. O regulamento da CPCT, elaborado pela polícia, consumava o seu poder de decisão. Os trabalhos de Fernando Salla e Gláucia Pessoa não demonstram uma atuação predominante do chefe de polícia na administração diária das casas de correção de São Paulo e Rio de Janeiro. Os autores destacam a autoridade do diretor.⁵⁴ É provável que essa questão tenha sido outra particularidade da penitenciária baiana. A CPCT não tinha a figura do diretor e sim do administrador. Na Bahia, o administrador era nomeado pelo presidente da província e recebia ordens diretamente do chefe de polícia. Os advogados Lucio Bento Cardozo, Catão Guerreiro de Castro e Valentim Antonio da Rocha Bittencourt, coronel Leovigildo Azevedo Monteiro, capitão Manoel de Castro Lima, tenente-coronel Manoel Diniz Vilas Boas, Emigdio José Cunha, Carlos Manoel da Silva, João José da Rocha foram os primeiros administradores da instituição.

Segurança

No início, o corpo da guarda era composto por dez homens, passando para doze em 1865. O regulamento mandava requisitar homens que soubessem ler e escrever, de preferência solteiros ou viúvos, sem filhos, “homens fortes, sadios e ativos”.⁵⁵ Mas na prática, este quesito também encontrou dificuldades para ser atendido, pois nem sempre encontravam-se candidatos com esse perfil. A documentação revela uma grande rotatividade entre os guardas, principalmente no final da década de 1860 e na seguinte, período de muitos pedidos de afastamento por motivo de doença. Um deles foi o do guarda Gonçalo Fernandes de Oliveira Vianna que, em 1873, foi

54 Sobre a administração da Casa de Correção de São Paulo ver Salla, *As prisões de São Paulo*, pp.103-112; sobre a da Corte, ver Pessoa, “Trabalho e resistência na penitenciária da Corte”, capítulo 3 e 4.

55 Regulamento da Casa de Prisão com Trabalho, Título 2, Capítulo I- Dos empregados suas nomeações e atribuições, pp.15-16.

afastado por três meses para tratar da saúde, conforme atestado informando estar ele com “febre intermitente”.⁵⁶ Essa era uma das denominações utilizadas para definir a malária, uma doença infectoparasítica que acometeu também alguns dos presos. Não era epidêmica, mas tornou-se uma doença endêmica na penitenciária, uma vez que há relatos dela pelo menos nas três primeiras décadas de atividade da instituição. No ano de 1869, foram 47 casos da doença e uma morte num universo de 359 ocorrências na enfermaria.⁵⁷ Em 1871, o presidente da província alertou que o número de doentes aumentara de 198 para 265 até o final daquele ano, e que a “febre intermitente” seria a grande responsável, seguida de doenças respiratórias.⁵⁸ É provável que a incidência dessa doença estivesse relacionada ao terreno pantanoso que circundava a instituição, onde o acúmulo de água salgada e água doce era a combinação perfeita para a proliferação do mosquito transmissor da doença. Aliás, os pântanos não se restringiam somente à área externa. Em 1869, ainda se falava em ampliar os portões de entrada para que os carros carregados de barro utilizados no aterramento interno tivessem acesso com mais facilidade.⁵⁹

Em 1871, numa tentativa de reduzir gastos, o barão de São Lourenço, então presidente da província, sugeriu uma série de mudanças na administração da penitenciária, com destaque na segurança, mais especificamente no que ele chamou de “pessoal armado para repelir a violência”. Segundo o barão, além dos doze guardas a penitenciária contava com um destacamento de “quarenta praças do Corpo Policial, incluindo um oficial, um sargento, dois

56 Gonçalo Fernandes de Oliveira Vianna para o presidente da província, 12 de julho de 1873, APEBa, Presidência da Província, Casa de Prisão, maço 3087. Nesse maço é possível observar inúmeras petições de guardas, algumas com atestado médico, solicitando licença por motivo de doença.

57 “Movimento da Enfermaria da Casa de Prisão com Trabalho do 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1869 organizado pelo Dr. João Ferreira de Bittencourt e Sá, médico do estabelecimento”, anexo ao Relatório apresentado a Assembleia legislativa da Bahia pelo excelentíssimo Senhor Barão de S. Lourenço, presidente da mesma província, em 6 de março de 1870, Bahia, Typographia do Jornal da Bahia, 1870, mapa 8.

58 Fala com que o excelentíssimo senhor desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques abriu a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembleia Provincial da Bahia em 1º de Março de 1872, Bahia, Typographia do Correio da Bahia, 1872, p. 47.

59 Administrador da CPCT para o chefe de polícia, 3 de setembro de 1869, APEBa, Governo da Província, Chefes de Polícia, maço 2963.

cabos e um corneta”, que custariam aos cofres públicos vinte contos de réis anuais. A sugestão era aumentar de doze para trinta o número de guardas e acrescentar ao quadro um comandante e, com isso, dispensar o uso do destacamento. O salário dos guardas continuaria a ser 500\$000 anuais e do comandante o dobro.⁶⁰ Além do custo elevado, outros inconvenientes foram apontados pelo barão de São Lourenço. Um deles foi a saúde dos soldados que, constantemente, adoeciam por conta das febres, e “tendo-se dado já casos fatais” devido à insalubridade do local. Outro motivo apontado foi a falta de soldados para o policiamento na cidade. Segundo ele, havia seis companhias do Corpo Policial, sendo que três serviam no interior, policiando cada uma mais de 120 léguas, o que equivale, aproximadamente, a 600 quilômetros quadrados. As outras três companhias cuidavam da capital e das cidades e povoações do litoral, até Caravelas. Concluiu o barão que, diante desse quadro, não era possível continuar dispondo de quarenta soldados somente para a penitenciária.⁶¹ Isso sugere uma insuficiência do aparelho repressor na cidade. Se tais mudanças na segurança foram, de fato, adotadas elas sofreram novas alterações com o passar do tempo, pois documentos posteriores sugerem que os soldados do Corpo Policial continuariam atuando do lado externo da prisão.⁶²

Sobre a rotatividade dos guardas, muitos pediam exoneração sem motivo aparente, enquanto outros eram exonerados por indisciplina. Os guardas da CPCT eram alvo constante de reclamações dos superiores e dos próprios presos. Casos de faltas e de saídas não justificadas e de corrupção envolvendo presos eram

60 A partir de 1863, o poder de compra de um trabalhador com salário anual de 400\$000 réis, com uma família de cinco membros, era suficiente para os gastos essenciais, como vestuário, alimentação e moradia. Kátia M. de Queiros Mattoso, *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado*, pp. 576-577.

61 “Cópia do Ato do Barão de São Lourenço para redução de despesas da CPCT, 21 de janeiro de 1871”, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 5932. Para termos uma ideia de números, o 3º e 4º Batalhões da Guarda Nacional, aquartelados no Quartel do Comando das Armas em dezembro de 1869, somavam 330 homens, dos quais quarenta eram mandados, diariamente, para a penitenciária, “Mapa demonstrativo da força dos Corpos da Guarda nacional aquartelados”, 22 de dezembro de 1869, APEBa, Governo da Província, Correspondência recebida da polícia, maço 3139-37.

62 Ver, por exemplo, o relatório do Administrador Valentim Antonio da Rocha Bittencourt para o chefe de polícia, 1 de março de 1884, APEBa, Polícia, Mapa de Presos, maço 6276.

frequentes. Ao mesmo tempo, a documentação revela que a vaga de guarda da prisão era muito disputada.⁶³ Muitos pedidos para a vaga de guarda ocorreram nos anos de 1869 a 1871, período que coincide com as secas no sertão baiano e a migração em massa para a capital, o que aumentava a procura por emprego. Por outro lado, a função de guarda tinha o atrativo do emprego público e assalariado, o que constituía um privilégio, como observou a historiadora Kátia Mattoso.⁶⁴

Naquela época não existia nenhum treinamento específico para um guarda que atuasse na penitenciária, função específica e nova no então sistema prisional baiano. Os candidatos geralmente se apresentavam como pessoas pobres, com famílias numerosas, muitos deles militares reformados e ex-combatentes da guerra do Paraguai. Como foi o caso de “Francisco Joaquim das Chagas Pimentel, ex-tenente de voluntários da pátria, casado, com três filhos, [que] vem a V. Ex^a. com os documentos juntos, implorar a graça de ser nomeado para uma das vagas de guarda da casa de prisão com trabalhos, visto o suplicante precisar de pão para si e sua família”. Francisco conseguiu a vaga em julho de 1871.⁶⁵ Um mês antes, o alferes honorário do Exército, Euthechio Pires Figueiredo, que se declarou “casado e sem meios de subsistência”, também havia conseguido uma vaga.⁶⁶ Esse perfil militar dos guardas devia-se a um Ato do Governo da Província, de 21 de janeiro de 1871, que criou uma Companhia de Guardas para a CPCT preferindo “praças que tivessem serviços de guerra”, uma maneira de reintegrar os veteranos do recente conflito, evitando que pudessem vir a ser fator de tensão social.⁶⁷ Em 1873, por

63 Muitos dos ofícios de candidatos à vaga de guarda podem ser visto em APEBa, Presidência da Província, Casa de Prisão, maço 3085.

64 Mattoso, Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado, p. 372.

65 Francisco Joaquim das Chagas Pimentel para o presidente da província, 17 de julho de 1871, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 3089.

66 Euthechio Pires Figueiredo para o presidente da província, 16 de maio de 1871, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 3089.

67 João Barreto de Souza Maia a rogo de Salustiano Manoel de Barros para o presidente da província, 26 de janeiro de 1871, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 3087.

motivos orçamentários, a Companhia de Guardas foi substituída pela força policial com 28 praças e um oficial.⁶⁸

Através do conteúdo dos pedidos de emprego pode-se perceber que os guardas eram pobres e, geralmente, com famílias numerosas para sustentar, portanto de condição social e financeira parecida com a dos presos. Talvez a situação de pobreza incentivasse as transações ilegais entre guardas e presos, como a agiotagem, negociação com mercadorias e venda de privilégios.

A dificuldade em administrar a guarda não foi exclusividade da Bahia. A Casa de Correção de São Paulo, por exemplo, também passou por problemas semelhantes. Para Fernando Salla, “tudo indica que os indivíduos que realizavam este serviço fossem completamente despreparados para o trabalho de vigilância e policiamento do estabelecimento”.⁶⁹ No seu estudo sobre as prisões da Europa, Patricia O’Brien, da mesma forma, observou que os guardas pertenciam às mesmas origens sociais e classes dos presos, além de serem recrutados das patentes militares mais baixas. Assim como no Brasil, não havia nenhum tipo de treinamento especial para os guardas de prisão. Conforme a autora, no ano de 1872, um inquérito parlamentar na França discutiu o fracasso da reabilitação de presos e, como parte das medidas, recomendou-se a implantação de um treinamento especial para guardas de prisão. No Congresso Penitenciário Internacional, em 1879, foi votada e aceita a criação de escolas normais para instruir guardas de prisão. A experiência não funcionou na França nem em outros países da Europa. Nova tentativa foi feita em 1893, mas fracassou. Somente após a Segunda Guerra Mundial o projeto foi retomado como parte mais geral das reformas prisionais.⁷⁰

68 Fala dirigida a Assembleia Provincial da Bahia pelo primeiro vice-presidente desembargador João José de Almeida Couto no 1º de março de 1873, Bahia, Tipografia do Correio da Bahia, 1873, p.14.

69 Salla, *As prisões de São Paulo*, p.104.

70 O’Brien, “The Prison on the Continent”, p. 180.

Enfermaria

Até o ano de 1868, os presos da CPCT recebiam assistência do médico da Câmara Municipal, que sem um lugar apropriado para tratar os doentes não tinha outra solução a não ser encaminhá-los para o Hospital da Caridade, administrado pela Santa Casa de Misericórdia. Essa rotina resultou num intenso movimento de presos entre a penitenciária e o hospital. Para ano de 1865, levantei 268 ocorrências entre internamentos e altas do hospital, correspondentes a movimentação de 119 presos.⁷¹ O regulamento oficial de 1863 previa um médico exclusivo do estabelecimento para dirigir a enfermaria, também exclusiva. Essas medidas visavam, justamente, impedir a remoção de presos para o hospital, para onde deviam seguir somente em caso de epidemia, como ocorreu em 1870, quando muitos presos foram vítimas da varíola. O regulamento também dizia que o preso com melhor condição financeira podia optar por um médico particular, desde que a doença fosse atestada pelo médico da prisão. Não encontrei nada sobre a concretização de tal procedimento. Talvez essa cláusula tivesse sido pensada para beneficiar alguém de posição social mais elevada que viesse a fazer parte da população carcerária. O relatório penitenciário de 1847 defendia tratamento diferenciado para presos políticos, embora nada tivesse sido oficializado a esse respeito.⁷² Já os presos pobres não tinham opção senão entregar-se aos cuidados do médico da Casa.⁷³ Os presos pobres eram aqueles que viviam à custa dos cofres provinciais, ou seja, a grande maioria, senão todos, pois todos buscavam um meio de fazer parte dessa lista, mesmo os que, supostamente, não precisavam. O preso pobre, além de ter o sustento e vestimenta garantidos, não precisava pagar pelos selos em documentos oficiais que porventura viesse emitir, como por exemplo, uma petição de graça ao imperador, entre outros.

71 Diversas guias de transferências de presos para o hospital e para a CPCT, APEBa, Polícia, Casa de Prisão (1861-1886), maço 5942.

72 Sistema Penitenciário. Relatório feito em nome da comissão encarregada, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Província, de examinar as questões relativas a Casa de Prisão com Trabalho da Bahia, p. 18

73 Regulamento da Casa de Prisão com Trabalho, Capítulo IV - Dos doentes e das enfermarias, p.12.

Em 1867, consta a existência de uma enfermaria provisória numa das galerias, no raio onde ficavam as celas, sob a direção do doutor João Ferreira de Bittencourt Sá, médico oficial da CPCT.⁷⁴ Aquele ambiente não era novo para ele. Em 1º de fevereiro de 1856, quando o edifício ainda se encontrava em construção, Bittencourt improvisou uma enfermaria no raio celular para tratar 313 africanos livres apreendidos no tráfico ilegal, todos muito debilitados pelos maus tratos que sofreram na travessia do Atlântico. A epidemia do cólera assolava a cidade de Salvador na época. Para agravar a situação, as chuvas de março inundaram o pátio da prisão, ainda em obras e com grande quantidade de entulho. O “depósito de materiais fecais” do raio onde estavam os africanos se encontrava abarrotado e sem condição de escoamento.⁷⁵ Ambiente ideal para a contaminação colérica. Muitos africanos morreram da doença, assim como os soldados que faziam a vigilância. Médico e doentes ficaram isolados, ninguém se arriscava a aparecer por ali, nem mesmo para retirar os africanos em bom estado de saúde para distribuição nos trabalhos públicos da cidade. Bittencourt cuidou dos doentes até o fim da epidemia. No dia 11 de março foi divulgado o saldo: dos 313 africanos, 61 gozavam de boa saúde, 25 se encontravam na enfermaria, vinte estavam internados no hospital da Caridade, 67 distribuídos para os estabelecimentos públicos e 140 tinham morrido.⁷⁶ O diretor da obra, Manoel de Santa Rita Portela, não deixou de elogiar o doutor Bittencourt ao chefe de polícia, dizendo que ele cuidara dos “africanos com todo o zelo”.⁷⁷

Entretanto, posteriormente, seu atendimento na enfermaria da prisão não parecia assim tão zeloso, pelo menos na opinião dos presos doentes. Muitas vezes foi acusado de corrupção pelos pacientes mais prejudicados, geralmente os que ocupavam os degraus mais baixos da

74 No século XIX, o estudante de medicina tinha que apresentar uma tese de doutoramento para receber o diploma de médico.

75 Administrador Manoel de Santa Ritta Portela para o chefe de polícia, 31 de março de 1856, APEBa, Polícia, Mapa de Presos, maço 6270.

76 Administrador Manoel de Santa Ritta Portela para o chefe de polícia, 11 de março de 1853, APEBa, Polícia, Mapa de Presos, maço 6270. Nessa época, a atividade do administrador nada tinha a ver com a função prisional, uma vez que CPCT ainda não recebia presos. Era denominado administrador a pessoa responsável pelo local, seja no cemitério, no hospital etc.

77 Manoel de Santa Ritta Portela para o chefe de polícia, 16 de abril de 1856, APEBa, Polícia, Mapa de presos, maço 6270.

hierarquia social da prisão. Por exemplo, os presos o acusavam de não dar atendimento aos doentes miseráveis e de garantir melhor tratamento a outros que podiam pagá-lo ou, até mesmo, de prescrever dieta especial, mais generosa, saborosa e rica, para presos que sequer estavam doentes. Em março de 1868 o chefe de polícia, em documento anual, anexo ao relatório do presidente da província, tentou explicar um número de 491 doentes numa população prisional de 203 presos. Segundo ele, houve presos “que baixaram a enfermaria mais de uma vez”. Ainda assim, são números elevados se comparados à nenhuma repercussão do assunto nas correspondências diárias entre o administrador e o chefe de polícia onde, certamente, essas taxas seriam comentadas, como aconteceu na época da epidemia da varíola. Essa estatística só aparecia nas listas internas e nos relatórios da presidência da província.

Entre as doenças apresentadas pelo chefe de polícia “sobressaem 80 casos de bronquite, 70 de febres intermitentes e 61 de indigestão”. As doenças respiratórias geralmente eram ocasionadas pelo ambiente frio e úmido das celas, sobretudo na época das chuvas, quando certas áreas da prisão ficavam submersas, tornando o ambiente mais propício para essas doenças. A febre intermitente ou malária, como mencionado, tinha a ver com o ambiente pantanoso, que facilitava a procriação de mosquitos. Já os casos de “indigestão” decorriam da má alimentação, podendo estar relacionada ao estado de conservação dos alimentos ou à carência de vitaminas e proteínas. Segundo a *Gazeta Médica* de 1869, os casos de afecções gastrointestinais tinham aumentado no Hospital da Caridade e eram os presos da Cadeia da Correção e da CPCT os mais afetados, seguidos da população pobre em geral.⁷⁸ Ainda no seu relatório, o chefe de polícia informou que faleceram três presos, um de tuberculose, um de anemia e outro de beribéri.⁷⁹ Em 1870 foi aprovada uma verba de 1:224\$080 réis para a construção de uma enfermaria no terceiro pavimento do raio, onde ficavam as oficinas.⁸⁰ Em 14 de outubro daquele mesmo ano, a nova enfermaria entrou em

78 Braga Rios, “Entre a vida e a morte”, p.135.

79 “Relatório do chefe de polícia Flanklin Americo de Menezes Doria”, p. 21.

80 Presidente da província para o administrador de CPCT, 22 de fevereiro de 1870, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 5931.

funcionamento e teve seu regimento aprovado pelo presidente da província.⁸¹

O cuidado com a saúde e a alimentação dos presos foi uma característica do aprisionamento moderno. Fernando Picó observa essa mudança apontando o quanto os regulamentos das prisões demonstram preocupação com a qualidade da comida, a saúde, o exercício e a segurança pessoal do preso.⁸² Esses cuidados também podem ser observado no regulamento da CPCT.

Escola de primeiras letras

O discurso penitenciário incluía, além do trabalho, da religião e do isolamento do preso, a educação básica, chamadas de “primeiras letras”. Em 1868, o chefe de polícia lamentava em seu relatório o fato de a CPCT ainda não ter uma escola “com frequência obrigatória para todos os presos”. Mas sua proposta de educação para os presos tinha um limite que refletia o pensamento das elites da época: “a cultura da inteligência, *embora em grau limitado*, não pode deixar de entrar como elemento essencial no regime de um estabelecimento penitenciário, onde para melhorar o coração, há mister tempo de melhorar o espírito”. A instrução dos presos, prevista na reforma prisional, era a educação básica, a mesma pensada para os pobres em geral. As classes desfavorecidas só tinham acesso ao ensino primário. Entretanto, com o avançar do século XIX, a demanda da mão de obra especializada facilitou o acesso aos cursos secundários.⁸³ Já as universidades continuaram espaços privilegiados das elites.

81 Fala com que o excelentíssimo senhor desembarcador João Antonio de Araujo Freitas Henriques abriu a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembleia Provincial da Bahia em 1º de Março de 1872, p. 46

82 Picó, El día menos pensado, p.80.

83 Miguel Luiz da Conceição, “‘O aprendizado da liberdade’: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista” (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia, 2007), p.46. Sobre a proposta de educação para os pobres na França, ver George Rudé, A Europa revolucionária, 1783-1815, Lisboa, Presença, 1988, p.198.

Escreveu também o chefe de polícia que “a escola tem se tornado um dos mais belos realces das penitenciárias modernas”. Ele citou como exemplo a penitenciária de Louvain, na Bélgica, “cuja escola ensina-se aos presos religião, moral, leitura, escrita, aritmética, e ainda noções elementares de gramática, história, geografia, elementos de geometria e desenho linear”.⁸⁴ O chefe de polícia estava certo, as escolas para presos faziam parte do projeto reformador das prisões. Na Casa de Correção de São Paulo, por exemplo, em 1854, dois anos após sua inauguração, foi criada uma escola e como professor foi escolhido um sentenciado que antes de ser preso era professor de primeira letras. Ele foi destituído do cargo após quatro anos por “não ter força moral suficiente para reger esse magistério”, conforme justificou o administrador. A escola da penitenciária de São Paulo teria prosperado, pois em 1887 quase todos os presos da penitenciária paulista sabiam ler.⁸⁵

A escola de primeiras letras da CPCT foi criada em 15 de junho de 1871 e, segundo o presidente da província, João Antonio de Araujo Freitas Henriques, a iniciativa fora recebida “pelos presos com sumo contentamento”. Para dirigir a escola foi nomeado o professor Benvindo Alves Barbosa, começando a ensinar no dia 15 de setembro daquele ano e permanecendo na função por dez anos.⁸⁶

Diferente da penitenciária paulista, as autoridades baianas não permitiram sentenciados atuando como professores, mesmo tendo recebido duas propostas nesse sentido. Uma delas foi do sentenciado e professor Francisco Ribeiro de Seixas, que em julho de 1869 tentava garantir sua vaga antes da criação da escola e pediu “preferência para o lugar de professor para este estabelecimento, visto ser competentemente habilitado como provou com os documentos que juntou em sua petição”.⁸⁷ Seixas não recebeu resposta a seu

84 “Relatório do chefe de polícia Franklin Americo de Menezes Doria”, p. 20. Grifo meu

85 Araújo Gonçalves, “Cadeia e Correção”, pp. 61-62.

86 Fala com que o excelentíssimo senhor desembargador João Antonio de Araujo Freitas Henriques abriu a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembleia Provincial da Bahia em 1º de Março de 1872, p. 47; Administrador da CPCT para o chefe de polícia, 17 de novembro de 1871, APEBa, Governo da Província, Chefes de Polícia, maço 2965.

87 Francisco Ribeiro de Seixas para o chefe de polícia, 1º de outubro de 1870, APEBa, Polícia, Assuntos Diversos, maço 6496. Esse preso foi contemplado com o estudo de sua trajetória em Cláudia Moraes Trindade, “Francisco Ribeiro de Seixas e vida prisional na Bahia oitocentista.

pedido, tampouco os documentos comprobatórios de sua qualificação profissional foram devolvidos, uma vez que ele tentou reavê-los junto à presidência da província. Outro candidato foi o sentenciado Antonio Philadelpho Thomaz de Freitas, que dois meses após a criação da escola escreveu ao presidente da província. Seu pedido segue transcrito na íntegra.

Antonio Philadelpho Thomaz de Freitas, tendo sciencia que por Acto da Presidencia foi creada uma cadeira de Primeiras Letras na casa de prisão com trabalho para o fim louvável de diffundir-se a instrução aos infelizes alli recolhidos; e como esteja o Supplicante comprehendido no numero d'estes, cumprindo sentença de prisão simples, cuja pende ainda de recurso que intentou para o Supremo Tribunal de Justiça e julgando-se habilitado por estudos especiais que tem, para exercer satisfactoriamente o logar de professor d'essa eschola, vem com todo o respeito ante V. Ex^a implorar a graça de ser provido n'elle mediante uma gratificação á arbitrio de V. Ex^a. Parece ao Supplicante que não deve ser estranhavel a sua supplica porque um precedente existe na penitenciaria da Côrte, que segundo jornaes d'esta Provincia de outubro de 1866, foi expedido um Aviso do Ministerio da Justiça mandando que o Director d'aquella penitenciaria contractasse um professor para a respectiva eschola, preferindo a algum dos presos que julgasse habilitado, mediante uma gratificação pecuniaria que se lhe daria. As vantagens que se colhe d'esta medida são immensas, quer pelo lado economico, pois é certo que o preso contentar-se há com um modica gratificação, ao que não se sujeitará um professor externo; quer ainda pelo lado da disciplina interna da casa, e conhecimento que já tem o preso, dos seus companheiros de infortunio. Confia portanto o suplicante que pelas razões expostas, e o mais que a esclarecida intelligencia de V.Ex.^a supprirá,

In: João José Reis e Elciene Azevedo (orgs.). *Escravidão e suas sombras: ensaios de um grupo de pesquisa* (Salvador, Edufba, 2012), pp. 233 – 278.

se dignará V.Ex.^a atender ao seu pedido, deferindo-lhe favoravelmente.⁸⁸

O pedido foi indeferido. Não pelo presidente da província, mas pelo chefe de polícia, que ficou responsável pelo despacho. O argumento apresentado por Philadelpho, de conhecer seus “companheiros de infortúnio”, pode ter sido um dos motivos que levaram as autoridades a recusar presos atuando como professor. O chefe de polícia conhecia muito bem a combinação entre presos e letramento, principalmente quando, ao ler o jornal, se deparava com denúncias de maus tratos enviadas por presos. Vale ressaltar que a prática da escrita entre os presos da CPCT já existia antes da criação da escola, portanto é incorreto relacionar a produção dessas cartas com o ensino das primeiras letras na CPCT, o que se confirma por uma quantidade maior de cartas no final da década de 1860 e início da de 1870, portanto antes do início das aulas.

Em maio de 1876, a penitenciária recebeu a visita do presidente da província que, em seu relatório, observou o “quanto é zeloso o professor daquela cadeira, que é frequentada pela maioria dos presos que para ali entram, muitos dos quais inteiramente analfabetos, e que hoje sabem regularmente ler e escrever”.⁸⁹ Alguns anos depois, o professor do presos, Benvindo Barbosa, relatou uma situação um tanto diferente. Existe pouca documentação sobre a escola, os poucos mapas de alunos que localizei são da década de 1880. Um deles informa que, em abril de 1882, frequentavam a escola 105 presos.⁹⁰ Levando-se em conta que em janeiro desse mesmo ano o total de presos sustentados pelo governo, geralmente a totalidade, era 347, podemos supor que a frequência na escola não era

88 Antonio Philadelpho Thomaz de Freitas para o presidente da província, 16 de julho de 1871, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 3085.

89 “Relatório com que o excelentíssimo senhor presidente Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes abriu a Assembleia Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876”, Bahia, Typographia do Jornal da Bahia, 1876, p.21.

90 Mapa mensal de abril de 1882 – contendo a relação dos alunos que frequentaram a escola da Casa de Prisão com Trabalho, procedimento, assiduidade, adiantamento, observações, 3 de maio de 1882, APEBa, Polícia, Cadeias, maço 6279.

obrigatória ou havia algum critério de seleção que desconheço.⁹¹ Nesse mesmo documento, o professor observava que os livros solicitados ao governo, através da Diretoria de Estudos, não haviam chegado e “conta-nos que não chegarão em virtude daquela diretoria não os possuir”. O professor completou dizendo que os alunos “em geral não tem muita tendência aos estudos”, que a “frequência dessa escola é muito irregular pela necessidade de disciplina, pelo estado de saúde dos presos e finalmente pela falta de livros que atualmente se dá”. No mapa, todos os alunos foram avaliados como assíduos, com procedimento bom e adiantamento regular.⁹²

Uma notícia do jornal *O Alabama* indica que não eram somente os alunos os únicos a faltarem à escola. A notícia dizia que o “professor deste estabelecimento [CPCT] dá aula quando lhe aprouver”. O chefe de polícia pediu explicações ao administrador, que justificou as faltas do professor por motivo de moléstia e por estar estudando para o “concurso da cadeira dos Mares”.⁹³ Não localizei mais informações sobre esse caso. Sobre aquele primeiro professor, Benvindo Barbosa, sabe-se que em 1882 tinha uma escola na freguesia da Conceição da Praia que levava o seu nome. Entre seus alunos, um nome ilustre, o futuro rábula Cosme da Farias, então com seis anos de idade.⁹⁴

Curiosamente, o volume documental sobre a escola primária da CPCT é tímido se comparado com o que trata de outras atividades rotineiras da prisão. As correspondências diárias da administração, assim como a dos presos, raramente mencionam a escola.

91 “Relação diária de presos pobres existentes nesta casa e sustentados pelo cofre público”, 30 de janeiro de 1882, Polícia, Cadeias, maço 6279.

92 Idem.

93 Chefe de polícia para o administrador da CPCT, 5 de junho de 1882, APEBa, Polícia, Cadeias, maço, 6279.

94 Monica Celestino Santos, “Réus, analfabetos, trabalhadores e um major: a inserção social e política do parlamentar Cosme de Farias em Salvador” (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia, 2005), p. 18.

As oficinas de trabalho

Em 1865, entraram em atividade as primeiras oficinas de trabalho da CPCT.⁹⁵ Durante uma visita do chefe de polícia à penitenciária, os presos protestaram por ficarem “encerrados dia e noite em uma cela”, com “falta de ar e exercício”.⁹⁶ A essas reclamações somaram-se outras anteriores e ao processo de implantação das oficinas, que encontrava-se em atraso. Inicialmente, a ideia do chefe de polícia foi empregar presos que conhecessem algum ofício, e os demais na obra do aterro do pátio, em turmas de vinte ou trinta, com um “salário módico de duzentos a trezentos réis diários”, que seriam pagos pelo arrematador da obra.⁹⁷ Os trabalhadores receberiam metade dos seus salários, enquanto o restante seria guardado em “depósito ou em uma caixa” e, posteriormente, entregue aos presos depois de cumprida a sentença; ou à família, “quando a pena de prisão não fosse temporária, ou o preso falecesse”.⁹⁸ O produto líquido do trabalho das oficinas seria dividido em quintos: um para a tesouraria da CPCT, dois para o mestre da oficina e dois para os presos.⁹⁹

No dia 23 de outubro de 1865, teve início os primeiros ensaios na oficina de marceneiro com os presos José Raimundo, Antonio Manuel do Nascimento Silva Monte Negro, Manoel Constantino Cardoso e Avelino José Jerônimo. Esses presos operários, como se denominavam, tinham a tarefa de “fazer os moveis, precisos para montar as outras oficinas”.¹⁰⁰ Cinco dias depois, Avelino foi substituído por outro preso, o escravo Cassiano. O motivo do afastamento teria sido o seu “mau comportamento”.¹⁰¹ Este podia ser os primeiros sinais de resistência à disciplina das oficinas

95 “Relatório do chefe de polícia Franklin Americo de Menezes Doria”, pp. 19-20.

96 Chefe de polícia para o presidente da província, 4 de setembro de 1865, APEBa, Governo da Província, Cadeias, maço 3082.

97 Arrematantes eram os particulares que firmavam contrato de serviços com a CPCT.

98 Idem.

99 “Relatório do chefe de polícia Franklin Americo de Menezes Doria”, p. 20.

100 Chefe de polícia para o administrador da CPCT, 23 de outubro de 1865, APEBa, Casa de Prisão, maço 5926.

101 Idem.

prisionais. Quanto ao escravo Cassiano, sabemos que não cumpria pena de prisão com trabalho, pois o Código Criminal proibia que escravos recebessem esse tipo de sentença. A sua presença na oficina é mais um indício da adaptação do sistema penitenciário à realidade prisional da Bahia. Os mestres de ofício eram escolhidos entre os profissionais da cidade e o primeiro a assumir a oficina de marcenaria foi José Polibio da Rocha, que permaneceu no cargo por muitos anos. Em 1865, o valor de seu jornal era 1200 réis mais a terceira parte do produto manufaturado.¹⁰² Um mês depois, assumiram os primeiros presos aprendizes, Bernardino Gil d'Andrade e João Mathias dos Santos.

Em seguida, começaram a funcionar as oficinas de alfaiate, sapateiro e carapina. Foram nomeados como mestres, respectivamente, Augusto do Amaral, o ex-guarda Braz Diogo das Chagas e Rufino Marques Carvalho.¹⁰³ Na oficina de sapateiro foram empregados dez presos.¹⁰⁴ No início, a escolha da especialidade das oficinas estava relacionada aos produtos necessários à infraestrutura da penitenciária. O artigo 110 do regulamento previa a existência de “oficinas convenientes, preferindo-se as que menos complicadas forem e maior extração acharem os seus produtos”.¹⁰⁵ No Rio de Janeiro, a escolha das oficinas também foi ditada pela necessidade dos produtos. Segundo o diretor da penitenciária da Corte, Miranda Falcão, os presos deveriam “confeccionar aquilo, de que o estabelecimento tem necessidade”.¹⁰⁶ Em 1868, na Bahia, a oficina de carapina estava desativada enquanto que as de marceneiro, sapateiro, charuteiro e alfaiate, funcionavam plenamente. As duas últimas, desde 1866, quando assumiram, respectivamente, os mestres Antonio Manuel de Santana e João Gonçalves Barroso.¹⁰⁷

102 Chefe de polícia para o administrador da CPCT, 3 de novembro de 1865, APEBa, Casa de Prisão, maço 5926.

103 Ofícios do chefe de polícia para o administrador, 27 de outubro; 7 e 22 de novembro de 1865, APEBa, Casa de Prisão, maço 5926.

104 Chefe de polícia para o administrador, 22 de novembro de 1865, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 5926.

105 Regulamento da Casa de Prisão com Trabalho da Bahia, Título 4, Do trabalho, Capítulo Único, art. 110.

106 Pessoa, “Trabalho e resistência na penitenciária da Corte, 1850-1876”, pp. 90-91.

107 “Relatório do chefe de polícia Franklin Americo de Menezes Doria”, p. 19; chefe de polícia para o presidente da província, 3 de janeiro de 1866; chefe de polícia para o vice

Em 1869, o *Jornal da Bahia* anunciava que as oficinas de charuteiro, sapateiro e marceneiro estavam em plena atividade, “cujos artefatos são vendidos a retalho e por atacado, e por menos do que em outra qualquer parte”.¹⁰⁸ Como vemos, as oficinas concorriam com o mercado de Salvador. O baixo custo anunciado sugere a exploração da mão de obra dos presos. Esse tipo de exploração ocorria também em outros países. Por exemplo, na França, por volta de 1840, em pleno processo industrial, os operários do segmento de luvas reagiram com greves e protestos contra o baixo custo da mão de obra penal. Eles acusavam o governo de incentivar o trabalho prisional e com isso contribuir com a redução dos salários dos demais trabalhadores.¹⁰⁹

Para a Bahia, não encontrei manifestações nem notas no jornal que demonstrassem o descontentamento de mestres de ofício da cidade com a concorrência da mão de obra prisional. Além de fornecer produtos para as instituições provinciais, as oficinas da CPCT vendiam, regularmente, seus produtos para o atacado e o varejo. Em 1871, a oficina de sapateiro vendeu 356 pares de sapatos para o Arsenal de Guerra.¹¹⁰ No entanto, não era sempre que as oficinas da CPCT tinham o melhor preço da cidade. Em 1866, na ocasião em que as vendas aumentaram por conta da Guerra do Paraguai, a oficina de sapateiros perdeu uma concorrência de 1050 pares de botas para o comerciante João Salgueiro, que ofereceu melhor preço e qualidade. As botinas eram destinadas “aos contingentes da Guarda Nacional prestes a marchar para o Teatro da Guerra”. A diretoria do Arsenal de Guerra reclamou ao presidente da província dos preços abusivos cobrados pelo administrador da penitenciária, na época Emilio de Oliveira.¹¹¹

Em 1867, um escândalo financeiro envolvendo o administrador Manoel Diniz Vilas Boas gerou um volume maior de documentação sobre as oficinas, como listas de materiais de compras,

presidente da província, 18 de março de 1866, APEBa, Governo da Província, Chefes de Polícia, maço 3139-31.

¹⁰⁸ *Jornal da Bahia*, 28/02/1868.

¹⁰⁹ Foucault, *Vigiar e punir*, p. 215.

¹¹⁰ Chefe de polícia para o presidente da província, 26 de dezembro de 1871, APEBa, Polícia, Chefes de Polícia, maço 2965.

¹¹¹ Tenente Coronel Cipriano da Rocha Lima para o presidente da província, 8 de novembro de 1866, APEBa, Governo da Província, maço 3139-33

pagamento de presos e o próprio processo que incriminou Vilas Boas, além da demissão de alguns funcionários, como o ajudante Carlos Silva. Villas Boas foi acusado de desviar dos cofres da penitenciária a quantia de 1:485\$710 provenientes do faturamento das oficinas.¹¹² O administrador negou a acusação, alegando que estava sendo alvo de vingança por denunciar abusos nas oficinas e no restante da prisão. De fato Villas Boas tornara público as práticas ilegais, tanto dos presos como dos funcionários, como se pode observar na pequena amostra abaixo:

Os chefes das oficinas além de consócios na traficância expostas, tão impontuais, tão sem força e prestígio, que viviam em constante luta com a insubordinação e desrespeito dos presos operários das mesmas oficinas, seus discípulos. Condenados sem o menor vislumbre, já não digo de moral, mas ainda de respeito e de temor, entregues a toda casta de vícios, ao ócio, a ebriedade, ao jogo, e a impudícia.¹¹³

A documentação leva a supor que Villas Boas fez uma administração cuidadosa nas oficinas. Acompanhava a compra da matéria prima, do pagamento dos presos operários, levantou irregularidades sobre o mestre da oficina de sapateiro, o ex- guarda da instituição Braz Diogo das Chagas, que terminou demitido. Não se sabe o que motivou o chefe de polícia a realizar uma fiscalização nos livros de escrituração das oficinas, quem sabe o aumento do faturamento ou alguma denúncia. O fato é que ele encontrou a escrituração atrasada, entre outras irregularidades. Villas Boas foi acusado de desvio de dinheiro, suspenso e depois exonerado, em 12 de fevereiro de 1868.

112 “Processo Crime de Manoel Diniz Villas Boas”, APEBa, Judiciário, Processo Crime 20/708/11, fls. 9 - 14v.

113 Resposta apresentada pelo ex-administrador da Casa de Prisão com Trabalho da província da Bahia, tenente-coronel Manoel Diniz Villasboas, no processo de responsabilidade a que foi submetido por ato da presidência da mesma província de 12 de fevereiro de 1868, Bahia, Typographia Constitucional de França Guerra, 1868, p. 6.

A marcenaria foi a mais próspera das oficinas, pelo menos é o que indica a documentação. A oficina supria o mobiliário das escolas da província. Em 18 de março de 1872, o almoxarife da penitenciária encaminhou para o administrador duas amostras das “móveis das aulas do sexo masculino das Freguesias de Passé e São Felix, para as mandar fazer com toda a brevidade, segurança e boas madeiras, conforme me tem sido ordenado, a fazer-lhe essa declaração”.¹¹⁴ Ofícios como este e outros relacionados a pedidos e entregas de mobília escolar são inúmeros na documentação. Particulares também compravam móveis na marcenaria da prisão, como foi o caso do Dr. Emigdio Joaquim dos Santos que, em 6 de junho de 1867, adquiriu uma cama francesa envernizada, com lastro de madeira por 30\$000, um lastro para a mesma cama por 3\$500, dois lastros para outras camas por 7\$000 e um lavatório singelo no valor de 5\$000.¹¹⁵

O mestre marceneiro José Polibio da Rocha esteve no comando durante vinte e nove anos e foi um dos principais responsáveis pela prosperidade dessa oficina. Dentre os mestres de oficina da penitenciária, foi ele quem mais tempo ficou no cargo, teve maior visibilidade na documentação através de seus pleitos de aumento de salário, de condições de trabalho, de verbas para exposição. Parecia ser homem de confiança, pois seu nome aparece em vários documentos como testemunha de inventários de bens de presos falecidos, recibos, entre outros.

Em setembro de 1875, um pedido de José Polibio chama a atenção. Ele solicitou ao presidente da província para ser nomeado guarda no lugar do falecido Felipe da Silva Guimarães. A resposta veio numa única palavra: “prejudicado.”¹¹⁶ Não consegui nenhuma pista que justificasse tal pedido, além de possíveis ganhos oriundos de facilidades e privilégios negociados ilegalmente com presos. Já vimos acima que o salário de um guarda era inferior ao do mestre da

114 Almoxarife José Carlos Ferreira para o administrador da CPCT, 18 de março de 1872, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 5933.

115 Emigdio Joaquim dos Santos à Casa de Prisão com Trabalho, 6 de junho de 1867, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 5942.

116 José Polybio da Rocha para o presidente da província, 9 de setembro de 1875, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 3087.

oficina, portanto esse não era o atrativo. Talvez Polibio quisesse acumular cargos. Dois meses depois, lá estava Polibio com uma nova petição ao presidente da província. Dessa vez ele foi atendido ao solicitar verba e licença remunerada de um mês para expor sua “invenção” na Corte Imperial na exposição de 2 de dezembro de 1875. Tratava-se do móvel “multiforme” desenvolvido na oficina da CPCT e, por isso, “propriedade da mesma”.¹¹⁷ O sucesso do “multiforme” está também registrado no trabalho de Silvia Cunha sobre as exposições no século XIX. Segundo a autora, em 1876 Polibio participou da exposição internacional da Filadélfia, sendo premiado juntamente com outros 22 representantes da província da Bahia. Em 1878, teria ele recebido a medalha de mérito na exposição nacional do Rio de Janeiro.¹¹⁸ Infelizmente, não encontrei uma descrição do móvel “multiforme”. O historiador Aldrin Castelucci nos traz mais informações sobre Polibio para o ano de 1890, quando este compunha a chapa do Partido Operário da Bahia, ao lado do pintor, desenhista, abolicionista e pesquisador Manoel Querino, entre outros.¹¹⁹ Pelo que sabemos de Polibio, dá para imaginar que ele foi uma pessoa atuante no processo de formação da classe trabalhadora baiana, assim como os que viviam ao seu redor.

As oficinas estiveram em atividade durante todo o século XIX, e também no XX.¹²⁰ Em 1884, o administrador informaria em seu relatório que as oficinas em funcionamento eram as de sapateiro, encadernação, charuteiro e marceneiro.¹²¹ Com exceção da oficina de marceneiros, o funcionamento das demais oscilaram a depender da demanda e dos investimentos do governo para, finalmente, se

117 José Polybio da Rocha para o presidente da província, 2 de novembro de 1875, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, maço 3087.

118 Cinthia da Silva Cunha, “As exposições provinciais do império: a Bahia e as exposições universais, 1866-1888” (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia, 2010), p. 100.

119 Aldrin A. S. Castelucci, “Trabalhadores, máquina, política e eleições na Primeira República” (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia, 2008), p. 65, 113.

120 Para o século XX, ver, por exemplo, “A penitenciária” in *Revista do Brasil*, Bahia, 31 de março de 1908, ano II, n.13, pp. 3-20. Para o ano de 1930, ver Manoel Rodríguez Folgueira (org.), *Album Artístico, Comercial e Cultural do Estado da Bahia*, Salvador, Edições Folgueira, 1930, pp. 89-97.

121 Administrador Valentim Antonio da Rocha Bittencourt para o chefe de polícia, 1 de março de 1884, APEBa.

estabilizarem no final do século. Um novo regulamento, elaborado em 1880 e não implantado pelo menos até 1890, revela a preocupação das autoridades em ampliar e reorganizá-las, prevendo a seguinte disposição: “de marceneiros, compreendendo carapinas, carreteiros, torneiros e tanoeiros. De ferreiros, compreendendo caldeiros, funileiros, lampistas e maquinistas. De encadernadores com um pequeno prelo para impressão de livros. De sapateiros, alfaiates e charuteiros, compreendendo cigarreiros”.¹²² Não tenho notícia se esse planejamento foi colocado em prática posteriormente.

Contrariando o discurso dos reformadores, o trabalho nas oficinas da CPCT não era obrigatório como previa o regulamento. Mesmo que fosse, elas não comportariam todos os sentenciados. A oficina tornou-se um lugar cobiçado entre os presos. Além da remuneração, ali encontravam a possibilidade de lucrar com outros “negócios”. No ano de 1885 as oficinas de sapateiro, encadernador e, charuteiro e marceneiro renderam aos cofres da prisão 1:625\$027, resultado da diferença entre a receita de 5:403\$893 e a despesa de 3:778\$776. No ano seguinte, juntou-se a elas a oficina de fabrico de caixa de fósforos.¹²³

Sobre os presos

O perfil dos presos da CPCT não sofreu alteração durante o século XIX. Na sua maioria eram homens, pardos e crioulos, sentenciados por crime de morte ou de furto, este último em menor número.¹²⁴ A penitenciária da Bahia não tinha calabouços nem celas para escravos, como acontecia, por exemplo, no Rio de Janeiro e São Paulo. O número reduzido de escravos e libertos que se encontravam

122 Regulamento para a Casa de Prisão com Trabalho, 1880, artigo 84º, APEBa, Polícia, Mapa de Presos, maço 6278.

123 Fala com que o Excelentíssimo senhor Conselheiro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, abriu a 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de abril de 1886, Bahia, Typographia da Gazeta da Bahia, 1886, p. 43.

124 Diversas guias de presos, APEBa, Polícia, Casa de Prisão, 1861-1864, maço 5942.

na CPCT era, geralmente, de sentenciados à pena da morte que aguardavam a graça do imperador. Aos libertos a lei permitia aplicar a pena de prisão com trabalho, mas eles tinham pouca representatividade, ficando subentendida a preferência das autoridades em reabilitar homens livres. No período de 1861 a 1868, localizei cerca de dezesseis mulheres na CPCT, mas as autoridades logo trataram de transferi-las para a Casa de Correção, onde não existia projeto penitenciário. As autoridades alegavam dificuldades na separação de homens e mulheres por conta de obras não finalizadas. Se de fato a penitenciária baiana proporcionou melhores condições prisionais, além da oportunidade de futura ressocialização, as sentenciadas foram privadas desse benefício no século XIX.¹²⁵ Nos debates sobre a implantação da CPCT não localizei referência sobre qualquer tratamento diferenciado para mulheres. Essa postura não ocorreu somente na Bahia. Segundo Lucia Zender, por volta de 1853, os regulamentos das prisões femininas de Londres eram os mesmos aplicados às prisões para homens. Os Estados Unidos, país que foi referência na implantação dos sistemas penitenciários no século XIX, construiu sua primeira prisão para mulheres em 1835, em Nova York. Essa prisão, chamada Mount Pleasant Female Prison, foi a única instituição prisional feminina dos Estados Unidos até 1870.¹²⁶ Quanto

125 No período de 1865 a 1868, há divergências na documentação sobre a data exata em que a penitenciária deixou, definitivamente, de receber mulheres. Enquanto a correspondência do administrador Carlos Silva para o chefe de polícia indica a transferência das mulheres para a Cadeia de Correção no ano de 1865, o relatório do chefe de polícia Franklin Américo de Menezes indica a presença de 22 presas doentes na CPCT no ano de 1868. Em 1869, o presidente da província, barão de São Lourenço, finalmente confirmou que as mulheres deixaram de ser aceitas na CPCT. Administrador interino Carlos Silva para o chefe de polícia, 20 de setembro de 1865, APEBa, Polícia, Mapa de Presos, maço 6273; “Relatório do chefe de polícia Franklin Américo de Menezes Doria”, p.2; Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Bahia pelo Excelentíssimo senhor Barão de São Lourenço em 11 de março de 1869, 1ª parte, Bahia, Typographia Constitucional, 1869, p.19.

126 Lucia Zedner aborda as diversas formas de exploração das mulheres dentro das prisões, inclusive a sexual, seja por parte dos funcionários ou dos presos. Zedner, “Wayward Sisters”, p. 302. Ver também Maria Soledad Zárate Campos, “Vicious Women, Virtuous Women: The Female Delinquent and the Santiago de Chile Correctional House, 1860-1900”, in Salvatore e Aguirre, *The Birth of the Penitentiary*, pp. 78-100.

à penitenciária da Bahia, após 1868, ela se transformou numa instituição exclusivamente masculina.¹²⁷

A CPCT atendia toda a província da Bahia, recebendo presos de várias localidades. Para dar uma ideia dessa representatividade provincial, em setembro de 1872, havia 233 presos procedentes de cinquenta localidades da província.

Conforme consta no censo de 1872, a população da província era de 1.379.316, e desses, 719.447 do sexo masculino. Em Salvador, dos 129.109 habitantes, 68.020 eram homens, representando 9,4% da população masculina da província, taxa apenas um pouco abaixo dos 10,3% dos presos oriundos da capital. A princípio podemos dizer que na relação capital/interior, em 1872, os presos da CPCT tinham uma representatividade equilibrada em relação à população masculina da província da Bahia. O censo de 1872 não contempla todas as localidades citadas na relação de presos, da mesma forma que não separa a população adulta da infantil, o que impossibilita chegar a números exatos. Entretanto, foi possível elaborar uma amostragem que aponta para uma representatividade equilibrada de presos também por regiões da província baiana, com exceção das localidades do litoral norte e do sertão de baixo, que apresentam um índice menor de criminosos na sua população masculina.

Desde a inauguração, em 1861, até o final da década de 1880 a penitenciária manteve equilibrada sua lotação com dois presos em cada cela, na maioria dos casos. Existiam presos que ocupavam uma única cela, como foi o caso de Francisco Ribeiro de Seixas. Na década de 1880, com o aumento da população carcerária, os presos passaram a ser acomodados em número de três na mesma cela, o que seria motivo de críticas nos relatórios dos chefes de polícia e presidentes de província. Nas décadas de 1860 e 1870, a média da população carcerária da CPCT foi de 180 e 200 presos, respectivamente, e ao longo dos anos de 1880 a média foi de 350

127 A Bahia inaugurou sua primeira unidade prisional feminina em 1990 localizada no atual Complexo Penitenciário da Mata Escura. Em 2005 foi transformada em Conjunto Penal Feminino abrangendo além do regime provisório, o semiaberto o aberto e o fechado.

presos.¹²⁸ O controle da lotação demonstra a preocupação das autoridades em preservar a filosofia penitenciária da instituição, mesmo com todos os problemas de ordem administrativa e de infraestrutura. Entre eles estavam o terreno pantanoso, sanado no final da década 1880, a falta de materiais básicos, como roupa de cama, uniforme para os detentos, falta de livros para a escola etc. Apesar de tudo, a penitenciária era um orgulho para as autoridades, pois ela fazia com que a Bahia parecesse moderna, e sobretudo por representar um aparato mais efetivo – e, de novo, mais moderno – de controle das “classes perigosas” que ameaçavam a ordem na província. Isso vale para toda a América Latina. Para Carlos Aguirre, “o que atraiu as autoridades latino-americanas para os modelos penitenciários não foi a promessa de reformar criminosos através de meios humanitários, mas seu objetivo muito mais palpável: a possibilidade de fortalecer os mecanismos existentes de controle e confinamento”.¹²⁹

Na outra ponta do complexo prisional de Salvador estava a Cadeia da Correção onde não existia projeto de recuperação, escola, enfermaria, oratório nem celas privativas. Essa cadeia deveria servir apenas como detenção provisória, mas abrigava também sentenciados que não eram mandados para a penitenciária por falta de vagas ou por não serem selecionados para tal pelas autoridades, como por exemplo, os libertos condenados à prisão simples e com trabalho. A exclusão dos libertos na CPCT pode sinalizar um preconceito de condição, vez que quanto à cor os sentenciados da penitenciária eram pardos ou pretos. Provavelmente também um preconceito antiafricano, pois a maioria dos libertos era nascida na África. E preconceito não apenas por parte das autoridades, mas também dos próprios presos. Aquelas podem ter considerado que juntar africanos com nacionais seria uma fórmula para a quebra da paz na penitenciária.

¹²⁸ A média foi calculada a partir do número de presos existentes no último mês de cada ano do período de 1861 a 1889. Os dados foram coletados dos relatórios dos presidentes de província.

¹²⁹ Aguirre, “Prisons and Prisoners in Modernising Latin America (1800-1940)”, p. 22.

Cadeia da Correção

Casa de Correção, Cadeia da Correção ou, simplesmente, Correção, sendo estas duas últimas denominações as mais utilizadas nos documentos.¹³⁰ A Bahia foi a única província do Império do Brasil a chamar uma cadeia comum de Casa de Correção. De um modo geral, no Brasil oitocentista, essa nomenclatura era empregada para denominar as primeiras penitenciárias, a exemplo da Corte e de São Paulo. Somente na Bahia, a penitenciária recebeu o nome de Casa de Prisão com Trabalho. O que aqui tínhamos como Correção era no Rio chamada de Casa de Detenção e em São Paulo de Cadeia Pública.¹³¹

A cadeia baiana recebeu o nome de Casa de Correção porque, em 1829, pensava-se em transformar a fortaleza de Santo Antônio numa penitenciária, numa Casa de Correção propriamente, mas o plano não vingou. Naquele ano de 1829 uma comissão da Câmara Municipal constatou que o local não estava destinado a nenhuma “utilidade pública”. Foi aí que a comissão sugeriu que fosse adaptada para servir interinamente como Casa de Correção, ou seja, como penitenciária.¹³² O projeto foi aceito pelos vereadores e, a partir de 1832, teve início o funcionamento daquela que viria a ser a cadeia mais movimentada da província da Bahia na segunda metade do século XIX. O objetivo inicial da Câmara era mandar para lá os sentenciados a prisão com trabalho e, assim, atender ao Código Criminal de 1830 até que fosse construída uma penitenciária de verdade na província. Porém, a Casa de Correção funcionou apenas como cadeia comum desde o início de suas atividades, daí a

130 Com base na documentação utilizarei a denominação de “Cadeia de Correção” ou apenas “Correção”.

131 Sobre a Cadeia Pública de São Paulo, ver Araújo Gonçalves, “Cadeia e Correção”. Sobre a Casa de Detenção do Rio de Janeiro Amy Chazkel, “Uma perigosíssima lição: a Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República”, in Clarissa Nunes Maia et alli., *História das Prisões no Brasil*, vol. II (Rio de Janeiro, Rocco, 2009), pp. 111-153.

132 Atas e mais objetos da comissão de visita das prisões civis e militares, 1829, AMS; Sessão de 16 de setembro de 1833, AMS, Atas da Câmara, 1833-1835.

denominação também de Cadeia da Correção, como consta na documentação.¹³³

O perfil dos presos da Correção muda consideravelmente em relação ao da penitenciária, pois além dos sentenciados que cumpriam pena por falta de vagas na penitenciária, encontrava-se ali uma população carcerária flutuante e diversificada: homens e mulheres de condição escrava, liberta e livre, crioulos, africanos e europeus. Este último grupo, em menor número, era representado principalmente por portugueses e ingleses. As infrações rotineiras que, geralmente, resultavam em alguns dias de prisão eram brigas, pequenos furtos, embriaguez, batuque ou candomblé, desordem, infração de posturas municipais, entre outras, inclusive fuga de escravo. A Correção, e as cadeias comuns de um modo geral, era também o destino dos escravos mandados pelos senhores a fim de serem castigados e, logo depois, devolvidos mediante o pagamento de uma taxa. Mal comparadas, essa cadeia equivale às nossas atuais delegacias.

A CPCT e a Cadeia de Correção, instituições distintas, tanto no perfil de presos quanto nos meios e objetivos punitivos, mais se completavam do que se contrapunham na tentativa de atender às necessidades de uma sociedade escravista rumo ao trabalho livre, como era aquela. Esperava-se da CPCT a garantia do avanço civilizatório da província com seu projeto de reabilitação do criminoso através dos modelos penitenciários. À Casa de Correção cabia o papel de continuar a reproduzir práticas de punição e aprisionamento que não cabiam no projeto de reforma prisional.

De sua inauguração, em 1832, até 1864, a Correção dividiu suas funções com outras cadeias (Tabela 1) até se tornar a única cadeia de Salvador, dividindo o complexo prisional de Salvador com a CPCT. Nessa época, a maioria, senão todas as pessoas detidas nas ruas da cidade eram para ali levadas, o que a transformaria na cadeia de maior rotatividade da província. Para termos uma ideia da movimentação de presos, durante o ano de 1859, quando a Correção

¹³³ Com a reforma prisional no século XIX, os termos prisão e cadeia tomaram conotações diferentes. A prisão seria o local para onde eram mandados os presos sentenciados, e a cadeia abrigava aqueles que aguardavam julgamento ou estavam detidos por pequenas infrações.

coexistia com as cadeias do Aljube e do Barbalho, seu movimento de entrada e saída foi de 792 presos. Já no ano de 1868, quando só existia ela, além da penitenciária, o movimento chegou a 1705 presos. Diferente da CPCT, que manteve o equilíbrio no número de presos durante três décadas, a Cadeia da Correção apresentou um número sempre crescente de presos, acompanhando o aumento da população e, obviamente, oferecendo suporte para evitar que a penitenciária ultrapassasse sua lotação máxima.

A partir do ano de 1868, a prisão dos galés do Arsenal da Marinha ficou proibida de receber mais de trinta presos e, por isso, eles foram transferidos. Alguns seguiram para a ilha de Fernando de Noronha, outros para a CPCT, que passou a recebê-los regularmente, ocasionando sérios problemas, pois a penitenciária não fora preparada para administrar esse tipo de sentenciado.

Cadeias da província

No período de 1865 até o final de década de 1880, o número de cadeias da província da Bahia girou em torno de sessenta a 64. Na capital só havia duas. O restante ficava em diversas outras localidades, instaladas em “edifícios velhos e arruinados, nos pavimentos térreos das câmaras municipais, ou finalmente em casas alugadas a particulares”.¹³⁴ Os documentos policiais e os relatórios de presidentes da província descrevem as péssimas condições dessas cadeias, destacando as questões higiênicas e a total falta de segurança. Essa última era responsável pela recorrente remoção de presos para a capital, mesmo nos casos desobrigados pelo Código Criminal, ou seja, até seis meses de prisão simples o réu deveria cumprir sua pena em qualquer cadeia próxima à sua residência.¹³⁵ Esses traslados

134 Anexos à fala com que o desembargador Henrique Pereira de Lucena, presidente da Bahia, abriu a 56ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1877, p. 11.

135 Filgueiras Junior, Código Criminal do Império do Brasil Anotado, Artigo 48, p. 36.

facilitavam fugas e oneravam os cofres públicos, principalmente por conta da escolta policial.

Pelo menos até o final do século XIX, o que as autoridades baianas entendiam por aprisionamento moderno só estava sendo aplicado na penitenciária. A Cadeia da Correção, em Salvador, e as dezenas de cadeias espalhadas pela província ainda respiravam ares coloniais. A maioria dos presos estiveram numa dessas cadeias antes de serem mandado para a penitenciária fazendo com que suas experiências anteriores a entrada na penitenciária contribuísse no processo de construção do cotidiano prisional da nova instituição.

RECEBIDO EM: 15/05/2016

APROVADO EM: 20/06/2016

POR UMA POLÍCIA MODERNA E RESPEITÁVEL: POLÍCIA E POLICIAIS EM PORTO ALEGRE (1886-1928)

*For a modern and decent police: police and
policeman in Porto Alegre (1886-1928)*

Cláudia Mauch*

RESUMO

O artigo analisa a polícia de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, ao longo da Primeira República, particularmente por meio do sistema de recrutamento e dos motivos das demissões, que evidenciam a aplicação de critérios clientelistas de seleção e as dificuldades de disciplinarização e estabilização dos efetivos policiais. A pesquisa se baseia principalmente em fontes seriadas, como registros de pessoal, e qualitativas, como inquéritos administrativos abertos para investigar desvios de conduta de policiais. Os casos individuais descritos nos inquéritos iluminam práticas provavelmente corriqueiras e regras informais, ajudando a evitar a despersonalização da instituição. Tomadas em conjunto, as fontes permitem um melhor entendimento do funcionamento da polícia local, para além das idealizações expressas nos regulamentos. Permitem, enfim, analisar a inter-relação entre duas dimensões: o que o Estado espera da polícia e como a instituição policial se modela nas suas relações internas.

Palavras-chave: polícia; recrutamento; disciplina

ABSTRACT

The article analyzes the Porto Alegre city police, in the Brazilian South, during the period known as First Republic (1889-1930), particularly through the recruitment system and the reasons for

* Doutora em História pela UFRGS. Departamento de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail para contato: claudia.mauch@ufrgs.br

the dismissals and high turnover, which show the enforcement of clientelistic selection criteria and the difficulties in disciplining the police force. The empirical research is based on serial sources such as personnel records, and qualitative ones, as inquiries that had been opened to investigate policeman misconduct. The individual cases described in the qualitative sources enlighten informal policing practices and rules, helping to avoid the depersonalization of this institution. Taken together, these sources allow a better understanding about the shapping of the local police, going further from the idealizations expressed on the rules. They allow, finally, to explore the interactions between two dimensions: what does the state expect from the police force and how the police institution had been shaped in its internal relations.

Keywords: police; recruitment; discipline

A historiografia sobre as décadas iniciais do século XX no Brasil tem demonstrado a importância que instituições incumbidas de um papel civilizador e moralizador adquiriram na nova ordem republicana.¹ As noções de desordem e crime se alargaram, passando a incluir novos sujeitos e comportamentos, de modo que ao medo dos escravos e suas revoltas, bandos armados e forasteiros, somou-se o dos pobres com comportamento “desregrado”, pessoas de “costumes viciosos”, “menores” delinquentes, anarquistas e, dependendo do contexto local, imigrantes. As polícias, como outras agências de controle social criadas ao longo desse período, tiveram seus poderes ampliados com a finalidade de lidar com essa gama de novos e reeditados medos, dentro de uma situação de participação política restrita e profunda desigualdade social.²

Baseados nas experiências consideradas positivas de outros países, notadamente Inglaterra e França, e nos avanços da

1 BRETAS, Marcos Luis; ROSEMBERG, André. A História da Polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, jan./jun. 2013. p. 165-166.

2 SOUZA, Luís Antonio Francisco de. *Lei, cotidiano e cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)*. São Paulo: IBCCRIM, 2009. p. 24-25. BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

criminologia, então ciência da moda,³ elites e governantes da recém instaurada República brasileira viam a polícia como um dos instrumentos centrais para lidar com os sinais do atraso que atravancavam o caminho para alcançar o “adiantado grau de civilização” que o país almejava. A “modernização” da polícia, por si só, era considerada índice de civilização.

Como outras “novas polícias”, a instituída para a capital do Rio Grande do Sul em finais do século XIX pretendia ser formada por homens “respeitáveis”. Nos textos dos regulamentos, relatórios oficiais e opiniões da imprensa local os “bons policiais” eram idealizados como honestos, educados, cordiais, com elevada moral e disciplina, o que os diferenciaria dos agentes das forças policiais anteriormente existentes, que chegaram a ser definidos como “soldados boçais, recrutados na vasa dos botequins ou à porta das cadeias”.⁴ Mas transformar homens do povo em policiais exigia mais do que boas intenções. Para além de constatar o distanciamento entre os projetos expressos nas leis e regulamentos e as experiências práticas das instituições, torna-se necessário entender *como* as polícias brasileiras funcionavam, considerando a diversidade de modelos adotados pelos governantes nos estados na Primeira República. Nesse sentido, este artigo analisa a polícia de Porto Alegre ao longo desse período, particularmente por meio do sistema de recrutamento e das formas de desligamento então empregadas, que evidenciam a aplicação de critérios clientelistas de seleção e as dificuldades de disciplinarização dos policiais. A pesquisa se baseia principalmente em fontes seriadas, como registros de pessoal, e qualitativas, como inquéritos administrativos abertos para investigar desvios de conduta de policiais. Os casos individuais sobre os quais foram obtidas mais informações iluminam relações e práticas provavelmente corriqueiras e ajudam a evitar a despersonalização e uniformização das instituições que, como a polícia, são disciplinadoras e disciplinares. Com esse estudo, pretende-se

3 ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 677-704, 2002.

4 Opinião expressa pelo deputado e advogado Germano Hasslocher no seu jornal *Gazeta da Tarde* na época da criação da Polícia Administrativa de Porto Alegre. *Gazeta da Tarde*. Porto Alegre, 1 dez. 1896. Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa.

contribuir para o conhecimento das experiências organizacionais de polícia no início da República brasileira, num período onde tanto a profissionalização da atividade era precária, quanto os governos estavam abertos a diferentes modelos de modernização do policiamento. Mesmo que similares em seus objetivos mais gerais expressos em leis e regulamentos, as polícias locais apresentam muitas particularidades quando analisamos suas tarefas práticas, sua composição e relações de poder internas e externas. As noções de como o “bom policial” devia ser e como devia executar suas tarefas – até mesmo quais eram essas tarefas – foram se transformando na inter-relação entre as prescrições oficiais e as práticas concretas dos policiais nas ruas e dentro da corporação.

No final do século XIX os governantes republicanos do Rio Grande do Sul, após terem derrotado em campo de batalha seus oponentes na Revolução Federalista, trataram da reorganização institucional e administrativa do estado. Uma das instituições reformadas foi a polícia, que passou a ser constituída por uma organização civil estadual cuja tarefa era a investigação criminal, a Polícia Judiciária, e polícias municipais administrativas civis e uniformizadas responsáveis pelas tarefas de policiamento. No caso de Porto Alegre, a Polícia Administrativa tinha funções amplas: além do policiamento diurno e noturno das ruas, da captura de criminosos e execução de mandados de autoridades judiciais, de “evitar as rixas e compor as partes”, por em custódia os turbulentos e desordeiros, era também responsável por extinguir incêndios, cuidar da tranquilidade e circulação das vias públicas e outros serviços

O primeiro regulamento da Polícia Administrativa de Porto Alegre estipulava que o ingresso se daria por voluntariado, o que já era uma diferença importante em relação às polícias provinciais, cujo recrutamento era compulsório. Os candidatos deveriam ter idade mínima de 21 anos, “saber ler e escrever e ter inteligência e aptidão necessárias para o serviço”, além de apresentar atestado de moralidade e boa conduta fornecido por “cidadão idôneo”. No texto, publicado em 1896, não havia qualquer menção a condições físicas, como estatura ou peso, ou preferência por habilidades profissionais anteriores, como ocorria em polícias de outros países.

A Polícia Metropolitana de Londres, desde sua criação em 1829, visava recrutar homens jovens e respeitáveis das classes

trabalhadoras com no mínimo 1,75 metros de altura, até 35 anos, alfabetizados e “abençoados com perfeito domínio do temperamento”.⁵ Na segunda metade do século XIX a Polícia Civil de Lisboa, cujas tarefas prescritas em regulamento em muito se assemelhavam às da Polícia Administrativa de Porto Alegre, exigia que os candidatos tivessem servido em algum corpo do exército, apresentassem “suficiente robustez e boa aparência”, não tivessem altura inferior a 1,60 metros e fossem alfabetizados.⁶ No início dos anos 1930, a polícia londrina, cujo modelo organizacional inspirava governantes mundo afora⁷ e que nessa época já oferecia aos ingressantes a perspectiva de uma carreira, exigia, além de outras habilidades, homens altos, em perfeitas condições de saúde e aplicava aos candidatos um exame escrito que eliminava cerca de dez por cento dos pretendentes.⁸

No Brasil, as pesquisas sobre o perfil social dos policiais que atuavam nas ruas são escassas, em grande medida porque a historiografia raramente os encara como trabalhadores com alguma possibilidade de agência. No Rio Grande do Sul, os trabalhos de Paulo Moreira e Caiuá Al-Alam sobre a composição das forças policiais no século XIX representam exceção a essa tendência.⁹ Para as últimas décadas do período imperial, André Rosemberg pesquisou a composição das polícias da província de São Paulo, sendo a

5 EMSLEY, Clive. *The English Police: a political and social history*. 2. ed. London, New York: Longmann, 1996. p. 191.

6 VAZ, Maria João. Vigiante a cidade: a Polícia Civil de Lisboa (1867-1910). In: PINA, Ana Maria, MAURÍCIO, Carlos, VAZ, Maria João (orgs.). *Metamorfoses da cultura: estudos em homenagem a Maria Carlos Radich*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa, 2013. p. 317-356.

7 ROSEMBERG, André. *Polícia, policiamento e o policial na Província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. Tese de doutorado. PPG em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 37.

8 WEINBERGER, Barbara. *The best police in the world: an oral history of english policing from the 1930s to the 1960s*. Aldershot: Scholar Press, 1995.

9 MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. E a rua não é do Rei. Morcegos e populares no início do policiamento urbano em Porto Alegre, século XIX. In: HAGEN, Acácia Maria Maduro, MOREIRA, Paulo Roberto S. (orgs.). *Sobre a rua e outros lugares: reinventando Porto Alegre*. Porto Alegre: Caixa Econômica Federal, 1995. p. 51-96. AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. Acrescento aqui meu próprio trabalho: MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPG em História UFRGS, 2011.

Companhia de Urbanos criada em 1875 a força desmilitarizada encarregada do policiamento preventivo na capital. Os guardas dessa “nova polícia” deveriam ser alfabetizados, amáveis, prudentes, polidos e corteses.¹⁰

Em Porto Alegre, o regulamento da polícia local sofreu algumas modificações em 1914, dentre elas a especificação de que os lugares de inspetores seriam preenchidos “por acesso, observando-se em regra a antiguidade e, excepcionalmente, o mérito”. Mas também foi incluída a necessidade de prestação de concurso para o cargo de amanuense e para acesso à categoria de inspetor efetivo, o que eliminava a possibilidade de analfabetos exercerem esses cargos. Em princípio, até 1914 a possibilidade de ascensão dentro da Polícia Administrativa estava aberta a todos os que entravam. A instituição não tinha muitos níveis hierárquicos: inicialmente eram dois (vigilantes e comissários), que em seguida mudaram a denominação e passaram a três (agentes, inspetores, auxiliares), depois a quatro (mais auxiliar-chefe). Agentes e inspetores faziam o policiamento de rua ordinário e os serviços especiais¹¹, enquanto os demais eram auxiliares imediatos do subintendente do distrito e ficavam de plantão nos postos policiais. Para os cargos de auxiliares, seriam preferidos os inspetores que mais se houvessem distinguido por “inteligência e moralidade”. A ascensão para acima do cargo de inspetor era mais restrita, pois eram poucos os cargos de auxiliar e auxiliar-chefe. O cargo de comando mais alto em cada distrito, o de subintendente, era de nomeação política do intendente municipal, e não parece ter sido ocupado por algum ex-agente, inspetor ou auxiliar.¹²

10 ROSEMBERG, op. cit. p. 46 a 49.

11 Eram considerados serviços especiais: 1) serviço de veículos; 2) vigilância de teatros, hipódromos, festas e outros espetáculos públicos; 3) captura de criminosos por requisição das autoridades judiciárias; 4) guarda e segurança dos edifícios públicos municipais; 5) outros serviços previstos nos artigos 6º. e 8º. da lei de reorganização policial do Rio Grande do Sul de 1896 (artigos que deixavam ao município a autonomia para definir o funcionamento e detalhar as funções das polícias administrativas).

12 Essa conclusão baseia-se no cruzamento dos nomes de subintendentes levantados na pesquisa com nomes presentes nos registros de pessoal. Além das funções policiais, que eram então bastante amplas, os subintendentes eram administradores distritais. No caso dos quatro principais distritos urbanos de Porto Alegre, verificou-se em alguns períodos o acúmulo de funções de polícia administrativa e judiciária, com os subintendentes atuando como delegados judiciários.

É difícil saber quem e como decidia sobre a “inteligência e aptidão” dos candidatos, ou seja, como se efetivava o recrutamento. Dados obtidos nos códigos de Matrícula de Pessoal¹³ dos ingressantes indicam que a posse do atestado de conduta era o mais necessário dos requisitos. Os outros dois, ser maior de 21 anos e alfabetizado, nem sempre eram seguidos: 161 homens tinham menos de 21 anos quando ingressaram na polícia. A alfabetização não consta como campo da Matrícula e, por isso, não pode ser quantificada. Informações indiretas de outros documentos e ocasionalmente do campo “observações” do registro de pessoal fornecem pistas sobre o grau de alfabetização da polícia municipal no início do século XX. Em 1905 o policial Ursino - que havia ingressado em 1899 com 20 anos de idade - foi promovido a inspetor graduado com a seguinte justificativa: “preterindo outros mais antigos por ser o *único* que sabe ler e escrever”.¹⁴ Esse foi um dos poucos policiais que ficou mais de 25 anos na corporação, e pode-se especular se ser alfabetizado tenha contribuído para sua permanência na profissão.

Possivelmente saber ler e escrever fosse o critério mais difícil de preencher, e acredito que não era sistematicamente aferido pelos recrutadores, que poderiam também considerar alfabetizado aquele que conseguisse apenas desenhar o nome, como o ex-praça piauiense Agostinho, que assinou o nome com letra vacilante (iniciou duas vezes) abaixo do parecer sobre sua expulsão. Ou, mais explicitamente, o ex-pintor baiano Manoel que “entrou para a Polícia enganando que sabia ler e escrever sendo mentira”.¹⁵ Na prática, o serviço comum de patrulhamento das ruas podia ser executado por analfabetos, pois somente dos inspetores, auxiliares e dos próprios

13 Foram consultados 22 códigos de documentação de pessoal dos distritos e postos policiais urbanos e suburbanos de Porto Alegre cujos registros cobrem o período 1896 a 1928, denominados “Matrícula Geral do Pessoal da Polícia Administrativa do [...] Posto”. A fonte contém dados pessoais dos policiais no momento em que entravam na corporação e informações sobre licenças, punições, promoções e desligamentos. Foram obtidos 12039 registros de ingresso que, filtrados por nome, formaram um banco de dados com 5742 indivíduos. Registros de Matrículas de Servidores. Fundo 3.8, códigos 3.8/1 (Polícia 1) a 3.8/22 (Polícia 22). Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (AHPA). Nas referências subseqüentes: Matrícula, numeração do código, AHPA.

14 Matrícula, 3.8/4. AHPA (grifo meu). Foram mantidos somente os prenomes dos policiais. As citações das fontes preservam a grafia dos originais.

15 Respectivamente Matrícula, 3.8/1 e 3.8/7. AHPA.

subintendentes o regulamento de 1896 exigia alguma forma de comunicado ou relatório escrito. Excetuando-se as “partes” dos inspetores, os documentos remanescentes dos distritos da Polícia Administrativa, registros de ocorrências e correspondências, bem como os livros de Matrícula, geralmente eram assinados pelos subintendentes e inspetores e mantidos por esses ou amanuenses, que se reportavam a comunicados provavelmente verbais de agentes.

O concurso para inspetores e amanuenses instituído a partir de 1814 incluía as seguintes matérias: “1. Ortografia e caligrafia; 2. Aritmética (as quatro operações); 3. Redação de partes e ofícios; 4. Datilografia, das quais prestará provas perante o subintendente”. O novo regulamento estabeleceu, obedecendo a cláusula de um convênio então instaurado com o governo do estado, o cargo de instrutor na Polícia Administrativa, cuja função era fazer com que auxiliares, inspetores e agentes cumprissem o regulamento. Para isso seriam realizadas reuniões semanais nos postos para *ler* os deveres e obrigações dos policiais.¹⁶ Na documentação pesquisada não foram encontradas informações sobre esses instrutores e suas funções.

A despeito do caráter esparso das informações contidas nas fontes, pode-se presumir que ao longo da Primeira República saber ler e escrever, e posteriormente um mínimo de educação formal, era necessário para aqueles que encaravam a polícia como uma atividade mais estável, garantindo salário um pouco mais alto. Por outro lado, a Polícia Administrativa parece ter funcionado como porta de entrada para outras funções no serviço público municipal ou estadual, já que nas fichas da Matrícula constam muitos desligamentos e demissões “para servir” na Diretoria de Fazenda e de Higiene, na Viação Férrea, na Diretoria Geral, no Gabinete de Identificação e outros. Tais funções provavelmente só se abriam aos alfabetizados.

A maioria dos policiais ingressou com sua moralidade e boa conduta atestadas por um cidadão idôneo cujo nome era anotado na

¹⁶ Acto n. 115, de 31 de outubro de 1914. Leis, Decretos, Actos e Resoluções do Município de Porto Alegre. Período de março de 1909 a dezembro de 1916. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1930. AHPA.

Matrícula.¹⁷ Constan na lista uma série de nomes de pessoas do Partido Republicano Riograndense (PRR) diretamente ligadas à administração estadual e municipal da época, como Borges de Medeiros (Presidente do Estado por 25 anos) e José Montauray (Intendente – prefeito - da capital do estado por 27 anos), entre outros. Não foi possível localizar na documentação os próprios atestados, mas foram encontradas certidões de assentamentos do Exército e da Guarda Nacional de seis policiais que bem poderiam ter cumprido essa função, na medida em que na Matrícula aparecem referências a “baixas” de instituições militares anotadas no campo do atestado.¹⁸ É possível também que muitos policiais tenham ingressado por meio de indicação verbal de pessoas de prestígio das quais só era anotado o nome, o que fica evidente quando a fonte menciona “ordem verbal do Dr. Intendente” no campo do atestado. Os atestados de boa conduta eram geralmente fornecidos por pessoas externas à Polícia Administrativa e que não parecem ter se responsabilizado pela conduta do indicado.

Individualmente, a pessoa que mais teria fornecido atestados foi o Coronel Marcos, responsável por quase um quinto do total.¹⁹ Nenhum outro nome listado chegou perto desse número. Figura destacada do PRR em Porto Alegre e homem de confiança dos líderes Julio de Castilhos e Borges de Medeiros, Marcos havia sido professor e amanuense do Tribunal da Relação em Porto Alegre, e teria ganho notoriedade política a partir da participação na propaganda republicana. Com a proclamação da República, recebeu o posto de Tenente Coronel da Guarda Nacional e participou das lutas da Revolução Federalista. Nos anos seguintes, atuou como suporte do partido e de suas vitórias eleitorais na capital do estado até morrer, em 1921. Em 1924 um dos Centros Republicanos da capital do estado levava seu nome. Sobre ele foi dito que conhecia eleitor por eleitor e era extremamente fiel ao partido, tendo sido eleito para a Assembleia dos Representantes em três legislaturas seguidas (1909, 1913 e

17 Somente em um pouco menos de um quarto do total de 5742 fichas individuais de policiais a Matrícula não consta informação de nome ou instituição que forneceu atestado (24,52% ou 1408 campos vazios ou preenchidos com expressões como “sim” ou “boa”).

18 Certidões (1893-1897). Subintendências, código 3.1. AHPA.

19 1058 atestados.

1917).²⁰ Dos seis assentamentos militares acima mencionados, cinco são da Guarda Nacional do município de Porto Alegre, datados de outubro e novembro de 1896 e visados pelo Coronel Marcos, o que mostra o papel que ele pode ter desempenhado na arregimentação de homens para a Polícia Administrativa desde a sua criação.

Depois do Coronel Marcos, o outro prócer republicano que individualmente mais forneceu atestados de conduta para ingresso na Polícia Administrativa foi Aurélio Viríssimo de Bittencourt, secretário e amigo pessoal de Julio de Castilhos. Aurélio de Bittencourt, que na Matrícula aparece com os títulos de “Cel.”; “Ten. Cel.” e “Dr.”, iniciou a vida profissional como tipógrafo e jornalista em Porto Alegre e foi um dos fundadores da sociedade Parthenon Literario. Em 1868 ingressou no serviço público como amanuense, tendo chegado a Secretário da Presidência da Província e, na República, da Presidência do Estado, onde trabalhou com Julio de Castilhos e Borges de Medeiros. Durante a Primeira República, até sua morte em 1919, Aurélio foi possivelmente um dos homens mais próximos do centro do poder, embora atuasse com discrição. Sua intimidade com Julio de Castilhos fica explícita na correspondência entre ambos. Em telegramas quase diários quando Julio se encontrava fora da cidade, Aurélio o informava de questões políticas e de governo, dos conflitos por cargos e nomeações, dos “cacetes” que vinham procurá-lo para que intercedesse junto ao chefe do PRR, das óperas que tinham se apresentado em Porto Alegre e comentava ainda sobre o clima, a saúde dos filhos e da esposa de Castilhos. Nesses telegramas do período de 1896 a 1903, o Coronel Marcos era frequentemente citado como um dos que privava de convivência mais íntima com Julio, e seu papel nas eleições, junto com outros correligionários pertencentes à “cabala” (dentre eles o subintendente e delegado de polícia Francisco Louzada, o “Louzadinha”), era também neles mencionado.²¹

20 FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1988. p. 35.

21 MOREIRA, P. R. S., PENNA, Rejane (orgs.). *Política e Poder nos Primeiros Anos da República: a correspondência entre Júlio de Castilhos e seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Anais do AHRS/volume 19. p. 71.

Também expressiva era a quantidade de atestados proveniente de oficiais do Exército, Guarda Nacional e Brigada Militar, principalmente Coronéis. Juntando-se todas as patentes com os outros documentos de instituições militares (baixas, assentamentos, folhas corridas), chega-se a quase 40 por cento do total. Mas se contarmos somente as fichas que possuem indicação de quem forneceu atestado (eliminando os sem informação), os militares (incluindo o Cel. Marcos) teriam fornecido quase metade, sendo o Coronel Marcos responsável por praticamente um quarto desses. A existência de diversas “baixas” de regimentos ou batalhões no lugar do atestado de conduta poderia indicar uma valorização da experiência militar no momento do recrutamento de policiais, ou ainda uma forma de colocação para ex-soldados combalidos.²² No entanto, o número de policiais com profissão anterior militar registrada é pequeno em relação ao peso dos militares no atestado de conduta. Ou seja, mais do que a experiência, o prestígio dos oficiais militares é o que parece ter sido mais valorizado. Por outro lado, pode-se considerar que ex-praças que já haviam tentado outra ocupação voltassem às instituições militares onde haviam servido para buscar um documento que atestasse sua idoneidade, talvez por ser esse o único documento que possuísem.

Além dos políticos e militares, a grande maioria dos outros “cidadãos idôneos” que deram os atestados tinha o nome acompanhado por algum título (“Doutor”, “Desembargador”) ou indicador de posição social (por exemplo: “Walter Gerdau, negociante”; “Kappel & Cia.”; “comerciante”; “negociante a rua [...]”, “estabelecido a rua [...]”, etc.). Nesse sentido, a listagem de nomes e instituições que firmaram atestados pode ser vista como uma escala de posições, títulos e atributos que conferiam prestígio e distinção a alguns homens em relação a outros na Porto Alegre da época. Analisando os nomes e posições dos fornecedores dos atestados de conduta, uma das conclusões possíveis é que a arregimentação de

22 Tendo observado a migração de oficiais do exército para o Corpo Policial Permanente de São Paulo no século XIX, André Rosenberg levantou a possibilidade de a polícia oferecer a esses homens uma rotina mais suave de trabalho, servindo como espécie de “cabide de emprego”. ROSENBERG, op. cit. p. 156. Poderia dizer o mesmo para a polícia de Porto Alegre na Primeira República, com a diferença de que, neste caso, tratavam-se de soldados e não oficiais.

homens para a polícia poderia ter claras finalidades eleitorais e práticas para os governantes, na medida em que estabeleceria laços de fidelidade e compromissos mútuos ligando os governantes em posição mais destacada aos seus correligionários mais discretos e esses a trabalhadores comuns. Somente por meio dos dados da Matrícula não é possível saber se a principal moeda de troca nessa relação era o emprego na polícia ou o voto/consentimento e nem o sentido em que essa relação se dava (de cima para baixo ou de baixo para cima na pirâmide de poder). Provavelmente tanto a moeda quanto o sentido das trocas tenham se alternado de acordo com a conjuntura política e econômica ao longo da Primeira República. Se o emprego na Polícia Administrativa era vantajoso para alguns trabalhadores, eles ficariam em dívida com quem forneceu o atestado. Se, por outro lado, conseguir “voluntários” para a polícia nem sempre era fácil, quem ficava em posição de agradecimento era o correligionário que assumia a função de recrutador, como parece ser o caso do Coronel Marcos.

A exigência de atestados de moralidade e boa conduta era comum na Primeira República e no período imperial,²³ de modo que é fácil interpretar tal prática como apadrinhamento no serviço público. No entanto, a natureza da relação entre quem fornecia e quem recebia tais documentos não fica clara, isto é, não se sabe quais eram os compromissos que se estabeleciam entre um e outro. O que parece certo é que o prestígio de quem assinava o atestado de conduta não era abalado pelo mau procedimento dos seus indicados no trabalho policial, pois não foi observada na análise quantitativa nenhuma ligação entre alguns “cidadãos idôneos” em especial – como o Coronel Marcos e Aurélio de Bittencourt - e as punições disciplinares recebidas (ou não) por seus indicados. Possivelmente, com o crescimento da população da cidade, a concessão desses atestados, que já era procedimento usual, tenha se transformado em algo corriqueiro para cidadãos de prestígio, e estes não conseguiam manter controle sobre a moralidade e boa conduta da maioria dos indicados.

23 Ver ROSEMBERG, op. cit. e SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. Tese (Doutorado), PPG em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

Relações clientelistas operavam dentro da polícia de variadas formas. O subintendente do 1º Distrito Francisco Louzada intercedeu em 1897 pela nomeação de um agente cuja família, que vivia em estado de miserabilidade, era “protegida” do seu pai. Em 1904 Louzada foi acusado de “proteger cegamente” um dos inspetores do distrito, privilegiando-o na distribuição dos turnos de trabalho. No mesmo documento, porém, o inspetor que denuncia o favorecimento recebido pelo colega, chamando-o de “adulão”, subira numa cadeira para discursar em nome de um deputado.²⁴ Dado o bipartidarismo existente no Rio Grande do Sul da Primeira República, o alinhamento com as correntes políticas era fundamental para aqueles que almejavam trocar fidelidade por alguma forma de participação nas instituições estatais. Além disso, ficar sob a proteção de alguém superior na hierarquia social podia significar para os mais pobres ajuda material e, para todos, simbólica.²⁵

Atestados de conduta eram documentos importantes precisamente para os trabalhadores desprovidos de padrinho ou protetor e que tinham de comprovar idoneidade antes da era da difusão da identificação criminal e civil. Somente a partir de 1912, com a expansão dos serviços do Gabinete de Identificação e Estatística e o aperfeiçoamento do cadastro dos delinquentes, gradualmente passou a ser possível às próprias polícias Judiciária e Administrativa fornecer atestados de conduta à população de Porto Alegre. No entanto, para o preenchimento dos seus quadros a prática antiga continuou em vigor pelo menos até a extinção da polícia municipal em 1929. Do fim do século XIX até essa data, portanto, os procedimentos de engajamento não parecem ter se tornado mais restritivos, exceto pelo já mencionado concurso para inspetores a partir de 1914, e que não atingia os escalões inferiores que formavam a maioria dos policiais, os agentes.

Provenientes das classes trabalhadoras urbanas e rurais, trabalhadores sem qualificação em sua grande maioria, os homens engajados ficavam em média pouco tempo no serviço de

24 Inquérito Administrativo, 14/06/1904. Fundo 3.3: Subintendências, Caixa 1. AHPA.

25 CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 128-129.

policiamento. Grande número entrava e saía no intervalo de poucos meses ou apenas alguns dias, e as médias de permanência no serviço oscilavam em torno dos quatro anos. Mesmo aqueles com tempo maior dificilmente ficavam por um período contínuo, experimentando interrupções ocasionadas por saídas voluntárias ou expulsões disciplinares e reingressando após algum tempo, o que dificulta as generalizações sobre a configuração da “carreira” policial nesse contexto. Tais dados se assemelham aos encontrados em pesquisas semelhantes em corpos policiais do século XIX no Brasil e outros países, e indicam não só as dificuldades que novas polícias tem para formar um corpo de funcionários disciplinado e estável, como a relação entre o processo de profissionalização da atividade e a estabilização do pessoal.²⁶

Enquanto os motivos que levavam trabalhadores pobres a se engajarem na polícia ainda estão abertos para discussão, as razões dos policiais deixarem o serviço são mencionadas nas fontes. Mesmo que o motivo da saída da Polícia Administrativa apareça em menos da metade das fichas de policiais (2436 homens, 42% do banco de dados), sabe-se que desses a grande maioria saiu *a priori* involuntariamente, ou seja, foi desligada, exonerada ou expulsa. Mas como mostra a Tabela 1, o número dos que saíram voluntariamente (“a pedido”) também era expressivo. Muitos homens deixavam a Polícia Administrativa para assumir trabalho em outra repartição pública estadual ou municipal, como mencionado acima, e constam no registro ou como transferidos, ou simplesmente desligados. O ex-marítimo Idalino estava há oito anos na polícia quando foi “desligado por ter passado a empregado público da Intendência Municipal”; André Francisco, antes empregado no comércio, foi “demitido, passando a auxiliar de gabinete da Chefatura de Polícia”; e o estudante de 21 anos Mario ficou poucos meses na Polícia

26 SHPAYER-MAKOV, Haia. The making of a police labour force. *Journal of Social History*. n. 24, p. 109-134, 1994. SHPAYER-MAKOV, Haia. *The Making of a Policeman: A Social History of a Labour Force in Metropolitan London, 1829-1914*. Aldershot and Burlington: Ashgate, 2002. p. 67. GAYOL, Sandra. Entre lo deseable y lo posible. Perfil de la policía de Buenos Aires en la segunda mitad del siglo XIX. *Estudios Sociales*. Santa Fe, Año VI, n. 10, p. 123-138, 1996. EMSLEY, 1996, op. cit. ROSEMBERG, op. cit.

Administrativa e “foi exonerado por ter sido nomeado quarto escriturário da Intendência”.²⁷

Tabela 1: Policiais da Polícia Administrativa de Porto Alegre por Motivo de Saída, 1896 a 1929

Motivo de saída	Totais	Percentuais
Desligado, exonerado ou expulso sem especificação de motivo	1631	66,95
Exoneração a pedido	400	16,42
Desligado, exonerado ou expulso por infração disciplinar ou delito	231	9,49
Falecimento	127	5,21
Extinção do cargo	17	0,7
Aposentadoria	26	1,06
Desligado para servir em outra repartição pública ou Exército	4	0,16
Total *	2436	100

* Foram contados como *motivos* de saída apenas os *últimos registros* de cada indivíduo que diziam respeito à demissão e desligamento (voluntários ou não), expulsão, falecimento e aposentadoria, deixando de lado aqueles cujo último registro mencionava promoção, transferência, licença de saúde, etc.

Fonte: Registros de Matrículas de Servidores. Fundo 3.8, códigos 3.8/1 a 3.8/22. AHPA.

Ainda que a quantificação dos motivos de saída ajude, e muito, a delinear um quadro do movimento de pessoal na instituição, alguns aspectos desse processo não podem ser deduzidos imediatamente dos números. Por exemplo, os dados da Tabela 1

²⁷ Matrícula, 3.8/14 e 3.8/17. AHPA. Os termos “demitido”, “desligado” e “exonerado” nem sempre significam que o sujeito deixou a polícia involuntariamente, já que também eram usados nos casos em que eles saíam para tomar outro emprego.

mostram que as infrações disciplinares não figuravam como principal motivo de saída. Entretanto, a análise das “observações” anotadas nas fichas individuais da Matrícula evidencia que grande parte dos expulsos, desligados e exonerados sem especificação de motivo sofreram punições disciplinares em abundância que foram anotadas em suas fichas. Dentre os policiais cujos registros especificaram as infrações ao regulamento – ou mesmo ao Código Penal – cometidas, percebe-se que as mais frequentes eram o abandono do serviço, as ligadas ao consumo excessivo de álcool e/ou presença em tabernas (normalmente associadas, mas nem sempre explicitadas na fonte) e o cometimento de atos classificados como desordens ou imoralidades. Enquanto algumas fichas continham somente o artigo do regulamento infringido, em outras o motivo para expulsão era descrito com mais detalhe: “por ter arribado do quadro e ter ido dormir na latrina do posto”; “por ter sido encontrado dormindo na Praça da Harmonia e ser dado ao vício da embriaguez”; “por entrar numa bodega fardado”; “por ser ébrio”; “por incompetência para o serviço”; “por ter falsificado o atestado”; “por excesso de licenças”; “por demonstrar falta de caráter”; “por ter sido encontrado jogando osso com diversos vagabundos e desordeiros”; “por ter sido encontrado jogando e morar em casa de meretriz”; “por ter espancado um preto velho”; “por ter ferido sua mulher”; “por quebrar os vidros da janela de sua amásia”. Essa lista ilustra como se sobrepunham avaliações sobre o que os policiais faziam, o que supostamente eram (ébrio ou sem caráter) ou como viviam, bem como as expectativas sobre como deveriam ser e se comportar.

Coerente com a idealização do “bom policial”, o regulamento de 1896 exigia comportamento exemplar dos homens engajados, e era rigoroso nas punições:

Art. 89 – O agente deve evitar qualquer acto indecoroso que faça diminuir ou perder a estima de seus superiores em particular e do publico em geral; deve, por consequente, abster-se do jogo, da bebida, da convivência com pessoas de má conducta e de qualquer excesso, para que ninguém possa censurar-lhe algum acto indigno, nem, por ter conhecimento d’este deixe de tel-o na

consideração necessaria. Tambem não deverá participar dos divertimentos durante o seu serviço; mesmo estando de folga, deverá abster-se de diversões de seriedade duvidosa. Como sejam bailes publicos, mascarados ou não.(...)

Art. 96 – Jamais terá altercações com qualquer pessoa e, si for tratado de modo inconveniente, admoestará com boas maneiras a quem o tiver maltratado, para que se modere, detendo-o sómente quando a admoestação tenha sido inefficaz. (...)

Art. 109 – Deverá apresentar-se em publico com asseio no corpo e limpeza no vestuario, sempre penteado, de cabellos cortados, collarinhos limpos e uniforme sem manchas, rasgões nem remendos, afim de inspirar sympathia e respeito aos cidadãos.(...)

Art. 113 – É prohibido aos agentes policiaes que estiverem em serviço entrarem em cafés e quaesquer casas de bebidas alcoholicas, salvo no exercicio de suas funcções ou sendo chamados para prestar seus serviços. Mesmo não estando em serviço, não poderão entrar uniformisados e com seus distinctivos n'aquellas casas.²⁸

Como é possível observar nos artigos acima, o regulamento da Polícia Administrativa tinha a pretensão de disciplinar o comportamento dos policiais tanto em serviço como nas horas de folga e as dificuldades de adaptação dos agentes a tais exigências explicam porque quase todas as fichas de pessoal completas tinham registro de punições. Como essas frequentemente implicavam em corte ou perda da gratificação que compunha os vencimentos, possivelmente atuavam mais como desestímulo à permanência dos policiais do que como estímulo ao bom comportamento desejado pelos superiores. As punições iam da advertência verbal pelo superior imediato à expulsão, passando por suspensões e prisões sem vencimentos por prazos variáveis, as quais muitas vezes antecediam a demissão. Formalmente, a reincidência na infração agravava a pena.

²⁸ Acto n. 20, de 10 de outubro de 1896. Leis, Decretos, Actos e Resoluções do Municipio de Porto Alegre. Período de maio de 1897 a dezembro de 1908. Porto Alegre: Officinas Graphicas d'A Federação, 1930. AHPA.

No entanto, as fontes mostram que a distribuição das punições nem sempre seguia o prescrito no regulamento, pois as mesmas infrações eram punidas ora com mais, ora com menos rigor. Na mesma linha, alguns agentes eram expulsos por infrações que, para outros, não impediam a permanência por períodos mais longos, assim como a “ficha suja” raramente obstaculizava o reingresso e mesmo as promoções.²⁹

As regras e critérios não escritos que regiam o cotidiano da polícia (como organização hierárquica) e do policiamento aparecem nos inquéritos administrativos abertos para apurar algum desvio de conduta ou denúncia contra policiais. Nessas fontes, muitas vezes os policiais se viam obrigados a explicar suas ações, de forma que a análise de alguns casos ajuda a iluminar relações que não se explicitam nas fontes seriadas.

O policial Lothario ingressou na Polícia Administrativa em janeiro de 1901 com 29 anos, solteiro, profissão anterior agência, natural do Rio Grande Sul, apresentando atestado de conduta fornecido pelo Coronel Marcos. Sua última anotação na matrícula é a da exclusão em setembro de 1909. Nesse período de quase nove anos em que permaneceu na polícia, Lothario figurou em três inquéritos administrativos, sempre qualificado como inspetor do 1º Distrito, localizado na área central da cidade e comandado de 1896 até 1925 pelo ex-Tenente Coronel da Guarda Nacional Francisco Louzada. No primeiro inquérito, de junho de 1904, Lothario foi acusado de ter abandonado a seção onde se achava em serviço e, em companhia de outros três inspetores e um agente (apenas um dos inspetores estava de folga), todos fardados, ter-se juntado numa casa de pasto na Travessa 2 de Fevereiro ao negociante de secos e molhados Propicio, que, em comemoração ao seu aniversário, havia encomendado uma galinha ao molho pardo e convidara os policiais. A ceia, regada a uma garrafa de vinho verde, duas de Cerveja Ritter de Pelotas, duas de cerveja Bopp e duas de água Seltz, finalizada com café sem açúcar, acabou em discussão e troca de ofensas entre os inspetores. Segundo alguns, a culpa fora de dois que haviam exageraram na bebida e

²⁹ Rosemberg observou procedimentos semelhantes no Corpo Policial Paulista no século XIX. ROSEMBERG, op cit, p. 149.

perdido a compostura; para outros o inspetor Jacintho teria exagerado no cumprimento do dever ao repreender os colegas pela algazarra e, por fim, dar-lhes voz de prisão. O proprietário do restaurante declarou que as bebidas que serviu “não dava para imbrigar (sic) ninguém”, mas os inspetores Moysés e Carvalho, que chegaram junto com o aniversariante, “já teriam bebido em outra parte, pois que um deles vomitou bastante logo que chegaram”. Nesse inquérito, Lothario é quem menos aparece, visto as acusações terem se polarizado entre Jacintho e os inspetores Moysés e Carvalho, mas ele foi como os outros punido com 30 dias de suspensão sem vencimentos.³⁰

Os outros dois inquéritos instaurados contra Lothario foram os seguintes: em julho de 1908 uma mulher chamada Candida (também referida como a meretriz *Lola de tal*) prestou queixa no 1º. Posto por ter sido por ele assediada, perseguida e ameaçada; e em julho de 1909 o subintendente Louzada resolveu averiguar seu mau procedimento como frequentador contumaz de casas de tavolagem. Em ambos, todos os depoimentos transcritos o acusam de infrações disciplinares em série: faltas não justificadas e abandono do serviço, frequentar meretrizes, bares e casas de jogo em serviço e fardado, embriaguez e desordem.

No inquérito de 1908, Lothario apresenta defesa, provavelmente escrita por algum advogado que teve acesso aos “autos”, onde faz uso não só de estratégias e jargões jurídicos, como também de argumentos de autoridades como o criminologista italiano Cesare Lombroso. Habilmente, diz ter sido demovido de seu intento inicial de apresentar testemunhas da sua versão dos fatos porque não seria necessário, já que a prova testemunhal era “fundamentalmente suspeita” por provir de meretrizes. Além disso, explora lacunas e lança dúvidas sobre os depoimentos dos colegas policiais que teriam atendido a ocorrência, tomando o cuidado de não desqualificá-los. Seu objetivo principal é desqualificar a queixa por meio da desqualificação da queixosa e das duas vizinhas que Candida apresentou como testemunhas:

30 Inquérito Administrativo, 14/06/1904. Fundo 3.3, Subintendências, Caixa 1. AHPA.

Liga-as [as 3 mulheres] a inquebrantável solidariedade dos desclassificados, une-as o mesmo mister que se desenvolve a des'horas; reúne-as o mesmo viveiro suspeito que é o becco Itaperú...

(...) Entre as testemunhas suspeitas, todos os juristas incluem, juntamente com os malfeitores, os vadios, os jogadores – as meretrizes. (...)

Lombroso e Ferrero (sic), no seu profundo livro sobre a Mulher criminosa, a prostituta e a mulher normal dizem que as prostitutas, como os criminosos, mostram uma tendência invencível para a mentira, mesmo sem razão (sic).³¹

Na conclusão, o acusado admitiu ter sido sua única falta entrar fardado nos restaurantes D. Quixote e Vencedor. Declarou-se chefe de família morigerado e cumpridor dos deveres, seguro de que as calúnias de três mulheres públicas “não lhe vão deshonrar a farda que sempre honrou” e pediu “Justiça”. A comissão de inquérito concluiu que Lothario transgrediu o regulamento em três parágrafos de dois artigos e o subintendente Louzada recomendou sua demissão a bem do serviço, mas infelizmente no documento não consta despacho do Intendente, a quem cabia a aplicação da penalidade. Na Matrícula não há registro de punição a Lothario em 1908. Lá consta uma transferência em 1902, uma suspensão por ter abandonado o serviço e ser depois encontrado dormindo no posto, outras suspensões em 1906 por ter abandonado a sua seção para ir a uma “casa de má fama” e por ser encontrado em uma “bodega” e, por fim, um rebaixamento de inspetor a agente em 27/07/1909 por ter sido encontrado em casa de tavolagem.³² Ou seja, mesmo sem ter convencido a comissão de inquérito, é possível que a defesa tenha funcionado, pois em 1909, um ano depois da queixa de Candida, novamente Lothario foi alvo de outro inquérito administrativo, dessa vez conduzido diretamente por Louzada. Este subintendente recolheu

31 Provavelmente o “Ferrero” mencionado na fonte seja Enrico Ferri. Inquérito Administrativo, 09/07/1908. Fundo 3.3: Subintendências, Caixa 1. AHPA (sublinhados à tinta no original).

32 Respectivamente: Matrícula, 3.8/1, 3.8/5 e 3.8/12. AHPA.

na ocasião vários depoimentos, mais uma declaração da senhoria para quem o acusado devia aluguel, sobre o que qualificou de “majestoso modo de vida do Insp. Lottario” e foi ainda pessoalmente verificar sua entrada em uma casa de jogo, quando não aparecia há 42 dias para trabalhar alegando doença. Louzada concluiu o inquérito recomendando a “demissão a bem da disciplina e moral da Polícia Administrativa, *ou* rebaixamento definitivo do posto de Inspector da Polícia” (grifo meu). O Intendente resolveu pelo rebaixamento e posteriormente demissão caso ele continuasse o mau procedimento.³³

A aplicação de punições era claramente discricionária. Lothario aparentemente só foi excluído em setembro de 1909 - não foram encontrados registros posteriores e essa data – enquanto muitos outros foram sumariamente expulsos por serem encontrados em serviço dormindo, fumando, sentados em bancos de praça, encostados em batentes de portas, paredes ou postes. As discrepâncias nos critérios de aplicação de punições passam certamente pelas relações sociais e de poder que alguns desses homens que trabalhavam no policiamento de Porto Alegre na Primeira República entretinham com seus chefes, colegas, compadres, padrinhos ou protetores de condição social superior ou inferior às suas, e que podiam ser acionadas em momentos de dificuldade, cuja eficácia provavelmente era maior que a aplicação das regras escritas.

Conforme o regulamento, nenhum servidor poderia ser demitido sem um inquérito para apuração de suas faltas. Mas acredito que os inquéritos só tenham sido abertos quando uma das partes manifestava interesse em defender ou a reputação pessoal ou a da polícia, e quando denúncias chegavam ao Intendente por meio de queixas formais ou notícias de jornais. Foram encontrados 57 inquéritos envolvendo policiais municipais entre 1897 e 1928, nem todos completos (possivelmente tenham se perdido algumas partes), vários arquivados por falta de provas, e dos concluídos (que possuem despacho final do Intendente) em apenas sete os inspetores e/ou agentes acusados foram demitidos, tendo nos demais sido punidos com suspensões, rebaixamentos ou transferências de distrito. Já nos registros de pessoal, a quantidade de policiais excluídos e reincluídos

33 Inquérito Administrativo, 22/07/1909. Fundo 3.3: Subintendências, Caixa 1. AHPA.

“por ordem verbal do Snr. Dr. Intendente” é muito grande, o mesmo no que se refere ao percentual das entradas e saídas em cada ano. Em uma polícia cujo efetivo variou entre 234 (1898) e 556 (1925) homens ao longo dos seus 32 anos de existência, as proporções de excluídos ou demitidos por ano ia de 20 a 45 por cento, acompanhada de taxas de inclusões e reinclusões de 23 a 60 por cento, o que evidencia grande rotatividade e, conseqüentemente, instabilidade dos quadros.³⁴

No inquérito aberto para apurar o conflito entre inspetores iniciado na ceia de aniversário do negociante Propicio, em junho de 1904, os inspetores Moysés e Carvalho sentiram-se prejudicados por terem sido demitidos no dia seguinte, enquanto os outros três policiais comensais foram punidos com três dias de prisão (que não teriam cumprido). Em protesto, eles enviaram duas cartas ao intendente José Montauray: a primeira reclamava da desigualdade nas punições, colocava sua versão dos fatos e solicitava abertura de inquérito; três dias depois a segunda denunciava que o inquérito estaria sendo conduzido de forma ilícita. Nela acusavam o inspetor Jacintho, o mesmo que lhes deu voz de prisão e que redigiu a “Parte” que ensejou a demissão, de ter ele mesmo, em companhia do amanuense inspetor Olegario, que era seu compadre, interrogado sobre o caso os três agentes e distorcido as declarações de dois que eram analfabetos, para quem sequer teria sido lido o que fora escrito “a seu rogo”. Além disso, escreveram que “o sub Intendente do 1º. Distº. protege cegamente ao Inspector Jacintho”, dando-lhe regalias na distribuição dos turnos de trabalho, “assim é que o Sub Intendente fará tudo em favor daquelles infractores para que não fique desmoralizada sua parte, e assim possa ainda proteger seu afeiçoado Jacintho (...)”. Moysés e Carvalho se mostraram indignados por terem sido tratados como bêbados e desordeiros ao serem presos por Jacintho na noite do aniversário, e se propuseram a apresentar atestados de terceiros confirmando que: não tinham o “triste e repugnante vício da embriaguez” pois que “ufanamo-nos em pertencer a famílias conhecidissimas n’esta Capital, aonde rezidem a longos anos”.

34 A população de Porto Alegre na época cresceu de 73674 habitantes em 1900 para um pouco mais de 234 mil em 1928, e o número de policiais variava a cada ano e era definido no orçamento municipal, mas oscilou entre 234 e 556, o que significava 1 para 303 habitantes em 1900 e 1 para 574 habitantes no último ano de funcionamento desta polícia, 1928. MAUCH, op. cit.

Pediam a chance de se reabilitar “não só entre ex-colégas companheiros e o Público em Geral, *apesar de que não desejamos continuar a servir*”. Segundo depoimento de um agente que também participara da ceia, depois que todos haviam comido o inspetor Carvalho “subiu em uma cadeira e dispunha-se a discursar, dizendo representar o deputado Alfredo Varella”, no que foi repreendido por Jacintho, o qual então foi chamado de “adulão e engrossador”. A seguir, atraído pelo barulho que Carvalho fazia batendo com a faca nas garrafas e pedindo palitos, chegou o dono da casa de pasto, e teria se desenrolado o seguinte diálogo: “Se fosse uma reunião de paisanos, os senhores haviam de reagir, prendendo-os em continente (sic), mas é os senhores da polícia, quem é que reage?”³⁵

É raro encontrar nas fontes institucionais descrição clara da proteção de alguns funcionários em detrimento de outros. Contudo, não há porque duvidar do peso das práticas de apadrinhamento e o compadrio dentro da polícia municipal, não só no processo de ingresso – onde os atestados de conduta o tornam mais claro – mas também influenciando diretamente nas possibilidades de construção senão de uma “carreira”, pelo menos de uma posição mais favorável dentro da instituição. Isso significa que, embora escritos e especificados, os critérios efetivamente aplicados na distribuição de punições e promoções, assim como no ingresso e exclusão, envolviam relações pessoais, compromissos políticos, classificações morais, em suma, relações de poder que passavam ao largo das regras escritas, mas que provavelmente eram do conhecimento senão de todos, daqueles que ficavam mais tempo na polícia.

Considerando o volume de reincidências nas infrações mais comuns, como ser pego dormindo ou fumando em serviço, conversando com meretrizes ou entrando em bodegas, supõe-se que a imposição de disciplina sobre o corpo de policiais era restrita. Cabia aos inspetores a vigilância sobre os procedimentos dos agentes do seu setor e dos outros inspetores, o que implica que só seriam registradas as infrações que eles quisessem ou fossem obrigados a reportar por sua gravidade, pela presença de testemunhas ou por denúncias. Nesse

35 Inquérito Administrativo, 14/06/1904. Fundo 3.3: Subintendências, Caixa 1. AHPA (grifo em itálico meu, sublinhado no original).

sentido, a possível existência de camaradagem ou “espírito de corpo” entre os policiais contribuiria para o encobrimento do comportamento irregular no trabalho, e tais relações tendem a deixar menos rastros na documentação do que os conflitos. O inspetor Christovão foi suspenso por oito dias em maio de 1906 por ter tido conhecimento de que agentes haviam participado de uma jogatina e não ter cumprido seu dever de comunicar o fato a autoridade superior.³⁶

Cabia ao Intendente Municipal a decisão final sobre aplicar, ou não, as punições aos policiais. Nos inquéritos administrativos analisados foram poucos os casos de demissão. Mas outros detalhes importantes sobre tais inquéritos devem ser considerados: havia casos em que a comissão de inquérito, normalmente formada por Subintendentes, recomendava punições mais severas do que as que o Intendente acabava por definir no seu despacho final; e há casos em que mesmo essas punições parecem não ter sido aplicadas. Em novembro de 1924, por exemplo, em depoimento no inquérito administrativo sobre as arbitrariedades supostamente praticadas por um inspetor, o Capitão Subintendente do 4º Distrito e chefe imediato do acusado, declarou o seguinte:

Que na administração passada o Inspector João (...), portou-se mal, isso por mais de uma vez, pelo que costumava tomar as providencias regulamentares, dando sciencia ao doutor ex-intendente; que apezar disso *parece-lhe que os castigos applicados a esse Inspector eram muito brandos*, porquanto elle nunca se corrigia e as faltas se sucediam a miudo; que pode afirmar tambem que esse Inspector, dava-se ao vicio da embriaguez e que apezar dos conselhos e admoestações severas, no intuito de faze-lo emmendar-se, ainda assim elle continuava praticando aquelle vicio (...).³⁷

36 MATRÍCULA, código 3.8/12. AHPA.

37 O “doutor ex-intendente” era José Montaury que, depois de sete vezes reconduzido ao cargo desde 1897, havia sido substituído por Octavio Rocha no mês anterior ao depoimento. Inquéritos Administrativos, 27/10/1924. Fundo 3.3: Subintendências, Caixa 2. AHPA (grifo meu).

A documentação é pródiga em conflitos entre policiais, muitos dos quais gerados das punições aplicadas de uns sobre os outros, como no caso anteriormente descrito da ceia de aniversário do negociante Propicio. Não tivesse o inspetor Jacintho resolvido acabar com a algazarra na casa de pasto, dar voz de prisão aos colegas e no dia seguinte escrever a “Parte” sobre o ocorrido, nada se saberia. Não tivessem os inspetores presos e demitidos querido resguardar sua reputação e reclamado abertura de inquérito administrativo, só teria restado (talvez) a “Parte” dada por Jacintho, que traz poucos detalhes sobre uma história que, como tantas outras na documentação judicial e policial, começou com camaradagem entre homens e acabou em conflito. Entre 57 inquéritos administrativos analisados, no mínimo 14 tratam de desavenças entre policiais, as quais ocasionalmente apareceram na documentação da Polícia Judiciária. Em 1898 o agente paraense José Maria atacou um inspetor porque este lhe havia aplicado penas disciplinares, dizendo em voz alta enquanto desembainhava o sabre “que este não mais havia de dar parte de ninguém”. Já preso, declarou que sofria perseguição de alguns funcionários do posto policial.³⁸ José tinha 28 anos e estava há menos de seis meses na polícia, onde ingressara com baixa do Exército, enquanto o inspetor, o alagoano Manoel, ex-barbeiro com 32 anos, era um dos que havia entrado logo que a instituição foi criada, em novembro de 1896.³⁹ Conflitos entre colegas e com superiores são tão previsíveis dentro de instituições policiais quanto a existência de proteção mútua e acobertamento de infrações. Conforme Clive Emsley, é difícil conceber algum ambiente de trabalho onde animosidades pessoais e relações de poder não tenham papel tão significativo quanto as amizades e solidariedades, e nesse aspecto as polícias não diferem de outros trabalhos.⁴⁰

O alto número de servidores que entrava e saía por ano, aliado à predominância de tempos de serviço descontínuos e curtos, dificultava o processo de formação do perfil de policial desejado. As

38 Livro no. 7, Registro de Autos. 2ª circunscrição. Fundo Polícia, Códice 7. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

39 Registros de Matrículas de Servidores. Fundo 3.8, códices 3.8/3 e 3.8/22. AHPA.

40 EMSLEY, Clive. *The policeman as worker: a comparative survey c. 1800-1940. International Review of Social History*. n. 45, p. 89-110, 2000. p. 106.

práticas de recrutamento e desligamento observadas nas fontes indicam procedimentos clientelistas e aplicação discricionária das punições. Ao recontratarem homens antes expulsos por indisciplina, os próprios recrutadores – provavelmente subintendentes – enfraqueciam as possibilidades de contarem com um corpo de “bons policiais”. Por que o regulamento seria o principal guia para os policiais nas ruas, se sua aplicação dentro da corporação era eivada de contradições? Por outro lado, em troca da submissão a um regulamento muito exigente e um trabalho desprestigiado, os salários equivaliam ao de um trabalhador não especializado. Os governantes tinham plena consciência do vínculo entre a questão salarial e a formação do bom policial. Já na época da reorganização das polícias no estado, o então Presidente Julio de Castilhos escreveu na exposição de motivos que introduziu o projeto de lei o seguinte: “Efetivamente, as funções policiais exigem competência especial adquirida por uma verdadeira habilitação profissional; mas, como despertar vocações, conseguir agentes aptos, sem o estímulo de vantagens pecuniárias que os coloquem ao abrigo das necessidades da vida?”.⁴¹ Como outros funcionários municipais e estaduais, os policiais passaram a fazer jus a licenças e aposentadoria quando ficassem inválidos em serviço, o que certamente representava uma grande vantagem em relação à vala comum dos trabalhadores pobres. Ao longo do tempo, ampliaram-se os incentivos salariais e de carreira. A partir de 1919 foi instituída uma gratificação de dez por cento sobre os vencimentos para aqueles que contassem com mais de sete anos de serviço efetivo, e no ano seguinte os policiais passaram a receber por horas extras que excedessem a jornada de nove horas. Mas a instabilidade no quadro de pessoal indica que tais incentivos não conseguiam reter a maioria dos ingressantes.

As práticas analisadas nesse artigo provavelmente representam a adaptação dos chefes da polícia municipal às contingências: orçamento reduzido, baixos salários, pouca disponibilidade de mão-de-obra, aparelhamento político dos cargos

41 Exposição de motivos da decretação das leis. Relativo à Lei de reorganização policial do Rio Grande do Sul. In: *Leis, decretos e actos do Governo do estado do Rio Grande do Sul*. 1896. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação, 1926. L0627. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Essa Exposição de motivos foi assinada por Julio de Castilhos em 20/08/1895.

mais altos. Mais que tudo, representam que o policiamento administrativo nos moldes idealizados nas leis e regulamentos – a prevenção dos delitos, o patrulhamento cotidiano das ruas, a imposição da ordem e moralidade, a segurança pública, enfim – não era uma prioridade para os governos estadual e municipal ao longo da Primeira República. Propalado nos discursos oficiais como imprescindível para alcançar a ordem e moralidade civilizada, o policiamento mostrou-se tarefa complexa e dispendiosa, legada a homens mal pagos e sem treinamento específico,⁴² constantemente criticados pela brutalidade. Os policiais podiam permanecer sem treinamento porque, afinal, a imposição da ordem no espaço público continuou sendo encarada como atividade não especializada dirigida aos mais pobres, e o poder de polícia imposto mais pela força que pela lei.

RECEBIDO EM: 15/05/2016
APROVADO EM: 20/06/2016

42 “As instituições de treinamento formal são, de um modo geral, muito recentes, e provavelmente os dados existentes são escassos. O treinamento de agentes policiais no séc. XIX e no início deste século [XX] era em grande medida uma questão de experiência diária e da maneira como essa experiência era compartilhada.” BRETAS, 1997, op. cit. p. 15-16.

UMA LEITURA DA GREVE DA FORÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO (13 E 14 DE JANEIRO DE 1961) – ENTRE O CORPORATIVISMO E A POLÍTICA¹

The force public strike in São Paulo (13 and 14 january 1961) – between corporatism and politics

André Rosemberg*

RESUMO

Em janeiro de 1961, os policiais da Força Pública de São Paulo entraram em greve durante dois dias. O ato dramático, em que foi tomado o quartel do Corpo de Bombeiros no centro da capital, e paralisado o serviço em outras companhias, reivindicava aumento salarial e paridade de vencimentos com o quadro do funcionalismo civil. Ainda que inicialmente as demandas dos grevistas fossem de ordem corporativa e profissional, havia um forte aspecto político na paralisação. O evento paredista não pode ser tomado como um ato isolado: ele está plenamente embebido no contexto político-social dos anos que precederam o golpe de 1964.

Palavras-chave: Força Pública; greve; corporativismo

ABSTRACT

In January of 1961, Força Pública (police corps) de São Paulo went on a two-day strike. This dramatic event resulted in the *occupation* of the Fire Corps Headquarters and the paralysis of activities in other companies. The policemen demanded a pay rise and wage parity *with that of civil servants*. Although the initial

¹ Uma versão deste artigo foi publicada originalmente em *Vingtième siècle – revue d'histoire*, n. 128, outubro-dezembro de 2015.

* Pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em História Social, PUC/SP. E-mail para contat: andrerosemberg@usp.br

demands of the strikers were of a corporative and professional nature, there was a strong political undercurrent in the shutdown. The strike cannot be taken solely as an isolated act: it is fully immersed in the socio-political context of the years preceding the 1964.

Keywords: police corps; strike; corporatism

“Alastrou-se a várias unidades da FP a greve deflagrada ontem pelos bombeiros de São Paulo”.

As letras garrafais do dia 14 de janeiro de 1961 davam o ar de drama para a notícia que estampava o jornal *A Folha de S. Paulo*. O texto carregado de tensão informava sobre a greve no Corpo de Bombeiros, “irrompida pouco depois das 8h30 da manhã” de ontem, em “sinal de protesto contra o nível de seus soldos”.²

Ainda segundo o jornal, o motivo que teria desencadilhado a paralisação dos serviços dos bombeiros e, em seguida, se alastrando para outras unidades do serviço prestado pela Força Pública (Radio Patrulha, o 2º Batalhão, o 10º Batalhão, o Regimento Nove de Julho e unidades do interior, como em Santo André), foi a negativa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em conceder a paridade salarial dos milicianos com seus homólogos da Polícia Civil (PC) e com o resto do funcionalismo público, que receberam, no mesmo ato, 40% de abono salarial.

O núcleo da greve durou dois dias – 13 e 14 de janeiro – envolveu mais de mil policiais³, levando ao indiciamento de 513 policiais, entre capitães (a mais alta patente entre os envolvidos), tenentes, subtenentes (aspirantes a oficial), sargentos, cabos e soldados. O inquérito foi conduzido por um delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

A greve da Força Pública está enquadrada num contexto crítico da história recente brasileira. Dá-se num momento paradoxal, em que, ao mesmo tempo que as instituições democráticas funcionavam com viço inédito, pulsava no seio de uma parcela importante da elite política e militar um afã reacionário que pretendia

² Jornal *Folha de S. Paulo*, 14 de janeiro de 1961. Arquivo digital.

³ O número de policiais envolvidos na greve é incerto. As estimativas são dos jornais.

impor um projeto político conservador, ainda que às expensas desses mesmos princípios democráticos que vigoravam desde 1946. Sem nos enveredarmos por um prisma teleológico *a posteriori*, a parede dos policiais em 1961 aponta tanto para a ampliação da arena pública aos debates sobre os rumos a serem seguidos pela nação, como um sinal da confrontação ideológica que compõe as circunstâncias do golpe civil-militar que levou à queda do governo João Goulart três anos mais tarde.⁴

I – A greve no contexto político

O evento grevista de 1961, apesar de se apresentar como objeto pleno de interesse autônomo, está atrelado a um contexto bem mais amplo, que envolve o período politicamente turbulento a marcar o final do primeiro governo de Getúlio Vargas (1945) até o Golpe de 1964. Esse é um período denominado de “experiência democrática”.⁵ No curso desse interregno, ainda que com muitas instabilidades e laivos de arbítrio, as instituições políticas formais (partidos e parlamento) funcionaram com um mínimo de credibilidade, levando a uma participação inédita da população no mercado político, tanto se fazendo presente nos pleitos eleitorais, como por meio de outros canais que se abriram com o fim da Ditadura do Estado Novo (1937-1945), a exemplo dos sindicatos, das associações operárias, das ligas camponesas, etc.⁶

4 As múltiplas interpretações que analisam a genealogia, as causas e o desenlace do golpe fogem do escopo deste artigo. Para um apanhado geral e revisão bibliográfica recente, ver Carlos Fico, *Além do golpe – versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*, Rio de Janeiro, Record, 2014.

5 Ver Jorge Ferreira, “A democratização de 1945 e o movimento queremista”, in: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org), *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* – vol. 3, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2013, pp. 13-46. Ver também, do mesmo autor, Apresentação, in: *Tempo*, vol.14, n. 28, junho, 2010, “dossiê 1946-1964: a experiência democrática no Brasil”, pp. 8-18.

6 Lucília Neves de A. Delgado, “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”, in: Jorge Ferreira (org), *O populismo e sua história: debate e crítica*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, pp. 167-204.

Nos anos 1940-1950 cresceu exponencialmente a reivindicação direta dos trabalhadores, que muitas vezes se organizavam alheios ao aparelho cooptador oficial, localizado no Ministério do Trabalho ou no sistema de sindicatos únicos. Foi comum a realização de greves interssindicaais que envolviam 300 mil, 400 mil ou mesmo 700 mil trabalhadores, arrojados por um contexto de inflação galopante e de carestia de produtos básicos.⁷

A greve dos policiais da Força Pública em 1961 insere-se nesse contexto mais amplo, de descontentamento e reivindicação dos trabalhadores por uma participação mais ativa na divisão das riquezas geradas pelo processo de modernização do parque industrial brasileiro e na condução em torno das políticas que geriam as relações de trabalho.⁸ O insueto do movimento policial é que ele se trata de uma espécie de inversão inopinada do lugar social que deviam ocupar na organização da vida social: a polícia, segundo o discurso dominante, deve se desincumbir, nas grandes linhas, da manutenção da ordem e do controle social. A irrupção de um movimento paredista, com piquetes e a reunião de centenas de milhares de pessoas, mesmo que habilitado por uma legislação democrática, deve ser acompanhada de perto pelos policiais, quando não reprimida, violentamente, devido a seu potencial desestabilizador; máxime se considerarmos a fragilidade institucional da democracia brasileira do período.

A greve da polícia se articula às dinâmicas políticas do período e demonstram as complexidades das alianças político-sociais, as ambiguidades inerentes às instituições e as possibilidades divergentes que configuravam a paleta de oportunidades no pré-1964. O movimento paredista é uma expressão desse estado de coisas, que, enxergado por outro prisma, deixou extravazar o aspecto meramente

7 Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, in: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org), *O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* – vol. 3, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2013, pp. 47-96.

8 Ângela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

político da greve, emprestando à insatisfação classista uma dimensão mais holística do papel social cumprido pela polícia e pelo policial.⁹

A greve dá mostras da viabilidade de que os policiais organizassem coalizões e convergissem interesses profissionais e corporativos que passavam ao largo das prescrições oficiais e hierárquicas. Nesse ponto, o policial deixa de ser visto como um autômato nas mãos de elites econômicas e do governo e passa a ser encarado como um ator essencial na ampla arena de disputas. Seu lugar de mero repressor dos excessos trabalhistas (repressão a greves, por exemplo) é mitigado quando se tem acesso ao repertório de demandas dos policiais e de suas articulações com grupos de trabalhadores que compartilhavam experiências similares.

Como fonte para realizar este texto, utilizei basicamente a documentação produzida pelo DOPS, que reúne além de recortes de jornal, fotografias, cópias de panfletos e relatórios secretos produzidos por agentes. O relatório final do inquérito (cuja totalidade não localizei) também está disponível no material produzido pelo DOPS. A greve da polícia não chamou muito a atenção da historiografia da polícia. Thaís Battibugli é a única a abordar o tema, ainda que não se aprofunde nos meandros do episódio.¹⁰ Neste artigo, faço uma crônica mais substancial do que foi a greve da Força Pública, de acordo com a interpretação dos membros do DOPS, fazendo ressaltar o clima de rivalidade que contrapunha as instituições. Ao mesmo tempo, pretendo realçar o temor que transparece no discurso oficial de que a milícia estadual, pelo menos entre os escalões subalternos, cedesse à ideologia “comunista”, num ambiente em que a polarização direita-esquerda pautou o debate político.

9 Para uma crítica dessa posição na historiografia brasileira, ver André Rosenberg, “A greve pelas oito horas em Santos (1908): em busca do inimigo imaginário”, *História & Perspectivas*, 49, jul-dez 2012.

10 Thaís Battibugli, *op. cit.*, pp. 138-155.

A importância deste artigo deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que a historiografia brasileira sobre a polícia relega o dito intervalo democrático, priorizando o estudo das polícias durante a Primeira República ou no governo Vargas, principalmente quando assume caráter ditatorial; em segundo lugar, o olhar especializado, principalmente aquele que se debruça sobre a Era Vargas, prefere ressaltar as operações do DOPS, que joga o papel de polícia política. Uma história sociocultural da polícia ostensiva (a Força Pública, no caso) é relegada.¹¹

II – O espectro do comunismo ronda a Força Pública

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, na partição do orbe entre as duas superpotências, os Estados Unidos se esforçaram em colocar sob sua tutela direta os países da América Latina. Políticas como *Brother Sam* previam investimentos vultosos para o desenvolvimento de sociedades democráticas alinhadas com o livre mercado, principalmente com a assunção de John Kennedy do governo, em 1960.¹² A despeito de uma aparente independência em relação à influência dos dois grandes blocos, a presença norteamericana no Brasil foi patente, mesmo antes do golpe de 1964, momento em que se flagrou a participação direta das agências de inteligência estadunidense no desenrolar do *putsch*.

Durante o período democrático, em áreas estratégicas, como a da Segurança Pública, a cooperação Brasil-EUA se mostrou bastante íntima. Houve trânsito fluente de agentes americanos no Brasil e a visita de policiais brasileiros aos EUA para intercâmbio de

11 Um balanço recente sobre a historiografia da polícia brasileira está disponível em Marcos Luiz Bretas e André Rosemberg, “A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas”, *Topoi*, 14(26), jan./jul., 2013.

12 Isabelle Vagnoux, «Um glacis du monde occidental – Washington et les régimes militaires sud-américains (1964-1989) : des alliances encombrantes», *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*, 105, jan.-mars, 2010 ; Carlos Fico, *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de Chumbo – o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar brasileira*, São Paulo, Civilização Brasileira, 2008.

expertise.¹³ Em plena Guerra Fria, o inimigo da ordem estava decido: o comunismo e a subversão. Os rótulos eram propositadamente arbitrários. Há um movimento anticomunista bastante fundado na história brasileira e que se renova a partir da década de 1950. O “perigo vermelho” passa a ser identificado com bandeiras esquerdistas para além de intelectuais e ativistas sindicais, tradicionalmente relacionados ao ideário comunista. O “combate” à ameaça marxista-leninista amplia o rol dos inimigos a serem debelados e agrega ao campo “democrático” (o qualificativo, vazio de sentido concreto, que se torna o contraponto do comunismo) uma plêiade de simpatizantes pertencentes a amplos estratos sociais, de instituições religiosas a associações civis e sindicatos patronais.¹⁴

Dentro desses limites pouco precisos de um lado a outro da arena ideológica, como se definia um comunista? O PCB estava na ilegalidade desde 1947 e o qualificativo era resiliente o bastante para tachar os inimigos políticos e aqueles que reivindicavam mudança na estrutura social do país: uma distribuição mais equânime de renda, reforma agrária, reforço dos direitos trabalhistas, independência sindical, ampliação da franquia eleitoral. Comunista, portanto, era a carapuça que identificava, além dos que professavam sua fé em Marx e Lênin a partir de canais representativos (o partido, as associações, os sindicatos), os potenciais detratores da ordem e da tranquilidade pública, aqueles que ameaçavam a estrutura social do país, baseada na morigeração e na deferência às instituições.¹⁵ O comunista era o inimigo a ser combatido; e o comunismo, o credo a ser banido. Tratava-se de verdadeira questão de Segurança Nacional, cuja lei, promulgada em 4 de abril de 1935, serviu de base, mais tarde para legitimar as exações extrajurídicas do governo militar (pós-1964) contra os “inimigos do regime”.

13 Thaís Battibugli, *op. cit.*, pp. 227-256 et Martha K. Huggins. *Political policing. The United States and Latin America*. Durham, Duke University Press, 1988.

14 Sobre a presença comunista no país e as políticas de prevenção, ver Rodrigo Patto Sá Motta, *Em guarda contra o perigo vermelho*, São Paulo, Perspectiva, 2002 e Marcos Napolitano, Rodrigo Czajka e Rodrigo Patto Sá Motta (orgs), *Comunistas brasileiros – cultura política e produção cultural*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2013.

15 A complacência na definição dos “comunistas” deve-se ao entendimento de Jacob Goerender. *Combate nas trevas*. São Paulo: Atica, 2001.

Em nome da Lei de Segurança Nacional, da defesa das fronteiras – reais e simbólicas – brasileiras contra a ameaça do comunismo internacional, todo e qualquer meandro de contaminação era escrutinado pelos aparatos da polícia secreta, reunidos no DOPS, inclusive no seio mesmo da Força Pública, que, por sua vez, se politizava num período em que o debate político se acirrou na arena pública.

Em 07 de maio de 1957, um ofício confidencial enviado pelo chefe de gabinete do Conselho de Segurança Nacional ao diretor do DOPS sob a rubrica “Comunismo na Força Pública de São Paulo” anunciava que

Há indícios de que a infiltração comunista no seio da FP de São Paulo esteja se processando através da criação, por parte do Comandante Geral de um Centro que congregue soldados e cabos da corporação. A propaganda não tem atingido somente às praças, mas também a oficialidade, pois, de uma maneira geral, reina o descontentamento naquela força.¹⁶

Em paralelo, a Força Pública utilizava os serviços da polícia política para levantar informações sobre a vida pregressa dos potenciais recrutas. O passado ligado a atividades tidas como subversivas ou a “células comunistas” podia inviabilizar o ingresso do postulante na corporação.

Um ofício do Serviço Secreto do DOPS para o Capitão Chefe de Alistamento da FP, em 21 de setembro de 1954, informava que Walter Rodrigues, “conforme boletim informativo do Estado do Rio de Janeiro, datado de 31 de dezembro de 1952, figura (...) como um dos signatários de mensagem de felicitações enviada a Stalin”. Já Oswaldo da Silva “(...) figura em n/arquivo como um dos

16 Arquivo Público do Estado de São Paulo (AESP), DOPS, 50-D-18, pasta 8. Todos os excertos da documentação do DOPS reproduzidos neste texto têm a mesma origem arquivística.

signatários de empregados da Prefeitura Municipal que protestaram contra o processo de Luiz Carlos Prestes (...); e outro, também com esse mesmo nome, como um dos signatários do manifesto de lançamento do 2º Festival da Juventude Paulista, entidade filiada à Juventude Comunista”.¹⁷

Temia-se o espectro do comunismo pelo poder suasório das premissas igualitárias num período de descontentamento popular com a situação inflacionária e de carestia pela qual atravessava o país. Localizado na escala social mais baixa, com remuneração equivalente a de trabalhadores sem qualificação, os praças da Força Pública compartilhavam, fora do quartel, das mesmas agruras que seus homólogos sem farda. Malgrado estarem submetidos a regime militar, de rígida disciplina e hierarquia, os policiais não se sentiam parte excluída de uma “classe trabalhadora” mais ampla.

III – Os preâmbulos da greve

O descontentamento no seio da corporação era flagrante. Pelo menos desde o início da década de 1950, os agentes do DOPS e a imprensa de São Paulo recolhiam queixas de policiais da Força Pública. Em inúmeros boletins da polícia política identificava-se a reunião de núcleos reivindicatórios, mais ou menos organizados. O clima democrático, vigente desde 1946, e a turbulência na política local levavam os policiais a serem disputados por grupos políticos antagônicos. A cooptação da Força Pública podia se revelar um trunfo importante no resultado das urnas. Daí, a conscientização do papel que desempenhavam no equilíbrio eleitoral emprestava à corporação, sobretudo a seus membros de baixa patente, com menos comprometimento com a cúpula da alta burocracia política, instrumentos para pleitear melhores condições de trabalho, benefícios

17 AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício de 31/12/1952.

profissionais e corporativos e concessões paternalistas das parcialidades políticas que se enfrentavam.

Das principais reivindicações que brotam em meados da década de 1950, podemos salientar o clamor por um aumento categórico dos vencimentos, capaz de acompanhar o processo inflacionário, a equiparação de status da Força Pública com a Polícia Civil e a substituição do Comandante Geral da corporação, Coronel Arrison de Souza Ferraz, considerado muito próximo ao Secretário de Segurança Pública. Subjacentes a essas solicitações, desvela-se um sentimento de inferioridade da Força Pública em relação à sua correspondente civil, que historicamente gozava de maior prestígio junto às autoridades políticas.¹⁸ Clamava-se que a subordinação da Força Pública se desse diretamente com o governador do estado, e não mais por intermédio do Secretário de Segurança Pública. O orgulho militar e os arroubos de autonomia institucional repulsavam a intervenção da vertente civil da polícia (delegados, subdelegados) na organização e nos afazeres da Força Pública.

Um quadro de tensão evidente revolvía o cotidiano da Força Pública, trazendo desconforto (para dizer o mínimo) ao DOPS e à cúpula política de São Paulo. Uma ameaça insurrecional estava na ordem do dia, pelo menos se nos fiarmos nos relatórios oficiais. E, como sempre, o fantasma do comunismo rondava os quartéis, desviando os soldados de base e os oficiais de menor patente do bom caminho disciplinar.

Um relatório produzido pelo DOPS em 1954 dava conta de seguidas insubordinações no seio da Força Pública, a exemplo de faltas às revistas e o não comparecimento ao expediente. Segundo o agente da polícia política, a insubordinação estava vinculada às más condições de trabalho, como o regime de turno de 24 horas de trabalho por 24 horas de descanso. Na conclusão do ofício, lia-se: “A maioria dos soldados está descontente”.

Em 1959, a insatisfação da tropa chegara a um nível preocupante. A imprensa de São Paulo, da mais situacionista, ligada ao governo Carvalho Pinto, à mais oposicionista, vinculada a

¹⁸ Sobre as origens da rivalidade entre as polícias militar e civil no estado de São Paulo, ver André Rosenberg, *op. cit.*, principalmente capítulo 1.

Adhemar de Barros, seu ferrenho opositor, tratava do tema da Força Pública com grande apreensão. As reivindicações por benefícios profissionais e corporativos se consolidavam, ao mesmo tempo em que se acirrava a disputa política no estado de São Paulo e no plano federal. Cobiçados como cabos eleitorais, os policiais, organizados em clubes e grêmios, se dividiam no apoio partidário a um ou outro candidato, dando vazão ao agitado ambiente político da virada da década de 1950.

No esteio reivindicatório da tropa, a tecla de independência em relação à Secretaria de Segurança Pública volta a ser premedida pela cúpula da instituição. Uma moção do comando da Força Pública foi publicada em vários jornais paulistas em junho de 1959. No texto, o repúdio à interferência civil no cotidiano da corporação remete ao passado da instituição, durante a Primeira República (1889-1930), quando à polícia militar eram concedidas grandes parcelas de autonomia.

Rumores acerca de uma grande reforma policial, que extingiria as polícias militares estaduais em favor de guardas civis municipais, ou boatos que davam conta da remoção da tropa para o interior do estado também agitavam os policiais. Havia uma vontade explícita de se manifestar politicamente através dos canais de representação institucional forjados nos interstícios das amarras disciplinares da Força Pública. O clima quente do final dos anos 1950 se fazia sentir na pressão quase insurrecional dos tenentes, os oficiais de mais baixa patente no quadro da polícia. Chamado de “tenentada” pelos órgãos da imprensa e pelos relatos do DOPS, esse “movimento” pressionava por melhorias nas condições gerais de trabalho e pleiteava a demissão do Comandante Geral, coronel Arrison de Souza Ferraz, considerado um capacho do Secretário de Segurança Pública. Como parte da pressão, os tenentes teriam invadido seu gabinete e bradado com rispidez.¹⁹

19 AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício do dia 03/09/1959.

IV – Crônica de uma greve

O ano de 1960 começa igualmente tenso. No âmbito nacional, o final do governo JK acirra as disputa eleitoral entre Jânio Quadros e o Marechal Lott.²⁰ Enquanto Jânio galvanizava, ainda que a contragosto, as forças conservadoras, ligadas à UDN; Lott representava as ambições progressistas, a continuação do nacionalismo-desenvolvimentista de Juscelino e a ambição de um governo mais à esquerda do gradiente político. Essa contenda transbordava para o plano estadual, onde os atores políticos se digladiavam por apoio (tanto mais que Jânio Quadros tinha sido governador paulista no quadriênio 1955-1959).²¹

O controle do aparato policial, principalmente da Força Pública, era essencial para o sucesso político. Embebida no tenso ambiente de época, a tropa jogava o jogo da politicagem. A percepção da instabilidade política, da presença de “agitadores de esquerda” e da pressão dos milicianos, principalmente os de baixa patente, com desafios explícitos à disciplina e à hierarquia militares, somados ao potencial disruptivo da tropa, ameaçava a estabilidade institucional. Não obstante as inclinações políticas dos policiais, cujos manifestos apoiavam ora um ora outro candidato, a macropolítica parece ter permanecido subjacente aos interesses mais pragmáticos da profissão e da carreira. Os diversos *meetings* e reuniões em grêmios e associações eram tidos como “cripto-comunistas” pelos agentes do DOPS. Recebiam também apoio explícito de outros grupos contestatórios como sindicatos e uniões estudantis.

O relatório de uma reunião de policiais da Força Pública em setembro de 1960 mostra bem o tom belicoso que envolvia a tropa. Durante o encontro – descreve o agente do DOPS

foi atacado o nome e a pessoa do senhor governador do Estado (...) Não há o espírito de disciplina nas fileiras e isso vem de ser proclamado pelos próprios oficiais (...)

20 Ver Thomas Skidmore, *op. cit.*

21 Thais Battibugli, *op. cit.*, capítulo 4.

Um tenente disse? “Já não posso mais exigir disciplina dos meus soldados porque também eu não sou disciplinado perante os meus superiores hierárquicos” (...) A reunião marcada para quarta-feira será decisiva: ou o governo cede ou a FP não mais acatará as decisões [ilegível].²²

Em mais um relatório, agentes do DOPS aventam a existência de um espírito de cisão no meio da tropa, entre “aqueles que acham que tudo deve ser conseguido dentro de um regime de disciplina militar; e outra que (influenciada por um espírito político imoderado) deixa-se levar por gestos e atitudes não tão condizentes com a disciplina da corporação”.²³

Se há um estopim que desencadeia os eventos, no caso da greve da Força Pública, esse acontecimento foi a negativa da Assembleia Legislativa em conceder compensação salarial aos soldados equivalente à dos outros funcionários públicos, inclusive os policiais civis. A votação causou profunda frustração na tropa. Relatos da imprensa e do DOPS dão conta de cenas de desespero entre os policiais no momento em que se divulga o resultado da votação. Conforme escreveu o delegado responsável pelo inquérito que investigou o movimento, “(...) um oficial desmaiou, outro deu forte soco na perua do Departamento de Ordem Política e Social estacionada nas imediações, soldados gritavam, choravam e eram atacados de crises nervosas, o que bem denota o estado psicológico de que estavam possuídos”.²⁴

O relatório final do inquérito dá conta – em linguagem pouco protocolar – da marcha dos eventos:

Assim é que, na manhã em que caiu a aspiração dos milicianos, os trabalhos mais reclamados pela coletividade começaram a entrar em colapso. A

22 AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício do dia 19/09/1960.

23 AESP, DOPS 50-D-18, pasta 8. Ofício do dia 19/07/1960.

24 Relatório final do Delegado João Rannali no Inquérito que apurou a greve de 13, 14 de janeiro de 1961, em 03 de maio de 1961.

interrupção de serviços teve início no Corpo de Bombeiros e ganhou, num repente, o Batalhão de Rádio Patrulha e o de Policiamento - que destaca para a Zona Leste da cidade [de São Paulo]. O município periférico de Santo André conheceu, igualmente, os efeitos da greve. No território que cabia à Milícia policial, a ausência dos mantenedores da ordem foi quase que total. A Rádio Patrulha ficou inativa (12º Batalhão).²⁵

O fato de a greve ter se iniciado entre os bombeiros intrigou as autoridades. Ainda que o Corpo de Bombeiros fizesse parte da Força Pública, a missão enobrecida – sem desempenhar nenhuma função repressiva – de que se desincumbiam os colocava numa posição mais vantajosa em relação ao público, que os tinha em boa conta. Na manhã do dia 13, entretanto, o quartel central da corporação, na Praça Clóvis de Beviláqua, no centro da capital, ficou tomada pelos paredistas. Num ato de grande simbologia, o tenente Celestino Henrique Fernandes determinou a um subordinado que içasse a escada magirus em frente ao quartel, ornando-a, em seu topo, com uma bandeira preta, em sinal de “luto pelas mortes das [nossas] reivindicações”.²⁶

Na sequência, a telegrafia do Corpo de Bombeiros transmitiu a ordem de greve para os destacamentos de todas as outras zonas da capital. Os comandantes de prontidão começaram a enviar os caminhões e o pessoal rumo ao quartel principal, centro da mobilização. Uma vez no quartel, os carros foram estacionados. Ainda segundo o delegado do DOPS, “(...) sempre que uma ameaça pairava sobre os milicianos, tenentes e aspirantes refreavam os impulsos dos soldados mais exaltados, disciplinavam-nos e chamavam-nos à realidade para que a paralisação de serviços não descambasse para a masorca”.²⁷ Para evitar confrontos mais sérios, os milicianos entregaram as armas, que foram recolhidas aos depósitos de cada unidade.

²⁵ *Idem.*

²⁶ *Idem.*

²⁷ *Idem.*

Ainda no dia 13, quando a situação no quartel parecia contornada, com os cabeças do movimento votando pela retomada dos trabalhos, de inopino, chegaram oficiais (capitão Sidney Gimenez Palácios, tenentes Raul da Luz, Jatyr de Souza e Paulo Tenório da Rocha Marques) de outras unidades da Força Pública, anunciando a adesão ao movimento, o que inviabilizava o acordo de trégua. Um novo escrutínio foi realizado e greve teve continuidade, com o apoio maciço da tropa.

Na manhã do dia 14, as tropas do Exército cercaram o quartel. Um novo comandante geral da Força Pública foi empossado – o coronel do Exército Caetano Figueiredo Lopes – com apoio do Ministério da Guerra. Entretanto, os soldados não cederam à autoridade e desobedeceram as ordens de “a postos” emanada pelo novo comandante. Tropas do Exército, mobilizadas para conter os possíveis desatinos dos bombeiros, foram estacionadas nas cercanias da caserna, emprestando um caráter marcial ao centro da cidade.

Outros acontecimentos dramáticos se seguiram quando soldados cercaram o coronel Caetano, novo comandante geral, retorquindo as suas palavras de alento e de estímulo à obediência e à disciplina. Entrementes, o comando da parede, driblando as ordens do Exército, em vez de fazer retornar os veículos às zonas de origem, retomando a normalidade, desviou-os rumo ao Palácio do Governo, nos Campos Elíseos, com vistas a confrontar diretamente o governador. Alguns soldados foram destacados para a garagem do Palácio a fim de evitar a fuga da autoridade.

Providencialmente – segue o relatório do inquérito –, o Exército Nacional, pelas tropas sediadas em São Paulo, estava alerta. Os generais Costa e Silva e Altair Franco Ferreira logo se faziam presentes e o primeiro, em tom enérgico e ameaçador, deu dois minutos de prazo para que os milicianos se retirassem porque, caso contrário, seriam “varridos à bala” por contingentes seus que estavam a caminho daquele local. Finalmente os oficiais revoltosos foram detidos pelo Coronel Caetano.²⁸

O cerco ao Palácio do Governo gerou apreensão nas autoridades políticas confinadas no local. Segundo relatos da

28 *Idem*.

imprensa, até o governador pegou em armas para defender-se de uma possível invasão.

A convocação grevista, iniciada no Corpo de Bombeiros, ecoou em outras divisões da Força Pública. O 12º Batalhão Policial, responsável pela Rádio Patrulha, se declarou solidário à greve, “deixando – segundo os termos do inquérito – de manter em funcionamento os setores a seu cargo, paralisaram as atividades a que estavam adstritos”.²⁹

Também se mostrou solidário o Segundo Batalhão Policial, composto por quatro companhias (uma administrativa, na sede do batalhão; as outras localizam-se na Penha, Vila Matilde e São Miguel, bairros da Zona Leste de São Paulo). No dia 13, solicitações da população não foram atendidas; na sede da Vila Maria foi hasteada uma bandeira preta. Em todas as companhias, os milicianos começaram a abandonar seus postos. Em São Miguel Paulista, “verificaram-se as cenas de maior rebeldia e onde patenteado ficou que o ânimo da tropa era marchar para a total paralisação de atividades, não só em sinal de solidariedade à campanha de aumento de soldo, mas também como prova de estima pelos oficiais que haviam sido presos”.³⁰ Soldados foram enviados à casa de colegas que estivessem de férias ou de folga, a fim de engrossar o contingente.

No Regimento Nove de Julho – unidade destacada para intervir no Corpo de Bombeiros, antes da interferência das Forças Armadas – foram detidos quatro capitães, sete tenentes e cinco aspirantes que “deixaram de cumprir ordens de serviço dos seus superiores, negando-se a intervir no Corpo de Bombeiros com o escopo de pôr fim à interrupção de trabalhos iniciadas pelo seu pessoal”. O coronel Paulo da Cruz Mariano foi ter com os insurretos que disseram que “embora não tivessem armas, fariam uso de machadinhas para repelir a intervenção na unidade”.³¹

Não há informações precisas do número exato de aderentes ao movimento. Nem o inquérito nem a imprensa chegam a uma cifra

29 *Idem.*

30 *Idem.*

31 *Idem.*

precisa. Os jornais especulam que tenha havido entre 500 e mil prisões durante os dias 13 e 14. O inquérito de mais de 2500 folhas, terminado em três de maio de 1961, pela lavra do Delegado Especializado de Ordem Social, João Ranali, ouviu 280 milicianos e doze testemunhas. Dos 513 indiciados no inquérito disciplinar, 63 foram submetidos a inquéritos policiais e 57 sofreram processos criminais por delitos de várias espécies que vão desde o crime contra a pessoa até os praticados contra a propriedade.

VI – Consequências e algumas considerações finais

No dia 15 de janeiro, ainda que os ânimos estivessem estirados, o ímpeto grevista arrefeceu. A presença das tropas do Exército, o compromisso com algumas das reivindicações corporativas e a campanha de repressão contra os líderes da insurreição desmotivaram os grevistas. De acordo com os termos do inquérito, a responsabilidade maior da vaga indisciplinar recaiu nas costas da baixa oficialidade – os tenentes. Apenas oito capitães foram indiciados, e nenhum tenente-coronel ou coronel. Os detidos foram levados ao quartel de Sorocaba, no interior do estado, onde esperaram os julgamentos civis e militares.

Em que pese o fim da greve, a politização em torno do movimento teve sequência. Uma passeata das esposas e filhos dos policiais foi convocada para o dia 20 de janeiro. Segundo relatos do DOPS, teriam tomado parte da manifestação 1500 pessoas, dentre as quais, dez policiais fardados, além de estudantes e operários, solidários à causa dos policiais. Antonio Chamorro, célebre líder comunista, “o orador mais violento de todos (...) afirmou que a FP deixou de espancar os operários para se unir a eles em seu próprio socorro. Afirmou também que juntos (operários e soldados) irão conseguir o congelamento de preços e outras reivindicações de há muito pleiteadas em benefício do povo”. Os cartazes carregados pelas mulheres dos policiais davam o tom social da passeata. Entre outros,

liam-se palavras de ordem, como ‘Queremos Pão’, ‘Carvalho Pinto coveiro da FP’, ‘Anistia e 40%’.³²

Por parte do governo, havia temor de que os “comunistas” capitalizassem os despojos do movimento. Vários políticos, sindicatos e associações, considerados de esquerda, se solidarizaram com os policiais, como o Sindicato dos Metalúrgicos, a União Ferroviária da Estrada de Ferro Sorocabana, a União Estadual dos Estudantes, o líder Jofre Correia Netto, os deputados “comunistas” Luciano Lepera e Ivete Vargas.

De acordo com os relatos do DOPS, o Partido Comunista Brasileiro, embora clandestino, estava intimamente ligado à articulação do movimento. A proximidade dos representantes da esquerda dos líderes do movimento paredista era flagrante, segundo se depreende das inferências dos agentes da polícia política.

[o] movimento [é] nitidamente orientado e insuflado pelo PCB, ainda não foi erradicado. Longe disso. Os elementos de maior gabarito naquela Força policial prosseguem estabelecendo contatos com militares do Exército e com políticos visando alcançar, com brevidade, o objetivo que se traçaram (...).³³

No temor mais explícito das autoridades políticas, o espectro do comunismo fornecia a “ideologia” política que consubstanciava as reivindicações profissionais e corporativas. Conforme se depreende de algumas análises de contemporâneos, naquele período de turbulência política, a Força Pública não mais se coadunaria com o governo de plantão, mas sim aos interesses supinos do “povo”. Em caso de revolta ou insurreição, com potencial de alterar a ordem institucional, a polícia militarizada defenderia os ideais revolucionários. O jornal *O Estado de S. Paulo* num editorial que comentava a greve recém-terminada, atesta, sem meias palavras, a intenção golpista dos policiais, que teriam sido utilizados como

32 AESP, DOPS 50-D-18, pasta 9. Ofício do dia 20/01/1961.

33 AESP, DOPS 50-D-18, pasta 9. Ofício do dia 09/02/1961.

instrumentos políticos do PTB e PSD para evitar a posse de Jânio Quadros, visando a “derrubar a ordem social”. Ainda segundo o jornal, a contenção imediata do governo evitou que o conflito se espraiasse e contaminasse o ambiente político.³⁴

É difícil nos fiarmos na argúcia dessa assertiva, isto é, crer que a Força Pública, principalmente na base de sua pirâmide hierárquica, se arvorasse a princípios ideológicos tão arraigados e coerentes. O temor de que, ao menos em São Paulo, a corporação possuísse potencial bélico para forçar a subversão do regime também pairava entre as autoridades. Pelo menos no plano do discurso, esse era o diagnóstico que se extrai da coleção de ofícios produzidos pelos agentes do DOPS e da leitura, nos interstícios, da retórica de políticos conservadores. Pode ser que o alarme fosse exagerado, e que se inflasse a força conspiratória da Força Pública e dos “comunistas”, a fim de que ao governo de São Paulo fossem concedidos benefícios por parte da União.

Fica patente que, num grau menor ou maior, a Força Pública paulista se politizava num contexto de acirramento de projetos antagônicos. A corporação mostrou-se capaz de maquinar uma greve cuja ilegalidade infringia aspectos civis e militares. Seus líderes e os adesistas desafiaram os estatutos da Lei de Segurança Nacional e o Regulamento Disciplinar, subvertendo as noções e hierarquia. De fato, é difícil estabelecer uma linha rígida entre reivindicações meramente profissionais e corporativas de questões políticas de maior fôlego, como a ampliação da cidadania política – o direito de votar e ser votado – para praças e inferiores, até então excluídos da franquia eleitoral.³⁵ Talvez essa divisão seja indevida, e no bojo das disputas de um projeto político que opunha, *grossa modo*, os herdeiros da política trabalhista de Getúlio Vargas, adeptos à modernização nacionalista, e o grupo conservador, atrelado ao liberalismo excludente, a Força Pública de São Paulo tenha mesclado durante as

34 Jornal *O Estado de S. Paulo*, 18 de janeiro de 1961.

35 Em setembro de 1963, parte dos sargentos do Exército Nacional se revoltou, em Brasília, contra a decisão do Supremo Tribunal Federal, que os excluía da franquia eleitoral, dando início a uma insurreição armada, mas de curta duração. Sobre o assunto, ver Paulo Eduardo Castello Parucker, *Praças em pé de guerra – o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

jornadas de 13 e 14 de janeiro de 1961 – evento culminante das insatisfações acumuladas – a pragmática profissional às demandas políticas mais abstratas.

Do episódio, também fica patente a cizânia, igualmente histórica, entre as instituições policiais de São Paulo, e a ambição de independência que impulsionava a Força Pública. É improvável que houvesse uma filiação ideológica tão clara ao “comunismo” e aos grupos de esquerda, a ponto de se corroborar a adesão consciente da maioria da tropa, tanto que a corporação não se opôs ao movimento golpista de 1964. Ao contrário: os Boletins Diários do pós-golpe (nos dias 1 e 2 de abril) louvaram a deposição de João Goulart. Os poucos recalcitrantes foram, nos anos subsequentes, expurgados da corporação.

Pode-se dizer, finalmente, que no intervalo democrático de 1946 a 1964, a Força Pública participou ativamente, e com toda a ambiguidade comum às organizações, em geral, e às organizações policiais, em particular, do conturbado contexto político. A greve de 1961, e seus significados controversos e ambivalentes, são uma demonstração incontestável desse fenômeno.

RECEBIDO EM: 15/05/2016
APROVADO EM: 20/06/2016

Artigos

A ASSISTÊNCIA AOS CONFRADES DEFUNTOS NA IRMANDADE DE SANTA CRUZ DE BRAGA NO SÉCULO XVIII¹

The support to the deceased confreres in the brotherhood of Santa Cruz of Braga in the XVIII century

Norberto Tiago Gonçalves Ferraz*

RESUMO

No século XVIII a irmandade de Santa Cruz, fundada no século XVI, era uma das mais importantes da cidade de Braga. Um dos seus principais focos de acção estava direccionado para o cuidado aos confrades defuntos. A irmandade prestava assistência aos seus membros por ocasião da sua agonia e morte, acompanhando-os posteriormente à sepultura. Para além disso, estabeleceu a celebração de missas por alma dos confrades defuntos, quer a título individual, quer a título geral. O objetivo último era alcançar a sua libertação das penas do Purgatório.

Palavras-chave: assistência; morte; Braga

ABSTRACT

In the XVIII century the brotherhood of Santa Cruz, founded in the XVI century, was one of the most importante from the city of Braga. One of her main focus of action was directed towards the care of the deceased confreres. The brotherhood gave assistance to her members on the occasion of their agony and death, taking them to the grave posteriorly. Behond that it established the celebration of masses for the soul of the deceased confreres, on an individual level, but also to all in general. The ultimate

1 Este trabalho insere-se numa investigação doutoral mais ampla sobre a vivência da morte e da salvação da alma na cidade de Braga no século XVIII, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

* Vinculado ao Lab2Pt - Universidade do Minho (Portugal). Licenciado e Mestre em Sociologia pela Universidade do Minho. Doutoramento em História Moderna pela Universidade do Minho. Email para contacto: norberto_tiago@iol.pt

purpose was to achieve their release from the punishments of Purgatory.

Keywords: support; death; Braga

Na centúria setecentista Braga era, no norte do país, o principal centro comercial e manufatureiro, logo a seguir ao Porto. Nela se podiam encontrar artesãos e comerciantes de diversos ofícios como sombreireiros, sapateiros, alfaiates, vendeiros, ourives, demonstrando a importância da “pequena oficina” no seu tecido económico. A cidade afluía aliás diversas matérias-primas do país, do estrangeiro e colónias como as lãs, peles e couros, sedas, linhos para indústrias de chapéus, panos e calçados. O setor produtivo agrícola e pecuário, também tinha importância e estava presente sobretudo nas zonas limítrofes da cidade, bem como nos seus arredores.

O arcebispo bracarense era o senhor da cidade, cabeça de administração de uma vasta diocese, o que se refletia na existência de um importante aparelho administrativo eclesiástico que empregava muitos indivíduos. O corpo eclesiástico local, secular e regular, era bastante numeroso, para dar resposta às múltiplas necessidades culturais e religiosas. Para além do peso da influência clerical é de assinalar a presença da nobreza local através de diversas casas fidalgas.²

É neste contexto que se enquadram as confrarias bracarenses em geral e a de Santa Cruz em particular. O movimento confraternal bracarense, sobretudo na primeira metade da centúria setecentista, era bastante pujante. Um estudo efetuado aponta para a existência de mais de 80 confrarias na cidade, em meados do século XVIII.³ O seu cariz, força financeira, prestígio social e religioso era diverso. Algumas confrarias de cariz “paroquial” estavam direcionadas para o culto da comunidade, sendo constituídas pelos fregueses da paróquia.

² Sobre a caracterização de Braga na centúria setecentista leia-se CAPELA, José Viriato, *Fidalgos, nobres e letrados no governo bracarense*. A administração económica e financeira da câmara no apogeu e crise do antigo regime. Braga: Edição do Mestrado de História das Instituições e cultura moderna e contemporânea, 1999, pp. 25, 40, 45, 60, 63-64, 76-80; CAPELA, José Viriato; FERREIRA, Ana da Cunha, *Braga Triunfante (Braga nas Memórias Paroquiais de 1758)*. Braga: Universidade do Minho, 2002, pp. 170-171.

³ CAPELA, José Viriato; FERREIRA, Ana da Cunha, *Braga Triunfante (Braga nas Memórias Paroquiais de 1758)*. Braga: Universidade do Minho, 2002, pp. 194-195.

Outras eram constituídas nas suas fileiras pelos indivíduos pertencentes a um determinado ofício artesanal. Um pequeno número destas instituições tinha rendimentos avultados, devido a legados recebidos ao longo dos tempos, bem como pelas elevadas quotas que pagavam aqueles que nelas queriam ingressar. A estas irmandades pertenciam os grupos sociais mais influentes da cidade. Em geral, eram proprietárias de uma igreja própria, na qual podiam desenvolver diversas manifestações de culto religioso.⁴ A este grupo pertencia a irmandade de Santa Cruz.

A irmandade de Santa Cruz da cidade de Braga foi fundada em 1581 como uma confraria juvenil pelo mestre-escola Jerónimo Portilo e inicialmente, era composta por letrados e estudantes. Este indivíduo possuía uma grande devoção a uma cruz colocada pelo arcebispo bracarense D. Diogo de Sousa nas imediações da cidade nas primeiras décadas do século XVI, sendo esta a motivação que o levou a fundar uma irmandade de devoção à Santa Cruz, símbolo da paixão de Cristo. Aliás, desde o século XVII esta confraria teve a seu cargo a realização da Procissão do Enterro do Senhor em Braga, na noite de Sexta-Feira Santa, uma função que ainda hoje desempenha em coordenação com outras instituições.

A partir do século XVII a irmandade de Santa Cruz tornou-se uma associação cada vez mais influente, constituída e dirigida pelas elites da cidade.⁵ Ao longo desta centúria a instituição conheceu um crescimento contínuo, acabando por construir o seu próprio templo onde se sediou. A afirmação da irmandade de Santa Cruz permitiu-lhe até rivalizar com a Santa Casa da Misericórdia de Braga, à qual conseguira, ainda no século XVII, retirar o “monopólio da tumba”.⁶ Para explicarmos no que consistia este “monopólio”, devemos recordar que em Portugal, durante um largo período na Idade Moderna, as Misericórdias tinham o privilégio de serem somente elas,

4 GOMES, Paula Alexandra de Carvalho. *Oficiais e confrades em Braga no tempo de Pombal*. Contributos para o estudo do movimento e organização confraternal bracarenses no século XVIII. Braga: Universidade do Minho, 2002, pp. 135-137.

5 Entre as suas fileiras contava-se a nobreza civil e eclesiástica, letrados, os cônegos da Sé e outros indivíduos ricos. Sobre a origem e desenvolvimento da irmandade de Santa Cruz veja-se COSTA, Luís. *O templo de Santa Cruz*. Braga: Edição da irmandade de Santa Cruz, 1993, pp. 13-23.

6 COSTA, Luís. *O templo de Santa Cruz*. Braga: Edição da irmandade de Santa Cruz, 1993, pp. 77-78.

nas localidades onde estavam situadas, a poder transportar os defuntos até à sepultura, nos esquifes de que eram proprietárias. A irmandade de Santa Cruz teve assim um cariz pioneiro em Braga ao alcançar a prerrogativa de poder transportar os irmãos no seu próprio esquife. Em breve este exemplo seria imitado por outras confrarias locais.

Ora, a exemplo das instituições deste género, a irmandade de Santa Cruz prestava assistência aos seus membros numa dimensão muito particular das suas vidas. Esta confraria apoiava e estava presente na “passagem” dos irmãos para o além. O conforto espiritual aos confrades iniciava-se logo que houvesse notícia que algum estivesse com uma doença séria. Assim, se um confrade adoecesse cabia ao colega que residisse mais próximo avisar o juiz⁷ ou o secretário da instituição sobre o sucedido. Estes responsáveis da irmandade tinham então de visitar e confortar o irmão enfermo, alertando-o sobretudo para a necessidade de, desde logo, preparar a sua alma para a eventualidade do encontro com Deus. Tanto o juiz como o secretário podiam delegar esta tarefa nos confrades vizinhos ou amigos do doente, subtraindo-se a este auxílio.⁸ Os estatutos previam penalizações, a arbítrio da Mesa,⁹ para os confrades e mesários que não cumprissem estas disposições.¹⁰ Esta visita efetuada ao irmão doente pressupunha portanto dois objetivos. Em primeiro lugar consolar e confortar o enfermo pela situação difícil que estava a atravessar. Efetivamente, a Igreja afirmava que a visita aos doentes era uma das obras de Misericórdia que os bons cristãos deviam efetuar para alcançar a salvação. Em segundo lugar os visitantes aproveitavam este momento para lembrar ao doente que devia preparar a sua alma para a eventualidade do encontro com Deus, ou seja, o confrade enfermo devia solicitar rapidamente os sacramentos

7 O juiz era a autoridade máxima da irmandade.

8 Na confraria de São Crispim e São Crispiniano do Porto, na Época Medieval, o provedor ordenava a um confrade para que acompanhasse os colegas que, na hora da morte, estivessem sem ninguém que os apoiasse. Veja-se para este assunto OLIVEIRA, Maria Helena Mendes da Rocha. *A confraria de São Crispim e São Crispiniano e o seu Hospital na Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 43-44, tese de Mestrado policopiada.

9 A Mesa era o órgão administrativo da irmandade, presidida pelo juiz.

10 Sobre as visitas aos confrades doentes leia-se Arquivo da irmandade de Santa Cruz doravante AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz, 1664, 1702, 1762, 1773*, fls. 272v.-273, 378.

da confissão, comunhão e extrema-unção de modo a poder partir com a alma tranquila e mais confiante na misericórdia divina. No catolicismo da Idade Moderna, quando a vida de um indivíduo estivesse ameaçada, a salvação da alma era fulcral. O sacerdote era o “médico” da alma e tinha prioridade sobre o médico do corpo.¹¹

O apoio confraternal aos seus membros continuava assim que chegasse conhecimento da morte destes. A irmandade disponibilizava imediatamente para casa do falecido quatro tocheiras, uma caldeira de água benta e uma almofada. Deste modo pretendia conferir maior dignidade aos restos mortais dos seus defuntos, enquanto estivessem a ser velados. As quatro tocheiras alumiam o corpo do irmão, simbolizando o desejo dos vivos para que o defunto “encontrasse” a luz eterna no além. A caldeira de água benta era utilizada para que todos os visitantes pudessem aspergir o cadáver, ritual de benzedura do defunto.¹²

A preocupação dos dirigentes de Santa Cruz dirigia-se também para os confrades pobres que precisassem de uma mortalha para descerem ao sepulcro. Apesar de ser uma instituição constituída maioritariamente pelas elites e grupos possidentes locais, por vezes sucedia que alguns dos seus membros estivessem em situação de pobreza à hora da morte. Solicitavam por isso apoio para adquirirem um hábito e lençol para poderem ser sepultados dignamente. Na Braga setecentista estava difundida a prática do amortalhamento dos defuntos em hábitos religiosos, destacando-se o franciscano e o carmelita.¹³

As regulamentações estatutárias de 1702 e 1762 determinavam a comparticipação financeira da instituição, na compra de hábitos para os confrades em verificado estado de necessidade,

11 Sobre esta prioridade confira-se SANTOS, Eugénio dos. O homem português perante a doença no século XVIII: atitudes e receituário. In *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto, 1984, p. 190. Em Portugal será com o pombalismo na segunda metade do século XVIII que a supremacia das almas sobre os corpos começará a ser contestada. Leia-se SA, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 84-85.

12 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz, 1664, 1702, 1762, 1773*, fls. 274v.-275, 381, 481v.-482; *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz, Bom Jesus dos Santos Passos e Santa Ana, 1788*, fl. 75.

13 Como podemos comprovar através da análise de 250 testamentos bracarenses do século XVIII.

podendo, em alternativa, tomar para si a tarefa de os adquirir, através do tesoureiro, sob autorização escrita do juiz ou do secretário. Os estatutos de 1773, adotaram um critério mais restritivo. A irmandade facultava um hábito, a que acrescentava um lençol, para amortalhar os irmãos pobres, mas exigia aos confrades, para além de comprovarem a sua situação de pobreza por ocasião da sua morte, escolherem a instituição para os transportar na sua tumba. Procedendo deste modo, a irmandade de Santa Cruz seguia o exemplo de algumas congêneres bracarenses, colocando como condição para esta ajuda a escolha do esquife da confraria para os transportar à sepultura. Assim, a caridade exercida, tinha como contrapartida o prestígio e a projeção social da confraria perante a comunidade e não era exercida de forma completamente desinteressada.¹⁴

Os estatutos de 1788 mantiveram as ajudas à compra de hábitos e lençóis para os confrades pobres, uma tarefa que devia recair nos mordomos, depois de o provedor ser avisado. Contudo, o critério de prestação deste apoio tornou-se ainda mais apertado. O confrade tinha de escolher a irmandade de Santa Cruz como transportadora dos seus restos mortais à sepultura e também requerer a contribuição financeira de outras confrarias a que eventualmente pertencesse, para a compra da mortalha.¹⁵ Assim se procurava repartir os custos nesta assistência ao corpo.

A confraria determinava igualmente o anúncio da morte de um dos seus elementos, através do toque dos sinos da sua igreja, sem nada cobrar por esse fato. A partir de 1702, o servente da confraria tinha ordem para dar 12 badaladas no sino grande, no caso de o falecido ser um membro do sexo masculino, número que baixava para dez, se se tratasse de uma irmã da mesma instituição. Pouco depois, o mesmo sino seria tocado sem cessar durante um quarto de hora. Seguidamente, durante igual período de tempo, ressoariam todos os sinos da torre da igreja de Santa Cruz. Posteriormente era feita nova corrida de sinos à chegada do cortejo fúnebre desta irmandade, transportando o confrade, para ser enterrado na igreja da instituição.

¹⁴ AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz*, 1664, 1702, 1762, 1773, fls. 273, 379, 467v., 482.

¹⁵ AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz*, *Bom Jesus dos Santos Passos e Santa Ana*, 1788, fl. 54v.

Todavia, se o sepultamento tivesse lugar noutro templo, somente era tangido o sino grande, assinalando a saída da confraria para acompanhar o irmão defunto.¹⁶

Estes procedimentos sofreram algumas alterações em 1723 e 1737. Na primeira data definiu-se que o sino maior seria tocado sozinho durante meia hora, de forma de “bombado,” ou seja os toques ressoavam espaçadamente, enquanto o sino era manuseado pelo servente, para além de reservar este sino para uso exclusivo no anúncio do falecimento dos confrades. Em 1737, a confraria estabeleceu, para cada irmão falecido, um total de 15 corridas de sinos, após o toque solitário do sino maior. Os irmãos que quisessem ir além deste número pagariam aos serventes encarregues deste trabalho 60 réis por cada uma.¹⁷

Os estatutos de 1762 trouxeram novas regras de anúncio da morte dos irmãos defuntos. Se o número de badaladas iniciais no sino grande foi mantido, a confraria estabeleceu em seguida um novo procedimento determinando a execução de 13 badaladas para o anúncio do falecimento dos irmãos que fossem clérigos, as quais eram tocadas alternadamente nos dois maiores sinos da igreja. Em qualquer dos casos, no fim das badaladas era bombado somente o sino maior, por espaço de um quarto de hora, seguido de três corridas com todos os sinos, também por espaço de um quarto de hora. Para além de todos estes toques, eram efetuadas mais nove corridas com todos os sinos, repartidas durante o tempo de espera para o enterro, mas as últimas três tinham lugar só no momento do enterramento. Estes estatutos previram também o toque a bombado, do sino grande, meia hora antes dos membros da irmandade saírem para o acompanhamento fúnebre dos confrades.

Estas cláusulas sofreram algumas alterações nos estatutos de 1773. Assim, depois de o sino maior ressoar pelos confrades defuntos, durante um quarto de hora, o servente tinha de correr todos os sinos seis vezes: duas logo a seguir ao fim do toque de bombado do sino

16 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz*, 1664, 1702, 1762, 1773, fls. 273v.-274v.

17 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de termos de mesa e junta da irmandade de Santa Cruz*, 1701-1734, fl. 418v.; *Livro de termos de mesa e junta da irmandade de Santa Cruz*, 1734-1757, fl. 56v.

maior, igual número enquanto o defunto estivesse exposto e as duas finais no momento do sepultamento. Os estatutos previam que cada corrida não pudesse durar mais de 15 minutos.¹⁸

O número de badaladas iniciais, para anúncio do falecimento dos confrades, sofreu pequenas alterações com os estatutos de 1788. O sino maior era tocado novamente, primeiro sozinho, mas logo depois eram efetuadas duas corridas com todos os sinos. Curiosamente, as badaladas iniciais, bem como o toque do sino maior e as duas corridas seguintes, no total, só poderiam durar durante um quarto de hora, indicando que a irmandade pretendia reduzir o tempo com que assinalava a morte dos seus membros. A irmandade previa ainda que os sinos ressoassem em duas corridas, durante o tempo de espera para o enterro e igual número quando este tivesse lugar. Nesta regulamentação estatutária, a instituição passou também a assinalar a morte dos confrades ausentes da cidade, através das referidas badaladas iniciais e de duas corridas de todos os sinos. Desta forma podemos constatar como se conferia uma distinção ao indivíduo que pertencesse à confraria, fazendo esta questão de anunciar a morte de um dos seus, nos sinos da sua igreja.

Chegado o momento de transporte do falecido até ao local de sepultura, a irmandade de Santa Cruz determinava que todos os seus membros estivessem presentes na igreja sede da instituição. Em seguida todos desfilariam em duas alas até ao local onde o corpo do confrade estivesse a ser velado. Este era então colocado no esquife da instituição para ser transportado até à sua última morada, exceto se o cadáver tivesse sido, logo após a morte, depositado na igreja onde ia ser sepultado. O percurso fúnebre enchia as ruas da cidade por onde passava, despertando as atenções dos moradores. Vemos, deste modo, uma certa apropriação da confraria relativamente aos restos mortais dos seus membros defuntos, capitalizando os aspetos simbólicos, sociais e religiosos associados ao transporte dos mesmos até à sua última morada.¹⁹ Esta apropriação dos corpos e o prestígio de que a

¹⁸ Os sinos eram de igual modo tocados por ocasião de luto público no reino ou na cidade, quando os sinos das outras igrejas também ressoassem. AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz*, 1664, 1702, 1762, 1773, fls. 480-481.

¹⁹ AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz*, 1664, 1702, 1762, 1773, fls. 273-277, 379-384, 579v.-484v; *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz, Bom Jesus dos Santos Passos e Santa Ana*, 1788, fls. 72-77.

irmandade granjeava, podia influenciar os confrades no sentido de elegerem a igreja da instituição como local de sepultamento. Na verdade, a irmandade nada cobrava aos seus membros se estes fossem sepultados em certas zonas no interior do templo que possuía, as quais se situavam abaixo das grades que separavam o transepto da nave da igreja. Portanto, a instituição proporcionava um enterro gratuito aos seus irmãos, o que seria especialmente útil para aqueles que se encontrassem em maiores dificuldades financeiras à hora da morte.²⁰

Todavia, o cuidado da irmandade para com os seus irmãos falecidos estava longe de se quedar pelos actos que já enunciamos. Ela determinou proporcionar uma assistência espiritual que incidisse especialmente sobre a salvação das almas de cada um dos seus membros em particular.²¹ Essa preocupação manifestava-se, sobretudo, através da celebração de missas por intenção da alma de cada irmão defunto. Cada confrade recebia a garantia de que, se cumprisse as suas obrigações para com a coletividade, esta estava obrigada, no fim da sua vida, a mandar celebrar missas de sufrágio pela sua alma.²² Tal característica era comum nestas instituições, sendo um factor fundamental de atração de novos irmãos para as suas fileiras.²³

20 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz, 1664, 1702, 1762, 1773*, fls. 278-279, 384v.395v., 485-486v.; *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz, Bom Jesus dos Santos Passos e Santa Ana, 1788*, 77v.-78v.

21 A celebração de sufrágios pelos irmãos defuntos não era uma modalidade de assistência espiritual introduzida pela Idade Moderna. Já na Idade Média estas instituições mandavam celebrar missas pelos confrades falecidos. A este respeito consulte-se GOULÃO, Francisco. *A Santa Casa da Misericórdia de Proença-a-Nova: relação dos povos com a confraria da Misericórdia*: estudo monográfico. Lisboa, Tecnodidática, 2008, p. 29; TAVARES, Maria José Pimenta Ferro. Para o estudo das confrarias medievais portuguesas: os compromissos de três confrarias de homens-bons alentejanos. *Estudos Medievais*. Porto: Universidade do Porto, vol. 8, p. 55-72, 1997, p. 58. Do mesmo modo, as confrarias medievais espanholas prestavam este auxílio espiritual aos seus membros. A este respeito verifique-se GONZÁLEZ ARCE, José Damián. *Gremios y confradías en los reinos medievales de León y Castilla siglos XII-XV*. Palencia: Región Editorial, 2009, p. 84.

22 Confira-se também MOTA, Guilhermina. A irmandade da Senhora do Carmo da Marmeleira – Mortágua: primeira metade do século XVIII. *Revista de História das Ideias. O Sagrado e o Profano*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, n° 9, pp. 267-306, 1987, pp. 296-297.

23 Era preocupação geral das confrarias proporcionar sufrágios pela alma dos seus irmãos. Em Málaga, no período barroco, todas as confrarias da Paixão se comprometiam a celebrar missas em benefício das almas dos confrades defuntos. Relativamente a este assunto consulte-se SANCHEZ LÓPEZ, Juan António. *Comportamientos sociales y cofradías de pasión en la Malaga*

Partindo deste pressuposto, é nosso objetivo analisar a evolução, quer quantitativa quer qualitativa, dos sufrágios pela alma de cada um dos irmãos, proporcionados pela irmandade de Santa Cruz, ao longo do século XVIII. O quadro que a seguir apresentamos pretende demonstrar essa evolução ao longo dos decênios setecentistas, bem como o custo que estas missas comportavam:

Quadro 1: N° de Missas pelos irmãos defuntos na irmandade de Santa Cruz

Irmandade de Santa Cruz		
Ano	N° missas	Preço(em réis)
1700	25/30	60
1710	25/30	80
1720	25/30	80
1730	35/40	80/100
1740	40	80
1750	50	80
1760	70	100
1770	70	100
1780	80	80/100
1790	80	100
1800	80	100/120

Fonte: AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, Livro das certidões das missas dos irmãos defuntos e alguns legados da irmandade de Santa Cruz, 1631-1745, fls. 133-142, 209v.-225, 317-324v., 429-437v., 542v.-555; Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz, 1664, 1702, 1720, 1762 e 1773, fls. 280-280v., 386, 487; Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz, Bom Jesus dos Santos Passos e Santa Ana, 1788, fls. 78v-79; Livro de termos de mesa e juntas da irmandade de Santa Cruz, 1757-1772, fls. 29v.-31; Livro de termos de mesa e junta da irmandade de Santa Cruz, 1772-1790, fls. 347v.; Livro de termos de mesa e junta da irmandade de Santa Cruz, 1790-1819, fls. 79v.-80, 125v.

É claramente patente na tabela anterior o crescimento exponencial, ao longo do século XVIII, do número de sufrágios celebrados, o qual mais do que duplicou entre o início e o fim da centúria. O aumento foi contínuo ao longo do século tendo somente

estabilizado na década de 1780. Assim, para consolidar o seu prestígio social e religioso, esta instituição não hesitou em apostar no crescente aumento das missas por cada confrade defunto. Deste modo a confraria procurava manter a sua posição de destaque, relativamente a esta questão, num contexto citadino confraternal competitivo, pois sabemos que as suas congéneres confraternais bracarenses procederam igualmente a aumentos no número dos sufrágios, como, por exemplo, as irmandades de São Vicente, a do Bom Jesus dos Santos Passos ou a das Santas Chagas.²⁴ Não proceder do mesmo modo seria abalar a imagem da instituição, com danos no seu prestígio, que poderiam provocar uma diminuição no número de ingressos de novos confrades. O crescimento do número de sufrágios na irmandade de Santa Cruz foi contínuo até atingir o número de 80 missas, valor que no contexto confraternal bracarense desta centúria apenas sabemos ser superado pela irmandade dos Santos Passos com 100 sufrágios. Todavia deve ressaltar-se que esta última instituição foi compelida a unir-se à de Santa Cruz na década de 1770.²⁵

A análise dos dados demonstra igualmente uma tendência geral de subida nos preços destes sufrágios. Se no início do século cada missa tinha o custo de 60 réis, por volta de 1750 esse valor atingia os 80 e no término da centúria os 120, duplicando o custo inicial.²⁶ As confrarias locais tinham de manter-se vigilantes, relativamente aos preçários que eram praticados por cada uma. Os clérigos celebrantes exigiam aumento nos seus honorários, em reposta à inflação natural ao longo dos anos e ou em períodos de maior crise.²⁷ A irmandade de Santa Cruz, para não deixar atrasar as celebrações, via-se constringida a anuir às exigências dos sacerdotes.

24 Situação que é possível confirmar nos diversos livros de termos de Mesa destas confrarias ao longo do século XVIII.

25 AISC, Fundo da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, *Livro dos termos de Mesa e Junta e aceitação de irmãos da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1686-1740*, fls. 513-514; *Livro de termos de Mesa da irmandade do Bom Jesus dos Santos Passos, 1740-1772*, fl. 689.

26 Este padrão evolutivo dos preços dos sufrágios por alma dos confrades defuntos é igualmente verificável na Santa Casa da Misericórdia de Braga. Em relação a este assunto veja-se CASTRO, Maria de Fátima. *A Misericórdia de Braga. Assistência material e espiritual das origens a cerca de 1910*, vol. III. Braga: Santa Casa da Misericórdia e Autora, 2006, p. 375.

27 Sobre a variação de preços na irmandade de São Vicente de Braga consulte-se SOUSA, Ariana Sofia Almendra de. *Os estatutos e a confraria de São Vicente de Braga no século XVIII*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2011, p. 118, tese de Mestrado policopiada.

O peso do factor humano, na evolução dos preços, fazia-se sentir igualmente quando o número de sacerdotes disponíveis na cidade diminuía.²⁸ Deste facto foi exemplo o ano de 1770, quando uma epidemia²⁹ na cidade teve como consequência a falta de sacerdotes, obrigando a aumentos no dispêndio pela celebração das missas pelos irmãos defuntos. Por seu turno, as décadas finais da centúria são marcadas localmente por maus anos agrícolas, com a consequente carestia de vida e aumento do custo de bens essenciais como o pão. Era natural que os sacerdotes solicitassem por isso aumentos.

O quadro anterior demonstra ainda que, até à década de 1730, o número de missas por cada irmão era variável. Esta diferença era justificada com o facto de os confrades (ou suas famílias) solicitarem ou não as tocheiras, que anteriormente referimos, para alumiarem os seus corpos durante o velório. Se as não requeressem, tinham direito à celebração de mais cinco sufrágios em benefício da sua alma. Depois de 1730, contudo, esta diferenciação foi abolida, podendo todos requerer as tochas, sem prejuízo no número de missas. As fontes documentais relativas à irmandade de Santa Cruz forneceram uma pista para esta alteração. A organização confraternal optou por este caminho, porque dizia que nas irmandades bracarenses “menos opulentas” já se procedia deste modo.³⁰ Portanto, as confrarias vigiavam-se mutuamente por forma a não perderem vantagens competitivas, umas em relação às outras. Possivelmente, um conjunto de irmandades de menor prestígio social terá iniciado este processo de uniformização, que atraiu mais indivíduos ao seu seio, fator que a breve trecho pode ter impellido as suas congéneres mais poderosas a seguir o exemplo.

28 A propósito da falta de sacerdotes para a celebração de sufrágios em Ponte da Barca veja-se também PEREIRA, Maria das Dores de Sousa. A assistência à alma na Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800). *NW. Noroeste: Revista de História*. Porto: Faculdade de Economia da Universidade do Porto, nº 1, pp. 137-165, 2005, p. 159.

29 Anos de más colheitas, com temporais, eram propícios ao surgimento de epidemias que aumentavam a mortalidade, como sucedera em Angra do Heroísmo do no século XVII. Confira-se a este propósito MESQUITA, Maria Hermínia Morais. Crises de mortalidade em Angra (de finais do século XVI a finais do século XVII). *NW, Noroeste. Revista de História, Congresso Internacional de História Territórios, Culturas e Poderes, Actas*. Braga: Núcleo de Estudos Históricos da Universidade do Minho, vol. I, pp. 143-158, 2006, p. 156.

30 AISC. Fundo da irmandade, *Livro de termos de mesa e juntas da irmandade de Santa Cruz, 1735-1757*, fl. 5v.

Por outro lado, esta irmandade, nas primeiras décadas do século XVIII, celebrava parte dos sufrágios na sua igreja e outra parte num altar privilegiado.³¹ Assim, no início do século XVIII, a instituição celebrava 25 missas,³² por cada confrade defunto: 13 eram celebradas na igreja de Santa Cruz e 12 em altar privilegiado.³³ Se o confrade não solicitasse tochas para o velório, os sufrágios eram em número de 30, sendo 15 celebrados em Santa Cruz e os restantes em altar privilegiado.³⁴ Em 1730, eram celebradas 18 missas em Santa Cruz e 17 em altar privilegiado, no caso de o confrade solicitar “lumes” para solenizar o seu próprio velório, mas se o não fizesse tinha direito a 40 sufrágios,³⁵ repartidos de igual modo pela igreja da irmandade e outro altar privilegiado.³⁶ Em 1740 estabeleceu-se a igualdade dos sufrágios para todos os confrades.

Confrontados perante uma escolha, nas primeiras décadas do século XVIII, entre mais sufrágios ou maior solenidade no velório, qual teria sido a opção maioritária seguida pelos irmãos de Santa Cruz? Apesar de ser uma amostragem que apresenta dados de cinco em cinco anos, o estudo das fontes documentais traduziu uma tendência óbvia por parte dos confrades:

31 Sobre a repartição dos sufrágios entre altares privilegiados e comuns nas confrarias bracarenses consulte-se igualmente SILVA, Ricardo Manuel Alves da. *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2011, p. 576, tese de doutoramento policopiada.

32 Também a Misericórdia da Bahia, em 1750, tinha por obrigação celebrar 25 missas por cada confrade defunto. A este propósito consulte-se RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1968, p. 156.

33 Desconhecemos de que altar se tratava.

34 As missas em altares privilegiados concediam a indulgência plenária e o perdão dos pecados à alma do defunto por quem eram aplicadas, daí a sua maior eficácia. Para este assunto veja-se GONZÁLEZ LOPO, Domingo L. *Los comportamientos religiosos en la Galicia del Barroco*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2002, p. 587.

35 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro das certidões dos irmãos defuntos e alguns legados da irmandade de Santa Cruz, 1631-1745*, fls. 133-142, 209v.-225, 317-324v., 341v., 351, 429-437v., 542v.-555, 602-613v., 614-627v.; *Livro segundo das despesas da irmandade de Santa Cruz, 1720-1802*, fls. 181-184v., 258-268, 329v.-335, 405-413, 468, 475-479, 519v.-522v.; *Livro de termos da mesa e juntas da irmandade de Santa Cruz, 1735-1757*, fls. 534-535.

36 As missas pelos confrades defuntos celebradas na confraria de Santa Maria Madalena de Montemor-o-Velho, no início do século XVI, também não tinham de ser obrigatoriamente ditas na igreja onde estava sedeada. Leia-se relativamente a este matéria SILVA, Mário José Costa da, *A confraria de Santa Maria Madalena de Montemor-o-Velho: subsídios para a sua história. Lusitânia Sacra*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2ª série, tomo VII, pp. 53-88, 1995, p. 86.

Quadro 2: N° de confrades que solicitaram tochas ou não

Irmandade de Santa Cruz		
Ano	Com tochas	Sem tochas
1700	2	17
1705	0	20
1710	2	23
1715	0	14
1720	2	14
1725	2	14
1730	6	12

Fonte: AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro das certidões das missas dos irmãos defuntos e alguns legados da irmandade de Santa Cruz, 1631-1745*, fls. 133-142, 166-177, 209v.-225, 266-273v., 317-324v., 375-382v., 429-437v. (NOTA: INSERIR AQUI O QUADRO N° 2, COM O RESPECTIVO TÍTULO E FONTES)

De facto, o número de confrades que solicitava tochas foi sempre claramente minoritário. Para fundamentar tal cenário devemos lembrar que esta instituição era constituída sobretudo pelos grupos sociais mais poderosos e desafogados da cidade, que dispunham de meios pessoais para abrihantarem e solenizarem as suas exéquias fúnebres, não necessitando, em princípio, do fornecimento de tochas por parte da instituição. Era pertinente, por isso, que preferissem a celebração de mais missas, para melhor garantirem a libertação das suas almas das penas do Purgatório.³⁷

Apesar de se tratar de uma modalidade assistencial espiritual em que a irmandade apostou fortemente, nem sempre este apoio foi prestado de forma conveniente e atempada. Por várias vezes, na segunda metade da centúria, os dados documentais referem que a confraria tinha missas pelos seus irmãos defuntos em atraso. O primeiro motivo para essa situação dizia respeito aos aumentos exigidos pelos sacerdotes. Em 1757, não havendo sacerdotes disponíveis para celebrar os sufrágios por 80 réis, a instituição aumentou os honorários para 100 réis por cada missa, pois estas começavam a estar em atraso. Apesar de posteriormente, em 1779, a

³⁷ Aliás, já nos evangelhos bíblicos Jesus Cristo mencionara a dificuldade de salvação para os mais ricos.

irmandade ter efetuado a decisão de voltar ao preço anterior, em 1781 viu-se novamente compelida a repor o preço de 100 réis, para fazer face ao retardamento celebrativo dos sufrágios. Nenhum sacerdote local manifestava disponibilidade para celebrar as missas pelo preço de 80 réis.³⁸ Dez anos depois, os seus responsáveis procederam a novo aumento no pagamento dos sufrágios, desta vez para 120 réis, numa altura em que já tinham cerca de 2000 destas missas em atraso. O grande número de missas a que a irmandade se comprometia a celebrar para com os seus membros, tornava-se um problema em épocas de maior dificuldade, como sucedia na região nos fins do século XVIII.

As medidas salariais não eram, todavia, suficientes. Só os altares da igreja de Santa Cruz eram eclesiasticamente considerados como privilegiados, para os sufrágios celebrados pelos confrades defuntos, uma graça conferida em definitivo em 1762. O cariz “privilegiado” de um altar conferia maior força salvífica às intenções das missas nele celebradas. Em face do grande número de missas a que os irmãos tinham direito, a Mesa requereu, em 1791,³⁹ à Santa Sé, a certificação de privilegiado a qualquer altar, onde fosse possível a celebração, por forma a garantir maior fluidez no despacho destes encargos pios.⁴⁰ Mas as dificuldades permaneciam e, dois anos depois, estavam mais de 800 missas em atraso.⁴¹ É também possível que no fim do século o número de clérigos na cidade tivesse diminuído, aumentando as dificuldades na satisfação pronta destes compromissos.

Para além do apoio espiritual particularizado a cada um dos confrades depois da morte, a irmandade procedia igualmente a formas

38 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro dos termos de mesa e juntas da irmandade de Santa Cruz, 1757-1772*, fls. 29v.-31, 440, 467v.-468; *Livro de termos de mesa e de junta da irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, fls. 245v., 347v., 350.

39 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de Estatutos da irmandade de Santa Cruz, 1664, 1702, 1762, 1773*, fl. 364; *Livro de termos de mesa e de juntas da irmandade de Santa Cruz, 1701-1734*, fl. 223; *Livro dos termos de mesa e junta da irmandade de Santa Cruz, 1790-1819*, fls. 67v., 79v.-80.

40 Em 1753 a confraria dos Clérigos de São Pedro do Montório, em Cervães, solicitou os mesmos privilégios ao Vaticano. Em relação a este assunto leia-se ARAÚJO, António de Sousa. Subsídio para o estudo das irmandades ou confrarias de Portugal. A irmandade dos Fiéis de Deus de entre Cávado e Neiva, uma associação de clérigos do século XVI? *Itinerarium*. Lisboa: Editorial Franciscana, XX, nº 85, Julho/Setembro, pp. 267-324, 1974, pp. 310-311.

41 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro dos termos de mesa e junta da irmandade de Santa Cruz, 1790-1819*, fls. 60, 67v., 79v.-80, 123v.

de assistência às almas todos os irmãos em geral. O primeiro desses expedientes era a celebração anual do seu “Aniversário”. O cerimonial que acompanhava esta celebração destacava-se pela sua pompa e solenidade. Na primeira quinta-feira, após o dia de Fiéis Defuntos,⁴² começava o sino a tocar chamando os irmãos para o ofício, inicialmente para a celebração das “vésperas” e depois para a de “matinas.” A estes momentos celebrativos assistiam todos os irmãos sacerdotes, envergando as suas sobrepelizes. Os capelães do coro da igreja de Santa Cruz ajudavam na cerimônia, através do canto, mas se faltassem ao ofício, o que só poderia acontecer por um motivo que fosse considerado legítimo pela irmandade, deviam rezá-lo em sua casa.⁴³

No dia seguinte, bem cedo, a celebração prosseguia. Os irmãos eram novamente convocados pelo repique dos sinos. Os mordomos deviam ter preparada a “essa,” ou monumento tumular levantado, no meio da igreja, alumada pelas velas consideradas necessárias. Eram, então, celebradas as “laudes,” inseridas no ofício de nove lições, bem como “três nocturnos”⁴⁴ com música.⁴⁵ Uma vez concluído o ofício, celebrava-se uma missa cantada, onde o celebrante principal era coadjuvado por um diácono e um sub-diácono. Durante a celebração era feita uma pregação solene aos presentes, aludindo-se

42 No século XVI, o “aniversário” da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa era celebrado no dia de São Martinho. Leia-se sobre este assunto SÁ, Isabel dos Guimarães. *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, pp. 91-92. Pela mesma altura, as confrarias de Bolonha determinavam a celebração de uma missa anual por todos os seus membros falecidos. Consulte-se sobre esta missa anual TERPSTRA, Nicholas. *Lay confraternities and civic religion in Renaissance Bologna*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 72.

43 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz, 1664, 1702, 1762, 1773*, fls. 280v.-281, 386v.-388, 488-489. Os ofícios eram celebrados em diversas horas canônicas, como as “vésperas” e “matinas”, nas quais se cantavam salmos e se liam textos bíblicos.

44 Segundo Rafael Bluteau um noturno é uma das três partes em que geralmente se divide a hora canônica matinas, com um certo número de salmos e leituras. Leia-se BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*, tomo V. Coimbra: no Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 733. Para Maria Manuela Rodrigues, um noturno era composto por três lições (leituras). Consulte-se RODRIGUES, Maria Manuela. *Morrer no Porto durante a época barroca: atitudes e sentimento religioso*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, p. 167, tese de Mestrado policopiada.

45 O “aniversário” da Ordem Terceira prolongava-se por dois dias, à semelhança do verificado em Santa Cruz e incluía a celebração das horas canônicas, vésperas, matinas e laudes. A este propósito confira-se MORAES, Juliana de Mello. *Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo, (1672-1822)*. Braga: Universidade do Minho, 2009, pp. 310-313, tese de doutoramento policopiada.

à importância dos sufrágios para a salvação das almas que estavam no Purgatório, justificando, deste modo, a celebração do “aniversário.” Por fim, os clérigos presentes rodeavam a “essa” levantada, para rezarem um responso por alma de todos os confrades defuntos.

Para além do ofício e da missa solene cantada, os mordomos da confraria deviam ter todos os altares da igreja prontos para a celebração de outras missas gerais. Por determinação dos estatutos de 1702, o número de sufrágios não podia ser inferior a 60. As regulamentações estatutárias posteriores fixaram esse valor específico, como sendo o número de sufrágios a celebrar por ocasião do “aniversário.”⁴⁶ Os altares da igreja estavam ornamentados com panos pretos. Os irmãos presentes na cerimónia estavam obrigados a envergar as vestes da instituição e a todos se pedia que rezassem por alma dos colegas, mesmo que não participassem no “aniversário.”⁴⁷ A celebração concluía-se com uma procissão, na qual os irmãos presentes se deviam incorporar, empunhando tochas. Esta procissão saía fora da igreja, dirigindo-se até ao local onde estavam sepultados os confrades mais antigos da instituição, para além de se dirigirem também a uma zona, junto do hospital da Misericórdia, onde jaziam “muitos indivíduos desamparados”.⁴⁸

Constatamos assim que a irmandade de Santa Cruz pretendia manter os laços de comunhão com os membros mais antigos já falecidos da instituição, os quais não estavam sepultados na igreja onde a confraria estava sedeadada na centúria setecentista. Assim se mantinha viva uma ligação espiritual entre todos os irmãos passados e presentes, que devia permanecer para lá dos constrangimentos do espaço e do tempo. Por outro lado, o facto de os confrades se dirigirem a um local onde estavam sepultados “muitos desamparados,” parece indicar-nos que, durante boa parte do século

46 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz*, 1664, 1702, 1762, 1773, fls. 280v.-281, 386v.-388.

47 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz*, 1664, 1702, 1762, 1773, fls. 280v.-281, 386v.-388, 488-489.

48 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz*, 1664, 1702, 1762, 1773, fls. 191v.-192.

XVIII, a irmandade de Santa Cruz tinha a preocupação de se associar aos que rogavam pelas almas dos mais pobres.⁴⁹

A celebração do “aniversário” manteve-se, com ligeiras alterações, nos estatutos de 1762. Nessa data, foi decidido que o capelão-mor devia capitular o ofício, acompanhado pelos capelães do coro nas funções de acólitos.⁵⁰ As regras estatutárias de 1773 determinaram uma mudança importante: a procissão final passou a desenrolar-se somente dentro da igreja.⁵¹ Como se justifica esta mudança? A Misericórdia teria vedado o acesso à zona sob seu controlo? Ou na segunda metade do século XVIII, a irmandade já não sentira necessidade de recordar, com a sua presença física no local onde tinham ficado sepultados, as almas daqueles confrades que tinham partido há mais tempo? Não temos respostas seguras, mas não podemos deixar de assinalar esta alteração importante.

Finalmente, no ano de 1788 o “aniversário,” tal como vinha sendo preceituado estatutariamente, foi abolido. Segundo os reformadores estatutários da instituição, a presença de um número reduzido de clérigos em todo o cerimonial, era um fator que diminuía o seu prestígio, solenidade e esplendor. Os próprios irmãos leigos aderiam cada vez menos a esta celebração. Por isso, os responsáveis da irmandade decidiram que esta festividade constasse apenas de 80 missas nos altares da igreja, pagas a 120 réis e celebradas durante o oitavário do dia de Todos-os-Santos. Eram colocados editais na porta da igreja, no sentido de convocar os clérigos da cidade para irem rezar estas missas.⁵² Este recuo na celebração do “aniversário” levanta-nos algumas questões. A que se terá ficado a dever a falta de adesão, não só dos clérigos como também dos próprios irmãos? A duração dos atos cerimoniais seria um fator dissuasor da sua presença? Efetivamente, o “aniversário” da irmandade era uma cerimónia longa

49 A Santa Casa da Misericórdia de Braga enterrava os pobres e as crianças enjeitadas no claustro de Santo Amaro da Sé, mas também possuía um cemitério privado onde enterrava os que faleciam no seu hospital.

50 Os capelães da Misericórdia do Funchal tinham a obrigação de assistir ao ofício do “aniversário” da instituição. Sobre esta obrigação leia-se JARDIM, Maria Dina dos Ramos. *A Santa Casa da Misericórdia do Funchal no século XVIII*. Coimbra: Centro de Estudos de História do Atlântico; Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1997, pp. 37-41.

51 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz*, 1664, 1702, 1762, 1773, fl. 489.

52 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz, Bom Jesus dos Santos Passos e Santa Ana*, 1788, fl. 71.

que englobava dois dias⁵³ e para muitos devia ser difícil quebrar o seu quotidiano diário, despendendo tempo em eventos morosos.

Por outro lado, já em 1781 houvera um corte nos gastos com a “essa”. É possível que, para além de uma menor adesão dos capelães e dos confrades, existissem também dificuldades financeiras que contribuíram para esta alteração.⁵⁴ Para além disso, no século XVIII, a igreja esteve em obras por várias ocasiões, o que levou à não celebração do “aniversário” na forma prevista pelos estatutos, durante alguns anos.⁵⁵ A ocorrência destes trabalhos pode, do mesmo modo, ter retirado meios financeiros para o fazer. É portanto possível que estas interrupções tenham contribuído para diluir o costume, entre os confrades, de celebrarem este evento conforme estava previsto.

Uma questão que se pode colocar ao leitor de hoje é a de justificar a celebração de tantos sufrágios em poucos dias. Este cenário pode ser explicado mais facilmente, se tivermos em conta a situação sócio religiosa vivida na época. Em primeiro lugar, a presença de um grande número de clérigos na cidade no século XVIII proporcionava a celebração desta quantidade de sufrágios.⁵⁶ Em seguida, devemos recordar que estas missas podiam ter lugar simultaneamente em vários altares, previamente preparados, o que possibilitava um maior número de celebrações, ao longo dos dias do “aniversário”. Para além destes fatores, devemos igualmente referir a grande probabilidade de estes sufrágios serem celebrados de forma relativamente rápida, o que possibilitava a sua realização em maior quantidade.⁵⁷ Deste modo, a igreja da instituição convertia-se numa

53 O “aniversário” da confraria das Almas de Sepúlveda incluía uma vigília ao fim do primeiro dia e a celebração de uma missa com sermão no segundo. Era edificada uma tumba alumiada com velas dentro da igreja. Leia-se a este respeito CONDE, José António Linage. Outra confradia de Sepúlveda absorvida por el corpus: animas. In *I Congreso nacional de las cofradías sacramentales. Minerva. Liturgia, fiesta y fraternidade en el barroco español*. Sepúlveda (Segóvia): Cofradía del Corpus de Sepúlveda, pp. 133-169, 2008, p. 140.

54 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de termos de mesa e de junta da irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, fl. 363v.

55 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de termos de mesa e de junta da irmandade de Santa Cruz, 1772-1790*, fl. 18.

56 Leia-se CAPELA, José Viriato; FERREIRA, Ana da Cunha. *Braga Triunfante (Braga nas Memórias Paroquiais de 1758)*. Braga: Universidade do Minho, 2002, pp. 170-171.

57 Algumas missas, na arquidiocese, efetivamente, eram celebradas de modo tão rápido que, em 1793, o arcebispo D. Frei Caetano Brandão proibiu a celebração de qualquer eucaristia em menos de 20 minutos. Consulte-se ABREU, José Paulo. *Em Braga de 1790 a 1805: D. Frei Caetano Brandão: o reformador contestado*. Braga: Universidade Católica Portuguesa; Faculdade de Teologia de Braga: Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1997, p. 231.

autêntica “fábrica de culto”, com celebrações contínuas nos diversos altares do templo, conforme as possibilidades financeiras da irmandade e a afluência de clérigos celebrantes, que executavam o seu trabalho a meia-voz para não se perturbarem mutuamente.

A análise da celebração do “aniversário” demonstra que esta era a ocasião propícia para o reforço dos laços de união espiritual entre os confrades vivos e defuntos, mantendo a solidariedade da “família confraternal”. Através destes rituais procurava-se beneficiar as almas dos irmãos vivos e falecidos, com o objectivo de contribuir para a salvação de todos. Por outro lado, este evento traduzia-se numa celebração solene e pomposa, na qual se procedia à exaltação do prestígio social e religioso da própria confraria. Estas duas características do “aniversário” complementavam-se.

O “aniversário” era um acontecimento, como vemos, de cariz pontual anual. Contudo esta instituição preocupou-se igualmente em que, ao longo de cada ano, fossem prestados socorros espirituais de carácter geral em benefício de todos os seus membros. Com este fim, ela determinava a celebração de duas missas à sexta-feira,⁵⁸ dia da paixão de Cristo, por alma dos confrades vivos, defuntos e dos benfeitores, bem como outras duas aos domingos e dias santos.⁵⁹ As primeiras eram celebradas às quatro ou cinco horas da manhã, conforme fosse verão ou inverno e as segundas às 10 ou 11 horas, respetivamente.⁶⁰ Através de uma informação fornecida pelos estatutos de 1773 e de 1788, podemos verificar que as missas de

58 A confraria do Senhor Jesus dos Passos de Cabeção também determinava a celebração à sexta-feira de uma missa pela alma dos confrades vivos e defuntos. Em relação a esta missa confira-se BEIRANTE, Maria Ângela. *As antigas confrarias da vila de Cabeção: espelho da sua vida social e religiosa*. Cabeção: Edição de Autor, 2011, p. 73-74.

59 A confraria das Santas Chagas da Cividade de Braga celebrava também, para além dos sufrágios aos domingos e dias santos pelos confrades vivos e defuntos determinados nos estatutos de 1740, uma missa todas as sextas-feiras do ano por ser o dia da morte de Jesus, com as mesmas intenções. No fim deste sufrágio eram rezados responsos. Durante a celebração, cinco cirios ardiam, simbolizando as cinco chagas de Cristo. AISC, Fundo da irmandade das Santas Chagas da Cividade, *Livro dos estatutos da confraria das Santas Chagas, 1719*, fls. 195v.-196v.; *Estatutos da irmandade das Santíssimas Chagas, sita na igreja de São Tiago da Cividade, 1740*, não paginado; *Estatutos da irmandade das Santíssimas Chagas, sita na igreja de São Tiago da Cividade, 1761*, fls. 11-19v.-20, 25.

60 Portanto, estes sufrágios periódicos podiam ocorrer em vários dias, apesar de, preferencialmente, serem celebrados aos domingos e dias santos. A confraria dos sapateiros de Viana do Castelo celebrava uma missa às segundas-feiras por alma dos confrades vivos e defuntos, bem como dos benfeitores. ARAÚJO, José Rosa de. A confraria dos Sapateiros. *Aurora do Lima*. Viana do Castelo: n.ºs 62 a 66, 68, 70 e 71, 1942.

sexta-feira eram solenizadas pelos capelães do coro, através do canto acompanhado a órgão. O celebrante devia, igualmente, durante o seu decurso, dirigir-se aos fiéis e pedir-lhes que rezassem cinco avé-marias e igual número de pai-nossos, pela prosperidade da irmandade, mas também pelos irmãos, bem como pelos que a beneficiavam materialmente. Era a instituição a pedir aos fiéis que rezassem por ela e pelos seus.

A irmandade estabelecera também uma missa quotidiana, ou seja, celebrada diariamente, por alma de todos os confrades vivos e defuntos.⁶¹ Pela análise dos estatutos de 1773, sabemos terem passado a ser já duas as missas quotidianas mandadas dizer pelos irmãos vivos e defuntos.⁶² Não oferece dúvida que esta organização confraternal pretendia apresentar-se como uma instituição privilegiada, no que dizia respeito ao número de sufrágios que proporcionava pela alma dos seus membros e benfeitores.⁶³

No século XVIII a irmandade de Santa Cruz prestava aos confrades defuntos a assistência que abarcava não só a atenção aos seus restos mortais como também o cuidado espiritual com as suas almas para que estas fossem libertas das penas do Purgatório tão breve quanto possível. Os corpos dos irmãos eram devidamente alumiados e acondicionados durante o período de velório, sendo seguidamente transportados e acompanhados solenemente por toda a confraria até à sepultura. Esta última podia ser facultada gratuitamente aos irmãos se quisessem ser enterrados na igreja da confraria. Deste modo se pretendia mostrar a solidariedade entre os seus membros nas cerimónias fúnebres. Simultaneamente, ao acompanharem os colegas à sepultura, os confrades pretendiam dignificar a imagem da instituição perante a sociedade bracarense.

E se o corpo merecia cuidados, mais importante era a salvação da alma. Para fazer jus ao perfil que pretendia alcançar perante a comunidade, a irmandade de Santa Cruz possibilitava

61 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz*, 1664, 1702, 1762 e 1773, fls. 284, 391-391v., 476v.-478; *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz, Bom Jesus dos Santos Passos e Santa Ana*, 1788, fls. 69-71.

62 AISC, Fundo da irmandade de Santa Cruz, *Livro de estatutos da irmandade de Santa Cruz*, 1664, 1702, 1762 e 1773, fls. 476v.-478.

63 Ao preverem a celebração de missas pelas almas de eventuais benfeitores, as irmandades procuravam captar donativos e legados por parte dos fiéis.

formas de assistência individual e geral a todos os seus irmãos, após o seu falecimento e ao longo dos anos, procurando reforçar laços sociais e espirituais entre confrades vivos e defuntos. O número de celebrações de missas que proporcionava aos seus membros era relevante, em perfeita sintonia com o prestígio que a instituição queria demonstrar perante os habitantes, constituindo-se como importante intermediária entre o mundo dos vivos e dos mortos, para aqueles que podiam pertencer às suas fileiras. É certo que as irmandades bracarenses prestavam igualmente algumas destas vertentes assistenciais aos seus membros defuntos, mas a irmandade de Santa Cruz, até pelos meios de que dispunha, foi um dos raros exemplos confraternais⁶⁴ que pôde proporcioná-las por inteiro aos seus membros.

RECEBIDO EM: 17/04/2015
APROVADO EM: 24/03/2016

⁶⁴ Sabemos que apenas a irmandade de São Vicente e a do Bom Jesus dos Santos Passos prestaram, aos seus membros defuntos, uma assistência abrangente equiparável à de Santa Cruz.

INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO CENTENÁRIO DE PASSO FUNDO/RS – 1957

Industrialization and urbanization in the centenary of Passo Fundo/RS – 1957

*Eduardo Roberto Jordão Knack**

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar as relações entre industrialização e urbanização em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, durante as comemorações do centenário do município em 1957. A partir da construção do imaginário da cidade como uma *capital do planalto* médio rio-grandense, o grupo no poder (vinculado ao Partido Trabalhista Brasileiro) durante a década de 1950 buscou a legitimação de um projeto político e econômico que passou a orientar as ações do poder público até a primeira década de século XXI. Dessa forma, é preciso discutir e elucidar as relações entre o desenvolvimento econômico e o campo do imaginário para investigar a historicidade das visões e projetos para o futuro da cidade que marcaram seu centenário, bem como para entender as consequências desse processo para economia não apenas de Passo Fundo, mas da região norte do estado. A defesa de uma industrialização baseada na produção de implementos agrícolas associada a um intenso êxodo rural provocado pela mecanização do campo trouxe significativas mudanças para o mundo urbano, marcando uma redefinição no traçado da cidade, a formação de bairros operários e populares que atestavam a falta de estrutura do município para absorver um grande contingente populacional em um curto período. Além de solucionar esses problemas, era preciso justificar as propostas, nesse sentido, a celebração dos cem anos foi um momento propício para isso, onde políticas públicas, projetos para economia municipal e afirmação de um imaginário coincidiram sob a orientação do poder público.

* Graduado e Mestre em História pela UPF. Doutorando em História pela PUC - RS.
E-mail de contato: eduardorjk@yahoo.com.br.

Palavras-chave: industrialização; urbanização; imaginário

ABSTRACT

This article analyzes the relations between industrialization and urbanization in Passo Fundo, Rio Grande do Sul, during the celebrations of the hundredth anniversary of the city, in 1957. The group in charge (linked to the Partido Trabalhista Brasileiro) during the decade of 1950 built the city imaginary as a “Plateau Capital” from Rio Grande do Sul and worked to legitimate a politic and economic project which was the guide to the government until the first decade of the XXI century. Therefore it is necessary to investigate the relations between the economic development and the imaginary in order to understand the historicity of the views and projects to the future of city that are important to the hundredth anniversary as well as to understand the consequence of this process to the economy not only in Passo Fundo but also in the north of the state. The fight for an industrialization based on the production of agricultural machines as well as the intense rural exodus due to the mechanization of the countryside brought a lot of changes to the city, as the new definition of the boards, the built of the popular and workmen neighborhoods which showed the lack of structure of the city to have too many people in a too short period of time. Thus it was necessary to solve these problems as well as justify the proposals. The hundredth anniversary was the perfect moment to do so when public politics, projects to the city’s economy and the built of the imaginary were under the government guide.

Keywords: industrialization; urbanization; imaginary

Considerações iniciais

A comemoração de um centenário é um acontecimento marcante para uma cidade. O aniversário de cem anos constitui um momento onde uma comunidade não apenas pensa, define e/ou redefine sua(s) história(s), mas também seus projetos para o futuro. O que entra em jogo em uma celebração é o foco a ser dado a história e as utopias que circundam o presente. Os grupos envolvidos com o poder institucional geralmente colocam-se a frente da organização de aniversários municipais, selecionando os personagens importantes, os

eventos marcantes, entre outros elementos, em função da conjuntura histórica, dos problemas e questões centrais do momento.

É na cidade que as comemorações de aniversários municipais se desenrolam, é, portanto, no espaço urbano que a história a ser legitimada, bem como os objetivos políticos e econômicos dos grupos a frente da organização das festividades são mostrados. Ricoeur indica como o espaço habitado é formado por construções que podem ser entendidas como uma espécie de narrativa, pois formam um tipo de inscrição que é registrada no espaço material, onde o tempo trabalha de forma mais explícita o espaço em uma relação intertextual com outros elementos (tradição arquitetônica, planos urbanísticos, história dos grupos, entre outros). Uma cidade é marcada por diferentes temporalidades, trazendo em seu espaço permanências de épocas anteriores, mas também rupturas. É no interior do movimento dinâmico do mundo urbano da cidade que “tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que edifício isolado [...] seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e as reuniões públicas.”¹

A elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) em Passo Fundo representou a busca pela modernização² e organização urbana em um espaço que enfrentou surtos de crescimento populacional, fenômeno associado ao desenvolvimento econômico e a mecanização agrícola que levou ao êxodo dos campos para a cidade. Em 1957 também é possível visualizar diferentes épocas inscritas a partir da arquitetura, onde edifícios modernos contrastavam com moradias insalubres, as praças e as ruas passavam por um processo de embelezamento enquanto os bairros no entorno do centro sofriam com o inchaço. O centenário colocou essas questões em evidência, exigindo do poder institucional a busca pelo controle e ordenação do que deveria ser celebrado, ser visualizado. O imaginário de Passo Fundo como *capital do planalto*

1 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007. p.159.

2 Modernização, nos discursos da década de 1950 em Passo Fundo, nos periódicos locais, no próprio PDDU, diz respeito a transformações urbanas, especialmente sobre a verticalização do espaço urbano, o crescimento populacional e respectivo aumento de edificações no centro e nos bairros, aceleração dos transportes, com intensa introdução de automóveis.

era justificado por a cidade ser a mais moderna (referência ao processo de verticalização, abertura e melhoramento de ruas e avenidas, embelezamento de praças e logradouros e índices crescentes da construção civil) e industrializada do planalto médio rio-grandense, portanto, urbanização e industrialização eram entendidos como fatores que levariam o desenvolvimento ao município e região.

Baczko³ indica que o imaginário proporciona esquemas coletivos de interpretações de experiências individuais, codificando expectativas e esperanças, atuando junto a memória coletiva e as representações de determinados grupos. Para Catroga⁴ o “imaginário da memória liga os indivíduos, não só verticalmente, isto é, a grupos ou entidades, mas também a uma vivência horizontal e encadeada do tempo.” Em uma comemoração os grupos selecionam o que deve ser lembrado e o que deve se esquecerido, utilizam a memória para legitimar projetos. As comemorações forçam uma coesão social, objetivam eliminar as representações que diferem do imaginário a ser legitimado.

Para estabelecer uma ampla compreensão do papel que a industrialização e a urbanização desempenham na consolidação do imaginário *capital do planalto* em Passo Fundo durante seu centenário é necessário compreender a conjuntura em que a cidade, o estado e o país se encontravam. Além de contextualizar historicamente a década de 1950, também é imprescindível tecer algumas considerações sobre a história de Passo Fundo para elucidar as seleções realizadas no presente (1957) sobre o que deveria ser lembrado, ser comemorado como história e sua relação com o projeto político econômico defendido pelo poder institucional.

Da fundação do povoado à capital do planalto

3 BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.p. 30.

4 CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.p. 28.

A formação de um povoado no território onde viria à ser fundado o município ocorre a partir da atividade dos tropeiros que buscavam, ainda no século XVIII, novos caminhos para o transporte de cavалares e muares. O tropeirismo no sul com base na criação, transporte e comercialização de mulas. Estava intimamente relacionado à mineração no centro do país, destino de grande parte dos animais exportados. Essa atividade era realizada por peões, caboclos e escravos, que constituíram elemento populacional significativo na fundação do povoado nas primeiras décadas do século XIX, grupos que não aparecem nas publicações e representações da cidade em 1957. O estabelecimento do povoado a partir de 1820 ocorreu com a presença de luso-brasileiros, tropeiros e/ou militares, paulistas da comarca de Curitiba, em sua maioria.

Desde sua fundação no início do século XIX Passo Fundo caracterizou-se como um entreposto comercial cercado por fazendas de criação de animais (gado, mulas, porcos). Outras atividades econômicas também marcaram a vida da pequena vila, como a extração da erva mate dos ervais, extração de pedras, agricultura, criação de animais, entre outras. Porém, a região norte do estado ainda era a mais atrasada em termos econômicos, pelo menos até as primeiras décadas de 1900. Com a imigração (inicialmente, alemães, italianos e poloneses, seguidos de outras etnias), o desenvolvimento dos estabelecimentos comerciais ganha um grande impulso, estimulando a economia local. Esses estabelecimentos eram as chamadas vendas, que, para Tedesco⁵ eram o “espaço da intermediação mercantil, financeira e de sociabilidade na colônia”. Essas vendas passam a ser o elo entre colonos e comerciantes, comércio que ocorria nas sedes urbanas das colônias que se formavam na região.

A economia passo-fundense, bem como de todo planalto médio, encontra um crescimento real apenas em 1898, quando ocorre a instalação da estrada de ferro⁶, oferecendo uma possibilidade

5 TEDESCO, João Carlos. *De olho na balança! Comerciantes coloniais do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX*. Passo Fundo: Méritos: EST, 2008.p. 31.

6 Jacomelli indica que a construção de uma rede de transportes fazia parte de uma política do governo do estado levada a cabo pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) ligada a ideia de um desenvolvimento econômico autônomo e diversificado. Para isso era necessário

adicional de escoamento da produção local e o contato direto com outras regiões do país e outras cidades do estado. O estímulo ao comércio foi notável, mas a passagem do trem também proporcionou a exploração de terras até então consideradas desabitadas (na verdade, eram habitadas por caboclos que viviam de uma agricultura de subsistência e nativos que estavam estabelecidos nas matas e campos do planalto antes dos primeiros luso-brasileiros chegarem), além da exploração da madeira, que aumentou consideravelmente. A “expansão da agricultura colonial em direção a essa região beneficiou-se da fertilidade do solo, e as áreas de mata foram cedendo lugar à agricultura”⁷, processo que configurou um êxodo rural inicial, pois desalojou um grupo considerável de pessoas que viviam dos ervais públicos e de uma agricultura rudimentar. De acordo com D’Avila⁸:

No recenseamento realizado em 1900, o município possuía uma população de apenas 21.254 habitantes, sendo a população da cidade estimada em menos de duas mil pessoas. Em 1910 tendo sido contados apenas os domicílios (em número de 6.961) a população do município de Passo Fundo havia duplicado, de acordo com as estimativas.

Responsável pelas primeiras transformações urbanas significativas no município e pelo estímulo na economia da região, a estrada de ferro assinala a entrada de Passo Fundo em um período de transformações urbanas aceleradas, incluindo problemas típicos de

prover os nascentes núcleos urbanos com uma rede de transportes adequada, conforme a autora indica, a “situação acentuava a necessidade de se conectar o norte do estado, onde se formavam núcleos urbanos como Passo Fundo, Santo Ângelo e Palmeira das Missões, com Porto Alegre ou com o porto de Rio Grande.” (JACOMELLI, Jussara. *Políticas públicas e rede de transporte no norte rio-grandense (1889-1955)*. Passo Fundo: Editora UPF, 2011. p.113-116).

7 TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)*. 2.ed. Passo Fundo: UPF, 2005. p.46.

8 D’AVILA, Ney Possapp. *Passo Fundo terra de passagem*. Passo Fundo: Aldeia Sul, 1996.p. 126.

uma cidade que não estava preparada para um grande crescimento populacional em poucos anos. A estação ferroviária desloca o centro, valorizando os espaços ao redor da atual Praça Marechal Floriano, proporcionando “o surgimento de bairros residenciais de classe operária que passaram a se desenvolver no seu entorno.”⁹. Em 1957, como indica o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), as casas “insalubres” (muitas localizadas nesses bairros operários emergentes), que não condiziam com a visualidade da *capital do planalto*, eram consideradas um problema para a expansão e o embelezamento da cidade, constituindo mais um grupo (os pobres da cidade, que habitavam espaços até então pouco valorizados pela especulação imobiliária) que não ganha visibilidade durante as comemorações do centenário, mesmo formando uma parcela significativa de uma população que crescia aos saltos, conforme Gosch¹⁰ indica:

A partir da década de 1920 a parte leste da cidade expandiu-se, dando a idéia de um Passo Fundo novo, ficando o Boqueirão considerado como cidade antiga. Em 1920, a população do município totalizava 65 528 habitantes em 10 542 domicílios, o que demonstra o crescimento do município, afirmando a sua importância no contexto das principais cidades do interior do estado.

É possível notar que o início do século XX configurou intensas transformações urbanas e econômicas. Cabe destacar que data desta época a construção da usina hidroelétrica do Taquari, promovendo a difusão da iluminação elétrica e fornecendo energia para as indústrias da região. Acompanhando o desenvolvimento da cidade, instala-se em 1912 a agência do Banco da Província do RS. Data também da primeira década de 1900 a fundação do Hospital da Caridade, em 1914, e do Hospital São Vicente de Paulo, em 1918, e a

9 GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. Evolução urbana de Passo Fundo. In: WICKERT, Ana Paula. (org.). *Arquitetura e urbanismo em debate*. Passo Fundo: Editora UPF, 2005, p. 77.

10 GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. Evolução urbana de Passo Fundo... p. 78-79.

construção do quartel do exército, já em 1922.¹¹ Na década de 1930 a produção agrícola é incrementada e a produção de milho, trigo e extração de madeira foram dinamizadas por uma rede de comerciantes que se formava e se beneficiava da facilidade de transporte com a ferrovia e posteriormente com as rodovias. Também é importante apontar os frigoríficos e matadouros da região, que, no decorrer da década de 1930, “contava com uma ampla estrutura frigorífica para suínos, uma das maiores do estado, e com um grande número de pequenos moinhos no meio rural e alguns maiores no meio urbano.”¹²

Mas é a década de 1940 que marca a consolidação do município como uma cidade central para a região norte. O que exemplifica essa afirmação são as constantes emancipações, marcando a perda de território, porém sem afetar o crescimento populacional, especialmente da área urbana, onde “a população passou de 31 229 para 50 559, o que corresponde, em termos percentuais, a uma variação de 30,65% para 54, 26%.”¹³ A década de 1940 ainda assinala a consolidação do acesso rodoviário para São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, o que afirmou o município como um entroncamento rodo-ferroviário.¹⁴ É nessa conjuntura que Passo Fundo adentra a década de 1950, com a economia em pleno crescimento, facilitada por uma rede de transportes que estimulou as atividades agroindustriais, mas com problemas na área urbana derivado do significativo aumento populacional.

11 Ver: FERREIRA, Mariluci Melo; SIQUEIRA, Rosimar Serena. O contexto econômico e político de Passo Fundo do século XIX à década de 1930. In: DIEHL, Astor Antônio. (org.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998. p.78. Consultar também: MIRANDA, Fernando B. Severo; MACHADO, Ironita P. *Passo Fundo: presentes da memória*. Rio de Janeiro: MM Comunicações, 2005. p. 63,126,128.

12 TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros...* p.73.

13 GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. *Evolução urbana de Passo Fundo...* p.81.

14 Conforme Jacomelli (JACOMELLI, Jussara. *Políticas públicas e rede de transporte...* p. 206) indica, a consolidação das rodovias no norte do estado foi um processo que se estendeu desde 1920, ainda na primeira República, com a construção de estradas articuladas as ferrovias, até a década de 1950, mesmo assim, “ao se chegar à década de 1930 as regiões coloniais ainda estavam carentes de vias de comunicação e transporte.” Em 1956, “Passo Fundo e Erechim fortaleceram-se como nós de uma rede viária ligando o Rio Grande do Sul com São Paulo e Rio de Janeiro, com alcance além do regional, ou seja, inter-regional.”

Industrialização e urbanização em 1957

A ênfase concedida à industrialização e a agricultura pode ser percebida pela análise da publicação *Passo Fundo centenário guia turístico, literário e comercial*, de 1957. Essa edição comemorativa circulou durante as atividades organizadas pela Comissão Pró Comemorações do Centenário¹⁵, que tinha o prefeito Wolmar Salton¹⁶ como respectivo presidente. A capa do guia, contendo o Brasão Municipal (criado em função do centenário), exprime o imaginário *capital do planalto* e o sentido atribuído a esse título pelos organizadores das festividades, especialmente pelo poder político institucional. Na contracapa aparece a descrição da lei n. 340 de 1857, que emancipa o município, e, logo abaixo, a lei n. 720 de 1956, que cria o brasão, acompanhada de sua descrição. Segue uma parte da lei:

Escudo português, quadripartido, em secções, verde, amarelo, azul e laranja. Em chefe, campo subdividido em dois retângulos, verde e amarelo, representando o desenvolvimento econômico do passado (pinho), do presente (trigo), e atravessado por banda de gole azul, centrada pelo nome do Município em letras Brancas. Em campo de sinople, em laranja e azul, desenvolvimento econômico do presente e futuro (indústria) repousante no potencial hidrelétrico. Ao pé do escudo, banda de gole (vermelho), com letras brancas, do trinômio sobre o qual

15 Fundada em 28 de janeiro de 1957, “A Comissão Central Pró-Festividades Comemorativas do 1º Centenário será composta de até 9 membros, presidida pelo Sr. Prefeito Municipal e tendo como Vice-Presidente o sr. Presidente da Câmara de Vereadores.” (*O NACIONAL*, 7 de fevereiro de 1957). Entre as principais realizações da comissão estão a construção dos pavilhões do centenário (Pavilhão da Indústria e do Trigo), onde se realizou a exposição industrial do município e a 7ª Festa do Trigo.

16 Em 1947 elegeu-se vereador pela coligação PTB-UDN, reeleito em 1951 pelo PTB. “Foi dele o projeto para a criação e instalação do Distrito Industrial de Passo Fundo [...], presidiu várias instituições do município, como: Associação Comercial, hoje ACISA; o Rotary Clube; o Centro das Indústrias da Região do Planalto.” (NASCIMENTO, Welci; DAL PAZ, Santana Rodrigues. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1995. p.82).

repousa: TRABALHO FRATERNIADE
 PROGRESSO.¹⁷

A própria caracterização do Brasão Municipal remete a uma elaboração temporal, histórica, já mirando um futuro. Trigo e a indústria, alimentada pelo potencial hidrelétrico, constituem o principal projeto político das elites políticas e econômicas do município nos anos 1950, a essência da palavra progresso no principal símbolo do centenário. A palavra progresso, constantemente usada nos discursos políticos e históricos naquele contexto remete, particularmente, ao crescimento econômico baseado na agroindústria. Mesmo exultando a indústria e a agricultura, pensando nos prognósticos futuros, são constatados problemas, como demonstra ofício enviado pelo prefeito Wolmar Salton ao secretário do estado, constituído de apontamentos sobre a situação do município, contando as seguintes dificuldades: falta de dados sobre a economia da região para planejamento econômico, baixa produtividade agropecuária e industrial, pedido de investimento em um “programa de ação que tivesse por objetivo modificar a técnica de produção”, pois, de acordo com o prefeito, “os métodos usados pela maioria dos produtores empenhados nas atividades agrícolas e animais são muito rotineiros, primitivos e rudimentares.”¹⁸

É importante fazer uma referência a Koselleck¹⁹ e Hartog²⁰, no que diz respeito à organização da temporalidade histórica de uma sociedade. Koselleck, refletindo sobre a modernidade e a possibilidade de se prognosticar situações políticas determinadas, realizando previsões calculáveis, indica que o “prognóstico produz o tempo que engendra e em direção ao qual ele se projeta”, um tempo que sempre escapa ao presente, mas que pode ser “capturado” momentaneamente pela capacidade prognostica dos indivíduos.

17 OLIVEIRA, Pery de. *Passo Fundo centenário* guia turístico, literário e comercial. Passo Fundo: Oficinas Gráficas do Instituto Social Pe. Berthier, 1957.

18 OLIVEIRA, Pery de. *Passo Fundo centenário*...p. 21.

19 KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006. p. 32-33.

20 HARTOG, François. Tempo e história: “como escrever a história da França hoje?”. In: *História Social*. Campinas, n°3, 1996.p. 129.

Hartog elabora a noção de regime de historicidade “como uma formulação erudita da experiência do tempo que, em troca, modela nossa forma de dizer e viver nosso próprio tempo.” A comemoração de um centenário, organizada pelo poder político institucional, implica previsões que estão ligadas à percepção dos indivíduos sobre a própria história. Essa percepção da historicidade em Passo Fundo é marcada pela ideia de progresso, movido pela agricultura com o trigo, mas tendo a indústria como alavanca para o futuro. Essa visão está intimamente vinculada com o desenvolvimentismo que marcava o Brasil na década de 1950, como veremos no próximo item.

Em relação à indústria, a publicação *Passo Fundo centenário* menciona a fabricação de implementos agrários como elemento central da economia, os hotéis (considerados como “indústria”) e a fabricação de materiais de construção que encontravam crescimento “justificável pelo desenvolvimento acelerado da cidade e amplas possibilidades de exportação para toda uma vasta zona.”²¹ A consideração do setor hoteleiro como indústria, e não uma atividade de prestação de serviços ou comercial, mostra a vontade do poder político em apresentar um grande índice de indústrias no município como um elemento que afirmava Passo Fundo como *capital do planalto*. Especificamente sobre a indústria e o comércio, o guia traz os seguintes pontos:

Passo Fundo conta com indústria florescente, protegida, agora, pode-se dizer, por abundante energia elétrica, provida das usinas de Capingui e Ernestina. Lei municipal ampara, por outro lado, a instalação de indústrias em nosso Município “isentando do pagamento de Imposto Municipal tôdas aquelas que se instalarem e que não tiverem similares.”²²

A cidade promovia incentivos fiscais e abundante energia elétrica como pontos positivos para a instalação de indústrias no

21 OLIVEIRA, Pery de. *Passo Fundo centenário*...p.24-25.

22 OLIVEIRA, Pery de. *Passo Fundo centenário*...p.31.

município. Também se fazia propaganda da construção de um distrito industrial próximo à estação ferroviária e uma estrada (a ser construída) que ligaria Passo Fundo a Porto Alegre. Entre as indústrias que merecem menção nas páginas do guia estão dois frigoríficos, a cervejaria Brahma, dois moinhos de trigo e, em destaque, contendo uma foto no final da página e uma descrição mais extensa de suas atividades, a fábrica de pregos Hugo Gerdau. Em seguida, entre as páginas 35 e 40, é conferido grande destaque a agricultura. Nestas páginas, divididos em dois subtítulos (*Agricultura* e *A Conquista do Campo*), é feita uma apologia ao cultivo do trigo, a grande aposta cidade para a economia, inclusive como propulsor de uma indústria de implementos agrícolas. Abaixo do subtítulo *Agricultura*, consta uma citação de Getúlio Vargas: “Plantai trigo, ele é a glória dos campos, a fartura do lar e a riqueza da pátria”. Logo abaixo, uma foto de uma lavoura de trigo e um trator em atividade, com a seguinte legenda: “Preparando a terra mecanicamente”²³, representando a relação entre a indústria e a agricultura. Na página 37 é feita alusão à formação de uma cooperativa, dirigida por um “industrialista”, para dar suporte à produção do trigo:

A fim de corresponder às exigências do grande desenvolvimento lavoureiro que se verifica atualmente e para defender os interesses da triticultura local, foi fundada a “Cooperativa Tritícola do Planalto Ltda.”, em cuja presidência se encontra o Sr. Mário Menegaz, forte industrialista, um dos maiores entusiasta locais do plantio do cereal-rei e ex-prefeito municipal.²⁴

Abaixo dessa citação, aparece uma pequena foto de Mário Menegaz²⁵, e duas fotos de plantações de trigo, a primeira com uma

23 OLIVEIRA, Pery de. *Passo Fundo centenário...*p.35.

24 OLIVEIRA, Pery de. *Passo Fundo centenário...*p.37.

25 Mário Menegaz foi eleito vice-prefeito em 1951 pela coligação PTB/PSP/PR, assumindo a prefeitura depois da eleição de Daniel Dipp (prefeito pela mesma coligação) para o legislativo estadual pelo PTB. (DAMIÃO, Marco Antonio. *Eleições em Passo Fundo: dados históricos*. Passo Fundo: Berthier, 2010. p.42). A empresa Menegaz S/A nasce inicialmente como

criança em primeiro plano com a legenda “o trigo cresce verde esperança”, e a segunda com um adulto em primeiro plano, com a legenda “... e amadurece amarelo-ouro.”²⁶ Percebe-se toda uma construção simbólica, que contribui para a formação de um imaginário em torno do progresso que o trigo e a industrialização estão proporcionando, e vão proporcionar à cidade, em futuro que existe nas previsões do poder público e das elites econômicas locais a frente desse processo. De fato, ocorre em 1957 a construção de uma justificativa histórica para a cultura do trigo, articulando passado, associado aos primórdios do povoado e a uma personalidade fundamental para o partido político dominante nos anos 1950, Getúlio Vargas, patrono do PTB.

O historiador homenageado em 1957, Francisco Antonino Xavier e Oliveira, que, além de servir como referência sobre a história da região ao *Passo Fundo guia turístico, literário e comercial*, recebe um artigo nessa publicação que o aponta como Heródoto da história passo-fundense. Xavier e Oliveira publica o livro *Rememorações do nosso passado* no centenário, com um capítulo intitulado *O trigo em Passo Fundo*, onde remonta, a partir de dados da Câmara Municipal, a plantação do cereal em “1858, ano em que, na primeira estatística agrícola organizada pela mesma edilidade, figura com uma plantação de 1.600 litros.”²⁷ Finaliza o capítulo escrevendo sobre a renovação tecnológica que esta cultura recebe com a fundação da Estação Experimental de Engenheiro Englert pelo governo federal, em 1937, “para desenvolver a cultura do trigo, manifestando a participação pública na pesquisa agropecuária brasileira e no incentivo na produção de trigo.”²⁸

A formação de cooperativas nesse período sinaliza a necessidade de apoio mútuo entre pequenos e médios produtores frente à crise do trigo que iniciava no país devido à interferência dos

uma fundição nos anos 1920, no final da década de 1930 passa a fabricar moinhos, em 1940, passa a produzir também cilindros para moagem e máquinas de limpeza para grãos e motores para veículos, e “a partir do ano de 1956, começa a produzir somente implementos agrícolas.” (NASCIMENTO, Welci. *Conheça Passo Fundo, tchê!* Passo Fundo: Pe. Berthier, 1992. p.73-74).

26 OLIVEIRA, Pery de. *Passo Fundo centenário...* p.37.

27 XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Rememorações do nosso passado*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1957.p. 53.

28 XAVIER E OLIVEIRA, Francisco Antonino. *Rememorações...* p.56.

produtores de trigo norte-americanos. Tedesco e Sander²⁹ resumem o período entre 1956-67: “crise do trigo, surgimento de cooperativas tritícolas, consolidação do binômio trigo-soja e da categoria econômica dos granjeiros – grandes proprietários de terra na região.” Passo Fundo celebrava o trigo como grande aposta, mas o quadro nacional não era favorável e a nível local iniciavam-se transformações nas propriedades agrícolas. Isso não significa que os prognósticos do poder público foram percebidos como “errados”, pois a transição do trigo para soja possibilitou a manutenção das atividades industriais e comerciais ligadas à agricultura, a emergência dos granjeiros não altera drasticamente a produção industrial destinada a esse setor. Koselleck³⁰ indica que um “prognóstico falho, por outro lado, não pode ser repetido nem mesmo como erro, pois permanece preso a seus pressupostos iniciais.” A possibilidade de manter um planejamento político-econômico a partir da agroindústria não foi abalada, o que significa a continuidade de uma percepção histórica que encontra fundamento nos argumentos de Xavier e Oliveira, incorporada aos discursos políticos durante o centenário.

O prognóstico implica um diagnóstico capaz de inscrever o passado no futuro. Por essa qualidade futura continuamente garantida ao passado é possível tanto assegurar quanto limitar o espaço de manobra do Estado. À medida que o passado só pode ser experimentado porque ele mesmo contém um elemento de futuridade – e vice-versa –, a existência política do Estado é tributária de uma estrutura temporal que pode ser entendida como uma capacidade estática de movimentação.³¹

Essa característica de circularidade histórica dos prognósticos garante a possibilidade do progresso sobre as mesmas bases que fundamentaram sua ideia inicial, justificado historicamente por

29 TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros...* p.92-93.

30 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado...*p. 32.

31 KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado...*p.36.

Xavier e Oliveira em 1957. A previsão de industrialização baseada na produção agrícola não é afetada, isso vai ao encontro da noção de caráter estático dessas previsões, conforme Koselleck indica. Mesmo sendo circular, com o passado alimentando o futuro, e vice-versa, sua continuidade é mantida, apesar de mudanças circunstanciais (crise do trigo, passagem para soja, por exemplo), ou seja, a aposta nesse prognóstico limita a ação do estado, em função de investimentos tanto materiais (aplicação de capitais, auxílio na instalação da empresas, auxílio a agricultura, etc) quanto simbólicos, como no caso da construção do imaginário *capital do planalto* que marcou o centenário, caracterizando uma capacidade estática de movimentação.

O que ocorre é que a cultura do trigo havia recebido grandes investimentos técnicos que aprimoraram sua produção desde a década de 1930, como visto. Sua cultura também foi facilitada por um processo sinérgico, onde coincidiram diferentes atividades econômicas. Primeiro, a extração da madeira proporcionou a limpeza dos campos e o desalojamento de um grande contingente de camponeses (que migrou para as cidades formando um contingente de mão-de-obra disponível para a indústria), favorecendo a plantação de grãos em pequenas e médias propriedades, estimuladas pelo governo federal a partir de 1930, especialmente o trigo. Nesse processo, ocorre uma articulação entre colonos e comerciantes, contribuindo para a geração de capitais aplicados em outras atividades, como indústrias, por exemplo, estimulando ainda mais o desenvolvimento urbano. Nos anos 1950, ano das cooperativas e dos grandes granjeiros, as principais questões sociais e econômicas, apropriação da terra e inchaço urbano, encontram-se associadas:

Esses processos constituíram a chamada “economia agrícola” e o “perfil agrícola” da região, bem como os processos sociais agrários; contribuíram para o inchaço urbano e a formação de um contingente proletário urbano; colaboraram na diferenciação inter-regional (Campanha – pecuária – , Serra/norte –

agricultura), de regiões de (agro)industrialização e de vazios econômicos e demográficos.³²

A cultura agrícola mudou nesses processos indicados pelos autores, mas o apelo à industrialização permaneceu constante, embalado pelo desenvolvimentismo que levantava a bandeira da indústria em nível nacional como vetor do desenvolvimento econômico. As relações entre industrialização e urbanização em Passo Fundo são claras e aparecem como questões marcantes no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) elaborado em 1953 e aprovado/lançado em 1957, bem como previsões sobre o futuro do desenvolvimento urbano baseadas na visão de progresso própria da conjuntura. Na introdução do PDDU, é descrito seu principal objetivo:

[...] ser verdadeiramente realista, sendo necessário que seja um Plano plenamente adaptado as condições existentes em nosso país e às previsíveis condições futuras. Seus princípios devem ser válidos para a situação atual e capazes e fornecer aos cidadãos progressistas de Passo Fundo uma eficiente para auxiliá-los a superá-la. No processo de transformação pela qual passará a cidade, se forem concretizados os projetos rodo-ferroviários existentes, será necessário um Plano suscetível de continuar atuando devidamente nas novas condições.³³

O Plano Diretor pretendia levar em consideração o futuro. Deveria lançar diretrizes para o crescimento futuro do município, observando a potencialidade da cidade se tornar um entroncamento rodo-ferroviário. Mas também apresenta uma retrospectiva histórica da fundação da cidade e dos principais acontecimentos que alteraram

32 TEDESCO, João Carlos; SANDER, Roberto. *Madeireiros, comerciantes e granjeiros...* p.93.

33 PAIVA, Edvaldo, et. al. *Passo Fundo plano diretor*. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1953. p.8.

profundamente a configuração urbana, como a instalação da estrada de ferro, que forçou o alinhamento de moinhos, madeireiras e metalúrgicas, entre outros estabelecimentos comerciais, ao longo dos trilhos. Também atribui importância à rodovia que liga Passo Fundo a Porto Alegre, passando por municípios como Marau, o que estimulou o comércio e a indústria da madeira em todo norte do estado.

Entre essa rodovia e a estrada de ferro, a cidade começou a crescer, e, de acordo com os autores do plano, como resultado, “surgiu, do dia para a noite, o núcleo residencial operário denominado ‘Vila Rodrigues’. A implantação da cervejaria e de metalúrgicas e fábricas carroceiras”, entre depósitos e serrarias, o que levou a “formação de uma zona de habitantes proletários, em terrenos de má qualidade e baixo preço.”³⁴ Essa zona proletária da cidade, que encontrou um crescimento intenso, não faz parte da visualidade urbana da *capital do planalto*, de acordo com o *Passo Fundo centenário* de 1957, que tem um capítulo intitulado *O município ilustrado*, que estabelece uma narrativa visual apenas da região no entorno da praça Marechal Floriano, da Rua Moron, da Rua Bento Gonçalves e Av. Brasil (centro da cidade até hoje). As diferentes épocas inscritas no espaço urbano de Passo Fundo não foram totalmente representadas, uma vez que a edição comemorativa prioriza o espaço central, centro comercial e financeiro, deixando de lado as zonas operárias.

Não obstante, a previsão do plano parte do pressuposto de que Passo Fundo, em 1957, já figurava com centro regional do norte do estado. Associando o crescimento da cidade a uma visão histórica que atribui à ferrovia o grande fator de desenvolvimento do município (e região), o planejamento apostava que a cidade seria um entreposto, assumindo função de mercado regional, exportando produtos agroindustriais e importando outros produtos necessários para o consumo urbano. A partir dessa concepção, a previsão é que como “centro regional de uma população de 700 mil habitantes e apoiada em sua qualidade de entreposto comercial, ela poderá criar um parque industrial vigoroso e sólido.”³⁵ A partir da constatação do presente

34 PAIVA, Edvaldo, et. al. *Passo Fundo plano diretor...* p. 15.

35 PAIVA, Edvaldo, et. al. *Passo Fundo plano diretor...* p. 25-26.

(justificado historicamente), é prognosticado um futuro, que orienta a elaboração do PDDU. Frente a isso, um dos principais problemas identificados pelos urbanistas é como gerir o crescimento populacional, proporcionar uma base sólida para a industrialização e manter a qualidade estética das moradias. Indicando como o grosso da população cerca de 600 ferroviários, 1.200 soldados e 1.800 operários, o plano informa que

[...] a população de Passo Fundo se aloja, em sua maioria, em más condições. Mantém-se grande número de vivendas obsoletas, principalmente ao longo da avenida (em maior quantidade desde o Boqueirão até a linha férrea – parte mais antiga da cidade). São imóveis antiqüíssimos, em mau estado de conservação, habitados por famílias de classe média (e mesmo os de peor estado, por elementos ainda mais pobres, os quais imprimem um aspecto de decadência à várias partes da cidade.³⁶

Essa população não aparece na visualidade urbana de Passo Fundo legitimada no centenário de Passo Fundo. O espaço de experiência em que os grupos que estavam no poder (vinculados ao poder executivo municipal, ao Partido Trabalhista Brasileiro) tinha como orientação afirmar a cidade como uma *capital do planalto*. As vivendas obsoletas, os imóveis antigos em mau estado de conservação, pertencentes aos operários e trabalhadores, não encontram espaço no imaginário urbano afirmado em 1957. A expectativa era da construção de uma cidade organizada, ordenada, adequada para o crescimento, para investimentos externos e industriais. Ocorre um choque entre diferentes temporalidades inscritas, materializadas no espaço urbano. Esses grupos representam uma velha Passo Fundo, mais pobre, mais parecida com a vila que foi um dia. São reminiscências do século XIX. O horizonte de expectativas que o poder político-econômico tinha em vista para cidade está assentado em uma outra temporalidade, conectado com o

36 PAIVA, Edvaldo, et. al. *Passo Fundo plano diretor...*p.34.

progresso, com o futuro. O centro da cidade, seu cartão postal, não podia mais conviver com esses elementos do passado, ou mesmo com a pobreza arquitetônica. Enquanto a publicação que homenageia o centenário é um instrumento fundamental do imaginário, que apaga conflitos sociais e afirma a cidade como um centro regional, em perfeita organização, propício ao crescimento, o Plano Diretor é o instrumento que objetiva tornar isso realidade.

Entre as soluções encontradas, esta a divisão da cidade em zonas, assim, seria criada uma zona industrial, porém, flexível, não limitando o estabelecimento de indústrias apenas a área estabelecida, o que permitiria seu crescimento indefinido, e limitando zonas para o estabelecimento de habitações para operários. Foram criadas mais quatro zonas que correspondem à determinada função, como a de ruas residenciais, estendida às áreas próximas ao centro, uma zona para as atividades comerciais, a zona do centro tradicional, onde seriam permitidas todas as atividades, menos as industriais, uma zona onde seriam incluídos usos de depósitos e pequenas indústrias. E como eixo da urbanização estaria o esquema viário principal, constituindo grandes vias de acesso e travessia da cidade, onde estava previsto o possível crescimento a cidade e a necessidade da expansão de vias de grande tráfego.

Concordando com Carvalho³⁷, “a idéia-mestra do planejamento de 1953 estava na necessidade de projetar a cidade para o crescimento populacional que iria presenciar nas décadas seguintes”, levando em conta a melhoria do aspecto plástico da cidade “propondo novas formas de ocupação para o espaço público existente, fixando diretrizes de ocupação para o crescimento urbano e para o estabelecimento de novos loteamentos.”³⁸ A busca pelo ordenamento do espaço urbano levou o poder político local a construir um instrumento que correspondia ao prognóstico de um futuro onde Passo Fundo assumiria, definitivamente, o posto de *capital do planalto*, a partir da complementaridade entre industrialização e a produção agrícola.

37 CARVALHO, Haroldo Loguercio. Passo Fundo do centenário ao sesquicentenário: que significados? In: BATISTELLA, Alessandro. (org.). *Passo Fundo, sua história*. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 416.

38 GOSCH, Luiz Roberto Medeiros. *Evolução urbana de Passo Fundo...* p.83.

Considerações finais: desenvolvimentismo e regime de historicidade

Hartog comentando sobre os regimes de historicidade e escrita da história aponta que o regime onde o passado esclarecia o futuro se desfez com a modernidade, onde “não é mais o passado que deve esclarecer o futuro, mas, inversamente, cabe ao futuro esclarecer o passado.”³⁹ O desenvolvimentismo no Brasil é uma faceta do regime de historicidade moderno, marcado por uma experiência temporal onde o passado passa a ser considerado ultrapassado. O passado usado para explicar/justificar os prognósticos futuristas implica uma ruptura com a história, um afastamento da ideia de que as experiências passadas podem ser repetidas. Enquanto formulação erudita da experiência do tempo, é possível definir o moderno regime de historicidade do século XX como um futurismo que “deve ser entendido aqui como a dominação do ponto de vista do futuro. Este é o sentido imperativo da ordem do tempo: uma ordem que continua acelerando ou se apresentando como tal.”⁴⁰

O futurismo que impregnava o desenvolvimentismo brasileiro é permeado de um otimismo econômico e político que dava margem aos prognósticos realizados no centenário de Passo Fundo. É possível relacionar as comemorações realizadas em 1957 com desenvolvimentismo do governo de Kubitschek⁴¹, bem como outros discursos e ideias de modernização e progresso que permeavam a sociedade naquele momento. A ênfase na industrialização como base nas previsões futuras só pode ser plenamente compreendida à luz da realidade do estado e do Brasil na década de 1950. Pesavento indica

39 HARTOG, François. Tempo e história...p. 129.

40 HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. p. 141.

41 Juscelino Kubitschek é um exemplo do regime de historicidade moderno, onde o futuro ilumina a história. Seus discursos são impregnados com essa percepção, como demonstra *O Brasil em marcha*, onde o presidente aponta o desenvolvimento como “salvação nacional” e o que estava sendo realizado para isso: “As obras básicas que estão sendo promovidas em tempo recorde visam a não permitir que permaneçamos num atraso irreversível. Estamos estabelecendo os meios, as condições de podermos andar mais depressa.” (KUBITSCHKEK, Juscelino. *O Brasil em Marcha*. Impr. Nacional, 1958. p. 13). O próprio slogan de sua campanha, “50 anos em cinco”, é uma marca dessa aceleração e da importância dos prognósticos futuros nas ações do governo.

que, após a Segunda Guerra Mundial, a indústria aparece como o novo setor de ponta da economia nacional, perspectiva que é gerada ainda durante o Estado Novo com a emergência do nacional-desenvolvimentismo e, durante a experiência democrática, essa política “oscilou entre uma tendência de prosseguir na linha de afirmação do desenvolvimentismo nacional autônomo e a corrente de associação ao capital estrangeiro”.⁴²

É importante citar as considerações de Fonseca⁴³. De acordo com a definição do autor, quatro elementos, ou correntes de ideias, definem e originam o conceito “desenvolvimentismo”: industrialização, intervencionismo pró-crescimento, nacionalismo e positivismo. Desenvolvimentismo e conceitos como modernização, progresso, dão sentido a ação do governo. Apontar o positivismo como um aspecto originário do desenvolvimentismo confere uma importância significativa a política rio-grandense e explica a emergência desse ideário durante o Estado Novo, sob o governo Vargas. Nesse sentido, mesmo que as propostas dos grupos que organizaram as comemorações em 1957 não fossem plenamente ao encontro do desenvolvimentismo, se alinhavam a determinadas características dessa corrente.

Pereira aponta a década de 1930 como o período da decolagem do desenvolvimento brasileiro, propiciando o que define como a revolução industrial brasileira que ocorre a partir da “destituição do poder da oligarquia agrário-comercial brasileira, que por quatro séculos dominou o Brasil.”⁴⁴ O autor refere-se, no caso de 1930, a oposição entre uma aristocracia agrária e as classes médias brasileiras que apostavam na vocação agrária do país, em particular a cafeicultura. O governo Vargas não abandona a agricultura, e é justamente a política de defesa do café que gera uma alta de aproximadamente 50% nos preços dos produtos manufaturados importados, o que coincidiu com uma queda nos preços internos dos

42 PESAVENTO, Sandra J. *História da indústria Sul Rio Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.p. 94-95.

43 FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: *Pesquisa & Debate*. São Paulo, v.15, n.2(26), 2004.p. 227.

44 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil* História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula. 5.ed. São Paulo: 2003.p. 41-42.

mesmos artigos, estimulando o consumo e o investimento de empresários no setor industrial. Em 1931 o governo, influenciados pelos industriais, proíbe a importação de maquinarias para indústrias consideradas em “estado de superprodução”, com o objetivo de proteger a indústria têxtil.⁴⁵ Mas essa ação afetou a economia como um todo:

Novos investimentos, em novos setores, foram instalados. As fábricas geralmente começavam como oficinas. O pequeno capital necessário era, na maioria das vezes, levantado entre os membros da própria família. Como o reinvestimento dos lucros, porém, logo se expandiam.⁴⁶

Essas indústrias iniciavam geralmente a produção de bens de consumo simples, pois exigiam maquinários pouco sofisticados que já eram fabricados no Brasil. A partir de um olhar aproximado às relações socioeconômicas do planalto médio gaúcho é possível perceber esse quadro e compreender o argumento inicial que guiava os prognósticos que apostavam no desenvolvimento econômico a partir da relação entre agricultura e indústria de implementos agrícolas. No caso da região de Passo Fundo, é possível apontar uma produção inicial baseada na agricultura (alimentos), agropecuário (criação de porcos, especialmente) de onde derivavam outros produtos, como a banha e a extração da madeira, por exemplo. Da associação entre as colônias e o comércio nas zonas coloniais sulinas surgiram empreendimentos que levaram a pequenas indústrias, como frigoríficos e moinhos. Pereira conclui que:

Ao findar a Guerra, podemos afirmar que a indústria leve ou básica de consumo estava instalada no Brasil. A partir dessa época teria início o desenvolvimento de indústrias

45 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil...*p. 46.

46 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil...*p. 46-47.

de bens de consumo mais complexas, como é o caso de eletrodomésticos. Seria também dado mais impulso às indústrias de base e às de bens de produção.⁴⁷

No caso do planalto médio, emergem as indústrias de implementos agrícolas, produzindo maquinários mais complexos, tendo como consumidores agricultores das zonas coloniais do estado e de outras regiões do Brasil. Assim, quando ocorre o que Pereira denominou como “consolidação do desenvolvimento industrial” entre 1956 e 1961 (marcada pela presença de Juscelino Kubitschek na presidência), Passo Fundo já estava inserida em uma lógica econômica inter-regional, facilitada por sua condição de entroncamento rodo-ferroviário. Para Pesavento, o governo de Kubitschek marca a passagem de uma indústria de bens de consumo leve para uma indústria pesada e “os agentes deste processo de expansão da indústria no país foram o Estado e o capital estrangeiro, que se viu estimulado a investir maciçamente no país.”⁴⁸ A justificativa apresentada para essa opção era a necessidade de uma evolução técnica, estimulando as indústrias mais complexas que passam a figurar como carro-chefe da economia brasileira.

Mas essa mudança de rumo não correspondeu a um desestímulo das indústrias de bens de consumo não-duráveis, pois o período em questão conheceu um crescimento de empregos com investimentos de capital estrangeiro, levando ao aumento da necessidade de consumo desses bens, e “as empresas tradicionais, para não sucumbirem diante dos padrões mais avançados de tecnologia e do aumento da escala de produção, foram levadas a modernizarem-se também.”⁴⁹ Os estados do centro-sul foram privilegiados com esse processo, pois é, sobretudo no Rio de Janeiro e, especialmente em São Paulo, que o capital estrangeiro e as indústrias pesadas se instalaram, o que acarretou uma relação entre a economia gaúcha e o parque industrial da região centro-sul que, com o tempo, mostrou-se desigual.

47 PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil...*p.52.

48 PESAVENTO, Sandra J. *História da indústria Sul Rio Grandense...*p. 95.

49 PESAVENTO, Sandra J. *História da indústria Sul Rio Grandense...*p.96.

Pesavento indica que o período da redemocratização até 1964 no Rio Grande do Sul marca uma redefinição do caráter da economia para se adequar à nova realidade do país em um momento em que a indústria gaúcha apresentava uma melhor participação na economia na esteira do baixo desempenho do setor agrícola. Para a autora o estado “acompanhou o processo geral brasileiro na década de 50, na qual foi reduzida a participação relativa da agricultura na composição da renda interna e aumentou a da indústria.”⁵⁰ Na região do planalto médio, agricultura e indústria estavam relacionadas, e o crescimento do setor secundário não foi suficiente para cobrir o mau desempenho da agricultura, que pode ser associada à crise da produção de trigo no final da década de 1950, mas a íntima relação entre o campo e a indústria era expressa na mecanização das lavouras (as propriedades agrícolas consumiam maquinários que, em parte, já eram produzidos na própria região), que, juntamente com a formação dos granjeiros, levaria a intensas ondas de êxodos rurais que atingiriam o seu auge em 1970. Isso proporcionou um inchaço urbano, aumentando o contingente de trabalhadores nas cidades que empreendiam projetos de modernização urbana para resolver problemas gerados pelo crescimento populacional. Essas alterações não se limitam à economia, mas ao próprio ritmo de vida dos indivíduos e da sociedade. Para Singer⁵¹:

O estilo de vida urbano é um produto do capitalismo industrial, que se transforma cada vez que novos produtos são lançados no mercado. O automóvel, a televisão, o telefone, a geladeira e centenas de outros produtos caracterizam um padrão de vida que constitui a razão de ser do “desenvolvimento” para a maioria da população.

50 PESAVENTO, Sandra J. *História da indústria Sul Rio Grandense...*p.97-98.

51 SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris. (dir.). *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*, vol.4. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.p. 223.

Embora Singer restrinja o habitante da urbe ao desenvolvimento do capitalismo industrial, seu comentário mostra a percepção do autor sobre como a industrialização, principal elemento do desenvolvimento brasileiro do período, imprimiu transformações mais profundas, naquilo que chamou de padrão de vida da população. O período 1956-1967, para Singer, constitui o auge da “aceleração” e do “desenvolvimento” da indústria e da sociedade. No que tange a urbanização, a construção de Brasília é o caso exemplar do que ocorria o Brasil, tanto na afirmação do desenvolvimentismo, como no que tange aos problemas derivados do crescimento desenfreado das cidades brasileiras.

A fundação e concepção de Brasília é o ponto culminante de décadas de tentativas de implantação no meio urbano das cidades brasileiras das características de exclusão e marginalização apropriadas fragmentariamente das cidades geradas pelo capitalismo industrial europeu e norte-americano, ou adequadas a ele e à gramática social calcada em padrões burgueses de diferenciação e controle sistêmico para as diferentes dinâmicas das diferentes sociedades urbanas.⁵²

Como Ricoeur aponta, nas cidades, é possível identificar a inscrição de diferentes épocas nos espaços que vão se constituindo no transcorrer do desenvolvimento urbano. Brasília nasce como a visão da modernidade do país, simbolizando a interiorização e união da economia, deveria irradiar o germe do futuro nas outras cidades. Porém, como Marins percebe, desde o seu projeto inicial, a nova capital já trazia a marca da exclusão de grupos que não encontravam espaço no imaginário de um Brasil moderno, pois a “implantação do projeto urbanístico do plano piloto de Brasília desconheceu mesmo aqueles numerosos operários que a construíram.”⁵³

52 MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à era do rádio*. V.3. São Paulo: 2006.p. 211.

53 MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança...p. 210.

O grande símbolo do desenvolvimentismo não concedeu espaço para o grande contingente de operários e trabalhadores que participaram da sua construção, ou que migraram para a capital em busca de uma vida próspera. Os prognósticos de futuro que se originaram de uma visão desenvolvimentista parecem não ter levado em conta aqueles que não coincidiam com seu ideal de modernidade. Isso é constatado em Brasília, como também é constatado no planejamento urbano de Passo Fundo dos anos 1950. A grande preocupação das elites brasileiras em relação aos problemas urbanos era a “fluidez dos arranjos espaciais”, que tornava instável a sociedade, portanto, regular, ordenar os espaços era vital. Brasília foi uma tentativa de controlar essa fluidez, bem como a fixação de zonas no PDDU de Passo Fundo. Ocorre que o intenso crescimento populacional, associado à industrialização sofrida pelos centros urbanos, tornou inviável a possibilidade de controlar esse processo, legando os problemas que os prognósticos da década de 1950 não previram ao presente.

RECEBIDO EM: 21/07/2015
APROVADO EM: 10/05/2016

ENTRE ASSIMILADOS, MULHERES E HOMENS DO MATO: A BUSCA PELO SUJEITO NACIONAL EM LUANDINO VIEIRA.

*Among assimilated and women and men of the bush:
the search for the national subject in Luandino
Vieira.*

*Washington Santos Nascimento**

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar as representações dos assimilados, mulheres e homens do mato nas obras produzidas pelo escritor Luandino Vieira, entre os anos de 1950 – 1970, ou que se refiram a eles. Procura-se entender de que forma ele delinea/escreve uma identidade nacional para o angolano. Para tanto analisaremos os conto “Companheiros” (escrito entre 1954 e 56 e publicado em 1960), “Vavó Xíxi e seu neto Zeca Santos” e “Estória da galinha e do ovo” (1964) e os romances “A vida verdadeira de Domingos Xavier” (1961) e “O livro dos guerrilheiros: narrativas” (2009).

Palavras chave: Identidades; Nação; Angola; Luandino Vieira.

ABSTRACT

This article aims to analyze the representations of women assimilated and / bush men in the works produced by the Angolan writer Luandino Vieira, between the years 1950 - 1970, or referring to them. We wanted to understand how he outlines / writes a national identity for the Angolans. To this end we will analyze the tale Fellows (written between 1954 and 56 and

* Professor de História da África no Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Maracanã. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Grupo de Pesquisa Áfricas – Leddes/UERJ. E-mail: washingtonprof@gmail.com

published in 1960), Grandma Xixi and grandson Zeca Santos and Story Chicken and Egg (1964) and the novels The true life of Domingos Xavier (1961) and The Book the guerrillas (2009).

Key words: Identities; nation; Angola; Luandino Vieira.

Em Angola, na segunda metade do século XX, a literatura, ou mais propriamente a fala literária, procurará superar a fragmentação da sociedade colonial defendendo a luta contra o colonialismo português e a busca por uma identidade angolana¹. Este é também um dos principais traços da obra do escritor José Luandino Vieira. Filhos de pais portugueses e nascido em Portugal como José Mateus Vieira da Graça. Trazido ainda criança para Angola, morou nos bairros populares de Luanda, convivendo com aqueles que mais tarde se tornariam os protagonistas de seus livros.

Por conta de sua profunda ligação com Luanda, passou a usar como parte de seu nome o Luandino. Ligado ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) foi preso em 1959 pelas autoridades metropolitanas portuguesa em Angola, fazendo parte do chamado "processo dos 50"². Dois anos depois em 1961 voltou a ser preso, sendo condenado a 14 anos de prisão, cumprindo parte desta pena no campo de concentração do Tarrafal (Cabo Verde), onde escreveu a maioria de suas obras. Libertado em 1972, passou a viver em Lisboa, regressando a Angola (e Luanda) em 1974, por conta da Revolução dos Cravos em Portugal. Depois da independência em 1975 de Angola, assumiu várias frentes de atuação junto ao novo

1 A ideia de fala literária enquanto discurso, consciência de si e uma narrativa construída a partir da política, dentro e partir da literatura, é construído neste artigo a partir das leituras de Laura Padilha (2007) e Rita Chaves (1999). PADILHA, Laura. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. 2. ed. EdUFF, Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007 e CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. Coleção Via Atlântica, São Paulo, 1999.

2 O "Processo dos 50" é a designação encontrada para o julgamento de que se atribui à prisão e julgamento de um grupo de nacionalistas angolanos acusados de clandestinamente conspirarem contra o regime colonial português em Angola. Ao todo estiveram envolvidos no processo 56 integrantes, mas o nome "Processo dos cinquenta" se deve ao fato do padre Joaquim Pinto de Andrade ter enviado para o seu irmão que vivia no exterior, Mário Pinto de Andrade (fundador do MPLA), um folheto denunciando a prisão de 50 nacionalistas. MEDINA, Maria do Carmo. *Angola. Processos Políticos da Luta pela independência*, Luanda: Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. 2003 e CUNHA, Anabela Cunha. "Processo dos 50": memórias da luta clandestina pela independência de Angola, Revista Angolana de Sociologia, 8, 2011, 87-96.

Estado como a direção da Televisão Popular de Angola, do Instituto Angolano de Cinema e da União dos Escritores Angolano.

Luandino Vieira talvez seja aquele que melhor traduziu literariamente a Luanda de meados do século XX, suas obras são marcadas por uma forte representatividade da cena luandense, apesar de escapar constantemente aos parâmetros de verossimilhança. Aspectos da história social e política da capital de Angola aparecem misturados a seus personagens; além disso, há a denúncia do colonialismo português, do processo de assimilação imposto por Portugal e por fim a busca pelo sujeito nacional, como uma “posição teórica” e “autoridade narrativa” para as vozes marginais (ou discursos de minoria) no próprio processo de pensar e imaginar a nação³.

Para Luandino este sujeito/identidade nacional nasceria do confronto/diálogo entre dois tipos de angolanos diferentes, os assimilados, mais próximos ao colonizador português, e pessoas de origens rurais, mais ligadas ao universo tradicional angolano⁴. Assim este artigo se propõe a discutir as representações destes dois perfis identitários nas obras produzidas por Luandino entre os anos de 1954 – 1964, no período anterior e inicial da luta armada em Angola (iniciada em 1961).

Para tanto analisaremos obras escritas dentro deste período como o conto *Companheiros*, escrito em 1955 e publicado no livro “A Cidade e a Infância” (1960), o romance “A vida verdadeira de Domingos Xavier”, de 1961, contos “Vavó Xixi e seu neto Zeca

3 Ao pensarmos que Angola é esta as vésperas do processo de independência nos afastamos das visões essencialistas, sobretudo se pensarmos que este processo foi também conduzido por elites nativas letradas com formação na Europa, que trabalhavam nas margens e nos entre-lugares da relação metrópole-colônia, daí a importância das questões teóricas levantadas por Homi Bhabha (1998) e Stuart Hall (2000 e 2005), analisadas e discutidas ao longo do texto. BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998; HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000 e HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10a ed. Rio de Janeiro: DP&A; 2005.

4 Diferentemente da norma vigente, passaremos a usar neste artigo o nome de Luandino e não Vieira, visto ser desta forma que ele é usualmente denominado e discutido pelos pesquisadores do tema, como Laura Padilha (2007) e Rita Chaves (1999) anteriormente referidas. PADILHA, Laura. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. 2. ed. EdUFF, Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007 e CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. Coleção Via Atlântica, São Paulo, 1999.

Santos” e “Estória da galinha e do ovo” de “Luandino: estórias” de 1964 e por fim obras que se refiram a este período como em uma de suas últimas, “O livro dos guerrilheiros: narrativas” (2009), que se passa no período da luta anticolonial (1961–1975)⁵.

A análise destes contos e romances se torna importante, pois tal como Stuart Hall (1996), acreditamos que as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, assim sendo precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas e que assim sendo são mais o produto da marcação da diferença (e da exclusão) do que signo de uma identidade idêntica e homogênea⁶.

A assimilação colonial e os assimilados em Luandino Vieira

Na história da colonização portuguesa a busca pela assimilação dos nativos foi um instrumento indispensável para a empreitada metropolitana, fazendo com que os portugueses fizessem usos de grupos locais (nativos ou não) que serviam de intermediários com as populações a serem colonizadas, pois entendiam, ao menos

5 As descontinuidades no processo de escrita de Luandino, por conta de sua própria condição de preso político, nos traz algumas dificuldades em precisar a data de escrita das obras, o que para o historiador traz com certeza alguns problemas de melhor entendimento de produção das obras, entretanto nos basearemos nas datas de escrita sugeridos por Rita Chaves (1999 e 2005) e Benjamin Abdala Junior (2007). Quanto às edições que serão analisadas neste livro faremos uso da edição de 1981, 2006, 2007 e 2009. CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2005 e CHAVES, Rita. *A formação do romance angolano: entre intenções e gestos*. Coleção Via Atlântica, São Paulo, 1999. VIEIRA, José Luandino. *A cidade e a infância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 136 p., VIEIRA, José Luandino. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. São Paulo: Ática, 1981. VIEIRA, José Luandino. *Luandino: estórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 e VIEIRA, José Luandino. *O Livro dos Guerrilheiros*. Lisboa: Caminho, 2009.

6 HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p.109.

em parte, seus códigos sociais e culturais, facilitando desta forma a atuação de Portugal nas suas colônias⁷.

No período em estudo neste artigo, quem fazia esse papel eram os Assimilados, eles eram angolanos que durante parte do governo salazarista português em Angola (1926 – 1974) utilizaram-se do Estatuto do Indigenato (1926 - 1961) e seus documentos complementares, para conseguirem um status legal de civilizado, dotando-os de um novo bilhete de identidade, instrumento que lhes garantiam alguns direitos, como o voto, autonomia para deslocar-se dentro da colônia, além de permitir o trabalho dentro dos segundos e terceiros escalões da administração portuguesa em Angola⁸.

O debate sobre a assimilação colonial e os assimilados aparece na obra “A vida verdadeira de Domingos Xavier” (1961), que se passa no momento imediatamente anterior ao início da luta armada, em 1961. Trata-se de uma narrativa sobre a realidade sócio- histórica de Angola onde se defende a necessidade da união entre angolanos de diferentes origens e mesmo portugueses solidários na luta contra o colonialismo português⁹. A recusa da assimilação era crucial neste contexto assim, Miguel, morador do musseque Samba, fala da importância de se ter um bilhete de assimilado naquele contexto, e da recusa em se adquirir esse estatuto¹⁰:

7 Esta camada da população estabeleceu o que Isabel Castro Henriques (2003) chamaria de “cumplicidade contraditória” com os portugueses, auxiliando-os no processo de colonização da colônia, mas criando certa autonomia em relação à metrópole ao longo dos anos. HENRIQUES, Isabel Castro. *Território e identidade*. O desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c. 1872 – c. 1926). Sumário pormenorizado da lição de síntese apresentada a provas para obtenção do título de Professor Agregado do 4º Grupo (História) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa. 2003.

8 O Estatuto Político, Civil e Criminal de Angola e Moçambique, mais conhecido como Estatuto do Indigenato, foi um documento legal promulgado pela ditadura salazarista portuguesa em 1926 até o ano de 1961. Este código legal visava organizar as relações de trabalho nas colônias africanas, bem como estipular as condições pelas quais os nativos (“indígenas”) deveriam seguir para assim se tornar um assimilado (“civilizado”). NASCIMENTO, Washington Santos. *Gentes do Mato: os “novos assimilados” em Luanda*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

9 O livro retrata a história do tratorista Domingos António Xavier, preso por ter contato com o movimento anti-colonialista em Angola, é duramente torturado e morto na cadeia, porém não denunciou ninguém. No dia de sua morte ele começara a sua vida verdadeira, na memória e nos corações de todo o povo angolano.

10 Tania Macedo (2008) afirma que “[...] musseque inicialmente designava os terrenos agrícolas arenosos situados fora da orla marítima, passando mais tarde a nomear os bairros pobres

Era longe, da Samba até no Bairro Operário, mas a distância não lhe assustava, habituado às longas caminhadas, cruzando musseques e musseques. Temia, sim, cipaio e tropas, não tinha cartão, não tinha imposto, não tinha bilhete de identidade, nunca que quisesse ter. Mas já estava muito habituado a evitar-lhes, conhecia todos os caminhos e desvios para chegar a casa de Mussunda, muitas vezes que fizera aquela caminhada. (VIEIRA, 1981, p. 65).

A opressão colonial representada pelos cipaio (espécie de soldados) e tropas, bem como as imposições legais, cartão, imposto, bilhete de identidade revela a violência existente naquele cenário urbano, no final a recusa enquanto símbolo de resistência, pois conhecia os caminhos, desvios e resistências. Nascimento (2016) em suas análises sobre o também escritor angolano Raul David, diz que naquele contexto, anos 60 – 70, anterior à independência de Angola, a recusa da assimilação era um dos nortes a partir do qual os intelectuais afirmavam ser necessário para a construção da nação angolana¹¹. Poderíamos, assim, entender a recusa pela assimilação, como uma posição política que era preciso ser tomada, no próprio processo de construção identitária.

Em “Luuanda: estórias” (2006 [1964]) a questão da assimilação colonial e dos assimilados aparecem, sobretudo, nos contos “Vavó Xixi e seu neto Zeca Santos” e “Estória da galinha e do ovo”. De acordo com Rita Chaves (2010), neste livro Luandino institui, conforme suas próprias palavras, uma espécie de contra-mapa da mitologia colonial, ou seja, ele coloca como protagonista das diferentes histórias os habitantes identificados com a exclusão econômica e sociocultural existente em Angola.¹²

situados nas franjas da cidade de Luanda” (MACEDO, 2008, p. 115). MACÊDO, Tania. Luanda, cidade e literatura. São Paulo: Editora Unesp; Luanda (Angola): Nzila, 2008.

11 NASCIMENTO, Washington Santos. Políticas coloniais e nação angolana nas memórias e discursos do escritor Raul David In: FONSECA, Danilo Ferreira; MORENO, Helena Wakim Helena; FONSECA, Mariana Bracks e NASCIMENTO, Washington Santos. *Áfricas: política, sociedade e cultura*. Edições Leddes, Rio de Janeiro, 2016 (no prelo).

12 CHAVES, Rita. A propósito da narrativa contemporânea em Angola: notas sobre a noção de espaço em Luandino Vieira e Ruy Duarte de Carvalho. In: SECCO, Carmen Tindó (et

Os contos se passam entre os anos cinquenta e sessenta, um período em que as reuniões estavam proibidas e a tensão em toda a cidade era grande. Em “Vavó Xixi e seu neto Zeca Santos” o protagonista Zeca, desempregado, com o pai João Ferreira preso, acusado de ações terroristas contra Portugal, vivia com a avó Xíxi. Procurava trabalho pela Baixa (então um espaço onde existia comércio popular em Luanda) e pelos musseques. Ao tentar um emprego no posto de combustíveis de São Souto, acaba por levar umas chicotadas do proprietário, por ser filho de um “terrorista”. Tomando conhecimento através do amigo Maneco, que vira em um anúncio, sobre a possibilidade de um emprego, dirige-se até o lugar que anunciara a vaga, ocorrendo a seguinte situação:

O rapaz da farda veio nas corridas trazendo bloco de papel e lápis e parou na frente dele, à espera. O homem magro observou bem Zeca Santos nos olhos: depois depressa desatou a fazer perguntas, parecia queria-lhe mesmo atrapalhar: onde trabalhou; o que é que fazia; quanto ganhava; se estava casado; qual era a família; se era assimilado; se tinha carta de bom comportamento dos outros patrões; muitas coisas mais, Zeca Santos nem conseguia tempo de responder completo, nem nada. (VIEIRA, 2006, p. 28-29).

Nas perguntas do empregador, o trabalho, casamento, família, bilhete de assimilado e o comportamento adequado, aparecem como símbolo das boas referências para aqueles que estavam na busca de emprego. No depoimento dado pelo ex-assimilado Raul David, anteriormente referido, ele afirmava que no contexto colonial havia a “humilhação total do negro” e referindo-se ao pedido do bilhete de assimilado diz que o pleiteante tinha que procurar uma série de documentos: “Certidão de idade, habilitações literárias, isto é, a 4ª classe, diploma, atestado de residência, atestado

allii). *África, escritas literárias*. 1ed. Rio de Janeiro / Luanda: Editora da UFRJ / União dos Escritores Angolano, 2010, v. 1, p. 15.

de comportamento moral e civil – dado pelo administrador do concelho” (DAVID apud NASCIMENTO, 2013, p.103-104)¹³. Ter “bom comportamento” significava naquele contexto cindido, não ter se insubordinado contra os portugueses. Continua o narrador a descrever sua estória¹⁴:

– Ouve lá, pá, onde é que nasceste?

– Nasceu onde? – repetiu o contínuo.

– Catete, patrão!

O homem então assobiou, parecia satisfeito, bateu na mesa enquanto tirava os óculos, mostrando os olhos pequenos, cansados.

– De Catete, hem?! Icolibengo?... Calcinhas e ladrões e mangonheiros!... E agora, por cima, terroristas!... Põe-te lá fora, filho dum cão! Rua, filho da mãe, não quero cá catetes!... (VIEIRA, 2006, p. 29).

Catete e Icolo-Bengo são regiões do norte angolano, que estabeleceram um contato antigo com os portugueses e de onde vieram muitos daqueles que iriam fazer parte de alguns movimentos anti-colonialistas, sobretudo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), como Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola independente, ou ainda Adriano Sebastião e Uanhenga Xitu, membros do MPLA e embaixadores em diferentes países. Fernando Pimenta (2010) destaca que era comum entre os portugueses de Luanda, o uso da expressão "calcinhas" para os nativos que apenas recentemente tinham adotado algumas das características do modo de vida europeu (os novos assimilados por exemplo), sendo alvo de constantes de chacotas dos brancos e de uma parte substancial das antigas elites mestiça e negra europeizada¹⁵.

13 NASCIMENTO, Washington Santos. *Gentes do Mato: os "novos assimilados" em Luanda. Tese de Doutorado*. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p.103-104.

14 Ao longo do texto usaremos “narrador” quando disse respeito as histórias de uma determinada obra, já Luandino quando nos referirmos as posições políticas deste autor.

15 PIMENTA, Fernando Tavares. *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2010, p.59. Já os novos assimilados é analisado por Washington Nascimento (2013).

Não conseguindo o emprego, restou a Zeca Santos trabalhar como carregador de sacos de cimento, agenciado por Sebastião, serviço pelo qual receberia quarenta “contos”, devendo dar a Sebastião dez. No final da narrativa, Zeca, “[...] com um peso grande a agarrar-lhe no coração, uma tristeza que enchia todo o corpo e esses barulhos da vida lá fora” (VIEIRA, 2006, p. 43), chora no ombro baixo de sua avó. Lágrimas estas que só viriam a fortalecer o desejo de luta contra o colonialismo português.

No último conto do livro “Luuanda” (2006), “Estória da galinha e do ovo”, a questão da assimilação aparece através de dois personagens, João Pedro Capita, mais conhecido como Azulino, e Artur Lemos. A história se passa no musseque de Sambizanga e trata do conflito entre duas vizinhas em torno de um ovo. Uma reclama a posse do ovo, uma vez que a galinha lhe pertence. Já a outra rebate dizendo que é dela porque a mesma comeu o seu milho e pôs o ovo em sua propriedade. Para ser juiz dessa contenda, diferentes personagens são chamados, mostrando assim as gradações existentes na sociedade luandense. O primeiro é Sô Zé, branco e comerciante; depois o seminarista Azulino, representante do poder clerical e da instrução; o dono das cubatas, Sô Vitalino; o ex-notário Arthur Lemos, representante da burocracia; e, por fim, o sargento e seus soldados. Assim, as diferentes faces do poder existentes em Luanda são representadas, o poder oriundo do comércio, da religião, da propriedade territorial, do Direito e por fim da força policial. Todos tentam resolver a disputa entre as mulheres em benefício próprio.

Azulino e Arthur Lemos são os únicos angolanos instados a serem juízes no processo, por serem eles assimilados às estruturas coloniais. Assim sendo, em Luandino (2006), há uma forte crítica aos dois assimilados, Azulino é assim descrito:

A fama de Azulino era grande no musseque, menino esperto como ele não tinha, mesmo que só de dezasseis anos não fazia mal, era a vaidade de mamã Faxi, o só

padre do Seminário até falava ia lhe mandar estudar mais em Roma. E mesmo que os outros monas e alguns mais-velhos faziam-lhe pouco porque o rapaz era fraco e com uma bassula de brincadeira chorava, na hora de falar sério, tanto faz é latim, tanto faz é matemática, tanto faz é religião, ninguém que duvidava: Azulino sabia. (VIEIRA, 2006, p. 117).

A ligação de Azulino com o universo cultural e simbólico europeu e cristão é enfatizado através da forma como ele tenta resolver a contenda, fazendo uso da história bíblica da moeda e da frase “a César o que é de Cesar”. Ao estar com o ovo em suas mãos, diz:

– Nem a imagem de César, nem a imagem de Deus!
Levantou os olhos gastos atrás dos óculos, mirou cada vez Zefa e Bina, concluiu:
– Nem a marca da tua galinha, Zefa; nem a marca do teu milho, Bina! Não posso dar a César o que é de Cesar, nem a Deus o que é de Deus. Só mesmo padre Júlio é que vai falar a verdade. Assim... eu levo o ovo, vavó Bebeca! (VIEIRA, 2006, p. 118).

Em sua fala a lógica cristã e referências a símbolos europeus como os óculos. Por fim, o que é mais significativo, ou seja, só o padre era detentor da verdade, aquele que traria a clareza para aquela situação. Azulino é obstaculizado por Nga Zeza: “- Sakuama! Já viram? Agora você quer levar o ovo embora no Sô padre, não é? Não, não pode! Com a sua sapiência não me intrujas, mesmo que nem sei ler nem escrever, não faz mal!” (VIEIRA, 2006, p.118).

O segundo assimilado da trama é só Arthur Lemos, ex-notário e agora um dependente de álcool. Era desta forma, como salienta Adriana Mello Guimaraes (2012), o símbolo da burocracia, bem como da decadência do sistema colonial. É assim descrito pelo narrador (2006):

É que a vida dele era tratar de macas. Antigamente, antes de adiantar beber e estragar a cabeça, sô Artur Lemos trabalhava no notário. Na sua casa podiam-se ainda encontrar grossos livros encadernados, processo penal, processo civil, boletim oficial, tudo, parecia era casa de advogado. E as pessoas, quando queriam, quando andavam atrapalhadas com casos na administração, era sô Arthur que lhes ajudava. (VIEIRA, 2006, p. 123).

Arthur Lemos, por ter acesso ao mundo do Direito metropolitano, servia de intermediário entre os angolanos e portugueses. Assim Luandino (2006) ressalta, tal qual outros personagens que viveram aquele contexto, como o português Adriano Moreira em “As elites das províncias portuguesa de Indigenato (Guiné, Angola, Moçambique)” e o angolano Raul David, anteriormente referido, o papel de intermediários exercidos pelos assimilados. Vejamos como Arthur Lemos tenta resolver o problema:

- Diz a senhora que a galinha é sua?
- Sim, sô Lemos.
- Tem título de propriedade?
- Ih? Tem é o quê?
- Título, dona! Título de propriedade! Recibo que prova que a galinha é sua!
- Nga Zefa riu:
 - Sukuama! Ninguém no musseque que não sabe a Cabíri é minha, sô Lemos. Recibo de quê então?
 - De compra, mulher! Para provarmos primeiro que a galinha é tua!
 - Possa! Esse homem... Compra?! Então a galinha me nasceu-me doutra galinha, no meu quintal, como é vou ter recibo?
- Sem paciência, sô Lemos fez sinal para ela se calar e resmungou à toa:
 - Pois é! Como é que as pessoas querem fazer uso da justiça, se nem arranjam os documentos que precisam?

(VIEIRA, 2006, p. 125)

Na forma como Arthur Lemos age, Luandino (2006), evidencia a importância da burocracia enquanto elemento de diferença social dentro de Luanda, distante das lógicas sociais próprias dos angolanos. Em sua discussão sobre o imperialismo europeu Hannah Arendt (2009) diz que ela, junto com a raça, foram importantes mecanismos de organização política e de domínio dos povos colonizados, sendo a burocracia a base organizacional do jogo de expansão e controle dos povos recém dominados¹⁶.

Voltando ao conto, ele termina com a intromissão dos dois garotos e a resolução da contenda, dando o ovo para a mulher grávida, reforçando assim o sentimento de solidariedade entre o povo do musseque, bem com a ideia de que se estava a gestar um novo momento, uma nação independente de Portugal, a qual não seria construída sem a existência de uma “camaradagem horizontal” e sem o auxílio da juventude¹⁷.

A verdade no processo certamente não está do lado dos portugueses/representantes do colonialismo Zé-branco, Vitalino e os soldados. Também não estava como os assimilados (Arthur Lemos e Azulino) porque, como salienta José Ornelas (1990), eles faziam parte do texto do colonizador¹⁸. A verdade estava do lado dos colonizados, das pessoas do musseque, dos jovens e sobretudo das mulheres que como atesta Marilúcia Ramos (2014) mostram que [...] apesar das diferenças e rusgas, a ideia de pertencimento a um grupo aflorava, assim como a necessidade de assumir um papel de protagonismo naquele cenário opressor (RAMOS, 2014, p.26-27)¹⁹.

Em obras mais recentes, como “O livro dos guerrilheiros: narrativas” (2009), que se passa no período da luta anticolonial

16 ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009, p. 215 – 216.

17 A ideia da necessidade de uma “camaradagem horizontal” no processo de imaginar a nação é tributária a Benedict Anderson (2008, p.13). ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

18 ORNELAS, José. Luandino Vieira: A desconstrução do discurso colonial In: *Letras de Hoje*, número 80, PUCRS, Junho de 1990, p. 73.

19 RAMOS, Marilúcia Mendes. Imagens de Angola nas representações do feminino em narrativas angolanas In: SILVA, Fabio Mario. *O Feminino nas Literaturas Africanas em Língua Portuguesa*. Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2014.

(1961–1975) e que mistura romance com memórias do autor, é possível perceber a alusão aos assimilados quando cinco ex-guerrilheiros contam suas “memórias”. O primeiro “depoente”, guerrilheiro Celestino Sebastião (Kakinda), dá uma entrevista à televisão portuguesa na qual relembra sua entrada na luta armada e os cinco combates em que participara. O primeiro em 1939, o segundo em 1948, o terceiro em 1951, o quarto em 1959 e o quinto em 1961. No relato do quarto combate é possível perceber a presença de assimilados em Luanda e seu papel na luta anti-colonial:

Quarto combate é na Pascoa de 59. Eu era marceneiro nas oficinas do Banco de Angola, um Luuanda. Fazia só meu trabalho, de quieto e calado. Sonhava voltar na roça minha, no Tenda Rialozo. Meu nome era João Palmeirim, me disfarcei de meu mestre. No clandestino da oficina fiz um copiógrafo, usava gelatina e tinta roxa, um amigo trouxe receita numa revista de crianças. Esse amigo era um assimilado, trazia também panfleto quando saía. Eu só fazia minhas cinco copias, para distribuir eu mesmo. Um dia me despediram sem mais nem quê: que era amigo de mulatos e assimilados, músicos. Se queriam ser calcinhas como eles? Insultaram-me de político da merda, com muita sorte. Fugi de Luanda na madrugada do 6 de Fevereiro de 61, meu patrão Palmeirim me deu a boléia. (VIEIRA, 2009, p. 20).

Em sua fala a associação dos assimilados ao universo da escrita e a importância dos textos escritos como mais uma forma de resistência ao colonialismo português, afinal os panfletos também foram elementos a guerra subterrânea (clandestina) que antecede a luta armada, gerando prisões e o chamado “processo dos cinquenta”, uma das primeiras devassas feita pelo colonialismo português em Angola contra os ativistas anti-coloniais, sendo o Luandino Vieira um dos partícipes. Há também referências aos músicos, também citados em “A Vida verdadeira...”, sobretudo o Ngola Ritmos, que funcionava como uma espécie de arquétipo de união/identidade angolana, pois cantavam tanto em Português, quanto em quimbundo.

Ruy Mingas, um dos membros deste grupo destaca que "[...] a iniciativa do “Ngola Ritmos” em cantar em quimbundu representava já a busca ou o oferecer à sociedade uma mensagem musical com alguma identidade que era cantar no nosso quimbundu” (MINGAS apud ALVES, 2015, p.88)²⁰.

Na narrativa do segundo guerrilheiro, Eme Makongo, o relato de que seu comandante tinha sido um assimilado, e que por esta razão durante a luta anticolonial pós 61 tornara-se mais maleável, respeitando dessa forma determinadas atitudes de seus comandados, como andar descalço, cheirar o chão, a mata e ar para evitar as minas nas picadas. Por outro lado, mesmo sendo assimilado, de origem urbana, aceitava e não contrariava determinadas atitudes daqueles que habitavam, viveram ou tinham vindo do mato.

O mundo natural e as mulheres e homens do mato

Para Portugal o “mato” não era um território com fronteiras delimitadas, mas sim o longe e periférico, o não urbano, não civilizado, cenário da colonização propriamente dita. Como salienta Diego Marques (2012) para a narrativa colonial portuguesa era o locus da “existência recidiva” e “bruta” dos da terra²¹. Aqueles que vinham desta região eram chamados em Luanda de matumbos, uma variação da palavra kimbundu matumbu que, segundo Oscar Ribas (2009), passou a designar “Indivíduo bastante atrasado, ainda não liberto dos costumes primitivos. Selvagem. Ignorante. Bisonho. Fig. Incivil. Acanhado. Inexperiente” (RIBAS, 2009, p. 306). Por outro lado, para os angolanos poderia ser onde as tradições se faziam

20 ALVES, Amanda Palomo. “Angolano segue em frente”: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2015.

21 MARQUES, Diego Ferreira Marques. O carvalho e a mulemba: Angola na narrativa colonial portuguesa. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós graduação em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas. 2012.

presentes e onde se poderia encontrar o verdadeiro homem angolano²².

Apesar de ser um escritor profundamente ligado a Luanda e suas histórias, a referência ao “mato ” ou interior e as pessoas vindas desta região são comuns nas obras de Luandino como no conto “Companheiros”, escrito em 1954 e publicado em “A Cidade e a Infância” seu livro de estreia. A história se passa em Huambo (então denominada de Nova Lisboa) e constitui-se enquanto uma alegoria das distinções existentes entre as camadas mais pobres de Angola, ou seja, diferenças raciais e de origem²³. O negro é representado por Negro João, o mulato por Armindo mulato e as pessoas do interior por Calumango rato do mato! No conto de Vieira é possível entender a associação do negro, mulato e mato ao nome das personagens enquanto construção de um lugar social cujo propósito é o de exemplificar uma série de relações sociais existentes então em Angola. Para Pierre Bourdieu (2007) a imposição de um nome reconhecido faz com que se opere uma verdadeira transmutação da coisa nomeada que, desta forma torna-se uma função social, ou seja, uma missão, um encargo, um papel, assim todos tinham uma funcionalidade social nesta obra²⁴.

Negro João é apresentado como ingênuo, originário do musseque, filho do capim, vendedor de jornais nas esquinas de Huambo, calado, partilhando com Armindo e Calumango os dividendos do dia. Aprendera a ler com Armindo, um mulato de Luanda, que trouxera consigo a malandragem e a leitura, que tentava ensinar para João e Calumango²⁵. A mãe de João prostituía-se, o pai, um português casado com uma branca vinda de Portugal ainda o

22 Esta é uma das questões destacadas sobretudo pelos escritores Raul David e Uanhenga Xitu em suas diferentes obras, a exemplo de *Colonizadores e Colonizados* de Davi e Kahitu de Xitu. DAVID, Raul. *Colonizadores e Colonizados*. Porto, Edições 70, 1984 e XITU, Uanhenga. *Vozes na Sanzala (Kahitu)*. Luanda. Edições Maíanga, 2004.

23 O Huambo é uma cidade e município em Angola, sede da Província do Huambo. Durante parte do período colonial (1928 e 1975) era chamada pelos colonizadores de Nova Lisboa, entretanto Luandino conserva e usa o nome nativo Huambo, mesmo tendo seu conto se passado entre os anos 40-60.

24 BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007, p.444.

25 A expressão filho do capim refere-se aos angolanos frutos de uma relação não consensual entre portugueses e nativos.

manteve por um tempo na escola, mas a perversidade de sua madrastra o fez sair de casa e o empurrou para o musseque. Vivera entre as noites da periferia de Luanda, as praias e do mar, sobre o qual ouvira de seu primo marinho muitas histórias, que recontava para João e Calumango. Salvato Trigo (1981) diz que Armindo era o chefe daquela “[...] micro-sociedade de lumpen-proletariado que o sistema colonial criava à medida em que o urbanismo, que instaurava e instituíra, atraía para as cidades jovens do mato (TRIGO, 1981, p.311-312).

Calumango viera do interior (o “mato”) e trabalhava como engraxate nas ruas de Huambo. Um “matumbo”, nas palavras de Armindo, ainda sem prática em seu ofício, se espantava com a cidade, não tinha ainda a malandragem de um Armindo que o ensinava a ler, mas também a fazer mais brilho com menos graxa. O narrador descreve Calumango enquanto este ouve as histórias de Armindo:

Calumango olhava e bebia as palavras. Os olhos pequenos e receosos de animal do mato dilatavam-se. Cheirava à terra, a terra estava no seu corpo. As anharas extensas. A lavra de milho, da mandioca. A tentação da cidade também o tocara: não resistira ao chamado das bugigangas, dos panos coloridos da loja do sô Pinto. A irmã também não resistira: dormia com o sô Pinto. (VIEIRA, 2007, p. 94).

O medo da cidade grande, a ligação com a terra e a tentação da cidade são traços aos quais Luandino (2007) constrói Calumango, enquanto uma alegoria do homem do mato. Na distinção entre Armindo e Calumango, o mar (Luanda) e o mato, enquanto elementos opostos, o mato desejando o mar descrito por Armindo: “E Calumango, rato do mato, vê o mar. É assim como nos dias de vento o capim a dançar na anhara. Sente que é assim” (VIEIRA, 2007, p. 95)²⁶.

26 A associação de Luanda com o mar aparece em outras obras como *Laurentino, Dona Antônia de Sousa Neto & eu* (1981). Laurentino, protagonista do primeiro conto, diz sentir uma

Deixar de ser “matumbo” para ser homem de verdade passava, na visão de Armindo, por aprender a malandragem de Luanda, por isso foi junto com Armindo e Negro João roubar o interior de alguns veículos. Pego, Armindo apanhou sozinho do policial e protegeu Calumango e João dizendo para que eles fossem embora, que não poderiam fazer mais nada:

Calumango calado, o olhar receoso acompanhando o amigo que não tinha medo dos polícias nem do cassetete. Nem gritava quando lhe batiam. Sentiu qualquer coisa dentro de si partir-se. Os punhos cerraram-se. Não era mais Calumango, rato do mato! Não era mais! Na outra esquina, a mão livre num adeus camarada, Armindo mulato, do corpo gingadão, dos ditos malandros, sorria para trás. (VIEIRA, 2007, p. 98).

Em Luandino (2007) é possível perceber que a opressão colonial diluía o mato dentro da cidade. Como faz referência o título do conto, agora todos eram “companheiros”, construía-se dessa forma uma nova identidade, a partir do mulato, ou seja, uma identidade única, mestiça e também crioula. Segundo Filipe Morais (2007) esta seria então “[...] uma identidade para se rebelar, uma identidade para que vale a pena arriscar-se um pouco mais. Uma identidade que apesar do risco, vale a pena não ter medo” (MORAIS, 2007, p. 37)²⁷.

Em “A Vida Verdadeira de Domingos Xavier” (1961), analisada anteriormente, onde é descrita a história de Domingos Xavier, um tratorista luandense que trabalhava em diferentes lugares do interior angolano e que, no momento do conto, participava da

enorme saudade de Luanda, andando na boléia de um caminhão por Angola, diz “Angola é grande, irmão! – nuvens de Kinaxixi nunca mais via, viagem ia: de tudo, um verso ficou, refrão de ainda sempre que nossas riquezas vejo por aí: ‘Come e arrebenta, o que sobra vai no mar’ Vimos – eu querendo ouvir o gosto do sal no ar das matas” (VIEIRA, 2004, p. 31). VIEIRA, Luandino. *Laurentino, Dona Antónia de Sousa Neto & eu*. Luanda: Edições Maianga, 2004.

27 MORAES, Filipe. Uma análise sobre os aspectos marcantes das identidades do tempo (a infância) e do espaço (a cidade) “presente” nas estórias da obra *A Cidade e a Infância*, de José Luandino Vieira. In: *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica do Programa de Doutoramento Pós-Colonialismos e Cidadania Global*, Lisboa, Nº 2, 2007, p. 1- 47.

construção de uma barragem no Dondo²⁸. É preso e torturado para que entregasse alguns de seus companheiros (sobretudo o branco, traidor) que estavam lendo livros “subversivos” e articulando-se politicamente contra o regime português. O jogo mato e cidade aparece na história central do conto. Mario Pinto de Andrade, em um texto de 1977, evidencia esta relação:

[...] um preso, proveniente do mato, conduzido por dois cipaíes, chega ao posto da polícia do musseque. As pesquisas feitas por seus compatriotas para o identificarem (dar um nome a esta face inchada e espancada) vão revelar progressivamente as malhas profundas da solidariedade militante que alimenta o movimento nacionalista (ANDRADE, 1977, p. 222)²⁹.

O mato e a cidade ligados pela exploração colonial, pela violência do colonizador e pelos laços entre todo o povo angolano na luta pela independência. No conto, uma miscelânea de personagens representativos do povo angolano que se insurgia contra o colonialismo português; o operário Domingos Xavier, o autônomo Mussunda, o burocrata Xico, o branco Silvestre... o mato é representado por Maria, mulher de Domingos Xavier³⁰.

Maria nascera no musseque Braga, mas há doze anos tinha ido viver no interior angolano, aprendera e conservara alguns hábitos aprendidos no mato, como é possível perceber na passagem em que

28 Atualmente o Dondo é uma cidade de Angola, sede do município de Cambambe, na província de Cuanza Norte. Em depoimento dado a Michel Laban (1980) Luandino Vieira diz: “[...] trabalhei na barragem de Cambambe. Gosto de dizer isso porque *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* passa-se em Cambambe e, em grande parte, o que se lá conta passou-se, e, salvo os nomes, que estão alterados, as pessoas existiram” (VIEIRA In LABAN, 1980, p. 16). LABAN, Michel (et alli). *Luandino, José Luandino Vieira e a sua obra: estudos, testemunhos, entrevistas*. Lisboa : Edições 70, 1980.

29 ANDRADE, Mário Pinto de. Uma nova linguagem no imaginário angolano. In: LABAN, Michel (Org.) *Luandino: José Luandino Vieira e sua obra*. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 220-227.

30 Valdemir Zamparoni (1993) confere a Maria o papel de “mulher casada” na representação que faz. ZAMPARONI, V. D. . Ficção e História em *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*. *Polifonia (UFMT)*, Cuiabá, v. 01, p. 160-180, 1993.

ela chega a mais um posto administrativo nos Musseques, o posto dos musseques, à procura de Domingos: “No imbondeiro, de folhas novas, pímulas cantavam chuva e Maria, ouvindo-lhes, olhou novamente o céu, hábito de gente do mato”. (VIEIRA, 1981, p. 55). A distinção entre cidade e mato aparece na fala de Maria quando começa a chover em Luanda:

Maria pensava a chuva, estava cheirar a chuva que vinha, e os grandes campos do planalto apareciam nos seus olhos, em baixo duma cortina de água alagando tudo, mas depois verdejava o capim, o milho, o massango, a massambala. Não sabia como era a chuva nesta cidade e nem podia pensar ainda a água ia molhar naquele alcatrão. Na sua imaginação, ali, em Luanda, a chuva só ia cair no mar ou nas ruas dos musseques, não podia mesmo cair no sítio ocupado por essas casas bonitas dos brancos, com seus grandes jardins. (VIEIRA, 1981, p.59-60).

O cheiro da chuva, a referência ao alcatrão, asfalto de rua largamente utilizado na parte nobre de Luanda são destacados por ela. A chuva era o elemento que trazia o mato para dentro da cidade. Em outra passagem do livro Maria se depara com um enorme dilúvio e novamente ressalta as diferenças entre os universos do asfalto (a cidade) e da areia (o mato), mas também a distinção entre cidade e musseque:

Maria assistia, admirada, via a cidade toda coberta de água, chovia parecia era nas anharas do planalto e nem havia areia para beber a água. Ali só os carros passavam, a água corria barulhenta em baixo dos pneus. Chuva, raios que brilhavam toda a tarde cinzenta, trovões estremeçando vidros e os corações do povo lá em cima, metido em suas casas de barro e canas, cobertas a zinco, assistindo o barro a se desfazer. (VIEIRA, 1981, p. 62).

A chuva fizera Luanda voltar a ser a cidade que Maria tinha conhecido, representada arquetipicamente pelas anharas. A anhara é uma palavra em quimbundo que significa uma planície arenosa, de vegetação rasteira, que margeia um rio, muito comum em parte significativa do interior angolano. Agora Luanda para ela era desconhecida e muito diferente daquela cidade de sua infância, sobretudo pelas mudanças na estrutura urbana da cidade. Nascimento (2016), destaca que entre os anos quarenta a sessenta do século XX, com a chegada em massa dos portugueses e de angolanos do interior, a capital de Angola passará por um remodelagem urbana significativa com a expulsão das populações nativas do centro e uma verticalização urbana mais acentuada dos principais bairros³¹.

Para achar Domingos, que tinha sido preso pelos agentes coloniais, naquela cidade nova teria que aprender algumas “malandragens”, levar seu filho para comover os agentes, “fazer barulho”, “chorar”, “berrar”. Além da malandragem, tivera que aprender em Luanda a resiliência, representada por Tété, “[...] mulher do povo, vivendo na vida do musseque de Luanda, sempre sofrendo, lhe dera essa maneira de ver todas as coisas sem nunca desistir” (VIEIRA, 1981, p. 58-59).

Tal qual em outras obras analisadas, a referência de Luanda com o mar aparece também nesta. Maria, doze anos afastada de Luanda, crescida no mato, enquanto esperava o velho maximbondo³², vê o mar, [...] lá em baixo, na Baía, os grandes barcos escuros parados, as águas virando de azul bonito para cinzento” (VIEIRA, 1981, p. 59). O mato, enquanto um sertão, afastado do mar.

O destino de Maria foi o mesmo de todos os angolanos sob o colonialismo português, a violência, a morte de seu companheiro torturado na cadeia... enfim, o jugo colonial que afastava todo o povo angolano, indistintamente, de suas origens e trajetórias. Nesse sentido é a mesma ideia presente no conto “Companheiros”, anteriormente analisado: a criação de uma identidade política única (o colonizado) para lutar contra o colonizador e a busca da nação como forma de

31 NASCIMENTO, Washington Santos. Das Ingombotas ao Bairro Operário Políticas metropolitanas, trânsitos e memórias no espaço urbano luandense. (Angola, 1940-1960). *Revista Locus*, 2016.

32 Uma espécie de Ônibus comum em Luanda.

preencher o vazio deixado pelo desenraizamento de sua comunidade de origem (no caso de Maria) os dos laços de parentesco (em Companheiros).

Desta forma, através de suas obras, Luandino constrói, o que Hall (2005) chama de narrativa da nação, ou seja, uma série de histórias, comportamentos, cenários, símbolos e rituais que simbolizam ou mesmo representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido a nação³³.

Considerações Finais

O conceito de identidade talhado por Luandino era, sobretudo, estratégico e posicional em relação a própria situação colonial, ou seja, construído por meio da diferença e não fora dela. Assim sendo, o processo de construção do sujeito nacional passaria pela negação da assimilação colonial e pela força de um elemento novo naquela sociedade colonial que era o empoderamento feminino. Por outro lado teria que haver também uma busca daquilo que poderíamos chamar de mais tradicional em Angola, ou seja, o homem/mulher do mato, ligado a natureza e a raízes profundas.

Para entender esta aparente contradição entre o “novo” (a recusa da assimilação, o poder das mulheres) com o “antigo” (ligação com o tradicional, a natureza) precisamos voltar novamente a Bhabha (2007) para quem a ideia de povo no processo de construção (ou escritura) da nação pressupõe por um lado um tipo de pedagogia nacionalista que se baseia no passado, no pré-estabelecido, na origem histórica e por outro na construção de “sujeitos” que devem obstaculizar/suprimir qualquer presença anterior ou originária³⁴. Assim, é através deste processo ambivalente de continuidade-ruptura

33 HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10a ed. Rio de Janeiro: DP&A; 2005, p. 52.

34 BHABHA, Homi K. *DissemiNação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna*. In: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p.198-238.

que se escreve/dissemina a nação, onde assimilados, mulheres e homens do mato, são também parte do processo construção do estado pós-colonial.

RECEBIDO EM: 22/11/2015
APROVADO EM: 03/05/2016

Entrevista

ENTREVISTA COM O PROFESSOR PAULO PINHEIRO MACHADO

*Luiz Felipe Florentino**

RESUMO

Nesta entrevista o Professor Paulo Pinheiro Machado responde questões relacionadas à docência, história do campesinato, Contestado, ditadura militar brasileira e alguns aspectos da política brasileira atual.

Palavras-chave: Campesinato; Contestado; História Social

O professor e historiador Paulo Pinheiro Machado é professor associado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, ministrando aulas no Curso de Graduação e no Programa de Pós-Graduação em História, atualmente ocupa o cargo de Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da mesma universidade. Graduado em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre e doutor em história pela Universidade Estadual de Campinas, além de possuir pós-doutorado pela Universidade Federal Fluminense e Universitat Autònoma de Barcelona. Possui larga experiência na área de história social do campesinato, sendo um dos principais pesquisadores sobre o Contestado. É autor de uma série de artigos e dos livros *A Política de Colonização do Império* e *Lideranças do Contestado*. E na manhã do dia 25 de setembro de 2015 teve a gentileza de nos conceder a seguinte entrevista:

* Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail contato: l.f.florentino@outlook.com.

1 – Professor, lecionar história sempre foi sua primeira opção?

Paulo Pinheiro Machado: Eu sempre gostei de história. Também não pensava que lecionar história seria a minha praia, eu não sabia disso. Foi mais com o tempo que fui aprendendo e gostando. Eu gosto de dar aula. É uma das coisas que acho mais importante na nossa profissão, tanto para graduação quanto para pós-graduação, até para públicos maiores. Eu estou acostumado a viajar pelo interior por conta da minha atividade de pesquisa e me pedem para falar sobre determinados assuntos, geralmente sobre o Contestado, então eu acho que isso está geneticamente dentro da nossa profissão, tanto a pesquisa quanto o ensino fazem parte da formação do historiador e não há como separar isso. São muito importantes.

2 – O senhor graduou-se na Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre as décadas de setenta e oitenta, durante o governo de João Baptista Figueiredo e em plena ditadura militar. Que local o curso de história ocupava nesse contexto?

Paulo Pinheiro Machado: A história era um curso marginal, como todas as ciências humanas naquela época e continua marginal [risos]. Mas naquela época ela era vista com mais desconfiança ainda por ser uma área de subversivos, vamos dizer assim. Então a gente tinha, eu me lembro, na graduação alguns alunos e professores que eram delatores do regime militar, vivíamos num clima ainda, mesmo em 1979 com a anistia, com o início da chamada abertura, que era um processo ainda sob o controle dos militares, mas mesmo assim havia, em cada turma um sujeito que fingia ser estudante, que deixava a barba crescer, andava com chinelos. A gente sabia pelo próprio jargão, pelo próprio linguajar que tinha o vocabulário dos policiais, que falavam em “elemento” [risos], coisas assim... Então a história, fazer história naquela época tinha certo desafio político, assim de que quem optava por fazer o curso de história optava por questionar a ordem vigente. Isso era um sentimento que a minha geração teve naquela época, acho que isso era um clima, não só na minha universidade, notávamos nos encontros da ANPUH e nos encontros das entidades dos estudantes de história que isso era um clima

nacional e até latino-americano, por causa das ditaduras militares nos países vizinhos também.

3 – *Quais as principais dificuldades que os pesquisadores enfrentam ao abordar a questão camponesa aqui no Brasil? Haveria alguma relação com o acesso às fontes?*

Paulo Pinheiro Machado: Eu acho que o acesso às fontes é um problema, é um problema até hoje, mas é o menor de todos. O problema maior é de concepção e de foco no que realmente representa o campesinato. Por quê? Por que o estudo do campesinato ele tem toda uma longa trajetória pelas ciências humanas no Brasil. Existiu uma visão muito forte por parte dos primeiros clássicos da historiografia, marcou muito a obra do Nelson Werneck Sodré a noção de que o campesinato brasileiro tinha uma luta legítima pela reforma agrária, isso em várias obras dele aparece porque fazia parte de uma luta antifeudal, então a emancipação do latifúndio, a reforma agrária como uma tarefa democrática burguesa para se consolidar o capitalismo no Brasil. O Caio Prado Jr. não concordava com isso, mas a visão do Caio Prado Jr. não era predominante nem na esquerda e também, posso dizer, nem nas ciências humanas, ele inclusive foi muito mais lido depois de morto. No caso tanto da história quanto da sociologia rural, da antropologia, todas essas áreas por volta dos anos 1970 e 1980, deixaram até de usar o termo “campesinato” entendendo que a industrialização da agricultura, o processo de desenvolvimento do capitalismo que aconteceu naqueles anos da ditadura militar e tudo mais, que tinham de certa forma, eu estou exagerando os termos, mas claramente isso aparece em alguns autores, eles tinham acabado com a questão agrária. A questão agrária não era mais uma questão. Porque o Brasil já era um país capitalista, mesmo que dependente, era um país capitalista. Então aquelas questões de restos feudais e outros essas visões já estariam superadas. Isso no campo teórico, só que no campo político e prático o processo de redemocratização no Brasil contou com um campo decisivo. Uma coisa foi à luta urbana dos estudantes, dos operários, das greves e tudo mais, outra coisa foi à luta no campo, que foi a retomada pela terra e pela reforma agrária que aconteceu a partir de 1977 lá em Sobradinho na Bahia, em 1978 no Bico de Papagaio na Amazônia e também na Encruzilhada

Natalino no Rio Grande do Sul, logo depois em 1980 aqui a Fazenda Burro Branco em Santa Catarina, ocupações que foram organizadas por trabalhadores sem terra ainda sem nenhuma organização nacional, ainda não era o MST que só vai se formar em 1984, a Pastoral da Terra vai chegar depois dessas primeiras ocupações. Então eles vão construindo uma retomada pela luta da reforma agrária e com isso vão recriando politicamente o conceito de camponês. Até que no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, as próprias ciências humanas vão redesenhar o conceito de campesinato, um campesinato existente dentro do capitalismo, um campesinato que mesmo dentro do capitalismo não vai ser diluído como entendiam ou como esperavam os clássicos, que a tendência numa sociedade capitalista seria só a proletarianização geral, o assalariamento geral, no entanto mesmo numa sociedade capitalista desenvolvida como, por exemplo, na Europa Ocidental, na França, na Alemanha, na Espanha, Itália. Eles têm um campesinato que pode ter políticas de subsídio do Estado, pode ter uma série de outras situações, mas ele existe socialmente como uma força ainda viva nessas sociedades e no caso do Brasil, então apesar desse campesinato no capitalismo perder muito da sua autonomia original, apesar de estar submetido a um processo de produção que não é aquele tradicional do campesinato, muitas vezes ele está subordinado a uma integração a agroindústria ou uma subordinação a várias normas do mercado, afinal de contas ele continua vivendo numa sociedade no entorno capitalista, esse campesinato ele existe ele se reproduz apesar de todas as dificuldades. Estão aí as regiões coloniais que ainda existem, os assentamentos da reforma agrária que vivem em muitas regiões do interior apesar da política agrícola do Estado brasileiro continuar privilegiando o agronegócio e com isso continuar promovendo o êxodo rural. Então este é um problema é um conflito que existe no campo, mas a existência histórica do campesinato nos dias de hoje é evidente, então o campesinato que era muito mais um termo político usado pelos movimentos sociais ele foi ressuscitado como um conceito das ciências humanas nas últimas duas décadas, onde este conceito estava caindo em desuso, ele voltou a ser retomado, então as ciências acabaram aprendendo com a vida e com os movimentos sociais. A ideia de que a luta pela terra seria algo superado e que a partir de uma determinada época os trabalhadores do campo só se interessariam por carteira assinada, melhores condições

de trabalho, INPS, aposentadoria, tanto quanto os trabalhadores da cidade, essa é a noção que se tinha de desenvolvimento, a industrialização do campo. Sim, em vários aspectos os trabalhadores do campo vão lutar por previdência e por melhores condições de trabalho, mas a condição camponesa de acesso a terra e do trabalho familiar da terra que caracteriza o campesinato, essa ainda existe e se reproduz nos dias de hoje, mesmo com dificuldades.

4 – A história do Brasil dita oficial, por vezes parece limitar a figura do camponês à Europa, como se durante todo o período colonial e monárquico a força de trabalho, tanto rural como urbano fosse exclusivamente escrava e o trabalho livre tivesse origem apenas com a República. O senhor concorda que existiu essa negligência quanto à abordagem da questão camponesa no Brasil?

Paulo Pinheiro Machado: Sim. Mas ela existe cada vez menos porque é crescente o número de estudos que tem, vamos dizer assim, desmanchado esse estereótipo de que no período colonial a sociedade brasileira era só formada por senhores e escravos. Hoje há toda uma nova historiografia, há uma nova sociologia e as outras áreas das ciências humanas que têm reconhecido a existência de roceiros, tanto mestiços, quilombolas, outros grupos sociais que viviam a condição camponesa desde os primeiros séculos da colonização e esse grupo de libertos e de homens e mulheres livres pobres, é uma população que vai crescendo no Brasil ao longo dos séculos e que não era submetida à grande propriedade, mas que vive em condições precárias porque não tem a propriedade formal da terra, porque vive numa situação de posse dos seus territórios. Esse é o grande campesinato brasileiro, tem um estudo levantado ainda pelo professor Ciro Flamarion Cardoso, publicado em 1979, chamado *Agricultura, escravidão e capitalismo*, ele já apontava isso, mesmo em grandes latifúndios açucareiros, cafeeiros, com muito emprego de mão de obra escrava, nesses locais existiam sempre roças dos próprios escravos e das famílias dos escravos, é o que ele chama de brecha camponesa dentro da escravidão. Ao final da escravidão, em várias regiões do norte e do nordeste do Brasil e mesmo do sudeste, vários dos ex-escravos continuaram morando nestas propriedades como parceiros, meeiros, moradores, foreiros em diferentes condições

de pagamento de renda e aluguéis aos proprietários fundiários, mas nunca tendo uma condição de autonomia relativa e de acesso direto a terra para começar suas roças e pequenas criações. O campesinato na vida brasileira em geral, não só dentro como fora da escravidão, foi muito importante. A condição de livre no Brasil sempre foi muito precária, mesmo no tempo da escravidão como depois da escravidão, porque os homens pobres sempre estiveram também sujeitos a serem tangidos pelo Estado com o trabalho compulsório, uma das formas disso era o recrutamento militar, por exemplo. No recrutamento militar, pelo menos até o início do século XX o sujeito podia ser compulsoriamente recrutado, como dizia na época “a laço” e o recrutamento militar significava 14 ou 15 anos da sua vida como serviço obrigatório e no serviço obrigatório nas forças armadas frequentemente estava presente os castigos corporais, então para a condição do homem livre o recrutamento militar era quase um cativo, ou pelo menos um cativo temporário e não pouco temporário porque muitas vezes o próprio exército segurava os recrutas além do período dito oficial do recrutamento porque não se conseguia preencher as vagas com novos recrutas. Só para termos uma ideia: a linha de transmissão de telégrafos entre Cuiabá e Porto Velho que foi construída ali na década de 1910 pelo Rondon, ele utilizou mais de 300 soldados para derrubar 100 metros de mata fechada amazônica no sentido de Cuiabá e no sentido de Porto Velho, usando para isso soldados recrutados. O recrutamento forçado, portanto, serviu para construção de ferrovias, linhas telegráficas, fortes, colônias militares, abertura de estradas e construções de pontes. Quando não era possível empregar o trabalho escravo empregavam o trabalho compulsório desses trabalhadores. Aldeamentos indígenas também, frequentemente eram sujeitos à prestação de serviços para as províncias, para as municipalidades, para as ordens religiosas. Então mesmo os indígenas considerados pelos portugueses e depois pelos brasileiros como “mansos”, “aldeados” eles estavam sujeitos a um regime de prestação de trabalho tal qual existia no mundo hispânico, como a Mita, o Mingado, a Encomienda, aquelas outras formas históricas de submissão do trabalho indígena. Isso também vigorava no Brasil, então hoje a historiografia do trabalho não faz mais barreiras muito grandes entre o trabalho escravos e o trabalho livre. Mesmo durante a

escravidão como depois dela, porque formas compulsórias de trabalho continuam sendo identificadas mesmo hoje, não só no Brasil como no mundo todo e mesmo aquele marco que a historiografia tinha do 13 de Maio e depois mais tarde, depois do 13 de Maio uma historiografia do trabalho ligada ao estudo do operário, mas um operário imigrante, branco. Essa barreira já não existe mais na historiografia, tanto no meio rural como no meio urbano, identificou-se que há uma série de tradições, práticas de resistência dos trabalhadores mesmo durante a escravidão e que continuam depois dela. Então se pode dizer que este é um assunto bastante desenvolvido pela historiografia, principalmente nos últimos dez anos.

5 – *Observei que em seus estudos são recorrentes a utilização de obras de Edward Palmer Thompson. Gostaria que o senhor pudesse avaliar a contribuição de Thompson para fundamentar uma história social do campesinato no Brasil.*

Paulo Pinheiro Machado: O Thompson foi um historiador muito importante porque ele vem de um marxismo fortemente influenciado por uma tradição britânica de intelectuais engajados com a luta social e engajados também com uma postura e uma formulação de observação e de devido respeito à evidência empírica que também é um processo muito importante. Thompson nunca foi um empirista no sentido de alguém que negasse a importância do debate teórico e da formulação teórico-metodológico para o estudo da realidade, mas o que ele mais fez durante sua vida foi combater as visões esquemáticas e estruturalistas que matavam o sujeito, que só viam estruturas, forças, modos de produção e formulações teóricas quase que ocas e estéreis que não entendem a vida, o dinamismo e a luta de classe que são empreendidas pelos sujeitos no mundo real. Então nisso o Thompson trouxe uma contribuição fundamental e embora ele fosse um autor que nunca tenha estudado o Brasil, nunca tenha estudado a escravidão, ele estudou o campesinato, mas só o campesinato inglês que é *sui generis* e muito próprio e que foi erradicado pelos *enclosures lands*, as obras basilares dele como a *Formação da classe operária inglesa* e depois todos os outros artigos que foram reunidos naquele *Tradição, revolta e consciência de classe* e aquele artigo clássico dele sobre a economia moral da multidão, eles

dão a nós uma percepção muito importante para quem estuda o campesinato, que é o seguinte: Thompson contextualiza a linguagem dos sujeitos sociais, então quando ele vê que, por exemplo, a plebe inglesa fazia movimentos e coloca esses movimentos em defesa do rei e da Igreja, o que parece um movimento ultraconservador, na prática o que estes sujeitos estão fazendo? Eles estão atacando molineiros, eles estão atacando especuladores de trigo, estão atacando comerciantes e atravessadores e utilizam um discurso do Antigo Regime, um discurso que era do paternalismo, o teatro do paternalismo para recuperar até antigas leis do pão, antigas leis dos Tudor que protegiam a população pobre para a luta pela sobrevivência, para defesa e para fixar os preços nos níveis históricos do trigo e do pão que eram fundamentais para vida e subsistência daquela população. Então quando ele consegue perceber que a linguagem só pode ser entendida junto com a ação, a ação é também linguagem: essa é a principal contribuição de Thompson do meu ponto de vista, não só para o campesinato como no estudo de qualquer movimento social onde nós precisamos entender a pauta daquele movimento num determinado contexto e o significado que os sujeitos dão a sua linguagem. Se não fosse o Thompson como nós entenderíamos o fato dos camponeses no Contestado fazerem uma defesa da monarquia? Eles queriam a volta ao passado? O atraso? Eles eram contra o progresso? E a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, eles eram contra a ciência? Não, nada disso. É que eles sentiram, eles experimentaram a ciência e o progresso como forma de expropriação da sua condição. Então o contexto teóricometodológico oferecido pela obra de Thompson nos dá instrumentos para entender a linguagem dos movimentos sociais e isso é importante, decisivo para os estudos de vários processos, então a cultura na visão de Thompson não é algo abstrato que está além das pessoas ou que é exercido só pela classe dominante. A cultura é aquilo que as pessoas fazem, não só o que elas pensam, é o que elas pensam e fazem. Isso é a cultura. Então, portanto o Thompson ele foi o inaugurador de uma história social da cultura na medida em que consegue entender as expectativas, os projetos, a lutas sociais e a linguagem dos de “baixo”, isso é fundamental e entender os de “baixo” não quer dizer que não estude os de cima, porque os de “baixo” e os de “cima” vivem na mesma sociedade. O Thompson não gostava dessa

denominação “história vista de baixo”, isso foi dado por um resenhista de um periódico inglês, a “história vista de baixo” ele dizia assim, “É, mas quem estuda a história dos de baixo, a partir da perspectiva dos de ‘baixo’ precisa também entender o contexto maior e a política dos de cima”. O Estado, as suas disputas políticas, os seus problemas e tal, porque mesmo a plebe teve que se focar em algumas expectativas e na divisão da *gentry* e de outros segmentos da sociedade inglesa para fazer a sua própria política e o que o Thompson vai dizer é justamente isso, o operariado inglês não nasce com a máquina, ele não é criado pela máquina, o operariado inglês ele é o resultado de séculos de formação política e social da antiga plebe inglesa, vai ganhar experiência, vai ganhar uma concepção de mundo, de vida, de conceitos, até de cidadania. Como dizia, um inglês nascido livre fazia parte do imaginário da plebe e também da classe trabalhadora inglesa. Então tem uma continuidade, ninguém vai conseguir entender o movimento ludista ou até o movimento cartista da Inglaterra se não entender a tradição que vem dos séculos passados de uma plebe turbulenta e rebelde que tem uma cultura ambígua, frequentemente ligada até a um discurso do Antigo Regime, mas que precisa ser entendida no seu contexto.

6 – E de onde surgiu a inspiração para pesquisar o Contestado?

Paulo Pinheiro Machado: Praticamente no final da minha graduação, entre 1981 e 1982 que eu li mesmo sobre o Contestado. Eu praticamente desconhecia o movimento e eu li o livro do professor Mauricio Vinhas de Queiroz, *Messianismo e Conflito Social*, que é uma grande obra, eu acho que até hoje é a maior pesquisa sobre o Contestado. Ele teve um trabalho muito grande, o livro é um acervo de fontes extraordinário e eu fiquei vidrado naquilo. Como é que um movimento desse tamanho não é do conhecimento das pessoas comuns? Como é que isso passa despercebido nas escolas? Naquela época muito mais do que hoje. Hoje ainda entra um pouquinho, cada vez mais, dependendo do lugar e dos professores, mas naquela época era simplesmente um assunto silenciado, não se falava disso. Então a partir daquele momento eu me interessei, mas eu vivia no Rio Grande do Sul e até a minha dissertação de mestrado foi sobre a colonização

imperial no Rio Grande do Sul. Depois que eu me mudei para cá é que passei realmente a me focar nisso e a ler vários outros autores, até que eu fiz o projeto de doutorado e entrei no doutorado em 1997 na Unicamp e fiz a minha tese sobre o Contestado, defendida em 2001, então ali foi o período que eu realmente tive condições de me centrar nesse assunto e foi muito importante porque eu tive até, no doutorado, liberação do trabalho por 4 anos para me dedicar exclusivamente à tese. Isso foi decisivo. Vivia viajando para o interior, entrevistando pessoas, desloquei-me para os arquivos, ia para o Rio de Janeiro, para o Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, arquivos na própria Unicamp que tem um acervo interessante, embora pequeno sobre o campesinato. Mas eu tive muita liberdade para pesquisar e para trabalhar e focar nesse assunto. Mas eu já trabalhava antes com a política de colonização no Império e, portanto, era um campesinato imigrante, mas um campesinato imigrante que ao longo da minha pesquisa eu fui ver que era um campesinato que aprendida com o outro que já existia antes aqui, com caboclos, indígenas, a população nacional que andava no campo, no meio rural. Eu acho que esse era um passo a mais que eu precisava dar e o Contestado me proporcionou dar esse passo a mais para estudar o campesinato da virada do século XIX para século XX.

7 – Durante os quase quatro anos em que a Guerra do Contestado perdurou a imprensa conseguiu analisar o conflito com profundidade ou limitou-se a reproduzir a ideologia do Estado?

Paulo Pinheiro Machado: São muito raras as análises mais críticas da imprensa sobre a ação do Estado no movimento do Contestado. Normalmente a imprensa vai não só fazer uma apologia das forças da ordem, mas também uma desqualificação dos caboclos. A imprensa daquela época era praticamente toda partidária e explicitamente partidária, mas mesmo quando os articulistas, os jornalistas, os intelectuais que escreviam nesses jornais não fossem exatamente do partido “A” ou do partido “B”, mesmo assim a imprensa da época se arvorava de uma missão, Nicolau Sevcenko trabalha bem isso. Eles se achavam numa missão civilizadora, tinham como ideia a regeneração da população, a modernização da população e não conseguiam ver isso na população do interior do Brasil, isso é

um problema não só imprensa, mas da intelectualidade brasileira em geral, que era uma intelectualidade europeizada que olha só a Europa como modelo e entende que no interior do seu próprio país só existe atraso, carências e abandono, não vê outra coisa.. Então o caboclo, o caipira, o habitante da meio rural era visto como um sujeito limitado intelectualmente, preguiçoso, indolente, doente, sem condições de ser à base de um projeto de desenvolvimento. Era esse o discurso da imprensa sobre os habitantes do Contestado, dizendo que eram pessoas facilmente enganadas por oportunistas e por lideranças que os manobravam, ou seja, não eram sujeitos do seu destino, eram pessoas facilmente iludidas por espertalhões, charlatães, era essa a construção que a imprensa fazia, além de dar pouco espaço para movimento do Contestado e quando aparecia era com aquela pecha de fanáticos. Chamá-los de fanáticos, tanto para a imprensa, como para os militares, era a chave principal do isolamento político daquela população. Quem que vai se interessar em entender o quê fanáticos dizem ou querem? São fanáticos, fanáticos são claramente pessoas insanas, irracionais, capazes de atos tresloucados e tudo o mais. E aí a própria imprensa vai se admirando da resistência desses “fanáticos”, tal como faziam nas reportagens de Canudos, isso também acontece no Contestado. Além de que a imprensa na época deu muito mais espaço para notícias da Primeira Guerra Mundial na qual o Brasil só foi se envolver muito pouquinho e no final, a partir de 1917, mas assim, desde 1914 as notícias sobre a Primeira Guerra Mundial são detalhadas, longas nos jornais, há descrições super-detalhadas de deslocamentos de tropas na frente alemã, na frente franco-alemã, na frente russa, torpedeamentos ingleses, batalhas nos Bálcãs, tudo assim muito detalhado enquanto que no interior do Brasil as notícias sobre o Contestado eram pequenas notinhas de fanáticos. Então a imprensa, ela teve uma presença muito tímida sobre o movimento do Contestado. Mesmo assim aqui em Santa Catarina se formou, de 1914 para 1915, o jornal chamado *Folha do Comércio*, que era um jornal de dissidentes republicanos, onde um dos dissidentes da oligarquia do planalto, Henrique Rupp Júnior, um jovem advogado que fazia oposição à família Ramos que estava no poder. Ele que iria começar a levantar uma série de desmandos dos outros coronéis do planalto e da própria tropa do exército, do que acontecia no Contestado. Então há

janelas também de denúncias, de abusos e de crimes praticados, mas são textos bastante raros na imprensa da época.

8 – *Independente do período histórico brasileiro podemos observar a repressão dos diferentes movimentos populares, no entanto, o senhor acredita que a Guerra de Canudos influenciou nas políticas nacionais adotadas em relação ao Contestado?*

Paulo Pinheiro Machado: De certa forma influenciou, mas não para um bom desfecho para o Contestado. Acredito que o aconteceu foi um amadurecimento da média oficialidade do exército que iria mudar sua mentalidade sobre o Brasil, sobre a política brasileira e sobre o próprio povo brasileiro. Quando houve a Guerra de Canudos os militares estavam convencidos de que aquilo se tratava de um movimento de restauração da monarquia, eles foram lá e botaram toda a energia num tudo ou nada, já que o governo republicano estava recém se consolidando no início da república, primeiros 10 anos. Os militares se sentiram fortemente ameaçados porque a república inicialmente foi praticamente um regime militar, embora Canudos já tenha acontecido no governo de Prudente de Moraes, um civil. Mas o exército via Canudos como uma ameaça ao regime como um todo. Quando aconteceu o Contestado, a república já estava consolidada, mesmo os monarquistas do Rio de Janeiro já tinham aderido à república e ocupavam cargos públicos, os herdeiros da coroa já haviam renunciado ao trono, não havia possibilidade de restauração institucional da monarquia, então os militares iriam ver com muita preocupação pessoas se atirando para lutar, quase sem armas na mão, com facões e dando vivas a monarquia, para eles aquilo era muito estranho e passaram a mandar relatórios para os seus superiores, inclusive para o ministro da guerra, para políticos do Rio de Janeiro. Quem fazia isso de forma recorrente era o capitão Matos Costa, mas isso aparece também em outros escritos militares, do tenente Herculano Assumpção, do Cerqueira que era um médico militar, o próprio general Mesquita também chamava atenção para isso, que havia muito mais abusos dos potentados locais e politicagem em geral que causava a revolta da população local. Eles não usaram a palavra “coronelismo” porque essa palavra não existia naquela época no jargão político e nem nas ciências humanas. Eles chamaram de

“mandões locais” ou “politicagem” foi isso que eles usaram, o termo “coronelismo” só iria ser usado depois dos anos 1930 de uso mais generalizado e a literatura ia contribuir bastante para isso, antes disso usavam estes termos. Então, na experiência do Contestado, embora os militares fossem disciplinados e, apesar da tentativa de mediação do capitão Matos Costa, depois de sua morte eles foram levados a repressão do movimento, mas ficou entre os militares uma pré pauta do tenentismo da década seguinte, não foi à toa que os tenentes iriam defender o voto secreto, a centralização do poder e outras formas para diminuir o poder das oligarquias regionais. Essa foi a saída que eles viam para situação do Brasil daquela época. Eles achavam, de forma um pouco ingênua talvez, porque o problema dos tenentes era ingenuidade mesmo, eles achavam que o voto secreto era a chave para acabar com o coronelismo. No entanto, veio depois o voto secreto, veio até a urna eletrônica e isso não acabou com o coronelismo. Achavam que o reforço do poder central era a chave para a diminuição do poder desses potentados locais e para a construção de uma nação, de uma modernização do país. E os militares também entendiam essa modernização com a população tal qual ela existia. Não eram como os jornalistas, como os médicos, ou como muitos políticos defensores de um branqueamento da população. A maior parte desses intelectuais do exército, muito diferente até do exército de hoje, entendia o desenvolvimento do país com a população tal qual existia naquela época.

9 – *A Guerra do Contestado é um conflito ainda recente, pois conta com pouco mais de cem anos e ainda está vivo na memória dos remanescentes do conflito. Esta memória de certa forma mostrou-se uma fonte valiosa para suas pesquisas, como podemos observar no seu livro **Lideranças do Contestado**. Professor, quais os desafios inerentes da utilização da história oral que o senhor pode destacar com base na sua vasta experiência da questão do Contestado?*

Paulo Pinheiro Machado: A memória do Contestado é uma memória dividida. Mesmo nas comunidades que foram ou que são de descendentes dos que viveram nos redutos temos uma memória dividida. Alguns reproduzem o discurso oficial dizendo “Ah, eram fanáticos, eram jagunços, Deus me livre! Meu avô, minha avó

estavam lá porque foram levados à força!” Isso é um discurso de auto-vitimização que se sedimentou na memória dessas pessoas porque elas tiveram que viver depois da guerra e conviver com os vencedores. Então, como eles perderam a guerra ficou predominante com uma memória residual a noção de auto-vitimização, porque eles tiveram que depois se apresentar para os coronéis, baixar a cabeça e dizer que tinham ido à força para o reduto e demonizar as lideranças do Contestado, como Adeodato, Maria Rosa e outros chefes e comandantes de briga. Aí todo mundo dizia no final, ali praticamente entre dezembro de 1915 e janeiro de 1916, se apresentaram 4.000 pessoas em Canoinhas e umas 6.000 pessoas em Curitiba, todos com o mesmo discurso: estavam à força no reduto e não podiam fugir porque o Adeodato, que era o último chefe, era um homem muito bravo. Então, com o tempo foi até se enrijecendo essa memória, exagerando essa maldade do Adeodato, o que acabava condenando todo o movimento em si. A memória do Contestado é muito complexa, por passar por diferentes fases de reelaboração, como todas as memórias que se tem, mas por ter sido uma memória de guerra e de tragédias e de muitas mortes, muitas vezes eu até entendo, por parte dos remanescentes, certa necessidade de esquecimento que faz parte assim de quem passa por uma guerra, que precisa virar aquela página e tocar a vida à diante, mesmo que tenha perdido amigos, parentes, as pessoas precisam continuar vivendo, precisam esquecer. O que não justifica o esquecimento dos órgãos do Estado, da educação. Mas há figuras e há, vamos dizer assim, tropos de memória que tem deslocamento de lado. Por exemplo, eu notei que tanto o professor Vinhas de Queiroz nos anos 1950-1960 como o professor Duglas Teixeira Monteiro, que foi outro grande pesquisador nos anos 1970, entrevistaram vários sobreviventes diretamente, eu só consegui entrevistar 2 ou 3 sobreviventes mesmo, que eram muito crianças na época do reduto, um deles era o João Paes de Farias, o João Ventura que quando eu falei com ele tinha 101 anos, na época da guerra ele tinha 15 anos, ele era tamboreiro dos Pares de França, que era uma guarda de elite cabocla, mas os outros que eu peguei vivos eram crianças menores, a memória deles tinha uma memória de segunda geração, do que os pais deles contavam do que propriamente deles. Nós também temos que entender esse contexto. Mas os tropos são o seguinte: há um discurso muito forte por parte por vários depoentes,

nos anos 1950 ainda, dizendo que oficiais do exército, o Capitão Rosinha, ao pegar os prisioneiros matava até crianças, jogavam recém-nascidos para o alto e esperavam com uma espada. Essa imagem de uma espada em riste, recebendo uma criança caindo depois de ser jogada ao alto ela foi descrita como crimes praticados por militares ou por vaqueanos civis a serviço do exército, capangas do exército, que eram capangas dos coronéis e que foram colocados a serviço da tropa do exército. A memória de demonização do Adeodato foi aumentando e dos anos 1970 para 1980 essa figura da espada espetando a criança passou para o Adeodato, ou seja, então a memória oral ela é cheia dessas armadilhas, a gente não sabe nem se isso aconteceu, sabe sim que várias crianças foram mortas, que vários morreram de fome, isso nós sabemos com certeza, milhares e milhares. Agora esse acontecimento é um tipo de memória da guerra e o Portelli estuda várias dessas situações da Segunda Guerra Mundial, ele tem na memória e nas ressignificações das populações das gerações seguintes ele tem um deslocamento, muitas vezes o deslocamento é geográfico, não aconteceu lá, aconteceu em outro lugar, outras vezes o deslocamento é até social, não aconteceu por parte dos habitantes do reduto, aconteceu por parte dos militares, ou vice e versa, então a memória nunca vai poder ser o material e a fonte exclusiva dos historiadores. É muito importante cruzarmos com outros documentos, mesmo que estes outros documentos sejam tão questionáveis quanto à memória. Não existe fonte isenta ou fonte segura, todas as fontes são problemáticas, então essa é uma situação assim recorrente desses estudos ligados à oralidade, a gente precisa respeitar o depoente, entender o contexto do depoimento dele, ouvir o recado que ele quer dar e depois fazer as nossas perguntas sobre isso. Mas normalmente o recado que ele quer dar, mesmo que seja “incorreto” do ponto de vista da precisão que os historiadores buscam, precisa ser entendido na sua incorreção. Por que as pessoas agregam mais alguma coisa no relato? Por que transformou este local? Por que foi necessário um discurso de auto-vitimização e de se desresponsabilizar pelo que foi feito? Nós temos que entender. A História oral estuda não só o acontecimento lá em 1912 e 1913, mas também como essas pessoas vão refletir, vão ressignificar aquele acontecimento em contextos diferentes posteriormente. Então o exercício da História oral é muito importante, porque eles nos garante

acesso a locais onde a fonte escrita não é abundante, mas ele tem problemas e precisa sempre ser questionado e é limitado. Como todo conhecimento histórico, ele é limitado na sua capacidade de verdade, embora para nós a verdade é um processo, nunca vamos chegar a ela, um processo de aproximação de mais conhecimento e elaboração de mais conhecimento sobre essa realidade, ele é longo e precisa principalmente de uma reflexão contextual sobre os sujeitos, que são os sujeitos dessa memória e uma interação com outras fontes documentais para podermos cruzar melhor essas experiências. Há descrições de combates dos participantes do Contestado que fazem confusão entre uma guerra e outra, alguns falam em episódios que são da Guerra Federalista, participaram da Guerra Federalista, outros falam em episódios que são da guerra de 1932 contra os paulistas, eles também foram levados para lá, outros falam de outros entrevistos que eram brigas locais que aconteciam entre os coronéis. A vida local daquela população do planalto era pontuada por lutas e combates, então, frequentemente na memória as pessoas acabam misturando esses conflitos também. A memória ligada à vida cotidiana podia ser até mais fiel, quando você pergunta para as pessoas: “Como era o trabalho no campo naquela época? Como é que plantavam a lavoura? Como é que cuidavam do gado?” Aí a memória tende a ser um pouco mais precisa, é mais fácil de avaliar. Então assim dependendo, os conflitos políticos e militares são muito mais suscetíveis a ressignificações, embora tudo seja suscetível a ressignificação, mas a memória tem dessas. É uma matéria muito rica, uma matéria bruta para o historiador, mas para ser transformada em História tem de ser talhada, trabalhada, contextualizada e também respeitada, porque na verdade estamos lidando com pessoas e com experiências de gerações inteiras.

10 – *Durante sua passagem pela Universitat Autònoma de Barcelona o senhor teve contato com o professor Josep Fontana, um historiador conhecido pela historiografia brasileira e com vários livros publicados em português, inclusive tendo a oportunidade de entrevistá-lo. Como foi essa experiência?*

Paulo Pinheiro Machado: Para mim foi uma honra porque eu já lia textos do Fontana, eu já acompanhava o seu trabalho, o

primeiro livro que eu li dele foi sobre a quebra do Antigo Regime na Espanha e ele foi uns dos tradutores do Thompson para Espanha, acompanhou a obra do Thompson. Dentro da História espanhola ele é quase que um *outsider*, marginal mesmo, apesar de ser reconhecido internacionalmente, dentro da Espanha, eu me surpreendi com isso, às pessoas faziam muitas restrições ao trabalho dele, porque a historiografia espanhola quando estive lá ainda em 2010, tinha, vamos dizer assim, uma percepção muito peculiar... Como é que eu vou dizer? Os espanhóis estavam querendo se transformar em europeus, certo? É um problema dos países ibéricos, os países ibéricos tem uma espécie de complexo de inferioridade, entraram mais tarde na união europeia, viveram ditaduras cruéis até os anos 1970, então a percepção que se tinha até os anos 1970, de que a Europa terminava nos Pirineus, era marcante não só para os outros europeus, mas também para os espanhóis e portugueses. Quando eu apresentei um seminário do meu trabalho sobre o Contestado, lá na Autonomia de Barcelona para vários professores, eu apresentei que os camponeses no Contestado tinham um discurso onde eles defendiam a monarquia, e fiz um projeto de estudo comparativo para esse meu afastamento, que era um estudo da relação do movimento do Contestado e as Guerras Carlistas da Espanha do século XIX, principalmente da segunda Guerra Carlista. Por quê? As Guerras Carlistas são guerras pela sucessão do trono espanhol, começou com a disputa da linhagem da filha de Fernando VII, a infanta Maria Cristina de Bourbon, e o irmão de Fernando VII, D. Carlos. Então, o Carlos disputou o trono com a sua sobrinha, na verdade a filha do rei, depois que morreu Fernando VII e a regra da sucessão, a lei sálica não era clara de quem tinha a preferência: se era o irmão mais novo ou a filha mais velha, por ser filha, por ser mulher. O fato é que em torno da Maria Cristina se reuniram os liberais e constitucionalistas e em torno de D. Carlos se reuniram os setores mais ligados ao Antigo regime e ao Absolutismo, seriam os corcundas, aqueles setores mais ligados à política do Antigo Regime. E ao longo da Guerra esses setores constitucionais urbanos foram ganhando a adesão do grande clero e dos grandes terra-tenentes, dos grandes proprietários fundiários, enquanto que os carlistas foram perdendo terreno dessa antiga nobreza e ganhando apoio do campesinato pobre ao longo dessa guerra. Esse campesinato pobre assumiu o discurso do Antigo

Regime, mas fazia isso para pagar menos impostos do que os liberais queriam e para evitar uma série de regras novas sobre o acesso à terra e até a desamortização que se fazia sobre terrenos do clero que eram habitados por muitos camponeses. Então naquele contexto o campesinato se alinhou aos carlistas, mas colocou a sua pauta própria, não uma volta ao Absolutismo, embora o discurso externo fosse esse, por isso que o Thompson é importante, para entendermos os discursos e as práticas sociais, mas na verdade o que eles faziam era prender cobradores de impostos, atacar cidades onde os liberais e a burguesia nascente aliada à antiga nobreza e até ao antigo clero, estavam transformando a modernização do país num processo de exclusão dos “de baixo”. Então a “revolução”, vamos dizer assim, liberal da Espanha, feita a partir do projeto da Maria Cristina de Bourbon era uma revolução “de cima para baixo”, não tinha nada a ver com a Revolução Francesa, por exemplo. Então os espanhóis iam entender e chamar o movimento carlista como contra-revolução e eles me perguntaram se no Brasil o Contestado era parte da historiografia da contra-revolução, ou da contra república, eu digo: “começa que no Brasil a república não foi uma revolução”, aí eles ficaram meio escandalizados quando eu disse isso, não foi uma revolução, sabemos o que significou a república no Brasil, tem toda a historiografia brasileira atual que já tem um consenso sobre isso. Eles se prenderam a situações muito formais e entendem a historiografia da revolução e a historiografia da contra-revolução como coisas separadas. Não era o que o Fontana pensava, mas era o que os historiadores jovens pensavam, isso que eu achei grave, eles estudarem a política num sentido bem antigo, formal, então eu fiquei admirado com esses jovens pesquisadores enquanto que outros... A tradição mais crítica foi a geração do Fontana e que hoje deve estar com uns 84 anos, e com outros seguidores. Tem o Santirso que é um historiador importante da Autonomia de Barcelona, que entende esse diálogo do Fontana, que entende o meu diálogo também, concorda conosco, mas essa vontade de ser europeu que está na origem desse problema, tentar fazer com que a ideia de que a Revolução Liberal na Espanha fosse semelhante à Revolução Francesa, isso para torná-los mais europeus e não entender, como a própria Rosa Congost, que é outra autora espanhola importante da atualidade, ela fez essa crítica também. Ela dizia assim “o que aconteceu na Espanha não foi uma

Revolução Francesa, foi um processo de muito mais mudança política ‘do alto’ e arroxo e expropriação dos ‘de baixo’ do que propriamente uma transformação, tal como aconteceu em muitas regiões da França”, porque a Revolução Francesa ela também não foi uniforme em várias regiões. Então essa foi uma experiência muito interessante, entrar em contato com, principalmente, historiadores agrários espanhóis, que são para mim os mais atualizados nesse debate, mas a parte ligada a uma história política eles tem isso bem separado, é diferente.

11 – Atualmente o senhor ocupa o cargo de direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, quais foram os maiores desafios inerentes ao cargo?

Paulo Pinheiro Machado: Quanta coisa foi isso aqui. Primeiro que o desafio é realmente coordenar um conjunto de departamentos e de cursos numa situação bastante complicada da vida da Universidade. A Universidade cresceu. Aqui no CFH, por exemplo, nós temos cinco cursos novos num centro em que só existiam cinco cursos, então praticamente nós duplicamos o número de cursos. Nós tínhamos como cursos antigos: Filosofia, História, Ciências Sociais, Geografia e a Psicologia. São esses os cinco cursos históricos que existem desde a antiga Faculdade de Filosofia, antes mesmo da criação da UFSC. A partir de 2008 e 2009 foram criados os cursos de Geologia, Oceanografia, Museologia, Antropologia e Licenciatura Indígena, que demandaram também uma série de especificidades, de novos laboratórios, de viagens de estudo, embarques e uma série de coisas que nos dão muito trabalho, porque as universidades públicas quando se expandem elas se expandem em algumas oportunidades, em algumas “janelas de crescimento” e nem sempre temos projetos e condições de infraestrutura ideal para fazer as coisas acontecerem. Mas é melhor que as coisas aconteçam mesmo que precariamente do que não aconteçam. Assim o nosso desafio foi esse nos últimos anos, foi de acompanhar a instalação dos novos cursos e também as demandas dos antigos que também continuam crescendo e se apresentando, vivendo num ambiente de escassez de orçamento que não foi só deste ano, vem de anos anteriores também. O duodécimo do Centro que é uma verba que nós temos de diárias,

passagens, serviços de terceiro, material de consumo e material permanente é a mesma desde antes quando eram cinco cursos. Com os cinco cursos novos que nós recebemos não tivemos aumento da verba, é um cobertor curto que temos que lidar para dar conta das demandas e são todos cursos que tem projetos pedagógicos que exigem viagens de campo, equipamentos, laboratórios e uma série de gastos que são na verdade investimentos importantes, mas que precisamos se desdobrar para conseguir. Apesar de tudo isso, temos aumentado, o Centro tem, por exemplo, até uma linha de aquisição de livros para biblioteca, nos últimos anos tudo que foi encaminhado para o Centro para aquisição de livros para biblioteca, nós compramos, coisa que não se fazia. Durante muitos anos a Universidade ficou sem comprar livros, acho que isso é uma política importante, mas ela tem que ter continuidade, não pode parar. Aqui no CFH nós também conseguimos abrir uma editora que é a Editora do Bosque, está começando a editar as primeiras obras, já tem quatro obras editadas, sendo uma edição eletrônica disponível e aberta totalmente livre ao público porque para nós os autores não querem vender livros, eles querem simplesmente ser lidos, então muitos tem submetidos essas obras ao nosso Conselho Editorial aqui do NUPPE de publicações. O que nós queremos é aumentar essa estrutura do NUPPE, porque hoje só tem uma funcionária e duas bolsistas, aumentar essa estrutura para que as linhas dessas publicações que se chama Coleções do Bosque possam se ampliar e principalmente para jovens autores, porque são os jovens autores que têm mais dificuldade de publicar em editoras universitárias ou até editoras comerciais. Então a edição do CFH surge para atender a esse público, que tem uma produção nova, inovações, tem trabalhos, teses e dissertações também e que lançariam isso para um público amplo que é o público da internet, para o mundo inteiro, isso é uma área de reforço importante da nossa atuação, além do atendimento das demandas dos departamentos que é constante. A nossa estrutura aqui é pequena, mas com um pessoal bem preparado na secretaria, conseguimos na maioria das vezes atender a essas demandas, mas sempre temos muita precariedade na área de equipamento e infraestrutura que não depende do Centro, depende da Prefeitura Universitária que tem que atender não só o campus de Florianópolis mas também o do interior. Esse é um dos pontos de estrangulamento, não só da nossa, mas de outras

Universidades Federais, eu estive acompanhando, em contato com outros diretores de unidade o que eles vivem. Para mim essa tem sido uma experiência completamente nova de administração e eu acho importante que todos os professores em algum momento da sua carreira passem por ela, porque a Universidade é gerida pelos seus pares, é gerida por órgãos colegiados e pelos professores e professoras, então é uma experiência que mistura o projeto acadêmico com um pouco de gestão de edifícios, espírito de síndico de condomínio, que é a parte pesada e ruim do processo, [risos] porque de vez em quando estoura um cano, quebra um telhado, coisas assim acontecem e que nos tiram daquilo que seria um projeto interessante de fazer, um projeto de extensão, chamar os departamentos para participar, atender a demanda de uma comunidade. Mas hoje o nosso Centro tem dez cursos de graduação, oito programas de pós-graduação, tem uma extensão muito forte em comunidades urbanas, favelas e comunidades pobres, no meio rural também, projetos que vêm dos departamentos ligados a comunidades pesqueiras, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, agricultores da reforma agrária, regiões coloniais. Então o CFH trabalha e a UFSC como um todo, mas falando aqui do CFH que eu conheço, trabalha muito além das salas de aulas e laboratórios que estão aqui colocados, temos uma equipe muito boa e um Centro onde até os conceitos dos programas de pósgraduação vêm melhorando, melhorando apesar das dificuldades e dos problemas materiais. É que o nosso melhor capital é o capital humano e eu acho que numa Universidade sempre vai ter que ser o melhor capital.

12 – *Para encerrar gostaria de trazer a nossa conversa ainda mais para o tempo presente. A construção da história bem como a construção da memória se dá, na maioria das vezes, de forma inconsciente e através do dia a dia. Agora eu gostaria de instigar o senhor a fazer o processo contrário e adotar essa consciência. Partindo do pressuposto de que esta entrevista constituirá uma fonte histórica para a posterioridade, ou seja, uma janela aberta para o Brasil de 2015 com todas as suas especificidades, que considerações o senhor gostaria de fazer sobre a turbulência política e econômica que o nosso país está atravessando, e sobre o fato de o tema*

“impeachment” está presente diariamente nos jornais, com o intuito de ajudar as futuras gerações na compreensão do momento atual?

Paulo Pinheiro Machado: O que acho é que existe hoje no país uma radicalização política liderada por setores, eu não digo nem ultraconservadores porque conservadorismo é deixar as coisas como estão, são setores reacionários, setores que não admitem mudança social, pois mudança social mesmo que tímida no Brasil provoca reações das classes conservadoras. Para mim isso é muito claro: houve um projeto que foi derrotado nas eleições e que agora tenta virar a mesa, promover um golpe no país. O mais grave de tudo é que existe o crescimento de um discurso de vertente fascista que busca transformar a política num campo só de forças, agressões e de pedradas e não num campo da argumentação, da disputa de projetos e na construção de algo melhor a partir da argumentação, da educação política, da elevação do nível do debate político. Então há uma política rasa de uso da corrupção, a corrupção existe mesmo, não estou dizendo que não existe. O uso da corrupção como uma cortina de fumaça para que não se discutam os principais problemas do país. O maior problema do Brasil não é a corrupção, o maior problema do Brasil é a desigualdade social. Apesar de todos os problemas deste governo, e eu não sou propriamente um entusiasta dele, não sou embora até tenha votado, apesar de todos os problemas deste governo houve um crescimento da renda dos pobres no Brasil nos últimos 15 anos, isso é muito claro, o aumento do salário mínimo proporcionou isso. Isso despertou expectativas nessa população que teve uma melhoria de vida por conta do Bolsa Família e de várias outras políticas sociais. E na Universidade nós vemos esse mesmo conflito que existe na sociedade, aqui na Universidade há gente que é contra a política de cotas, tem gente que é contra as cotas para alunos que vem da escola pública, tem gente que é contra cotas para negros e indígenas, dizendo que “não, a universidade tem que ser só do mérito e da excelência” o que é uma falsidade, que o mérito e a excelência é a universidade antiga que é só dos brancos e ricos, é isso que eles querem. E, no entanto, se nós formos ver, os alunos cotistas têm melhores condições de aproveitamento escolar do que os não cotistas, em todas as universidades brasileiras esse é um dado que vem sendo apurado, o índice de conclusão dos cursos é muito maior entre os

cotistas do que os não cotistas. Então é uma falsidade atribuir aos cotistas à falta de condições de concluir o curso. É claro que a Universidade precisa se preparar para essa inclusão social e para essa diversidade, diversidade étnica, diversidade social, diversidade até de gênero, esse é um desafio. E, no entanto, a luta política no Brasil hoje é entre a democracia e o fascismo, mesmo que com outras formas, por isso que eu vejo como algo muito grave o momento que nós vivemos hoje e é um desafio até para os historiadores, chega a ser escandaloso vermos nas ruas pessoas com faixas pedindo intervenção militar, e não é que seja pedir intervenção militar, é saber que a intervenção militar é um pacote completo que implica na ilegalidade, na violência, na tortura, na delação e todas as práticas horríveis que eu vi, eu vivi isso, eu sei o que significa para quem luta pela justiça e pela democracia um retrocesso desse nível. Então realmente o país vive uma situação muito grave e como dizia o Walter Benjamin: “Se nós perdermos, a nossa memória também será perdida, se nós perdermos, até os nossos mortos estarão em perigo”. Aqueles que lutaram contra a ditadura, que tentaram construir a democracia para a sociedade brasileira, que foi um processo até inconcluso, a democratização da sociedade brasileira ainda é um processo inconcluso, porque enquanto houver grandes níveis de desigualdade social a nós vamos continuar numa sociedade não democrática, então eu acho que o que está em debate hoje no Brasil é: ou nós continuamos num regime democrático, minimamente democrático, dentro de uma ordem estabelecida ou nós vivemos um retrocesso muito grande e uma perda das conquistas sociais em todos os campos, inclusive no campo universitário. É isso.

RECEBIDA EM: 26/02/2016
APROVADA EM: 13/06/2016

A Universidade Federal do Paraná instituiu o Sistema Eletrônico de Revistas (**SER**), abrindo um importante canal de interação entre usuários e a comunidade científica. Neste espaço estão listadas as Revistas Técnico-Científicas publicadas com recursos próprios ou com recursos do programa de apoio à publicação instituído pela UFPR.

O **SER** utiliza-se do *Open Journal System*, software livre e com protocolo internacional que permite a submissão de artigos e o acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Nesse sistema já estão cadastradas 42 revistas da UFPR, abrangendo diversas áreas de conhecimento. O sistema pode ser acessado por **AUTORES**, para a submissão de trabalhos, **CONSULTORES**, para a avaliação dos trabalhos, **EDITORES**, para o gerenciamento do processo editorial e **USUÁRIOS**, interessados em acessar e obter **CÓPIAS** de artigos já publicados nas revistas.

A **SUBMISSÃO** de artigos é feita por meio eletrônico e o autor poderá fazer o **ACOMPANHAMENTO** do processo de **AVALIAÇÃO** por parte dos consultores até a editoração final do artigo. As **NORMAS** de publicação e demais instruções, bem como os endereços dos editores são encontrados nas páginas de cada revista.

Findo o processo de editoração, uma cópia (pdf) dos artigos é disponibilizada em meio digital, dentro do Sistema SER, enquanto outra segue para impressão nas gráficas determinadas para cada publicação.

Para submeter um trabalho pela primeira vez será, antes, necessário entrar em **CADASTRO**. Uma vez cadastrado, abre-se uma caixa de diálogo indicando os passos a serem seguidos para o processo de submissão do artigo. Desejando apenas consultar

trabalhos já publicados, basta acessar **ARQUIVOS** e obter o artigo desejado.

O **SER** oferece ainda o **Public Knowledge Project**, poderosa ferramenta de pesquisa, com acessibilidade global. Para fazer a busca por um tema de seu interesse utilizando essa ferramenta basta clicar em PKP e, em seguida, digitar uma palavra-chave na caixa de diálogo. Com isso você acessará artigos sobre o tema de seu interesse publicados em diversas partes do mundo.

Universidade Federal do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
Rua Dr. Faivre, 405, Ed. D. Pedro II, 1º andar, Centro
80060-140 – Curitiba – Paraná – Brasil
Tel.: (41) 3360-5405/ Fax: (41) 3360-5113
prppg@ufpr.br
ser@ufpr.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *História: Questões & Debates* é uma publicação da Associação Paranaense de História (APAH) e do Programa de Pós-Graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal do Paraná. Trata-se de uma publicação voltada para a História como conhecimento, pesquisa e instrumento de educação. A revista preocupa-se também com as relações da História com as demais ciências e com o valor que a sociedade lhe atribui. É organizada a partir de dossiês temáticos e sessões de tema livre no campo da História, Historiografia e afins, e aceita trabalhos sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros e transcrições comentadas de fontes.

Todos os trabalhos submetidos são encaminhados a dois avaliadores *ad hoc*; havendo conflito entre os pareceres, o trabalho é encaminhado a um terceiro avaliador. Os editores, com a aprovação do Conselho Editorial da Revista, reservam-se o direito de convidar autores ou de traduzir artigos considerados relevantes.

1. Para submeter um trabalho ao Conselho Editorial da Revista, deverá fazê-lo por intermédio do Sistema Eletrônico de Revistas da UFPR (SER). Caso ainda não esteja cadastrado, precisará criar login e senha de usuário. Acesse a página da Revista (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/index>) e clique em “ACESSO”, na barra de menu superior. Uma nova página será aberta, na qual está localizado um *link* para cadastrar-se. Preencha os campos conforme solicitado e clique em “CADASTRAR”. Em seguida, receberá no e-mail informado uma mensagem com uma senha de acesso (que poderá ser alterada). Para o envio do artigo, ingresse como AUTOR e obterá todas as informações necessárias.
2. Os trabalhos não devem ser identificados: nome do autor, titulação, filiação institucional e endereço são inseridos diretamente no sistema.

3. Formato e extensão: os textos devem ser apresentados em “doc”, ou formato compatível; os artigos devem ter entre 15 e 20 páginas (formato A4, com margens iguais a 2 cm) e as resenhas, entre 3 e 5 páginas.

4. Fonte e espaçamento: utilizar a fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com entrelinhas 1,5. As citações no texto devem estar entre aspas e as maiores que 3 (três) linhas devem ser destacadas em bloco, sem aspas, com recuo à esquerda de 2 cm, fonte *Times New Roman*, tamanho 10, com entrelinhas 1.

5. Resumo e palavras-chave: na página inicial, os artigos também devem apresentar um resumo com, no máximo, 250 palavras, acompanhado de sua versão em inglês (*Abstract*) e de três palavras-chave, com tradução para o inglês (*keywords*). Abaixo do título original, apresentar sua versão em inglês.

6. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deve ser mencionada em nota de rodapé inicial, identificada por asterisco (*).

7. As traduções devem vir acompanhadas da devida autorização do autor, cópia do original e referência bibliográfica completa (anexe os documentos por intermédio do sistema).

8. Não informe bibliografia ao final do texto. As referências bibliográficas e notas explicativas devem vir no rodapé, com numeração contínua.

a. Para livros e monografias no todo: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. *Título em itálico*: subtítulo (se houver). Local de publicação: Editora, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.

b. Capítulos em coletâneas: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do capítulo. In: SOBRENOME DO ORGANIZADOR, Prenome do organizador (Org.). *Título da coletânea em itálico*. Local de publicação: Editora, data, números das páginas inicial e final do capítulo, número de página(s) citada(s), se for o caso.

c. Para artigos em periódicos: SOBRENOME DO AUTOR, Prenome do autor. Título do artigo. *Título do*

periódico em itálico. Local de publicação, volume, número do fascículo, páginas inicial e final, data, número de página(s) citada(s), se for o caso.

9. Gráficos, tabelas e/ou ilustrações devem ser encaminhados em arquivos à parte, devidamente identificados, com títulos e legendas (anexe os arquivos por intermédio do sistema). No texto, devem ser indicados os locais das respectivas inserções.

10. Os originais não publicados não serão devolvidos. Os trabalhos deverão, obrigatoriamente, observar todos os itens acima, caso contrário, não terão a submissão aceita pelos Editores.

Endereço postal:

História: Questões & Debates

Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar

80060-150, Curitiba/PR

Tel.: +55 (41) 3360 5105

E-mail: hqd.ufpr@gmail.com